

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DO FOGO DE MONTURO À CHAMA DAS LIGAS CAMPONESAS:  
SOCIOGÊNESE DE UMA LUTA PELA LIBERDADE DA TERRA NA  
PARAÍBA (1954-1964)**

**EDUARDO GUANDALINI GENARO**

**CAMPINA GRANDE (PB)**  
**FEVEREIRO DE 2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DO FOGO DE MONTURO À CHAMA DAS LIGAS CAMPONESAS:  
SOCIOGÊNESE DE UMA LUTA PELA LIBERDADE DA TERRA NA PARAÍBA  
(1954-1964)

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
PPGCS/ UFCG como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ramonildes  
Alves Gomes

EDUARDO GUANDALINI GENARO

CAMPINA GRANDE (PB)  
FEVEREIRO DE 2019

G342d

Genaro, Eduardo Guandalini.

Do fogo de monturo à chama das ligas camponesas: sociogênese de uma luta pela liberdade da terra na Paraíba (1954-1964) / Eduardo Guandalini Genaro. – Campina Grande, 2019.

258 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes".

Referências.

1. Ligas Camponesas – História – Paraíba. 2. Forma de Resistência Cotidiana. 3. Sociologia Rural. 4. Sistema de Moradia. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 316.334.55(813.3)(091)(043)

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECARIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

EDUARDO GUANDALINI GENARO

**DO FOGO DE MONTURO À CHAMA DAS LIGAS CAMPONESAS:  
SOCIOGÊNESE DE UMA LUTA PELA LIBERDADE DA TERRA NA  
PARAÍBA (1954-1964)**

Dissertação defendida em 28/02/2019

---

Professora Doutora Ramonildes Alves Gomes (PPGCS-UFCG)  
(Orientadora)

---

Professor Doutor Aldo Manoel Branquinho Nunes (UEPB)  
(Examinador externo)

---

Professor Doutor Luís Henrique Cunha (PPGCS-UFCG)  
(Examinador interno)

---

Professora Doutora Regina Coelly Fernandes Saraiva (PPG/MADER-FUP/UnB)  
(Examinadora externa)

CAMPINA GRANDE (PB)  
FEVEREIRO DE 2019

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Elcio Genaro, pelo apoio fornecido durante a realização do mestrado.

À minha mãe, Elcinéia Maria Guandalini, pelo apoio, sustento e atenção fornecidos durante toda a realização do mestrado.

Aos meus amigos pelo apoio.

À Patrícia Carola Facina pelo afeto, apoio e atenção concedidas durante a realização do mestrado, assim como pela ajuda na correção ortográfica e de formatação da dissertação. Também por ter ouvido diversas vezes e em momentos aleatórios sobre a pesquisa que eu estava realizando. Por fim e principalmente, por ter me acompanhado durante o tempo em que estamos morando em Campina Grande.

Menciono que o CNPQ realizou o pagamento de bolsa de pesquisa como incentivo a produção desta dissertação

As pesquisadoras e pesquisadores do grupo de pesquisa “Os Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs/PNUD/ONU) entre 1990 e 2015 e as prescrições de ações e de procedimentos para ampliar a segurança humana”, com os quais consegui manter contato em reuniões que consegui frequentar nas vezes em que voltei a Londrina, tendo grande valor os debates sobre metodologia de pesquisa proporcionados nestas reuniões.

As pesquisadoras e pesquisadores do LERA pelas diversas discussões promovidas sobre sociologia rural e pelas vezes em que debatemos a questão das Ligas Camponesas e da minha pesquisa.

Ao Memorial das Ligas Camponesas em Sapé, por ter permitido o acesso a documentos e a Alan por ter sido tão receptivo e atencioso durante minha visita.

Aos colegas de turma do PPGCS pelas diversas conversas em que pude falar a respeito da pesquisa.

Ao professor Luiz Gonzaga Firmino Júnior por indicações feitas no GT “A luta pelo acesso à terra e as novas (re)configurações de resistência no campo” no III Encontro de Ciências Sociais da UFCG.

Aos professores Kaliane Maia e Aldo Branquinho Nunes por terem colaborado com discussões e fontes sobre a região em que as Ligas se mobilizaram.

Ao professor Celso Gestemier do Nascimento por ter participado e feito apontamentos na banca examinadora do projeto.

Ao professor Moacir Palmeira, que me indicou o PPGCS em uma conversa que tive a oportunidade de ter com este no intervalo de uma atividade da militância estudantil no Rio de Janeiro.

À professora Marilda Meneses que me concedeu algumas indicações para a pesquisa

Às professoras Leonilde Servolo de Medeiros e Regina Coelly que fizeram indicações no Grupo de Trabalho “Continuidades e discontinuidades da repressão e violência no campo”, no VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais e atenciosamente compartilharam informações sobre fontes a respeito das Ligas.

Aos professores Mércia Batista e Luís Henrique Cunha pelas indicações fornecidas na banca de qualificação, tendo o último também feito diversos apontamentos em reuniões do LERA e na banca de defesa do projeto de pesquisa.

À professora Maria José de Rezende, que influenciou decisivamente minha formação acadêmica e a escolha do tema de pesquisa da dissertação. A professora, em diversos momentos, forneceu atenciosamente apoio e indicações de muito valor nas conversas que pude manter por e-mail e pessoalmente em diversas vezes que retornei a Londrina.

À professora Ramonildes Alves Gomes, por ter orientado esta dissertação em diversas reuniões e por ter fornecido debates de grande valor no LERA e em aulas ministradas, da qual destaco a matéria de “Sociologia Rural”. Realizando também diversas indicações e colaborado na escrita de um artigo para o VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais.

## RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo comparar os valores mobilizados nas formas de resistência cotidiana, manifestadas pelos trabalhadores rurais e camponeses, anteriores a emergência das Ligas Camponesas com as valorações elaboradas nas formas de mobilização e ação coletiva colocadas em prática pelas Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960, nas áreas canavieiras da Paraíba. Partindo de uma abordagem hermenêutica e do referencial teórico de Norbert Elias, Edward Thompson e James Scott, analisamos documentos como trabalhos de pesquisa, textos escritos por lideranças e registros de entrevistas, realizadas por outras estudiosas (principalmente as pesquisadoras Regina Novaes e Maria do Socorro Rangel e a religiosa Irmã Tonny Van Ham) com participantes do movimento. Adotamos a hipótese de que os tensionamentos das relações entre moradores e grandes proprietários, realizados pelas formas cotidianas de resistência, teriam fundamentado os principais símbolos e valores adotados pelas Ligas Camponesas em contraposição aos grandes proprietários. A pesquisa buscou entender em que situações as regras do sistema de moradia internalizadas geraram bloqueios à mobilização das Ligas e em quais situações elas se transformaram em revolta contra os latifundiários.

**Palavras-chave:** Ligas Camponesas; Formas de Resistência Cotidiana; Sistema de Moradia

## ABSTRACT

This dissertation aims at comparing the values mobilized in the forms of daily resistance manifested by rural workers and peasants prior to the emergence of the Ligas Camponesas with the values and symbols elaborated in the forms of mobilization and collective action put into practice by the Ligas Camponesas in the 1950s and 1960, in the sugarcane areas of Paraíba. Based on a hermeneutical approach and the theoretical reference of Norbert Elias, Edward Thompson and James Scott, we analyzed documents such as research papers, texts written by leaders and interview records, carried out by other studios (mainly researchers Regina Novaes and Maria do Socorro Rangel and the religious Sister Tonny Van Ham) with participants of the movement. We hypothesized that the tensions between peasants and rural workers against the great owners, realized by the everyday forms of resistance, would have based the main symbols and values adopted by the Ligas Camponesas as opposed to the great owners. The research sought to understand in which situations the internalized rules of the sistema de moradia generated blockades to the mobilization of the Ligas and in what situations it was transformed in revolt against the landowners.

**Key Words:** Ligas Camponesas; Everyday Forms of Resistance; Sistema de Moradia

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1.....	24
1. O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960 .....	24
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO SOCIOLOGICA DO SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO.....	24
1.1.1 A constituição histórica do âmbito rural brasileiro e o espaço social do sistema de moradia nas décadas de 1950 e 1960 .....	24
1.1.2 A relação dos trabalhadores rurais e camponeses com a grande propriedade .....	34
1.1.3 Da resistência cotidiana ao movimento social: a experiência social e o <i>habitus</i> dos camponeses e trabalhadores rurais participantes das Ligas Camponesas.....	37
1.2 A MOBILIZAÇÃO DA LIGA DA GALILEIA.....	45
1.3 A RESSIGNIFICAÇÃO DOS VALORES DOS TRABALHADORES RURAIS E CAMPONESES COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS .....	50
1.4 A EXPANSÃO DAS LIGAS CAMPONESAS NAS MARGENS DA ECONOMIA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO E DA PARAÍBA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960 65	
CAPÍTULO 2 .....	77
2 A FORMA NEGOCIAÇÃO E O RECURSO A VIOLÊNCIA: AS AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO E DA MOBILIZAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS.....	77
2.1 OS RECURSOS JURÍDICOS COMO FORMA DE REIVINDICAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS.....	77
2.2 PASSEATAS, GREVES E PRESSÃO POLÍTICA: CONSTITUÍNTES DA FORMA NEGOCIAÇÃO .....	82
2.3 EXPANSÃO ORGANIZATIVA DO MOVIMENTO.....	96
2.4 AS LIGAS CAMPONESAS EM MEIO AOS TENSIONAMENTOS NACIONAIS DAS DÉCADAS DE 1950 E 1960 .....	102
2. 5 POLARIZAÇÕES E CONFLUÊNCIAS ENTRE PCB E AS LIGAS CAMPONESAS .....	107
2.6 AS LIGAS EM MEIO AO PROCESSO DE SINDICALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES RURAIS.....	113
2.7 NA LEI OU NA MARRA, COM FLORES OU COM SANGUE: A FORMAÇÃO DE UM SETOR ARMADO E AS AMBIGUIDADES DA FORMA NEGOCIAÇÃO E DA POSSIBILIDADE DO USO DA VIOLÊNCIA.....	121
2.8 A REPRESSÃO CONTRA AS LIGAS CAMPONESAS.....	128
CAPÍTULO 3 .....	134
3. CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES ENTRE RESISTÊNCIA COTIDIANA E A FORMA DE MOVIMENTO SOCIAL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA CAMPONESA.....	134
3.1 AS RUPTURAS DA AUTORIDADE DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS NO CONTEXTO DO FECHAMENTO AO ACESSO A TERRA: O “PATRÃO BOM” QUE SE TORNA AMBICIOSO .....	134

3.2 DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA COTIDIANA À FORMA DE MOVIMENTO SOCIAL .....	148
3.2.1. Dos espaços ocultos às reuniões das Ligas .....	148
3.2.2 A expectativa de controle sobre a própria produção e os mutirões .....	155
3.2.3 Dos acordos cotidianos à negociação coletiva: tensionamentos entre a violência e o atendimento de demandas .....	159
3.3. AS LIDERANÇAS CAMPONESAS E A CORAGEM DE ENFRENTAR O GRANDE PROPRIETÁRIO .....	180
3.4 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA CAMPONESA: PERDA DO MEDO DO GRANDE PROPRIETÁRIO E CORAGEM .....	188
CAPÍTULO 4 .....	201
4. DA RECIPROCIDADE DAS OBRIGAÇÕES DA MORADA A “LEI DAS LIGAS”: DO FOGO DE MONTURO À CHAMA DAS LIGAS CAMPONESAS .....	201
4.1. DOS DIREITOS DO SISTEMA DE MORADIA AOS DIREITOS DAS LIGAS .....	201
4.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CATOLICISMO POPULAR: AS LIGAS ENFRENTAM O LATIFÚNDIO SOB OS PODERES DE DEUS .....	212
4.3 A “LEI DAS LIGAS”: TERRA LIVRE E TRABALHO.....	214
4.4 QUANDO O MORADOR NÃO ROMPE COM A PERCEPÇÃO DO GRANDE PROPRIETÁRIO COMO “BOM PATRÃO” E A “SEMENTE MÁ” DAS LIGAS: FATORES DE DESMOBILIZAÇÃO E JUSTIFICATIVAS PARA A REPRESSÃO .....	225
4.5. QUANDO AS REGRAS DA MORADA INTERNALIZADAS GERARAM REVOLTA: UMA REINTERPRETAÇÃO DA EMERGÊNCIA DAS LIGAS CAMPONESAS.....	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	243
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	255

## INTRODUÇÃO

Estava travada a luta  
mais duma hora fazia  
a poeira cobria tudo  
negro embolava e gemia  
porém Lampião ferido  
ainda não tinha sido  
devido a grande energia.

Lampião pegou um seixo  
e o rebolou-o num cão  
mas o que!... arrebentou  
a vidraça do oitão  
saiu um fogo azulado  
incendiou o mercado  
e o armazém de algodão.

Satanás com esse incêndio  
tocou no búzio chamando  
correram todos os negros  
que se achavam brigando  
Lampião pegou a olhar  
não vendo com quem brigar  
também foi se retirando.

Houve grande prejuízo  
no inferno, nesse dia  
queimou-se todo o dinheiro  
que Satanás possuía  
queimou-se o livro dos pontos  
perdeu-se vinte mil contos  
somente em mercadoria.

Reclamava Lucifer:  
horror maior não precisa  
os anos ruins de safra

agora mais essa pisa  
se não houver bom inverno  
tão cedo aqui no Inferno  
ninguém compra uma camisa (PACHECO, 1973, p.6-7.).

Francisco Julião (1962) – advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no período anterior ao golpe militar, o qual foi a liderança das Ligas Camponesas com maior influência – mencionou este cordel e indicou que este retrata a chegada de Lampião no inferno, o qual tinha porteira, vigia e, no qual, o senhor que cuidava das terras era satanás. O resultado do confronto foi o prejuízo para o grande proprietário, no caso a figura do senhor do inferno, que teve sua colheita de algodão queimada. Julião ressalta como os cangaceiros, como Lampião, ganharam espaço nos cordéis e canções por serem figuras que conseguiam enfrentar os grandes proprietários, o que gerava uma admiração pela figura destes personagens e os tornava heróis.

O período do pós-Segunda Guerra Mundial é marcado, principalmente na década de 1950, pelo início da crise do sistema de moradia na região canavieira da Paraíba e de Pernambuco, sendo que este contexto inicia com intensidade o processo de expulsão do campo. O sistema de moradia, como interpretado por Manuel Correia de Andrade (1986a), Moacir Palmeria (2009) e Afrânio Garcia Júnior (1989) é marcado pela dominação e pela grande dependência que todo morador tinha para com os grandes proprietários. O morador era um trabalhador que chegava ao engenho e pedia morada e trabalho ao latifundiário, o qual concedia e ajuntava um pedaço de terra – o roçado – onde esse podia plantar. As diversas dependências com os quais os moradores se deparavam tornavam limitadas as possibilidades de enfrentamento aos grandes proprietários e de mudança social.

As Ligas Camponesas foram associações que se mobilizaram contra o processo de expulsão do campo e mobilizaram bandeiras em prol de melhores condições de trabalho, acesso à terra e reforma agrária. O movimento apresentou intensa mobilização principalmente no Nordeste e destacadamente em Pernambuco e na Paraíba. A década de 1950 e 1960 foram marcadas por tensionamentos entre trabalhadores rurais e camponeses contra grandes proprietários em uma amplitude e intensidade antes não apresentada, de modo que estes conflitos se somaram as tensões nacionais entre setores mais progressistas em contraposição a grupos mais conservadores, que se desdobraram em ampla repressão contra sindicatos e associações tanto urbanos quanto rurais e no

golpe militar de 1964. As Ligas Camponesas costumam ser colocadas como a vertente mais radical do movimento de trabalhadores rurais e camponeses da época, tendo sido marca deste contexto em estudos que remetem a este período. A emergência de um movimento que se opôs com tanta intensidade aos grandes proprietários, tanto em suas demandas quanto em suas formas de mobilização, em um meio marcado por uma forte dominação, costuma ser interpretado como um acontecimento incontrolável e repentino, como indica Rangel (2000).

De fato, o contraste é marcante, se pensarmos na passagem de um momento em que as imposições dos grandes proprietários implicavam em forte dependência dos moradores, para outro em que estes se voltam contra os grandes proprietários. A passagem de um período a outro (sistema de moradia em pleno funcionamento para a crise deste) revela não só mudanças econômicas, sociais e políticas, mas também uma mudança nas narrativas dos moradores, isto é, suas percepções sobre a realidade. Se antes enfrentar abertamente o grande proprietário parecia uma fantasia, neste contexto este tipo de ação se torna concreta e ganha amplitude. A idealização dos cangaceiros como heróis, como mencionada por Julião, adquire o sentido de demonstrar que havia a expectativa dos moradores de não serem dependentes dos latifundiários e de conseguirem se opor a estes. Estes contos também revelam a idealização de uma situação em que os moradores conseguissem revidar as violências cotidianamente feitas pelos grandes proprietários.

A história das Ligas Camponesas conta casos em que moradores cercam as casas de grandes proprietários e os deixam amedrontados, assim como o caso em que moradores fazem um grande proprietário cavar a terra com as mãos para replantar o roçado de um morador que ele havia destruído – este caso será demonstrado a partir de um relato concedido à Irmã Tonny Van Ham (2006) -. Estes casos, se levamos em conta a imagem de um sistema de moradia em que predomina a voz e a decisão dos grandes proprietários sem enfrentarem contraposições, parecem fantasias saídas de um cordel, como no caso em que Lampião enfrenta o grande proprietário do inferno. Entretanto, existia contraposição aos valores e símbolos dos latifundiários dentro do próprio sistema de moradia, de modo que não é possível pensar a emergência das Ligas Camponesas sem considerar estas contraposições anteriores.

Rangel (2000) indica que as Ligas Camponesas só foram compreendidas como incontroláveis e repentinas devido a desconsideração das formas com que os moradores resistiam e se contrapunham a dominação dos grandes proprietários. Esta dissertação se

insere nesta perspectiva e busca aprofundá-la, a partir do entendimento de como a moralidade do sistema de moradia permitiu a elaboração de símbolos e valores mobilizados pelas Ligas Camponesas contra os grandes proprietários. Dessa maneira, não nos focamos apenas nas falas das lideranças do movimento, mas buscamos nos atentar às narrativas dos moradores a respeito deste período, do tensionamento com os grandes proprietários e da mobilização das Ligas.

A menção a maneira como os moradores conseguiram amedrontar grandes proprietários e até realizar ações mais violentas contra estes não significa que a mobilização das Ligas possa ser reduzida a uma violência invertida contra os latifundiários. Como será problematizado na dissertação, o movimento conseguiu maior atendimento de suas demandas - e uma consequente melhoria nas condições dos moradores - quando suas ações resultaram na contenção de ações violentas tanto dos grandes proprietários quanto dos participantes das Ligas. Sem desdobramentos violentos havia espaço para que ocorressem negociações entre os dois grupos, contando em certos momentos com a mediação do Estado.

O objeto desta dissertação é a ressignificação do trabalho autônomo na terra pelos trabalhadores rurais e camponeses no processo de mobilização das Ligas Camponesas da Paraíba entre os anos de 1954<sup>1</sup> e 1964. Busca-se entender a sociogênese de valores e símbolos veiculados pelos moradores, que se mobilizaram a partir de suas experiências passadas em relação aos tensionamentos com os grandes proprietários, sendo que esses envolviam a expectativa da realização de um trabalho autônomo na terra. O objetivo dessa dissertação é problematizar as continuidades e discontinuidades nas experiências desses agentes, comparando os valores mobilizados nas formas de resistência cotidiana anteriores à emergência das Ligas Camponesas com as valorações formuladas nas formas de mobilização e ação coletiva colocadas em prática por este movimento.

No percurso da pesquisa assumimos a hipótese de que os tensionamentos entre moradores e grandes proprietários, realizados pelas formas cotidianas de resistência, teriam fundamentado os principais símbolos e valores adotados pelas Ligas Camponesas.

---

<sup>1</sup> Boa parte das pesquisas registram que em 1955 a única Liga Camponesa era a da Galiléia em Pernambuco, entretanto, Rangel (2000) destaca que as mobilizações em Sapé tiveram início em 1954-55, mesmo que a institucionalização da Liga de Sapé seja colocada como tendo ocorrido apenas posteriormente. A autora assinala que para entender as Ligas Camponesas deve-se ir além dos dados institucionais e observar como estas se mobilizaram.

Após esclarecer o objeto, os objetivos e a hipótese central da pesquisa, cabe apresentar uma revisão a respeito da produção sobre as Ligas Camponesas. Max Porphirio (2013) e Rangel (2000) realizam este procedimento em maior profundidade, sendo que nos basearemos nestes para realizarmos esta revisão.

No final da década de 1970 e começo da de 1980 são elaboradas as primeiras dissertações que tratam especificamente das Ligas Camponesas. Porphirio (2013) afirma que em 1980, Fernando Antônio Azevedo defende sua dissertação, publicada em livro (AZEVEDO, 1982) em 1982, enquanto Elide Rugai Bastos defende sua dissertação em 1981, a transformando em livro (BASTOS, 1984) em 1984. Bernadete Aued defende sua dissertação em 1981 (AUED, 1981). Rangel (2000) compara as pesquisas de Azevedo e Aued, e indica que a última entende as Ligas como um movimento que surge devido a contradição entre capital e trabalho que atingiam as relações arcaicas do campo brasileiro, sendo a oposição entre camponeses e latifundiários apenas uma aparência desta contradição. Aued defende que o arcaísmo do campesinato teria sido um obstáculo ao projeto revolucionário do PCB, sendo que bandeiras como a da reforma agrária – a qual ela considera como reformista por promover uma estabilidade social aos camponeses, de modo a desarticular a luta de classes - que foram promovidas por estes e por Julião, teriam sido o grande obstáculo a concretização desta revolução. Segundo Rangel, a pesquisa de Azevedo acaba sendo um contraponto a de Aued, visto que ele interpreta a mobilização das Ligas como relacionada a expansão do capitalismo no campo a partir de uma “via prussiana”, que mantém a grande propriedade e proletariza os camponeses. Se para Aued a consciência revolucionária só chegava a estes por meio do PCB, para Azevedo esta decorreria desta proletarização e articularia a demanda por reforma agrária em um projeto revolucionário que permitiria Julião formar um partido agrário a partir das Ligas Camponesas. Se para Aued, Julião foi um obstáculo ao projeto revolucionário do PCB, para Azevedo, foi este partido, junto a Igreja, que interrompeu o projeto revolucionário de Julião.

Rangel (2000) indica que tanto Fernando Azevedo, quanto Bernadete Aued, visaram reforçar suas perspectivas teóricas com as próprias pesquisas, de modo a colocarem as experiências dos camponeses como secundárias para a mobilização, o que constituiu a maior limitação destas pesquisas, na visão da autora.

A única pesquisa deste começo da década de 1980 que utilizou entrevistas com participantes do movimento foi o trabalho realizado por Bastos (1984), que contrasta as falas de lideranças e as percepções dos moradores de modo a concluir que havia uma

separação entre a articulação de bandeiras do movimento e as experiências dos trabalhadores rurais e camponeses, afirmação apoiada na pesquisa de Azevedo (1982). Entretanto, esta dissertação se propõe problematizar até que ponto as pautas do movimento partiam apenas das lideranças, observando as continuidades entre as demandas e as formas de ação mobilizadas pelos moradores no cotidiano do sistema de moradia e as mobilizadas na participação destes agentes nas Ligas Camponesas. A pesquisa de Bastos contribui ao apresentar as contraposições dos moradores aos grandes proprietários como um fator que contribuiu para a mobilização das Ligas.

A observação das experiências dos trabalhadores rurais e camponeses que participaram do movimento foi durante certo tempo impedida, tanto pela falta de pesquisas que visassem realizar este tipo de investigação, quanto, principalmente, face ao medo que os participantes do movimento tinham de relatar suas memórias. Rangel (2000) relata como estas experiências do medo faziam com que vários destes agentes recusassem ou mostrassem muita desconfiança em conceder entrevistas. Novaes (1997) também relata este medo dos participantes em conceder entrevistas e afirma que os relatos destes agentes só começam a aparecer no começo da década de 1980. Três fontes se utilizaram da realização de entrevistas com participantes das Ligas no começo da década de 1980: a, já mencionada, pesquisa de Bastos (1984); a pesquisa da própria Novaes (1997), que realizou entrevistas no começo da década de 1980, apresentando sua tese de doutorado em 1988, a qual foi publicada em livro em 1997, tendo como centralidade a relação entre as experiências religiosas dos moradores e a elaboração de uma identidade política camponesa; e a obra organizada por Antônia M. Van Ham, também conhecida como Irmã Tonny (2006), em conjunto com outros organizadores e algumas outras pessoas que a ajudaram na realização das entrevistas, que foram, em sua grande maioria, realizadas pela própria Irmã Tonny Van Ham, uma religiosa holandesa que veio ao Brasil na década de 1970 e se inseriu em movimentos sociais de luta pela terra, tendo no início da década de 1980 realizado algumas entrevistas com participantes das Ligas. Em 2001, quando estavam sendo organizados os preparativos para o evento de memória dos 40 anos da morte de João Pedro Teixeira<sup>2</sup>, ela, junto a estes movimentos e apoiadores decidiram produzir um livro em homenagem a essa liderança.

---

<sup>2</sup> Fundador da Liga Camponesa de Sapé, a primeira e mais influente Liga da Paraíba, e a com maior número de associados no Brasil. Ele foi assassinado em 2 de abril de 1962 a mando de latifundiários da região devido a sua posição de liderança no movimento. Sua esposa, Elizabeth Teixeira, se tornou presidente da Liga de Sapé, uma das maiores lideranças camponesas do movimento, e é reconhecida como uma das maiores portadoras de memórias das lutas do campo deste período.

Para concretizar a produção desta obra foram feitas diversas entrevistas nos anos seguintes, sendo esta empreitada retomada em 2004, com a realização de mais entrevistas, até 2006, data de publicação do livro que conta com 46 depoimentos, diversos destes de participantes das Ligas.

Em 1991, Rangel (2000) realizou entrevistas com participantes das Ligas, que foram utilizadas, conjuntamente a algumas entrevistas realizadas por outros pesquisadores no final da década de 1980 e concedidas à autora, para a elaboração de sua dissertação em 2000. Estas entrevistas apresentam as trajetórias desses agentes, desde o convívio com o grande proprietário durante a vigência das relações da morada, perpassando as tensões do período em que a expulsão do campo se intensifica, até a filiação nas Ligas Camponesas. A pesquisa da autora contribuí profundamente para o entendimento de como as experiências dos moradores, anteriores a mobilização política, influenciaram a participação destes agentes nas Ligas. As entrevistas concedidas à Irmã Tonny Van Ham (2006) trazem a contribuição de apresentar como foram realizadas diversas ações das Ligas, assim como apresentam as percepções dos participantes do movimento sobre as lideranças e sobre as falas destas. Estas duas obras, junto a de Novaes (1997), por serem as obras contendo mais entrevistas sobre a mobilização das Ligas, são também as mais utilizadas pelo autor para a construção do texto desta dissertação, especialmente nos dois capítulos finais.

Cabe ressaltar que devido a dificuldade de encontrar participantes do movimento atualmente, assim como ao limite de tempo para elaboração da dissertação, não conseguimos realizar entrevistas de primeira mão, assim sendo recorreremos as três obras mencionadas acima, sendo estas a base que nos possibilitou analisar as narrativas dos participantes do movimento. As obras de Novaes (1997) e Rangel (2000) não apresentam entrevistas inteiras, apenas fragmentos destas, os quais foram selecionados de acordo com o recorte de pesquisa das autoras, o que explica a maior atenção de Rangel sobre a trajetória dos moradores desde seu convívio na moradia até a participação nas Ligas, e a maior ênfase de Novaes sobre a formação de uma identidade política e dos aspectos religiosos dos valores desses agentes. A pesquisa teve, portanto, de atentar para estes recortes e para a utilização destes fragmentos de entrevista.

O documento organizado pela Irmã Tonny Van Ham (2006), contém algumas partes iniciais com falas que contextualizam a feitura do livro e a emergência das Ligas Camponesas, mas é, em quase sua totalidade, composto por entrevistas concedidas por agentes que foram moradores neste período e observaram ou participaram das Ligas,

tendo sido entrevistados tanto lideranças quanto demais participantes. A primeira parte do documento apresenta uma seleção de recortes das entrevistas, a partir de certas temáticas, já a segunda, apresenta as entrevistas inteiras. O foco do documento está em apresentar memórias sobre João Pedro Teixeira, de modo que outros elementos, como a trajetória dos moradores e de suas famílias antes da participação no movimento, acabam ficando em segundo plano. O tamanho das entrevistas também varia bastante, indo de apenas uma lauda a mais de uma dezena de páginas, o que parece estar ligado a quem era entrevistado – visto que lideranças como Elizabeth Teixeira e Elias Pereira concederam algumas das entrevistas mais longas -. A grande contribuição deste documento está em apresentar um número massivo de falas sobre as ações do movimento, sobre as falas que as lideranças faziam, sobre os valores e símbolos mobilizados na ação coletiva, sobre a repressão ao movimento<sup>3</sup> e sobre as percepções destes agentes a respeito destes acontecimentos.

Ao abordarmos os três documentos – Novaes (1997), Rangel (2000) e Van Ham (2006) - que servem de fonte de narrativas para a pesquisa, nos atentamos a mencionar a data das entrevistas, o local em que foram realizadas e a posição social que o entrevistado ocupava naquele período (mais precisamente o trabalho que realizava). Entretanto, em todos os documentos verificam-se casos em que este tipo de informação não consta, o que foi uma das limitações para os objetivos da nossa dissertação.

A presente dissertação se distingue das demais pesquisas realizadas ao atentar para a relação entre, a moralidade e as formas de resistência envoltas no cotidiano do sistema de moradia e os símbolos e valores mobilizados pelas Ligas Camponesas. A observação do sistema de moradia como um espaço envolto por diversas formas de resistência também é realizada por Rangel (2000), ainda que a autora não tenha utilizado a abordagem das resistências cotidianas de Scott (2000), mesmo assim a presente pesquisa dialogou diretamente com a pesquisa dessa autora, entretanto, se diferencia desta ao utilizar outro marco teórico para abordar essas relações e por comparar as formas de resistência presentes no sistema de moradia às demandas e formas de ação das Ligas Camponesas.

---

<sup>3</sup> Cabe indicar que um ponto em comum entre as três fontes de narrativas usadas pela pesquisa é que todas contêm falas sobre a repressão contra as Ligas e mencionam práticas violentas por parte dos grandes proprietários, o que demonstra como o contexto em questão era bastante marcado pela possibilidade de repressão a mobilização de camponeses e trabalhadores rurais.

O marco teórico utilizado perpassa abordagens de alguns autores entre os quais, Norbert Elias sobre as interdependências funcionais e as figurações sociais, Edward Thompson no que tange a formação de experiências sociais e as moralidades constituídas por estas, e James Scott acerca das formas de resistência cotidiana. O referencial teórico-metodológico utilizado é a Hermenêutica de Profundidade (HP) de J. B. Thompson.

J. B. Thompson (2011) defende que se utilizem três procedimentos, os quais correspondem a três dimensões analíticas complementares de um processo interpretativo, para que a HP seja realizada. A primeira delas é a análise sócio-histórica, que permite realizar uma primeira contextualização das formas simbólicas<sup>4</sup>, traçando relações entre as significações e as estruturas sociais. O segundo procedimento da HP é a análise formal, que visa o discurso interno das formas simbólicas. O último procedimento é a reinterpretação, que se baseia nas fases analíticas da HP, mas se distingue destas. Ela consiste em uma síntese criativa de novos significados, elaborada através das significações dos agentes e das análises formuladas na pesquisa. Com isso a reinterpretação se aproveita do fato das formas simbólicas serem sempre abertas a novas interpretações, para gerar uma nova interpretação que pode ser conflitante com as interpretações de superfície, ou interpretações da vida cotidiana. A nova interpretação, ao observar novas possibilidades sociais permite gerar uma interpretação de profundidade com potencial crítico sobre a realidade social.

Seguindo as orientações da Hermenêutica de Profundidade, realizaremos a pesquisa utilizando as três etapas propostas por esta abordagem (contextualização, análise formal e reinterpretação): a primeira, de contextualização histórica do movimento das Ligas camponesas (capítulos 1 e 2), a segunda, de análise formal dos documentos que contêm entrevistas realizadas com participantes do movimento (capítulo 3 e 4), sendo que no último capítulo apresentamos a etapa de reinterpretação histórica.

No primeiro capítulo faremos uma análise do contexto em que as Ligas Camponesas surgem, nas décadas de 1950 e 1960 na Paraíba e em Pernambuco. O texto então irá prosseguir com a análise dos meios de mobilização utilizados pelas Ligas Camponesas e a correlação entre as experiências sociais dos agentes que estavam no

---

<sup>4</sup> J. B. Thompson (2011) define formas simbólicas como as construções significativas (falas, textos, ações) que exigem uma interpretação. O autor aponta que estas nunca podem ser separadas dos contextos sócio-históricos dentro e através dos quais essas são produzidas, transmitidas e recebidas.

campo e as estratégias empregadas pelas lideranças do movimento. O capítulo será finalizado com uma análise das determinações sociológicas da expansão das Ligas Camponesas nos dois estados estudados.

O segundo capítulo inicia demonstrando como diversas ações coletivas, a exemplo das passeatas e greves, constituíram uma forma de reivindicação das Ligas Camponesas, em que as ações visavam abrir brechas para a negociação das pautas do movimento. Como será apresentado, esta forma de reivindicação ocorre conjuntamente a práticas que refletiam o contexto de violência no qual as Ligas se organizavam. Assim, as Ligas também articulam um setor armado que visava realizar guerrilhas para uma possível revolução armada. Os tensionamentos entre estas estratégias são permeados pelos tensionamentos entre certas lideranças do movimento, sendo que a pesquisa atentou para estes conflitos a partir dos posicionamentos tomados por Julião, Clodomir Moraes e Assis Lemos de Souza. A ambiguidade entre violência e a possibilidade de negociação permeia todo o capítulo, sendo o objetivo deste esclarecer como esta possibilidade se forma e se relaciona com o contexto histórico de crescente violência. O capítulo termina descrevendo como o processo de repressão, intensificado com o golpe militar, extinguiu a organização das Ligas Camponesas.

O terceiro capítulo realiza uma análise das entrevistas dos camponeses e trabalhadores rurais que participaram das Ligas, registradas por Rangel (2000), Novaes (1997) e Irmã Tonny Van Ham (2006), com o objetivo de observar como a moralidade das relações cotidianas com os grandes proprietários expressavam formas de resistência cotidiana que influenciaram as formas que a ação política do movimento tomou. A comparação entre as duas formas de resistência é relevante na medida que tanto permite entender que o sistema de moradia não impunha unilateralmente os símbolos e valores dos grandes proprietários aos moradores, mas permitia contraposições, quanto por possibilitar compreender que as Ligas Camponesas não surgem apenas de forças exógenas, a partir de projetos como o do PCB e de Julião. Assim cabe a pergunta: como a moralidade do sistema de moradia e as formas de resistência cotidiana se relacionaram com a formação de símbolos e valores das Ligas Camponesas?

A relação entre resistência cotidiana e a forma movimento fica mais nítida se tomarmos brevemente um exemplo: os relatos concedidos a Rangel (2000) apresentam diversas situações em que os moradores necessitam negociar com os grandes proprietários e administradores para não serem expulsos da terra. Este recurso a realizar acordos era utilizado em diversas situações, como quando o morador queria melhorar

sua condição ou evitar que esta piorasse. À primeira vista poderia parecer que estas conversas, nas quais os moradores não apresentavam nenhuma demanda explicitamente, se tratavam de mera subordinação e obediência por parte destes. Entretanto, ao observarmos por outra perspectiva, ao nos atentarmos para as trajetórias destes moradores – descritas por Rangel – e para a própria narrativa destes agentes, pode-se perceber que havia a elaboração de demandas dissimuladas, as quais tentam não enfrentar diretamente a autoridade dos grandes proprietários e de seus administradores por medo das punições que estes poderiam aplicar. A eficácia destas formas de resistência cotidiana também é evidenciada nos desdobramentos da formação destes acordos.

Se este caso de resistência cotidiana evidencia algo diverso a ser pensado sobre as relações do sistema de moradia, cabe perguntar se haveria relação entre este tipo de ação e as ações realizadas pelas Ligas Camponesas. As ações deste movimento são coletivas e explícitas, nada parecidas com o que se poderia enquadrar como resistência cotidiana, entretanto, existem traços comuns, tanto na forma quanto no conteúdo das demandas. As conexões ficam mais nítidas quando levamos em conta a moralidade do trabalho autônomo na terra que era veiculada por estes agentes. Assim a demanda por desfrutar de uma posição social menos dependente dos grandes proprietários aparece, de modo distinto, em ambas. A pesquisa então visa observar esta distinção, que não apaga a importância das continuidades entre as duas formas de resistência.

Neste capítulo também será analisada a formação do que denominamos de identidade política camponesa na mobilização das Ligas, a qual reflete a mudança da percepção dos moradores a respeito da autoridade do grande proprietário, da sua própria posição social e das possibilidades de mobilidade social. Duas perguntas podem guiar a discussão desta parte do trabalho: 1) Como a autoridade do grande proprietário era associada a possibilidade de acesso a terra no sistema de moradia?; 2) Como a emergência das Ligas Camponesas se relaciona ao questionamento à autoridade dos grandes proprietários e a narrativas que identificam outras possibilidades – em relação as regras do sistema de moradia - de acesso a terra e à uma posição social mais autônoma? A respeito da identidade política camponesa, a pesquisa se apoia em diversos apontamentos feitos sobre o tema por Novaes (1997) para entender o que os participantes do movimento identificavam como camponês. A dissertação toma o cuidado de não confundir esta interpretação do termo com a utilizada analiticamente na

pesquisa, assim sempre que nos referenciarmos a noção de camponês usada pelos participantes do movimento usaremos o termo identidade política camponesa.

O último capítulo analisa as continuidades e discontinuidades nos valores e símbolos dos moradores que participaram das Ligas, observando como a emergência de uma narrativa a respeito de “direitos” e de uma “lei das Ligas”, possibilitou a ressignificação da expectativa pela realização de um trabalho autônomo na terra. Nas narrativas dos moradores “direitos” e “lei” remetem a regras e costumes, não necessariamente tendo conexão com a legislação do Estado. O uso do termo “direitos” por trabalhadores rurais da cana em Pernambuco foi analisado por Lygia Sigaud (1980), sendo que ela indica como existe uma idealização do passado em que estes moradores tinham a possibilidade de acesso a uma posição mais autônoma (poderem plantar em um pedaço de terra maior – o sítio – pagando foro ao grande proprietário). O termo “direitos”, na pesquisa da autora aparece associado aos direitos trabalhistas deste período anterior ao golpe militar, associando estes a figura de Miguel Arraes, governador de Pernambuco no período. No caso desta dissertação se percebe também uma idealização do passado em certas narrativas, e o termo “direitos” é associado tanto aos direitos trabalhistas e ao acesso a terra pelos quais as Ligas lutavam – e em diversos casos tiveram sucesso em aprovar leis e acordos com o Estado – quanto com as relações do cotidiano do sistema de moradia em que certas relações asseguravam um compromisso do grande proprietário com os moradores em lhes promover serviços e a possibilidade de acesso a terra. Isso permite contextualizar a análise de Sigaud – para o caso das Ligas na Paraíba - a respeito de que nas falas destes agentes os “direitos” sempre existiram, mas não eram conhecidos pelos moradores.

Já quanto ao termo “lei das Ligas”, este remete a possibilidade de acessar uma posição mais autônoma por meio de um conjunto de valores, regras e símbolos associados as Ligas. Assim cabe elaborar a pergunta: como a moralidade do sistema de moradia foi ressignificada em valores e símbolos referentes ao acesso à terra, e como estes ganharam o significado de uma regra associada ao movimento das Ligas Camponesas?

Estes debates evidenciam como as regras do sistema de moradia, que tendencialmente favoreciam a manutenção da posição social dos grandes proprietários, também geravam tendências contrárias, que neste contexto foram exacerbadas e, através de uma ressignificação dos valores e símbolos da moralidade envolta nestas relações, permitiram uma contestação da posição dos grandes proprietários a partir da confluência

com grupos políticos que permitiram a emergência das Ligas Camponesas. Assim, cabe a seguinte problematização: em que situações as regras internalizadas da morada permitiram a manutenção da autoridade dos grandes proprietários e em que situações elas foram fonte de uma revolta contra estes?

As considerações finais sintetizam a problematização trazida ao final do último capítulo, evidenciando que o rompimento das reciprocidades das obrigações entre grandes proprietários e moradores, realizado pelos primeiros, em um contexto no qual os moradores mais autônomos tinham mais acessos a interdependências funcionais fora da grande propriedade, permitiu que o acúmulo de experiências das resistências passadas gerasse uma ressignificação da demanda por terra e a realização de uma mobilização coletiva, que realizava demandas abertas aos grandes proprietários. Esta ressignificação permite entender como a demanda por terra dentro do sistema de moradia, que era realizada pela internalização das regras deste sistema, se transforma em uma demanda por terra na mobilização das Ligas, a qual ocorre a partir do enfrentamento aos grandes proprietários. Ao final, tensionamos a perspectiva, defendida por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), de que as camadas intermediárias tendencialmente geram a manutenção da estratificação social e evitam sua contestação. O caso das Ligas Camponesas serve de contraponto a esta tendência, visto que foram as camadas intermediárias – os foreiros, que eram os agentes que mais internalizavam as regras da morada – os principais agentes a participarem do movimento.

## **CAPÍTULO 1**

### **1. O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960**

Neste capítulo será realizada uma análise do contexto no qual as Ligas Camponesas surgem nas décadas de 1950 e 1960, na Paraíba e em Pernambuco. Iniciaremos pela exposição dos problemas sociológicos elencados, assim como pela definição de alguns determinantes estruturais do contexto em questão. O texto prossegue com a descrição do surgimento da Liga da Galileia - a primeira associação das Ligas Camponesas - e seus conflitos jurídicos, indicando a relevância destes para as mudanças nas relações entre os camponeses e trabalhadores rurais e os grandes proprietários. A pesquisa então dedica-se a análise dos meios de mobilização utilizados pelas Ligas Camponesas e a correlação entre as experiências sociais dos agentes que estavam no campo e as estratégias empregadas pelas lideranças do movimento. Este ponto da pesquisa busca explicitar a perspectiva das Ligas Camponesas, principalmente a defendida por Francisco Julião, a respeito da centralidade do campesinato para as possibilidades de uma mudança da estrutura social no Brasil. No final do capítulo faremos uma análise das determinações sociológicas da expansão das Ligas Camponesas nos dois estados estudados.

#### **1.1 PROBLEMATIZAÇÃO SOCIOLOGICA DO SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO**

##### **1.1.1 A constituição histórica do âmbito rural brasileiro e o espaço social do sistema de moradia nas décadas de 1950 e 1960**

Para iniciar a discussão, a pesquisa perpassa o contexto histórico da década de 1950 e 1960 na Paraíba e em Pernambuco, estados nos quais o movimento teve mais força. Analisaremos uma parte da literatura sobre as Ligas Camponesas com o fito de esclarecer quais problemas sociológicos foram levantados para a investigação.

Wanderley (1985) afirma que a partir de 1930 há uma redefinição da aliança política entre as classes dominantes, o que favorece a formação de uma base interna de acumulação mais sólida, assim como a crescente concentração e centralização de capital, o que repercute sobre a divisão do trabalho em nível regional e setorial, de modo a propiciar a ascensão da fração industrial da classe capitalista à dominação

econômica e a hegemonia política. Entretanto, por mais que a base agroexportadora da economia tenha sido abalada e a classe capitalista ligada à grande propriedade atingida, isto não significou o declínio ou falência das grandes propriedades, visto que o poder político dos grandes proprietários permitiu a manutenção do latifúndio e de sua exploração tradicional mediante políticas de proteção à crise econômica.

A força de trabalho adotada pela grande propriedade em nível nacional correspondia à um trabalho familiar exercido dentro da grande propriedade, seja pelo morador, colono, arrendatário ou o pelo parceiro, categorias que transferem o sobre trabalho ao grande proprietário ao assumir o custo e o risco de sua própria reprodução. A autora indica como, mesmo após a superação da crise econômica, os interesses da grande propriedade e das outras formas de capital convergiam, como se observa a não inclusão dos trabalhadores rurais nos benefícios da Constituição de 1946. O desenvolvimento urbano também beneficiou a expansão da grande propriedade, já que houve aumento da demanda por produtos agropecuários. A autora destaca como, mesmo a propriedade da terra sendo a base material da grande propriedade, existe uma mobilidade social entre a classe dos grandes proprietários e as classes que investem em outros tipos de capital, que faz com que a classe proprietária não dependa só da terra, a ponto de poder utilizá-la apenas para fins especulativos. Os grandes proprietários se apropriam da renda da terra e, devido a mobilidade social, conseguem se apropriar também do lucro agrícola, havendo uma distinção pouco clara entre as duas formas de apropriação, uma vez que este processo ocorre simultaneamente a transferência, para fora do setor agrícola, de parte do lucro, o que constituiu a base da acumulação de capital para a industrialização brasileira, em uma aliança que beneficia grandes proprietários, capitalistas industriais e o capital estrangeiro. Esta transferência para fora do setor agrícola não acarreta ônus à grande propriedade pois o investimento estatal assegura sua reprodução, o que significa a transferência deste ônus à classe trabalhadora (WANDERLEY, 1985).

Celso Furtado indica que a industrialização do período posterior à Segunda Guerra Mundial utilizou do aumento da inflação e do subsídio ao setor agrícola como modo de socializar as perdas e permitir um acúmulo de capital no setor industrial, através do processo de substituição de importações (FURTADO, 1964). A socialização das perdas consiste em importante processo para o tipo de acumulação tanto dos capitalistas industriais quanto dos grandes proprietários, considerando que o entendimento desta é fundamental para entender o subdesenvolvimento.

O pensamento de Furtado converge com a indicação de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975) sobre como os grandes proprietários buscaram, na formação do processo de acumulação dos diversos ciclos econômicos, a geração rápida de ganhos com baixos investimentos em mão-de-obra e produtividade. Furtado (1964) indica que a grande reserva de mão-de-obra no Brasil e a repressão a organização sindical favoreceram a manutenção dos salários baixos no período de industrialização pós 1945.

Francisco de Oliveira (2008) indica que neste período de industrialização o capital industrial do Centro-Sul estabelece outro padrão de acumulação, que passa a ser preponderante sobre o capital agroexportador. O mesmo período é marcado pela hegemonia política dos capitalistas industriais desta região, de maneira a modificar o caráter da intervenção do Estado na economia, de modo a privilegiar a acumulação industrial. Esta mudança histórica acarretou a perda da hegemonia econômica e política dos grandes proprietários da economia cafeeira, assim como gerou uma contradição na divisão do trabalho entre as regiões. Os grandes proprietários do Nordeste são também atingidos por este processo, destacadamente os produtores de algodão e de cana do estado de Pernambuco e da Paraíba. O autor indica que a relação capital-trabalho do Centro-Sul passa a se impor como padrão em nível nacional, de modo a pressionar a divisão do trabalho no Nordeste, a qual se realizava tanto com o trabalho proletário, quanto com o trabalho de camponeses (que ele considera como semiproletários ou até mesmo semi-camponeses). Essa pressão se realizou com mais força sobre a economia canavieira, tanto devido a competição com a crescente economia da cana em São Paulo, quanto pelo fato de a economia algodoeira favorecer a exploração não assalariada<sup>5</sup>. Este contexto também contou, como indica Manuel Correia de Andrade (1986a), com a valorização internacional do preço da cana a partir de 1945, de modo a gerar um processo de expansão da economia canavieira sobre as áreas exploradas pelas unidades familiares tanto dentro quanto fora dos engenhos e usinas, assim como gerou a intensificação da exploração dos trabalhadores rurais. Processo que foi identificado por autores como Azevedo (1982), Bastos (1984) e Wanderley (1985) como proletarização. Entretanto, cabe observar que este processo não pode ser reduzido a ampliação do capitalismo para a área rural brasileira, visto que simultaneamente se mantiveram relações que não se assemelham a transformação da força de trabalho em capital

---

<sup>5</sup> Oliveira (2008) também indica que a hegemonia política na Paraíba e em Pernambuco, neste contexto, pertencia aos grandes proprietários da economia algodoeira.

variável, como se percebe na manutenção do sistema de moradia, inclusive nessas regiões canavieiras do Nordeste brasileiro, em décadas posteriores a este processo<sup>6</sup>. A expulsão da terra e o aumento da exploração do trabalho foram processos contra os quais se ergueu o movimento camponês do final dos anos de 1950, que se opunha à grande propriedade reivindicando a propriedade camponesa, aglutinando forças com outros movimentos sociais da época e constituindo uma ameaça à aliança dominante.

As Ligas Camponesas constituíram associações que participaram do movimento social camponês entre 1955 e 1964, predominantemente no Nordeste. Este movimento conseguiu produzir forte pressão política, em um contexto que contou com mobilizações das camadas populares e com a ascensão de lideranças políticas como João Goulart – também conhecido como Jango - e Miguel Arraes na década de 1960. Azevedo (1982) aponta que este contexto permitiu a inclusão da pauta da reforma agrária nas chamadas reformas de base e no enfrentamento ao bloco agrário-industrial.

A exclusão do tema do latifúndio do âmbito estatal até o momento do surgimento das Ligas Camponesas indica como o Estado, através do monopólio do uso legítimo da violência simbólica, excluía a questão da concentração de terras dos problemas sociais legítimos. As lutas sociais desenvolvidas pelo campesinato, das quais as Ligas Camponesas constituem parte significativa, tiveram papel fundamental em tensionar o Estado e colocar a questão agrária como problema social. O contexto histórico marcado pela crise dos grupos dominantes vinculados à terra, enseja um momento de possibilidade de questionamentos dos valores e dos problemas sociais legitimados pelo Estado, permitindo que a concentração de terras se constituísse como alvo de discussões.

A dominação agrário-industrial se baseava na exclusão política das massas camponesas e se configurava com senhores de engenho e usineiros, que dispensavam a mediação do Estado para resolver seus conflitos, sendo que a persistência da violência local realizada por estes era um fator que dificultava a realização de demandas pelos trabalhadores rurais e camponeses. A mobilização camponesa, na qual a atuação das Ligas Camponesas constituiu parte significativa, forçou a ruptura do pacto entre as classes dominantes agrárias e urbanas, mas não conseguiu modificar seus aspectos

---

<sup>6</sup> Durante a modernização conservadora, este processo fez com que o trabalho familiar de certos agentes, como os moradores expulsos ou que perderam o sítio, desaparecesse, entretanto ele não foi absoluto, de modo que arrendatários e parceiros continuaram enquanto força de trabalho não proletarizada (WANDERLEY, 1985)

fundamentais antes do golpe militar de 1964, que encerrou as mobilizações e apresentou uma nova configuração, que reiterou a posição dos grupos dominantes (BASTOS, 1984). As Ligas Camponesas, conjuntamente aos sindicatos e outras associações, compuseram o movimento camponês que tensionou a aliança de classes dominantes, mas, como indica Rangel (2000), a pauta da reforma agrária, se foi colocada no Congresso, nunca foi seriamente discutida como pauta a ser votada, já que devido a histórica resistência do Congresso em discutir o tema, a pauta não passava da sessão das comunicações para a ordem do dia, impedindo que fosse realmente votada, demonstrando aí um bloqueio as discussões das demandas dos camponeses e trabalhadores rurais no âmbito do Estado.

A vinculação dos grandes proprietários com o poder estatal se realiza tanto pelas políticas econômicas, que favoreceram a estes grupos e, que se sustentaram sob um processo de socialização das perdas, como indicado por Furtado (1964) em sua análise acerca dos efeitos macroeconômicos destas políticas, quanto pelo uso da repressão estatal, associada à repressão local, contra os trabalhadores rurais e camponeses. Assim, o contexto da década de 1950 e 1960 foi marcado pelo aumento da violência contra esses agentes, dado que se constata nas expulsões e no aumento da exploração do trabalho, as quais muitas vezes recorriam a formas de violência física para se efetivarem. Porfírio (2016) destaca que no período de mobilização das Ligas houve intensificação da violência contra os trabalhadores rurais e suas organizações. Dessa maneira cabe indicar que associado ao processo de socialização das perdas existe uma tendência, apontada por Florestan Fernandes (2013), de que no capitalismo dependente brasileiro, há um controle da mudança social exercido pelos grupos dominantes para fins particularistas. As classes capitalistas agrárias utilizaram seu poder político, econômico e social para evitar qualquer mudança que ameaçasse sua posição social e que tendesse para a desconcentração da riqueza e do poder.

O conceito de controle da mudança social utilizado por Florestan Fernandes revela a nítida influência do conceito de controle social de Karl Mannheim (1962), definido como o uso de posições-chave do processo social para influenciar a vida social. Assim, a indicação de Florestan Fernandes, referencia o caso analisado neste trabalho de dissertação, às possibilidades dos grandes proprietários se utilizarem da posição econômica - principalmente da posse de grandes propriedades - assim como do capital político e social, ligados as possibilidades de se beneficiarem dos vínculos com o Estado para fazer uso das forças policiais, assim como de capangas, para reprimir

violentamente os trabalhadores rurais e camponeses, evitando a organização destes para construir uma pauta de reivindicações.

Para analisar o surgimento das Ligas Camponesas, em meio a este contexto, é necessário descrever a estrutura social na qual os seus integrantes estavam inseridos. Se concebermos os camponeses e trabalhadores rurais como agentes decisivos para as mudanças nas relações de poder podemos tomar suas interpretações e concepções políticas sobre o movimento social camponês que se desenvolvia como um objeto de estudo. O processo de expulsão dos camponeses e o aumento da exploração sobre os trabalhadores rurais indicam uma mudança na configuração das relações de poder da época, que abarca também as modificações na percepção dos diversos agentes envolvidos nas disputas de poder, tornando as mudanças nas perspectivas sociais dos agentes um importante objeto de pesquisa para um estudo configuracional.

A análise da configuração social em que os sujeitos da pesquisa se encontram implica na observação da existência social destes. A ideia de espaço social utilizada por Bourdieu (2008)<sup>7</sup> é válida para entendermos as posições e oposições sociais dos agentes que compõem o campo social estudado. Por isso, analisaremos brevemente as categorias sociais que distinguem os agentes e permitem observar como estes se movimentam na realidade social em que tiveram origem as Ligas Camponesas.

A categoria morador de condição recebe esta denominação em virtude dos moradores terem a obrigação de pagar a condição; o trabalho de dois dias na monocultura do proprietário sem remuneração<sup>8</sup>. Os trabalhadores que se agregavam ao

---

<sup>7</sup> Para Bourdieu (2008) toda sociedade que alcança certo nível de diferenciação se constitui como espaço social, constituindo estruturas entendíveis pelos princípios geradores de diferenças na realidade objetiva. Estes princípios diferenciadores são os diversos tipos de capital (econômico, cultural, político, simbólico correspondendo a diversos campos no espaço social) que são postos em prática pelos agentes no espaço social. No espaço social, os agentes se encontram em disputas de poder e contribuem para conservar ou transformar a estrutura dessa relação de forças. Para entender como os diferentes tipos de capital são usados nestas relações de poder, Bourdieu utiliza a noção de campo social, que remete ao espaço de relação de forças entre diferentes agentes que são detentores de um capital específico, que atua como princípio de distinção daquele campo, sendo que em cada campo um certo número de agentes, que ocupam uma posição social, conseguem dominar suficientemente este capital para se tornarem dominantes neste campo. Os campos podem ser recortados teoricamente dentro do espaço social, sendo que a força de um campo social sobre as relações de poder mais abrangentes no espaço social varia conforme o capital específico que constitui aquele campo é valorizado no espaço social. Os agentes se encontram em contínua disputa pela conservação ou modificação das taxas de câmbio entre os capitais.

<sup>8</sup> Andrade (1986a) indica que a “condição” era o trabalho realizado na grande lavoura que poderia não ser pago, ou ser pago a preços inferiores aos que eram pagos aos trabalhadores rurais que não dispunham da moradia nas terras daquele grande proprietário, ou ainda aos preços pagos aos próprios moradores de condição nos dias em que trabalhavam sem pagar condição. Os relatos colhidos por Rangel (2000) também remetem a esse caráter pago da condição, o que é indicativo de que a existência ou não de

engenho em um primeiro momento eram moradores sem sítio e tinham apenas uma casa com um roçado para plantar, tendo que trabalhar por remuneração os outros dias da semana – fora os dias da condição – para se sustentar. Este morador poderia – e isto é apenas uma possibilidade – receber um sítio<sup>9</sup> em áreas em que a plantação de monocultura é desfavorecida e se tornar um morador com sítio, desde que demonstrasse “serviço” ao proprietário. O morador tinha como ideal receber um sítio e consolidava uma disposição a interiorizar as regras do engenho para conseguir obter essa “recompensa”<sup>10</sup>. O morador com sítio, ou o morador foreiro, podia tanto trabalhar em seu roçado quanto utilizar seus dias para conseguir remuneração trabalhando na monocultura. Mas isso não significa que ele não estivesse em uma relação de dependência para com o proprietário, tendo em vista que este podia não chamar os moradores com sítio para trabalhar na monocultura deixando-os apenas com a produção de subsistência de seus sítios; sendo guardados como uma reserva de mão-de-obra. Fora isto, o próprio contrato dos moradores podia ser modificado repentinamente, exigindo que estes trabalhassem exclusivamente na monocultura do proprietário (BASTOS, 1984; PALMEIRA, 2009).

Os moradores idealizam um passado em que todos recebiam sítios, o que indica apenas a existência desta possibilidade, que passa a ser fechada com o aumento da monocultura da cana na década de 50, contribuindo com o processo de expulsão dos moradores (PALMEIRA, 2009). A produção de cana foi incentivada pelos preços internacionais e pelo investimento do Estado que garantiu aos senhores de engenho do Nordeste uma cota mínima da cana, comprada pelas usinas. Com isto usineiros e senhores de engenho do Nordeste passaram a ver como vantajosa a expulsão de moradores (AZEVEDO, 1982; ANDRADE, 1986a).

---

remuneração pela condição, também chamada de sujeição, variava segundo as relações definidas pelo grande proprietário e impostas aos seus moradores.

<sup>9</sup> O sítio é um pedaço de terra para além do roçado - um pedaço de terra que vem conjuntamente com a casa – e representa o mais importante “prêmio” que o senhor de engenho podia atribuir ao morador. A distribuição de sítios se constituía em um mecanismo de diferenciação entre os moradores, já que a posse do sítio podia permitir maior vinculação à terra pela permissão de plantar árvores frutíferas, erguer um roçado e, em certos casos, até mesmo plantar cana (PALMEIRA, 2009).

<sup>10</sup> O morador entrava em um ciclo de eterno endividamento para com o proprietário, que não se encerra no aspecto econômico – que também ocorria pelo endividamento nos barracões; armazéns em que os moradores se abasteciam a crédito, tendo a dívida deduzida do ganho semanal. Sendo que o morador com sítio tinha que interiorizar mais as regras do engenho em troca de sua maior autonomia de possuir um sítio e ficar em um local afastado no engenho – distante do olhar direto do senhor de engenho e de seus administradores; que eram responsáveis pela execução de ordens do senhor de engenho e da organização do trabalho (PALMEIRA, 2009).

O morador foreiro consiste em uma categoria que recebia uma terra – localizada geralmente distante da monocultura cultivada pelo proprietário - arrendada para produzir, tendo de realizar o pagamento do foro – um valor fixo em dinheiro pago anualmente-, entre outras formas de subordinação para com o proprietário, que condicionava a utilização da terra, na qual se utiliza a mão-de-obra familiar para práticas de subsistência. Esta categoria se constitui enquanto um tipo de arrendamento – mas não o único tipo de arrendamento - que possuía maior autonomia na escolha do plantio e nas atividades econômicas em geral. Tal autonomia não indica que não houvesse subordinação e dependência para com o proprietário das terras. Mas, esta autonomia é sempre relativa e fundamental para entender as possibilidades e motivações que levaram os foreiros a constituírem a principal base social das Ligas Camponesas (BASTOS, 1984).

Os agentes que estavam inseridos no espaço social do sistema de moradia apresentavam dependência para com a grande propriedade, tendo a comercialização de sua produção, consumo, meios de produção e da força de trabalho mediadas pelos grandes proprietários. Palmeira (2009) aponta que estas diversas formas de dependência do proprietário estão ligadas, respectivamente, à prioridade do dono da terra em comprar a produção dos arrendatários; ao barracão que constituía um meio de vender produtos a preços elevados (em muitos casos a compra no barracão era imposta ao trabalhador, uma vez que o pagamento do seu trabalho não era feito em dinheiro mas na forma de vales) aos moradores, acarretando diversas dívidas, saldadas com trabalho na lavoura do grande proprietário, de modo a aumentar a exploração do trabalho dos moradores; à posse de meios de produção pelos latifundiários (como instrumentos e instalações, a exemplo das casas de farinha); e a venda de força de trabalho aos usineiros e senhores de engenho, que era realizada por todas as categorias, até pelos arrendatários e pequenos proprietários devido à dificuldade de alcançar a autossuficiência da produção da unidade familiar em terras menos férteis que as da lavoura de cana. Cabe destacar que os moradores poderiam ser chamados a qualquer momento para trabalharem na lavoura do patrão, sendo esta inconstância mais uma maneira do grande proprietário ter o trabalho em suas terras garantido, enquanto o morador tinha o trabalho em seu roçado, ou sítio, sempre como incerto. Outra maneira de exploração do trabalho era o cambão, que era a realização de dias de trabalho não

remunerado na lavoura do proprietário<sup>11</sup>. Essas diversas relações já analisadas por Moacir Palmeira podem ser entendidas como relações que, de maneira tanto consciente (enquanto estratégia dos latifundiários) quanto de maneira não planejada, baseada em fatores afetivos e morais, vinculam os moradores de maneira dependente à grande propriedade.

A instabilidade que marca o cotidiano e o trabalho destes agentes contrasta com a procura dos grandes proprietários por poucos riscos na inversão de capital na terra, não buscando grandes investimentos em máquinas e no aumento da produtividade, mas sim na manutenção da grande propriedade e de uma mão-de-obra com baixa remuneração. Sendo que o grande proprietário usava do controle sobre uma extensa quantidade de terras para remunerar de maneira não monetária parte do trabalho empregado pelos moradores. Nos momentos de perdas econômicas ele podia deixar parte dos moradores sem trabalho, vivendo a base dos plantios de subsistência. Assim havia poucos riscos nos investimentos do grande proprietário justamente devido a situação extremamente instável em que os moradores e demais trabalhadores no campo eram deixados.

O conceito de socialização das perdas, utilizado por Celso Furtado remetia as relações macroeconômicas, mas é possível observar que no contexto microsocial da relação entre um grande proprietário e os moradores, sempre que havia perdas estas eram socializadas para os últimos, deixando o grande proprietário em situação bastante estável. Assim, fazendo um paralelo com o conceito usado por Furtado, pode-se afirmar que um dos traços marcantes das relações sociais no campo era a constante possibilidade de socialização das perdas por parte dos grandes proprietários para os trabalhadores rurais e camponeses que eram seus dependentes. O que significa que um dos determinantes sociais das ações dos grandes proprietários, dentro da configuração do sistema de moradia, era a procura de relações de trabalho em que estes pudessem submeter os trabalhadores à dependência, podendo assim ter poucos gastos em períodos de forte ganho econômico e ter poucos prejuízos em períodos de perdas econômicas.

Bastos (1984) aponta que nas décadas de 1950 e 1960 ocorre a concentração de terras em volta das usinas, incentivada pela preferência dos usineiros – donos das usinas

---

<sup>11</sup> Andrade (1986a) indica que o cambão era realizado nas épocas de safra da cana e constituía o trabalho não remunerado dos moradores na grande lavoura em alguns dias da semana durante estas épocas. A quantidade de dias requeridos pelos grandes proprietários também variava conforme a relação destes para com os moradores.

- por receberem seu fornecimento dos proprietários das terras e não dos rendeiros. Andrade (1986a) também indica como os engenhos se transformam em fornecedores de cana para as usinas, de modo a aumentar a lavoura canavieira. O processo de expulsão do foreiro fez com que este tivesse que se transformar em morador da usina e se submeter ao trabalho assalariado, perdendo a autonomia relativa que era por ele valorizada. O foreiro, assim como o morador de condição expulsos, poderiam não encontrar nova morada em outro engenho, de modo a serem forçados a manterem relações de assalariamento. O morador poderia desta maneira se transformar em “clandestinos” ou em trabalhadores de rua, que não mais estabeleciam uma relação de moradia em um engenho, mas relações de trabalho temporária (BASTOS, 1984; PALMEIRA, 2009).

Outros agentes apontados por Bastos (1984) enquanto categoria são os parceiros. Estes se encontram em situação intermediária entre o arrendamento e o assalariamento e são afetados de maneira semelhante ao arrendatário pela expansão da monocultura da cana e, por isso, se inserem nas disputas das Ligas Camponesas para tentarem manter o controle sobre suas produções.

Outra categoria presente na região estudada no período de 1950-1960 é a do pequeno proprietário. Esta categoria aumenta numericamente devido a expulsão de outros camponeses das suas terras, sendo que o processo de concentração de terras deixava apenas pequenas propriedades menos produtivas a estes. Os pequenos proprietários se encontravam em uma situação de dependência para com os latifundiários, seja pela necessidade de vender seus alimentos e produtos a estes, ou por ter que vender sua força de trabalho nos engenhos e usinas. Fora isto os pequenos proprietários também eram forçados a contrair empréstimos e se endividarem com os latifundiários, devido à ausência de acesso ao crédito. Os pequenos proprietários compuseram parte significativa das Ligas Camponesas e sua vinculação a estas foi motivada por fatores semelhantes aos dos foreiros (BASTOS, 1984).

Essas categorias não podem ser utilizadas em um sentido substancialista, isto é, como se os agentes históricos fossem em sua essência dotados de certas características inalteráveis. O que define as características de suas existências sociais são as relações sociais que compõem aquela configuração, podendo uma categoria modificar suas relações conforme mudam as condições sociais. Palmeira (2009) também enfatiza como os agentes sociais modificavam suas relações de modo a mudarem a categoria a qual pertenciam em determinados momentos de sua trajetória.

A análise realizada nesta seção permite sintetizar três elementos que constituem a estrutura social do contexto analisado: 1) a tendência histórica dos grandes proprietários em estabelecer a relação com os trabalhadores rurais e camponeses a partir da possibilidade de socializar perdas, mediante a vinculação destes agentes a relações de dependência para com a grande propriedade; 2) o forte controle da mudança social exercido pelos grandes proprietários através do poder econômico, político e social destes, os quais sempre apresentam a possibilidade do uso da violência física contra os trabalhadores; 3) a transição do padrão de acumulação de capital, que decorre de como este havia se estabelecido no Centro-Sul, o que gerou uma forte tendência para a transição do sistema de moradia para o trabalho assalariado.

### **1.1.2 A relação dos trabalhadores rurais e camponeses com a grande propriedade**

Os arrendatários, parceiros e os moradores, tanto os com, quanto os sem sítio, se encontram vinculados à terra por meio desta relação de poder para com o proprietário, tensionando suas possibilidades de maior autonomia para com a apropriação dos frutos de seu trabalho contra a dependência da grande propriedade.

Wanderley (1985) afirma que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira se dá através da grande propriedade, assegurada historicamente pela mediação do Estado. A grande propriedade no Brasil se sustentou historicamente no uso de uma força de trabalho não proletarizada, que mantém uma base familiar de produção de subsistência e vende sua força de trabalho aos grandes proprietários, de modo que a exploração familiar ocorre dentro dos latifúndios. A autora indica que há uma dupla referência operário-camponês que perpassa a posição social destes agentes (tanto os que vivem no latifúndio quanto os que vivem fora deste).

Essa dupla referência está vinculada a relação destes agentes com os proprietários, sendo, portanto, mais conectada às relações de poder e as interdependências da configuração em que se inscrevem os agentes, do que aos tipos de propriedade que estes adquirem juridicamente. Neste sentido o campesinato brasileiro não condiz com a propriedade camponesa, mas com a relação de força para com os grandes proprietários a que estão sujeitas suas possibilidades históricas. A pesquisa objetiva uma análise para além das relações econômicas que perpassam essas posições sociais, de modo a utilizar a perspectiva de Elias (1999) para entender as diversas configurações sociais, isso é, as interdependências que formam tensionamentos dos

equilíbrios de poder entre os agentes, nas quais todo agente é dependente do outro, mesmo o agente com mais acesso à possibilidades de poder é dependente do agente com menor acesso, já que o que sustenta aquele equilíbrio de poder são as diversas interdependências, ligadas a diferenciação funcional (que não se resume, mas abrange, a divisão do trabalho) e as formas de integração social, sendo que estas interdependências remetem as diversas relações nas quais os agentes desempenham uma reciprocidade para a existência das possibilidades contidas naquela configuração. O trabalho de dissertação pretende, portanto, focar não só nas relações de trabalho, mas nas diversas interdependências que vinculavam os agentes em configurações diversas, com destaque para as vinculações destes com as cidades, as feiras, os agentes em outras posições sociais no campo e no meio urbano, com o sistema jurídico e repressivo do Estado, com familiares próximos e distantes e, finalmente com as possibilidades de mudança de posição social.

Assim, a forma de entender as configurações sociais em que se inserem as posições sociais do campesinato e do trabalhador rural, relacionadas à configuração de um capitalismo dependente, implicam em entender os tensionamentos entre os agentes sociais, tanto a partir das relações recíprocas que constituem, como a partir das representações que formulam sobre a realidade social.

Wanderley (1985) indica que há no Brasil uma questão camponesa que corresponde aos interesses objetivos comuns entre categorias que vivem dentro e fora do latifúndio, inclusive as que têm no assalariamento sua principal forma de acesso à terra. Esta questão se expressa no nível político pelas reivindicações de reforma agrária e pelas estratégias destes agentes em busca de uma maior margem de autonomia, no que se refere à apropriação dos frutos de sua produção. As lutas destes agentes se concretizam: 1) na busca pela reprodução da unidade familiar que seja independente da grande propriedade, o que se manifesta tanto na migração em busca de terras não ocupadas, assim como no esforço direcionado à compra de terra e na venda da força de trabalho em busca do acesso a um sítio; 2) na luta contra a proletarização<sup>12</sup>; 3) na luta pela ampliação da apropriação dos frutos do trabalho.

A existência de interesses comuns entre as diversas categorias elencadas não significa que estas constituam uma única posição social e uma única experiência social

---

<sup>12</sup> Cabe lembrar que a pesquisa problematiza o entendimento do processo de expulsão dos moradores como sendo constitutiva de um processo evolutivo e linear de ampliação do capitalismo sobre o campo.

correspondente a esta. Deste modo podemos tomar que as categorias em relações de maior dependência para com os grandes proprietários (moradores de condição e trabalhadores rurais que não moravam nos engenhos e usinas<sup>13</sup>) como constituindo uma posição social com uma experiência específica, contrastante com a experiência dos grupos que apresentavam uma maior autonomia relativa para com os grandes proprietários (foreiros, parceiros, pequenos proprietários e posseiros<sup>14</sup>). Assim, pode-se distinguir os primeiros como trabalhadores rurais<sup>15</sup> e os segundos como camponeses, classificando não classes distintas<sup>16</sup>, mas sim posições sociais distintas. O indicativo de que essas duas posições sociais podiam convergir em um projeto unitário reflete as possibilidades de mobilização política comum (que em certos momentos nos referimos como movimento camponês), mas não indicam que esses grupos constituem *a priori* uma classe no sentido marxista. O esforço desse trabalho de dissertação é entender as possibilidades de mobilização política dos agentes nessas posições sociais distintas, entendendo que a convergência dessas é uma possibilidade histórica, mas não um pressuposto contido nesta realidade. Entende-se que abordar desta forma o problema permite um melhor questionamento dos confrontos entre essas categorias e os grandes

---

<sup>13</sup> Pode parecer contraditório indicar os trabalhadores que não são moradores como mais dependentes dos grandes proprietários do que categorias que arrendam terra, entretanto, como se observa em Garcia Jr. (1989) estes agentes eram considerados pelos trabalhadores rurais e camponeses, como “sujeitos” (também se usando termos como “encabrestados”), isto é, colocados como em condição de maior dependência e de menor autonomia para com a apropriação dos frutos de seu trabalho em relação a agentes em categorias como os foreiros, os quais eram considerados “libertos”, visto que possuíam maior autonomia, tendiam a ter melhores condições de vida, a ter mais acesso a certas relações sociais, como as que constituem a feira, de modo a estabelecer outras interdependências.

<sup>14</sup> Trata-se de camponeses que se apossam de uma terra sem possuir documentação oficial que comprove sua propriedade.

<sup>15</sup> A respeito da distinção entre trabalhadores rurais e camponeses, Wanderley (1985) indica que o morador de engenho seria um trabalhador rural, visto que não dispõe da propriedade e de seus meios de produção. Entretanto a autora indica que é através do contrato de trabalho que o morador visa manter uma organização familiar do trabalho com o fito de ter uma renda familiar complementar ao salário. Ela menciona Palmeira para indicar que o que era procurado pelo morador era uma casa de morada, um local onde pudesse colocar roçado, deste modo, a via de acesso à terra passava pelo trabalho assalariado, de modo que as lutas políticas em que se insere o morador nunca se reduzem às reivindicações trabalhistas, visto que ele vê neste trabalho assalariado uma forma de acesso à possibilidade de autonomia de seu trabalho na terra.

<sup>16</sup> Wanderley (1985) indica que o projeto de autonomia camponesa só pode ser entendido a partir da constatação de que não existe uma separação rígida entre camponeses e trabalhadores rurais, no sentido destes formarem classes com interesses distintos. Ela afirma que, por mais que as diversas categorias utilizem de estratégias diferenciadas, existe um denominador comum entre elas, que consiste na elaboração de um projeto que se ergue contra o processo de proletarização e reivindica o acesso à propriedade da terra em condições de estabilidade e suficiência, ou seja, o acesso ao controle dos frutos de seu trabalho. A autora indica como o confronto destes agentes contra os grandes proprietários e o grande capital ocorre tanto em um nível imediato nas relações de trabalho, de produção e fornecimento de mercadorias, quanto em um nível mais amplo em que se confrontam concepções divergentes da propriedade da terra, do trabalho e do desenvolvimento da agricultura no Brasil.

proprietários no âmbito político, social e econômico, que podem ou não constituir aglutinações de experiências comuns em uma luta de classes que disputam possibilidades históricas no contexto estudado.

### **1.1.3 Da resistência cotidiana ao movimento social: a experiência social e o *habitus* dos camponeses e trabalhadores rurais participantes das Ligas Camponesas**

As categorias apontadas sofreram diversas mudanças no contexto histórico do Nordeste de 1950-1960, sendo que é pertinente analisar o que as pesquisas sobre as Ligas Camponesas apresentam sobre a participação deste movimento em meio à conjuntura da época.

Azevedo (1982) aponta que em um primeiro momento as bandeiras das Ligas Camponesas se voltaram contra a expulsão das terras, refletindo a resistência de moradores e foreiros contra este processo. Em um momento posterior as Ligas passam a incorporar os trabalhadores rurais e suas reivindicações, articulando interesses dos pequenos produtores, contra a expropriação, e dos assalariados, contra a exploração brutal<sup>17</sup>. Tendo em comum entre as diversas categorias a luta contra a grande propriedade e o monopólio da terra.

A indicação de Azevedo de que as Ligas Camponesas abordaram, primeiro às reivindicações camponesas e depois às dos trabalhadores rurais, revela como esta dupla referência de camponês e trabalhador se expressa tanto na realidade social cotidiana destes agentes quanto nas formulações teóricas da academia e da militância. As Ligas Camponesas foram alvo de disputas entre grupos da esquerda, principalmente entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as lideranças mais ligadas ao Francisco Julião, advogado e político do Partido Socialista Brasileiro, que foi procurado pelos moradores do Engenho da Galileia, no qual, em 1955, se organiza a primeira Liga Camponesa<sup>18</sup> e que passa a influenciar a mobilização de outras pelo estado de Pernambuco, assim como em outros estados.

Azevedo (1982) aponta a distinção em três fases de lutas e de apreensão política e ideológica nas Ligas: a primeira, que vai de 1955 a 1959 e se foca na disputa da

---

<sup>17</sup> Menezes, Moreira e Targino (2011) apontam que as grandes bandeiras das Ligas Camponesas foram à luta contra a elevação do foro, contra o cambão, contra os baixos salários e pela reforma agrária. Sendo importante levar em conta as perspectivas destes agentes a respeito destas questões.

<sup>18</sup> Diversas pesquisas, como as de Rangel (2000) e Dabat (2015), deixam clara que as Ligas Camponesas deste período de 1955-1964 foram influenciadas por certas lideranças das Ligas Camponesas organizadas pelo PCB na década anterior, entretanto esta relação não será foco da pesquisa devido as limitações de recorte exigidas para sua realização.

Galileia e em dar assistência social, organizando camponeses para denunciar situações sociais, incluindo a questão salarial; a segunda fase representa uma virada ideológica na passagem para a organização regional e nacional. No I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, também conhecido como Congresso de Belo Horizonte, em 1961 se evidencia o conflito entre o PCB e as Ligas – no caso, o segmento de Julião, que termina com a proposta de subordinação do campesinato ao proletariado, realizada pelo PCB, sendo derrotada pela proposta de Julião, que indicava o protagonismo ao campesinato – as Ligas se expandem para 13 dos 22 estados, se organizando por um Conselho Nacional através dos Conselhos Regionais autônomos; a terceira fase é antecedida por tentativas de guerrilhas e por uma campanha eleitoral de alguns membros, ambas frustradas, e consistiu em uma dissensão em que as Ligas se enfraqueceram devido a sindicalização que favorece o PCB e a Igreja na tentativa do Estado controlar a luta no campo – momento do qual faz parte a elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Azevedo coloca o desdobramento das Ligas como constituindo um programa radical mediante uma organização que operava com a separação entre Organização de Massas e Política e consistiria no embrião de um partido agrário, baseado no centralismo democrático. Entretanto, a questão de o movimento estar se direcionando para a configuração de uma organização partidária parece ser ambígua, visto que a própria análise de Azevedo indicava uma multiplicidade de estratégias nas quais a eleição de candidatos era contrastada com outras formas de organização e de mobilização.

A análise do campo social composto pelo campesinato e pelos trabalhadores rurais da década de 1950 e 1960, revela que estes agentes se encontram em um fluxo de expulsão do campo e intensificação da exploração do trabalho contra as quais se organizam as Ligas Camponesas. Um fator central para entender as disposições desses agentes a participarem das Ligas Camponesas são suas percepções sobre a autonomia do seu trabalho. Bastos (1984) afirma que as percepções dos camponeses e trabalhadores rurais estavam ligadas aos aspectos econômicos das relações nas quais estavam inseridos. Azevedo (1982) indica que o fortalecimento das Ligas até 1962 decorreu dos constantes despejos e da atuação do movimento nestes, o que fortalece a hipótese de que a mobilização se dirigia tendo a posse da terra como questão central. Bastos (1984) entende que as percepções destes grupos se dirigem contra a concentração de renda e, portanto, contra uma forma de expansão do capitalismo.

Wanderley (1985) afirma que o trabalho de Sigaud sobre a ideologia dos trabalhadores rurais da Zona da Mata pernambucana indica que as diversas categorias de trabalhadores rurais são classificadas socialmente a partir da relação contratual para com os proprietários. As distinções variam de acordo com a maneira como é vivida a relação com o proprietário. Sigaud (1980) indica como o cerne das representações dos trabalhadores rurais era a relação para com o grande proprietário, sendo que a representação sobre os direitos e sobre o trabalho variava conforme a categoria devido à mudança na relação para com o latifundiário.

As diversas categorias que ocupavam as posições sociais de camponeses e trabalhadores rurais vivenciaram um tensionamento entre a dependência para com os grandes proprietários e as expectativas com relação a possibilidade de uma maior autonomia (porém, sendo sempre uma autonomia extremamente limitada frente ao quadro geral de dominação) de seu trabalho perante estes. Estas relações, que envolvem a forma do capitalismo dependente no Brasil, são a base de uma moralidade<sup>19</sup> que toma um conjunto de deveres das partes dominadas e dominantes como um imperativo moral, de modo que a mudança e a continuidade destes costumes, constitui alvo de lutas. A vivência da expulsão do campo e do fechamento de possibilidades ligadas à permanência no campo, marcam um contexto de crise dos senhores de engenho e dos usineiros, de modo que permitiu o questionamento da posição social destes. Este questionamento partia da moralidade com relação aos deveres que os dominantes tinham para com os dominados<sup>20</sup>. Pode-se perceber como as tomadas de posição dos

---

<sup>19</sup> Thompson (1981) indica que ao termo médio experiência humana se soma o de cultura, que é fundamental para entender que a experiência humana não é apenas experimentada como ideias, mas também como sentimentos que se expressam, mediante a cultura, como normas, reciprocidade, valores, assim como na arte, na religião entre outras formas. O autor indica que se uma parte da experiência é ligada aos procedimentos de pensamento, a outra é ligada a uma consciência afetiva e moral, sendo que ambas as partes podem ser entendidas como totalidades, mas não existindo separadas na realidade.

<sup>20</sup> Barrington Moore Jr. (1987) indica que a coordenação social envolve três partes: a autoridade, a divisão do trabalho e alocação de recursos disponíveis. Estas se configuram em imperativos sociais que se desdobram em necessidades sociais na medida em que os diferentes grupos em disputa tentam impor quais são as necessidades daquela sociedade, fazendo com que estas necessidades se configurem em imperativos morais. A crise política indicada no contexto histórico brasileiro, refletia como a relação de autoridade, que perpassa as diversas formas de coordenação social (inclusive as outras duas já apontadas), constituiu-se a partir de elementos de barganha e vigilância mútuas (relativas à obrigações mútuas cujos limites sempre são dinâmicos e se tensionam mais em contextos mais abertos às mudanças sociais) entre os dominantes e dominados que, ao terem a reciprocidade de suas relações rompida, geram uma forma de ira moral por parte dos dominados contra os dominantes. Assim a análise do autor permite somar-se a ideia de configuração de Elias ao pensar que os tensionamentos históricos, por mais que envolvam a relações de poder em que as posições de decisão (que em maior parte são ocupadas pelas camadas dominantes) são determinantes, também envolvem todo o enredamento das interdependências nas quais o

camponeses e trabalhadores rurais foram mediadas por um *habitus*<sup>21</sup>, que condicionou os princípios de visão e divisão colocados nas disputas que tensionavam as relações de poder.

O tensionamento da experiência social dos agentes torna possível a constituição de cosmovisões antagônicas entre os agentes sociais as quais são expressas por *habitus* diferenciados. Desta maneira, as cosmovisões, que são as formas simbólicas pelas quais os agentes compreendem a realidade social, também se relacionam intrinsecamente à um *ethos*, ou seja, à uma perspectiva sobre como a realidade social deveria ser. Assim se compreende como experiências sociais, cosmovisões, *habitus*, e moralidades distintas são veiculadas por agentes que se confrontam na realidade social. O que não exclui a existência de valores partilhados entre classes e grupos distintos, mas que, devido às experiências distintas são significados de modo diverso entre agentes de posições sociais distintas.

A análise da trajetória das Ligas necessita levar em conta que as representações das lideranças destas e de seus participantes não são necessariamente as mesmas, podendo apontar para posicionamentos políticos divergentes e ambivalentes. As continuidades e discontinuidades na experiência social destes agentes no momento anterior e posterior a mobilização das Ligas são fundamentais para entender esse contexto. A pesquisa assume a hipótese de que moralidade mobilizada pelos camponeses e trabalhadores rurais tiveram importância no tipo de direcionamento político que as Ligas tiveram, mesmo que autores como Bastos (1984) indiquem que a formação da unidade do movimento foi elaborada hipoteticamente fora de sua base social e que as diversas táticas de arregimentação dos diversos grupos que disputavam o controle do movimento camponês, bem como as disputas políticas na ampliação regional e nacional do movimento, refletiam um direcionamento da organização das Ligas, deslocado do movimento de sua base social e condizente com as disputas da esquerda brasileira sobre a questão agrária. Cabe colocar a questão que como houve não

---

peso e o potencial de tensionamento das classes dominadas são demonstradas como decisivos a longo prazo.

<sup>21</sup> O *habitus* atua como categorias sociais de percepção, constituindo uma linguagem mediante as diferenças simbólicas que coloca, sendo que o faz através de princípios de visão e distinção que são produto da incorporação da estrutura de diferenças objetivas. O *habitus* é produto das posições sociais e da relação entre estas, mas atua como diferenciador ao colocar em prática princípios de distinção distintos para cada posição social. Neste sentido o *habitus* é um princípio gerador de práticas distintas e distintivas (BOURDIEU, 2008).

apenas descontinuidades nestas experiências, mas também continuidades, é importante observar a relação entre ambas no contexto histórico mencionado.

Bastos (1984) demonstra como as concepções dos camponeses e trabalhadores rurais a respeito do trabalho<sup>22</sup>, da posse de terra<sup>23</sup> e da separação entre lavoura para comprar e para viver<sup>24</sup> refletiam narrativas sobre a autonomia do trabalho, sendo centrais para o entendimento dos valores e símbolos mobilizados por estes agentes em relação ao sistema de moradia. Estas significações remetem à transcrição oculta destes agentes e as suas formas de valorizar a moralidade da relação recíproca de obrigações com o proprietário. Estas valorações, ao se oporem as dos latifundiários, indicam a existência de uma ira moral e constituem uma forma de resistência cotidiana<sup>25</sup>, por mais que se manifestem pouco na transcrição pública e dificilmente tomem a forma de um enfrentamento.

A existência de uma transcrição oculta oposta à do latifundiário não é o único indicativo de formas de resistência cotidiana, visto que outras formas estão mencionadas na literatura, como sabotagens, fugas, trabalhos mal executados, indicados por Dabat (2015), assim como queimadas, indicado por Edson Silva (2010), o “roubo de si

---

<sup>22</sup> Bastos (1984) afirma que o trabalho subsidiário não era considerado pelos trabalhadores como trabalho. Constatação bastante apoiada na pesquisa de Sigaud (1980).

<sup>23</sup> Na visão dos foreiros o proprietário seria o dono do foro e não da terra (BASTOS, 1984).

<sup>24</sup> Bastos (1984) se refere a distinção feita pelos moradores entre a plantação destinada ao consumo ou a uma renda vinda da própria produção, que constitui a lavoura para viver, e a plantação comercial, que é centrada na produção de algodão e destina-se ao pagamento do foro e de outros meios de trabalho. Através desta segunda plantação o foreiro vislumbra a possibilidade de economizar e comprar a terra, tendo a perspectiva de se livrar do proprietário. A distinção entre uma plantação para viver, que garante os meios de subsistência – meios de vida -, e uma plantação para comprar – que garante pagamento do foro e outros meios de trabalho – é o ponto nodal sobre o qual o foreiro percebe sua exploração. Cabe ressaltar que a lavoura para viver está mais associada às representações sobre a autonomia do trabalho, enquanto a lavoura para comprar às representações sobre os meios que distanciam o foreiro de conseguir esta autonomia. O aumento do foro se constitui em um obstáculo – ou um fechamento de possibilidade (esta sendo mais representada do que efetivada) - a esta autonomia sobre o qual se organizaram inicialmente os foreiros do Engenho da Galileia. Afrânio Garcia Jr. (1989) também menciona esta distinção entre lavoura para comprar e para viver em seu estudo sobre o campesinato do brejo paraibano.

<sup>25</sup> James Scott indica que a relação direta entre dominados e dominantes pode ser entendida a partir das ações e representações, que podem ser identificadas enquanto transcrições destes agentes, colocadas em prática neste contato. Trata-se de transcrições públicas, que se diferenciam de uma transcrição pública colocado em prática pelos dominados e outra transcrição pública colocada pelos dominantes. Entretanto as práticas e representações destes agentes não se encerram nesta relação direta, sendo que há também uma transcrição oculta, em que os agentes expressam representações e práticas (referentes às práticas e representações públicas) para outros emposições sociais semelhantes às suas, de modo que, no caso dos dominados, a transcrição oculta é um espaço da elaboração de diversas formas de resistência. Esta transcrição oculta, quase inacessível à pesquisa devido ao fato de sua elaboração requerer um distanciamento de qualquer discurso público, não é completamente inacessível ao investigador que não pertence aquele meio, visto que a transcrição oculta tende a tomar meios públicos, mesmo que por meios indiretos e anônimos (SCOTT, 2000).

mesmo<sup>26</sup>, mencionado nos relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) e os acordos cotidianos, como se pode perceber nos relatos feitos a Rangel (2000). Estas diversas práticas ocorriam no cotidiano e constituíam enfrentamentos às tomadas de posição dos grandes proprietários, mesmo que estes enfrentamentos ocorressem de modo dissimulado, ou recorrendo ao anonimato.

As formas de resistência cotidiana eram parte da expressão da experiência social destes agentes, que, no contexto estudado, passam a se mobilizar de modo coletivo, público e aberto, ou seja na forma de movimento social<sup>27</sup>. Assim estes agentes constituíram uma nova experiência social, entretanto, a pesquisa não visa entender esta nova experiência como vinculada apenas a elementos exógenos às experiências anteriores dos camponeses e trabalhadores rurais, sendo que a relação entre continuidades e descontinuidades das experiências destes agentes e a vinculação destas ao contexto histórico da época se constituem como principais problemas sociológicos a serem investigados pela pesquisa. Desta maneira cabe problematizar quais são as ligações e as contradições entre o movimento social camponês de que participou as Ligas Camponesas e as formas de resistência cotidiana dos agentes que compunham o espaço social do sistema de moradia. Assim cabe pensar em que medida o repertório do movimento social expressava continuidades com as formas de resistência cotidiana.

O repertório de ações coletivas das Ligas Camponesas foi constituído: pela realização de comícios; passeatas; apoio a trabalhadores ameaçados de expulsão; negociações entre proprietários e membros das Ligas, assim como negociações entre estes com participação do governo estadual – no caso da luta contra o cambão na Paraíba -; assistência jurídica aos camponeses; disponibilização de serviços de saúde; combate ao analfabetismo; reivindicações pela reforma agrária; a criação de sindicatos;

---

<sup>26</sup> Uma prática indicada nos relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) que se refere a prática de certos foreiros de coletarem o seu algodão em segredo, a noite, para poderem vendê-lo para outro grande proprietário que não o do engenho em que este morava, visando assim receber mais devido a superação da mediação da comercialização pelo grande proprietário.

<sup>27</sup> Tilly (2010) afirma que os movimentos sociais consistem em uma forma específica de política que teve sua origem no século XVIII, sendo diferente dos diversos levantes populares que a milênios de anos ocorrem em diversas sociedades. O autor aponta que a definição de movimento social utilizada por ele, por McAdam e por Tarrow, é a de que este consiste em uma forma de política contenciosa, no sentido de que elaboram reivindicações que constituem interesses contrários aos de outros agentes, e que se relacionam de algum modo com o Estado, que pode ser alvo, ou um aliado na demanda do movimento. O autor indica que os movimentos sociais, em seu desenvolvimento histórico, elaboraram uma síntese de três elementos: uma campanha, que consiste na elaboração pública de demandas para certas autoridades; um repertório do movimento social, ligado a diversas formas de ação política como a criação de associações, reuniões públicas, demonstrações, iniciativas reivindicatórias entre outras; e representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento.

procura de apoios externos – de grupos e movimentos sociais da cidade –; mutirões no campo e nas cidades: os camponeses se dirigiam à população urbana para realizar trabalhos, buscando apoio para o movimento; greves; marchas; uso de jornais; ocupações; e tomadas de terra<sup>28</sup> (MENEZES; MOREIRA; TARGINO, 2011; BASTOS, 1984; SOUZA, 1996; VAN HAM, 2006).

Para esclarecer a relação entre resistência cotidiana e movimento social nos concentraremos em duas ações coletivas, estudadas em um pré-campo da pesquisa, que permeavam o repertório das Ligas: os comícios e o apoio a moradores expulsos. Os comícios aconteciam em espaços propícios para a transcrição oculta, como as feiras<sup>29</sup>, o que reflete o uso deste espaço na resistência cotidiana.

O apoio a trabalhadores ameaçados de expulsão<sup>30</sup> consistia na organização de diversos moradores para a negociação com o proprietário, e é um caso que permite observar claramente a vinculação entre resistência cotidiana e a forma movimento, visto que antes da mobilização das Ligas, uma das formas mais comuns de resistência dos moradores era a negociação individual - acordos<sup>31</sup> - com os grandes proprietários ou administradores. Rangel (2000) realizou uma entrevista com Severino, que era foreiro, e que relata uma conversa sua com o administrador do engenho, em que pedia a permissão para que seus filhos voltassem a trabalhar no roçado, visto que estes tinham recebido a ordem de trabalhar apenas na cana, o que estava prejudicando os cuidados na lavoura de alimentos da família deste foreiro:

---

<sup>28</sup> Sigaud, Rosa e Macedo (2008) destacam como as ocupações como são conhecidas hoje – executadas através da forma acampamento; o que inclui uma série de símbolos e demandas dirigidas ao Estado - não faziam parte do repertório de ação dos movimentos no Nordeste daquele período (1955-1964), sendo as ocupações descritas de outro tipo.

<sup>29</sup> As entrevistas realizadas por Rangel (2000) expressam claramente o uso da feira para a mobilização, sendo que, em Sapé (PB), a feitura de carteirinhas das Ligas também acontecia na feira.

<sup>30</sup> Assis Lemos de Souza (1996) relata vários casos em que se procederam negociações com os proprietários que ocorriam após diversos moradores se unirem e se dirigirem coletivamente para conversar com o patrão.

<sup>31</sup> Inicialmente a pesquisa adotava o termo negociação cotidiana, entretanto seguindo o apontamento realizado pelo professor Luís Henrique Cunha na banca de defesa, o termo foi modificado para melhor distinguir esta forma de resistência cotidiana da negociação coletiva. A situação em que se faziam os acordos eram demasiadamente desfavoráveis aos moradores, sendo que o termo negociação pode não abarcar tanto este tipo de verticalidade (no sentido de desigualdade de oportunidades de poder) da relação. Se poderia dizer que o acordo é uma quase negociação que é muito desigual, neste sentido não discordamos de Rangel (2000) quando esta se refere as negociações que os moradores realizavam em seu cotidiano, visto que a autora se atenta a estas relações de poder. A preferência pelo termo acordo se dá por este ser um termo que eles mesmos utilizam para retratar estas situações em que certas demandas eram realizadas de modo dissimulado. Não se trata, portanto, de um termo cuja etimologia seja melhor que a de negociação para explicar relações de grande desigualdade de poder, mas apenas uma tentativa de melhor diferenciar resistência cotidiana e forma movimento.

-Quem lhe deu aquele roçado pra plantar?  
-Foi um acordo que eu fiz com o dono- respondi  
-Então pronto. O acordo era com você, não era com seu filho. Você tem um roçado muito bom e tá reclamando do quê?  
-Tô reclamando não senhor, Deus me livre. Nossa Senhora me defenda de uma hora dessa, mas sem o menino para ajudar vai apodrecer tudo nos pé. O feijão, o milho. A mandioca não, que pode esperar mais um pouco, mas o resto apodrece tudo. E isso é um pecado muito grande,  
Aí ele disse:  
-Eu preciso do menino no trabalho da cana e pronto, num quero mais discussão (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 275-276)

A demanda de Severino é dissimulada na transcrição pública, de modo que ao ser questionado pelo administrador sobre estar reclamando de suas condições, seu Severino nega a reclamação e a coloca como algo absurdo de ser feito, uma forma simbólica próxima ao discurso ideológico dos grandes proprietários que colocam a reclamação como desobediência e tentam negar a formação das demandas dos moradores. Entretanto, logo em seguida a essa negação, Severino coloca em público uma forma simbólica de sua transcrição oculta: o pecado de não conseguir fazer a colheita antes do apodrecimento da plantação. E se nesta fala há indicação, em forma simbólica apoiada na religião, de um pecado, existe também um pecador, que é o grande proprietário na figura do administrador. Assim Severino coloca sua demanda de precisar recompor o trabalho familiar sobre a terra para conseguir voltar a condição de vida anterior, mas o faz negando que está demandando algo, ou seja, o faz de modo dissimulado, de maneira a demonstrar que a explicitação de valores e interesses contrapostos aos dos grandes proprietários se realizavam na prática do acordo cotidiano, de modo a esta consistir em uma forma de resistência cotidiana

Quanto a negociação feita pelas Ligas Camponesas nos casos de expulsão, o relato de Antônio Francisco de Andrade, morador que participou das Ligas Camponesas, coletado por Van Ham (2006), explicita como estas ocorriam. Ele relata um caso em que um grande proprietário havia colocado o gado nas terras de um morador no Engenho Maráu. Assim, João Pedro Teixeira e outros camponeses se organizaram para ir conjuntamente reivindicar a indenização desse morador. Nesta situação o grande proprietário disse para que fossem embora, afirmando que depois ele pagaria o morador:

Em Maráu... botaram o gado, e nós fomos agir. (...) (João Pedro Teixeira falou) “Eu só vou sair daqui com o dinheiro (da indenização

do trabalhador) no bolso”. Aí a gente ficou também, se não, se ele [João Pedro] ficasse sozinho lá, ele (patrão) matava. Aí nós ficamos. Só saímos com ele (...) por causa daqueles homens armados de revólver, de foice, espingarda, de machado, de enxada, de toda qualidade de arma da agricultura. Aí, eles pensavam que iam matar tudo ali. E aí, foram a João Pessoa e trouxeram trinta e cinco soldados. Mas, os soldados não fizeram nada com a gente. (ANTÔNIO FRANCISCO DE ANDRADE, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 57).<sup>32</sup>

A entrevista demonstra que a negociação realizada na forma movimento, invés de ser uma conversa individual em que as demandas apareciam de modo bastante dissimulado, contava com maior explicitação de demandas e era realizada coletivamente, contando com a presença de lideranças que intermediavam a negociação, o que modifica as possibilidades de reivindicação colocadas.

Aqui fica nítida a relação entre a resistência cotidiana e a forma movimento assumida pela organização desses trabalhadores: a primeira serviu de base para as possibilidades da segunda. A pesquisa assume a hipótese de que os tensionamentos das relações entre moradores e grandes proprietários, realizados por estas formas cotidianas de resistência, teriam fundamentado parte significativa dos valores e símbolos adotados pelas Ligas Camponesas na contraposição aos grandes proprietários.

A breve contextualização apresentada, assim como a problematização realizada a partir das relações entre resistência cotidiana e a forma movimento, permitem estabelecer como objeto desta pesquisa a ressignificação do trabalho autônomo na terra pelos trabalhadores rurais e camponeses na mobilização das Ligas Camponesas da Paraíba entre 1954 e 1964.

## **1.2 A MOBILIZAÇÃO DA LIGA DA GALILEIA**

Medeiros (1989) destaca que o período de 1954-1964 foi marcado pela mobilização de diferentes organizações, tanto sindicatos rurais quanto associações. A emergência de organizações distintas refletia motivações diversas conforme os contextos regionais, visto que a mobilização sindical rural só teria pleno apoio estatal na década de 1960, muitas associações surgiram para canalizar os interesses de

---

<sup>32</sup> Os cortes foram feitos pela própria Van Ham, com exceção do apontamento em colchetes que introduzimos para trazer mais clareza. A entrevista completa está na segunda parte do mesmo documento.

trabalhadores rurais e camponeses. Mas, simultaneamente, em certas regiões a separação entre associações registradas em cartório e sindicatos rurais permaneceu mesmo depois do sindicalismo passar a ser apoiado pelo Estado. Foi o caso de algumas Ligas Camponesas na Paraíba e em Pernambuco, contudo a organização destas contrastava com as de sindicatos rurais ligados ao PCB, ou à Igreja<sup>33</sup>. Manoel Correia de Andrade (1986), também indica que o sindicalismo rural se desenvolve paralelamente às Ligas, a partir de 1954 com a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em São Paulo, sob influência do PCB. Ele assinala que as Ligas tinham forte penetração no meio rural camponês, no qual prevaleciam arrendatários, posseiros, parceiros e pequenos proprietários, enquanto os sindicatos prosperavam onde havia mais assalariados agrícolas

Neste contexto, em 1955, toma forma uma associação em Pernambuco, a SAPPP (Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco), que surge a partir de demandas dos foreiros do Engenho Galileia em Vitória de Santo Antão, os quais a partir do contato com José dos Prazeres se mobilizam para fundar uma associação<sup>34</sup>. Prazeres era administrador do Engenho Itamatimir, no mesmo município e já tinha longa história de militância no PCB (JOSÉ DA SILVA, 2015). Este partido havia realizado tentativa de mobilização de associações de camponeses a partir de 1945, chamadas de Ligas Camponesas<sup>35</sup>, mas as quais se enfraquecem principalmente com o PCB se tornando clandestino – situação que se mantém por todo o período analisado. Uma

---

<sup>33</sup> Como é indicado por Rangel (2000) e por Menezes, Moreira e Targino (2011), algumas Ligas se transformaram em sindicatos como estratégia política, mas mantendo distinção quanto ao direcionamento político para com os sindicatos controlados pelo PCB.

<sup>34</sup> Nesse momento tiveram destaque para a mobilização figuras como João Virgínio e Zezé da Galileia, o último administrador do Engenho Galileia (JOSÉ DA SILVA, 2015). Porphirio (2013) destaca como Julião não relata o papel de destaque de José dos Prazeres, atribuindo a mobilização mais a Zezé da Galileia, de modo a contrastar com a narrativa de Clodomir Santos de Moraes, outra liderança das Ligas Camponesas. A divergência das narrativas remete a busca de Julião por dissociar as Ligas que se mobilizam a partir de Galileia das que foram mobilizadas pelo PCB no período anterior. A preocupação de Julião estaria em não prender a imagem do movimento ao PCB, que havia sido colocado na clandestinidade, o que poderia levar a uma maior repressão ao movimento. Clodomir Moraes (1965) por outro lado, indica linearidade entre as duas mobilizações, sendo que afirma que 11 das 51 lideranças das Ligas que atuaram de 1955 a 1964 atuaram nas ligas do PCB do período anterior. Mas o autor problematiza essa mobilização anterior, indicando que fatores organizativos permitiram que as Ligas de 1954 em diante tivessem mobilização mais ampla e intensa; as Ligas do PCB teriam usado métodos muito urbanos, o que não se ajustou ao cotidiano dos camponeses. De todo modo, cabe indicar uma tentativa, tanto de Clodomir, quanto de Julião, de demonstrar como as Ligas deste período eram mais radicais e revolucionárias que as mobilizações feitas pelo PCB.

<sup>35</sup> Clodomir Moraes (1965) indica que em 1954 existiam poucas organizações que permaneceram com o nome de Ligas, sendo que uma delas era a Liga de Ibatinga, que persistia mesmo com prisões de seus líderes. Mas cabe destaque que José dos Prazeres, ao que se indica, não fazia mais parte dessa mobilização.

dessas Ligas foi a de Ibutinga, ela era dirigida por José Ayres dos Prazeres, que se desliga do PCB em 1947, mas que entre 1945 e esse ano havia atuado nesta Liga e participado da mobilização de outras, estabelecendo contatos entre os camponeses, sendo que esses contatos foram importantes para a reorganização dos camponeses em Pernambuco. A organização posteriormente seria apelidada de Liga Camponesa pela imprensa conservadora, que tentava associar a imagem desta as Ligas organizadas no período anterior pelo PCB. O nome acaba por ser adotado pelo movimento.

No momento de fundação da SAPPP os foreiros endereçam convite ao proprietário do engenho, o convidando para ser presidente de honra da associação. Montenegro (2004), indica que esta carta dos moradores ao proprietário é tanto um pedido de aprovação como uma provocação, visto que os moradores já indicavam os rumos da organização. Porphirio (2013) aponta que há diversas interpretações na literatura sobre as Ligas Camponesas a respeito da indicação do proprietário como presidente de honra da associação, uma que indica que esta poderia ser entendida como permanência da dominação, e outra que a entende como demonstração de resistência. Mas os relatos coletados por José Da Silva (2015) indicam que, se a busca de aprovação do grande proprietário era colocada como imperativo pelos moradores, a tentativa de realizar a mobilização não se desconecta da mobilização de demandas com relação ao trabalho e ao cotidiano no Engenho, o que demonstra o descontentamento dos moradores com sua situação.

Com relação as demandas dos foreiros, Julião (1962) assinala que a Liga da Galileia se forma por iniciativa dos foreiros como sociedade beneficente, buscando uma escola e caixões para crianças mortas, também pedindo coisas mais remotas como sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, auxílio técnico e governamental. Mas Dabat (2015) ressalta que Julião também considerava que a demanda por recursos para enterros era um pretexto para a mobilização. Porphirio (2013) complementa que o caráter beneficente ou político da SAPPP também é um ponto de divergência nas interpretações das pesquisas sobre as Ligas. Entretanto, fica evidente, a partir de Bastos (1984) que a mobilização da Liga da Galileia visava evitar as consequências da privação da terra e da vida ao foreiro, pois as reivindicações foram geradas não só pela percepção de uma humilhação social por não terem caixões para enterros, mas também pelo aumento do foro, que era tendência neste período de expansão canavieira. Assim os foreiros sentiam a constante possibilidade de expulsão do campo, a qual foi uma das fortes motivadoras da mobilização. Desse modo a interpretação de que a motivação da

mobilização da SAPPP foi apenas assistencialista é tão exagerada quanto a que interpreta a reivindicação de caixões como mera justificativa para uma mobilização por terra. Ambas as reivindicações se relacionam com a moralidade mobilizada pelos foreiros a respeito do seu cotidiano e das relações econômicas que estavam em sua volta.

Assis Lemos de Souza (1996) indica que, o convite para o cargo de presidente de honra da SAPPP é inicialmente aceito pelo proprietário, mas este é convencido pelo filho e por outros grandes proprietários de que a iniciativa era perigosa e decide acabar com a associação, ameaçando de expulsar todos os foreiros e passar a criar gado no engenho, que estava de fogo morto<sup>36</sup>. Então José dos Prazeres vai a Recife a procura de ajuda jurídica com militantes do PCB. Alves (2015) aponta, em relato, que Clodomir Morais entra em contato com as Ligas em 1955 quando José dos Prazeres, procura ajuda do partido em Recife. David Capristano indica Clodomir Morais para Prazeres. Preocupado em não manchar de início a imagem do movimento, visto que sua imagem era fortemente vinculada ao PCB, Clodomir Morais decide que quem deveria denunciar a situação na assembleia era Julião<sup>37</sup>, que era do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e que portanto não faria o movimento levar a acusação de ser uma manipulação comunista. Assim, se dá o contato entre José dos Prazeres e Julião, que passa a advogar pela SAPPP e a defendê-la na Assembleia Estadual.

Julião (1962) relata ter sido chamado em sua residência pelos foreiros para defender sua causa e que, quando foi a Galileia, foi recebido sob som de foguetes e pétalas de rosas, se reunindo em frente à casa de Zezé da Galileia, onde a placa da primeira Liga foi colocada. Julião relata que foi a primeira vez que teve um grupo de camponeses a sua frente para debater as melhores formas de luta pela permanência na terra. Ele disse aos foreiros que a liberdade destes estava nas próprias mãos deles. “Eles eram como um punhado de areia que, jogada, se desfazia no ar. A Liga era o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco” (JULIÃO, 1962, p. 26). Essa percepção inicial de Julião, de que os camponeses poderiam dismantelar sua organização a qualquer momento persiste nos seus demais escritos, sendo que uma parte central de sua estratégia de mobilização e da sua narrativa se fundamenta na perspectiva

---

<sup>36</sup> Termo que remete a antigos engenhos que foram a falência.

<sup>37</sup> Alves (2015) indica que o contato entre Julião e Clodomir se iniciara nos atos do PCB e nas eleições, assim como ocorrerá no exercício do cargo, já que eles formavam junto a Miguel Arraes, o grupo mais progressista, que era chamado de Troica pelos seus opositores. Essa indicação é dada por fala de Julião em entrevista à Aspásia Camargo.

de que a unidade dos camponeses deve se manter pela organização das Ligas Camponesas.

Clodomir Morais (1965) assinala que esta primeira repressão a SAPPV motivou a formação de um grupo de personalidades políticas para defender os foreiros (entre as quais estavam Julião e Clodomir Morais). Este grupo realizou constantes visitas ao Engenho da Galileia, o que, devido as imunidades parlamentares dos envolvidos nesta, evitava ataques policiais. Esse conselho de políticos desempenhou tanto o papel de dar apoio político e amplitude ao movimento, quanto o de sensibilizar as massas urbanas e rurais. O autor indica que essa organização foi a base para o futuro Conselho Regional das Ligas, e que o idealizador da tática de realizar um movimento regional e não local foi José dos Prazeres. Essa forma de organização tinha a vantagem de evitar a repressão local. O *status* de federação regional gerou versatilidade para o crescimento posterior das associações e para conseguir o apoio de setores urbanos mais progressistas. Clodomir também aponta que esse apoio urbano também significou o reconhecimento por grupos conservadores do direito de o camponês defender seu pedaço de terra. O que permite entender como a questão agrária se colocava como problema social aceito na esfera estatal<sup>38</sup>, sendo debatido na Assembleia Estadual e exigindo posicionamento dos grandes proprietários para com esse problema social.

Clodomir Morais (1965) indica que logo que era criada uma organização se tentava registrá-la e reuni-las em uma federação. Clodomir afirma que essa tática deu mais independência as organizações rurais para com as lideranças urbanas. O que é curioso pois demonstra como o apoio nos setores urbanos, por garantir espaço para mobilização, gerava menos dependência desses setores e mais autonomia de movimento. Trata-se da mobilização de interdependências funcionais a partir da configuração dos partidos políticos urbanos, da esfera política da Assembleia Estadual, do âmbito jurídico, entre outros, que permitiram um tensionamento das relações de poder e uma mudança da configuração que envolvia o grande proprietário e os foreiros, de modo a tensionar para outras vias de disputa de poder para além da repressão local.

Clodomir Morais (1965) indica que o Conselho regional posteriormente formado (sempre com membros do PCB, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB - e PSB) se torna órgão de consulta e, esporadicamente, de decisão para o que tangia ao movimento

---

<sup>38</sup> Também chama a atenção que as Ligas apoiam um candidato a prefeito em Vitória de Santo Antão, que sai vitorioso em 1958. O apoio político tinha pretensão de facilitar o processo de desapropriação (MONTENEGRO, 2004)

camponês na sociedade global. Clodomir indica que a formação de um conselho regional foi uma exigência histórica. O que deixa evidente como o contexto histórico, marcado pela ampla violência dos latifundiários e pela repressão contra a geração de questionamentos às relações sociais no campo, gerava uma limitação as ações coletivas dos camponeses, o que tornou a possibilidade social de centralização da organização política um imperativo histórico na visão das lideranças das Ligas Camponesas.

A respeito deste primeiro período da mobilização das Ligas Camponesas, Clodomir Morais (1965) indica que houve uma repressão policial entre janeiro e fevereiro de 1956, na qual lideranças camponesas e operárias são presas<sup>39</sup>, todos os dirigentes das Ligas são presos, o que gerou estancamento das atividades nos meses seguintes, tanto ao movimento agrário quanto no urbano. Neste mesmo ano, uma disputa contra uma mudança tributária que prejudicava a indústria, mobilizou trabalhadores, industriais e comerciantes, havendo uma greve geral na cidade e no campo em 9 de novembro de 1956 e no maio do ano seguinte. Clodomir Morais indica que esta greve foi a maior do estado até a sua realização, sendo superada depois pelas greves de 1963. Ele indica que tal mobilização teve importância para a institucionalização da participação dos camponeses organizados. Clodomir Morais destaca esse momento como de politização e conscientização dos assalariados agrícolas, como a que ocorreria nas greves mais intensas de 1963-1964. A indicação do autor aponta para como a participação dos camponeses em mobilizações urbanas estava relacionada as possibilidades de tensionamento das relações de poder através das interdependências que iam para além das relações da grande propriedade, ou seja, estas mobilizações coletivas, permitiam que o tema da concentração fundiária fosse colocado como problema em uma configuração da qual participavam outras organizações políticas, de maneira a permitir que tal questão fosse colocada com mais constância como problema social no nível estatal.

### **1.3 A RESSIGNIFICAÇÃO DOS VALORES DOS TRABALHADORES RURAIS E CAMPONESES COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS**

---

<sup>39</sup> Como não foram encontradas outras fontes sobre essa prisão em massa dos camponeses da Liga da Galileia não foi possível para a pesquisa realizar a contraposição de documentos a respeito do assunto.

As Ligas ressignificarem diversos valores e símbolos que eram mobilizados pelos moradores, o que foi realizado tanto pelas lideranças quanto por camponeses e trabalhadores rurais que participavam delas. Julião, na **Cartilha do Camponês** (JULIÃO, 1960), tenta contrapor a imagem sobre o comunismo, sustentada pelos grandes proprietários, apresentando uma história contada a ele por um camponês, em que um latifundiário se recusa a ir à fundação de uma Liga Camponesa alegando que aquilo era comunismo, definido como “tomar o que é da gente, fazer mal à filha da gente e empatar a religião da gente” (JULIÃO, 1960 apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 120). O camponês teria respondido que então eles já viviam no comunismo visto que os grandes proprietários tomam tudo o que é dos camponeses, inclusive as filhas que acabam na ponta de rua, e quando o camponês é crente e o grande proprietário católico, ou o contrário, e o camponês se recusa a pagar o cambão ou o foro, o grande proprietário o expulsa alegando o motivo religioso.

Julião (1960) indica a importância tanto do crente quanto do católico se unirem nas Ligas Camponesas<sup>40</sup>, sendo que tenta realizar uma contraposição entre o cotidiano do camponês e os símbolos religiosos que ideologicamente eram vinculadas aos interesses dos grandes proprietários. Ele indica que o latifundiário tenta passar a imagem de que a pobreza e a riqueza existem pela vontade de Deus e que é assim que deve ser para toda a eternidade. Julião então indica que esse Deus não é o do camponês e usa diversas menções de Cristo para indicar como o cristianismo defende o fraco do forte, o camponês e a distribuição de terra para os que nela vivem e trabalham. Ele indica sobre os padres que defendem a perspectiva do latifundiário:

Êsse padre é falso. Êsse pastor não presta. O padre verdadeiro ou o bom pastor é aquele que se levanta para dizer: “Deus fêz a terra para

---

<sup>40</sup> Essa tensão entre o catolicismo e as religiões protestantes também é registrado por Bastos (1984) que afirma que foi comum que lideranças camponesas das Ligas Camponesas fossem protestantes, sendo a abnegação a jogos e bebidas vista de maneira positiva pelos outros camponeses o que gerava certo respeito aquela liderança. A autora também menciona como em certos momentos Julião colocou a religião protestante como uma religião dos pobres contra a dos ricos. Mas como se observará adiante, Julião também fazia essa oposição tomando o cristianismo em geral como base. De fato, havia lideranças de grande destaque como João Pedro Teixeira em Sapé, que eram protestantes, como registra Rangel (2000). A defesa de uma conduta moderada, abnegada de vícios e dedicada à militância também está presente em vários documentos escritos pelas lideranças das Ligas, como Julião (1963a). Na Cartilha do Camponês (1960) também expressa que o espírita e o ateu não poderiam ficar apenas em suas religiões sem agir em prol do camponês, o que parece uma referência não direcionada aos camponeses e trabalhadores rurais, mas aos militantes que participavam das Ligas. Novaes (1997) ressalta como nas Ligas Camponesas se verifica a presença de católicos e crentes, enquanto que nos sindicatos organizados pela Igreja só se verificavam trabalhadores católicos.

todos, mas os sabidos tomaram conta dela. Ganharás o pão com o suor do teu rosto, e não com o suor do rosto alheio. Ninguém deve ser escravo de ninguém. Nem um povo. Nem um homem de outro homem. Porque todos são iguais perante a lei. E perante a natureza. E perante Deus. Se isso é comunismo, então Deus é comunista. Porque é o que está na Escritura Sagrada. E na boca de Cristo. E na de todos os seus apóstolos (JULIÃO, 1960 apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 123)

Outra disputa entre símbolos é indicada por Julião (1962) a respeito do termo *ruícola*, que se tentou colocar por parlamentares conservadores, tentativa contraposta pelas Ligas Camponesas com o termo *camponês*, que prevaleceu e passou a ser utilizado pelos próprios camponeses em diversos espaços. A respeito do momento inicial da mobilização, o autor destaca como as Ligas eram inseridas nas páginas policiais, entretanto, essa imprensa não consegue isolar a mobilização inicial da Galileia que, com a expansão do movimento, deixou de ser notícia policial para virar notícia local, depois nacional e até internacional.

A ressignificação de valores e símbolos foi tanto uma maneira das Ligas Camponesas se contraporem aos grandes proprietários quanto uma estratégia para que os camponeses aderissem ao movimento. Julião (1962) atribuiu grande papel à religião nesta atividade, sendo que afirma que, por mais que ela possa ser usada pelo capitalismo contra o *camponês*, existe por parte destes agentes a superação desse preconceito. Ele afirma que enquanto nações ricas continuarem roubando das pobres e, dentro das nações, os ricos saqueando os pobres e provendo massacres, continuarão a aparecer rebeldes “de Bíblia na mão” (JULIÃO, 1962 p. 17). O autor deixa claro que, na sua concepção, são as condições econômicas que permitem o uso da religião pelo *camponês* contra o grande proprietário, por mais que as próprias escrituras contenham elementos contra os latifundiários. Para fundamentar esse argumento ele menciona o caso ocorrido em uma reunião de camponeses em Santa Rita na qual um dos presentes fala, a respeito da ideia utilizada pelo latifúndio de que os que mais sofrem na Terra são os que mais merecem o céu, “Doutor, eu não quero ir para esse céu de barriga vazia” (JULIÃO, 1962, p.20).

Novaes (1997) destaca que Julião tentava em diversos momentos mobilizar líderes protestantes, dizendo a estes que eram a religião oprimida, como o *camponês* era o povo oprimido, sendo que ele afirmava a estes: “Peguem a Bíblia que eu vou com o Código Civil” (JULIÃO, Entrevista, Pasquim, n. 979, Apud: NOVAES, 1997, p. 72). Julião afirma que se identificava como ecumênico, respeitando a todas as religiões.

Novaes, afirma que ele se definia como marxista-cristão e que estes dois objetos – Bíblia e Código Civil – de certa maneira se confundem com seu personagem, sendo que ele era atento ao catolicismo popular e realizava, em suas falas, confluências constantes entre religião e política. Ela afirma que ele era, de certo modo, tomado como um profeta que tomava o Código Civil como um instrumento sacralizado ao lado da Bíblia, de maneira a inaugurar um estilo de militância política, o que o permitiu o seu reconhecimento político como encarnação das Ligas.

Os apontamentos de Novaes são muito relevantes para entender a relevância dos esforços de Julião em se valer de símbolos e valores comuns aos trabalhadores rurais e camponeses na mobilização política. Entretanto, cabe não exagerar essa questão da sacralização de sua imagem, visto que nos diversos relatos apresentados por Rangel (2000) e por Irmã Tonny Van Ham (2006), fica nítido que, quando se referiam a Julião, os participantes do movimento não se referiam a alguém com relações com o sagrado, mas a um doutor, não no mesmo sentido com que se referiam aos grandes proprietários, mas como alguém ligado a cidade e as relações desta. As falas destes agentes também tomavam a legislação em diversos momentos a partir de referências profanas, o que demonstra que este vínculo entre religião e política não pode ser tomado como uma sacralização da luta das Ligas.

Julião (1962) afirma que a doutrinação daquela massa se iniciou com linguagem simples e acessível, símbolos, imagens, comparações, parábolas, para vencer o atraso<sup>41</sup> de uns e a desconfiança de outros, de modo a ascender uma luz na consciência destes e espantar o medo. O autor indica que a luta das Ligas era travada em três frentes: na justiça, na assembleia e no campo. Neste momento, relataremos o que Julião menciona desta última frente de luta. Para ele tratava-se do contato direto com os camponeses, através dos boletins escritos, como o “Guia do camponês”, “ABC do camponês”, “Cartilha do camponês” “Carta de alforria do camponês”, que eram lidos para os camponeses e nos quais Julião dava indicativos sobre a mobilização.

Julião (1962) afirma que entende o seu papel como sendo o de um agitador social, que coloca um problema para ser discutido com o povo em busca de solução, visto que, por mais que ele formule uma tese da reforma agrária, esta é apenas uma

---

<sup>41</sup>Julião em diversos momentos remete a um atraso político, cultural e social do camponês, o que reforça uma imagem dualista no qual o rural é atrasado e o urbano é avançado. Entretanto, cabe observar que ele em diversos momentos toma a figura do camponês como a de um herói forte, de quem sustenta o Brasil, assim como elogia a sabedoria popular destes.

semente a ser plantada na consciência das massas, que é um solo generoso e fecundo, rico em ensinamentos, sabedoria - vindas das antigas gerações - e criação, mas também é uma mata densa a qual tem de ser desbravada com arrojo. Ele indica que a missão da luta da reforma agrária é como um dos trabalhos de Hércules, da mitologia grega, e que Hércules é o povo. O autor afirma que quem tem o poder de decidir os planos, projetos e a melhor maneira de atingir a reforma agrária é o povo.

As ambiguidades de Julião sobre a sabedoria popular chamam a atenção: a consciência do povo é uma terra fértil, mas tem de ser desbravada e ali plantada uma semente com a ideia da reforma agrária. Ou seja, as experiências e conhecimentos dos camponeses são fecundos para a promoção de mudanças sociais, mas precisam de um elemento exógeno para se direcionarem. A alegoria a Hércules também é interessante, visto que o próprio povo é que assume essa figura, ou seja, o poder final de decisão pertence ao campesinato, que, a partir da semente da ideia da reforma agrária pode escolher os rumos que esta vai tomar. Assim existe de um lado um elemento exógeno, que remete as relações dos camponeses com intelectuais, partidos, ideias, militantes que vem de outras posições sociais, tendencialmente urbanas, e de outro o conhecimento endógeno que interage com os valores e símbolos trazidos destas relações com outros agentes. Mas para Julião o comando final é o da terra, é o do povo, assim a ambiguidade da figura do povo como quem precisa de um conhecimento exógeno e como quem tem uma grande sabedoria, corresponde a ambivalência das relações de interdependência entre os camponeses e os militantes vindos de partidos e outras mobilizações políticas. A fala de Julião traz à tona a possibilidade da relação destes conhecimentos nas configurações que emergiam com a organização das Ligas Camponesas, sendo que deixava claro como este contexto possibilitava uma relação que não fosse apenas de imposição de um saber exógeno aos camponeses, mas que expressava o potencial da comunicação entre esses dois saberes.

As limitações dos objetivos dos camponeses, para Julião (1962), decorrem da espoliação e da concentração da riqueza em poucas mãos. A sociedade seria uma fonte envenenada pelo egoísmo dos grandes proprietários. Assim o autor não reproduz a imagem de um camponês desprovido de conhecimento, mas de um agente limitado pela força da grande propriedade, contra a qual as Ligas Camponesas possibilitam a mobilização dos camponeses.

Julião (1962) realiza uma categorização das posições sociais no campo, as dividindo em camponeses, proletários e semiproletários: os proletários são assalariados;

os semiproletários, os colonos, peões, camaradas e empreiteiros; enquanto os camponeses são foreiros, arrendatários, parceiros, vaqueiros, posseiros, condiceiros e sitiantes.<sup>42</sup> O autor indica que essa população rural está em situação servil e não tem acesso à educação, cultura e saúde, sendo que ele indica como esses agentes vivem bastante limitados nas propriedades em que vivem. Julião indica como dever de todo patriota remover os obstáculos postos a essa massa e tomá-la como base para uma nova sociedade. Assim é possível perceber que o autor entende o papel dos militantes de partidos e outros grupos urbanos em remover esses obstáculos geradores do imobilismo do camponês, para que este possa realizar um papel de protagonista político e ser a base da nova sociedade.

Julião (1961) defende que as Ligas Camponesas são um meio de o camponês se unir contra o grande proprietário, superando a violência e astúcia que este usa para limitar o camponês. O autor ressalta como o camponês só poderá enfrentar o latifúndio se enfrentasse seu medo através da união – sozinho o camponês é uma gota, unido ele é a cachoeira -, só assim pode trazer a Justiça, que chega com as Ligas nos braços e o sindicato nas mãos. Uma alegoria que indica como as Ligas Camponesas são entendidas por ele como o meio de superação do contexto em que o camponês se encontrava, pois a Justiça chegaria junto com as Ligas, sendo estas colocadas como responsáveis por trazê-la. Julião afirma que a liberdade para o camponês quer dizer terra, pão, paz, casa, remédio e escola. Ele afirma que os caminhos são a democracia, o sindicato, a cooperativa, a lei justa ao camponês e o voto ao analfabeto. Julião indica que busca fazer acender uma luz no espírito do camponês para espantar o medo: essa luz crescerá como fogueira e depois como incêndio.

A fala do autor deixa evidente como se propunha a realização de diversas formas de mobilização que permitissem a contraposição política aos grandes proprietários, tanto através de estratégias de mobilização, como a organização de Ligas e sindicatos, como através de vias eleitorais, como a defesa do voto do analfabeto, meios jurídicos e

---

<sup>42</sup> A separação de categorias é próxima a que muitos autores utilizam sobre a época, mas chama a atenção que Julião tenha colocado os condicioneiros – moradores de condição - como camponeses e os colonos como semiproletários. Visto que as duas posições, em geral, são muito próximas, mantendo uma relação com pouca autonomia para o trabalho sobre a terra e para o cultivo de alimentos, sendo que o colono tendia até mesmo a ter uma condição melhor que a do morador de condição. Talvez isso se explique pelo fato de que os moradores de condição participaram junto aos foreiros nas Ligas Camponesas, visto que era comum que o foreiro, em algum momento de sua trajetória, tenha vivido como morador de condição.

através de outras formas de organização do trabalho, como as cooperativas, prática que parece não ter tido abrangência como as demais.

As lideranças das Ligas Camponesas realizaram uma leitura sobre a distribuição das posições sociais no campo, que fundamentou uma abordagem de mobilização para com essas categorias. A direção do Conselho Regional, segundo Clodomir Morais (1965), a partir de sua experiência diária, decidiu limitar sua arregimentação de massas as áreas de camponeses, deixando a arregimentação de assalariados rurais adiada indefinidamente. Clodomir indica que essa estratégia impôs uma análise minuciosa: havia dois tipos de exploração agrícola: a capitalista e a pré-capitalista que é semifeudal, o latifúndio e a plantação. Assim como havia dois tipos de explorados: assalariados e camponeses. No meio desses extratos havia vários semi-operários que ora eram assalariados - nas safras - e ora camponeses.

O relato de Clodomir Morais converge com o de Julião, sendo que a estratégia de arregimentar camponeses e não assalariados está conectada ao tipo de demanda que os primeiros tinham, as quais eram mais ligadas a questão da posse da terra, o que tornava possível um tipo específico de mobilização política.

Julião (1962), a respeito da escolha do campesinato para a mobilização política, afirma que a mobilização de uma classe requer 3 fatores: o jurídico, que implica que haja um respaldo legal para garantir sua mobilização, o que no caso dos camponeses mobilizados pelas Ligas estava no uso do código civil, que garantia alguma proteção ao uso da terra arrendada, o que não era válido para o caso do assalariado agrícola; o financeiro, que remete a existência de recursos econômicos previamente acumulados para se conseguir pagar despesas do processo jurídico, o que era possível ao camponês que vendia alimentos na feira e conseguia gerar esse recurso financeiro, enquanto a condição de vida mais baixa do assalariado tornava muito mais oneroso o pagamento dos processos judiciais; o econômico, que remete as condições daqueles agentes para se manterem durante o processo jurídico e à mobilização.

O último fator, o econômico, como indica Julião (1962), remete a uma diferença importante entre estas posições sociais, sendo que os foreiros, parceiros e pequenos proprietários, por terem uma plantação própria de alimentos, assim como uma vinculação de venda de alimentos nas feiras – a participação nestas era possibilitada pelos camponeses terem animais que eram usados para transporte -, conseguiam escapar de certas relações de dependência a que moradores de condição eram mais presos, como o barracão, sendo que os foreiros, parceiros e pequenos proprietários poderiam contrair

dívidas com diversos comerciantes da cidade sem se endividar com o grande proprietário, o que lhes dava maior autonomia em relação ao morador de condição dependente do barracão. O assalariado agrícola não detém meio de produção algum, só conta com a força de seu trabalho, de modo que dificilmente conseguiria resistir a um confronto judicial com o grande proprietário, que poderia lhe retirar o trabalho e assim toda a renda, de modo a tornar insustentável a permanência na casa de morada e a continuação do processo judicial. Julião ressalta que para o assalariado toda sua riqueza é sua miséria, sendo que ele estava na posição social mais instável. O foreiro, por outro lado, tinha a produção de alimentos para o consumo e para venda, além do fato de que, durante o processo judicial ele conseguia permanecer na terra em que plantava. Desse modo, a demora do processo o favorecia e prejudicava o grande proprietário.

A circulação na feira e nas cidades constituía importante fator para a mobilização, sendo que Julião (1962) afirma que o proletário rural não tinha tempo para ir ao sindicato ou a feira na cidade para debater com seus companheiros. O que reflete como a mobilização das Ligas Camponesas foi possível devido aos agentes que participaram da mobilização terem acesso a diversas interdependências que não se restringiam à grande propriedade. As afirmações do autor permitem entender que a maior autonomia dos camponeses não está ligada só ao trabalho, mas também ao acesso a relações diversas que lhes permitiam estabelecer mais valências com outros agentes e uma maior mobilidade dentro destas relações.

Julião (1962) também ressalta que os camponeses – principalmente os foreiros e os posseiros - tinham um sentimento de propriedade das benfeitorias ou da terra que aguçava o individualismo<sup>43</sup> e o instinto de defesa destes. O que o autor atribui a um ato instintivo e a um interesse individual, remete as valorações morais destes agentes para com seu trabalho na terra e para com o grande proprietário. O momento de defesa da terra onde trabalha está ligado à valorização do trabalho familiar nesta e a possibilidade de um trabalho mais autônomo, que quando são contrapostos com a expulsão do campo e a piora das condições de vida despertavam a ira moral dos camponeses.

---

<sup>43</sup> A consideração de que os camponeses agiam de modo mais individualista está em outras falas de Julião, sendo que remete ao fato de que a disputa inicial destes costumava ser por seu direito individual de posse, não remetendo a uma melhoria conjunta das condições de vida, como quando o operário urbano exige aumento salarial da categoria. Entretanto, como ficará evidente no momento que analisarmos as falas dos participantes das Ligas, havia uma sensibilidade para com os agentes em mesma situação que lhes permitiu, no momento da mobilização coletiva, realizar demandas conjuntas por desapropriação, diminuição do foro, propriedade da terra e reforma agrária.

O autor afirma que o foreiro, o parceiro, o vaqueiro, têm melhores condições de se mobilizar<sup>44</sup>. Assim Julião (1962) ressalta que o papel do proletário agrícola é importante junto ao proletariado em geral, mas que o camponês tem a vantagem daqueles três fatores (jurídico, financeiro e econômico) para se mobilizar em um primeiro momento.

As afirmações do autor permitem entender como ele constitui uma teoria da mobilização política no campo, na qual o camponês ocupa o papel central de se mobilizar antes e com mais intensidade do que o trabalhador rural. Observando a trajetória das Ligas Camponesas e o contraste com a mobilização sindical posterior a essa, fica nítido que a referência de Julião é a própria experiência de mobilização no campo vivida naquele contexto.

A centralidade do campesinato para as possibilidades revolucionárias da época é indicada por Julião (1962), a partir de uma comparação com o proletário urbano. As classes dominantes demonstravam maior preocupação com as mobilizações camponesas do que com as realizadas pelos proletários da cidade, sendo que temiam os camponeses como os que poderiam conduzir a revolução social. O autor afirma que, com isso, não pretende deslegitimar o proletário como sendo a vanguarda do socialismo que dará o golpe final contra a classe dominante. Ele também afirma que nos países subdesenvolvidos e semicoloniais é comum que a revolução tenha caráter democrático, mas ressalta que a mobilização dos camponeses é necessária para fortalecer a luta operária e permitir que esta ocupe o papel hegemônico contra o imperialismo e o latifúndio.

As afirmações de Julião permitem observar que ele não se contrapunha completamente as teses do PCB a respeito da revolução socialista no Brasil<sup>45</sup>. O que

---

<sup>44</sup> Julião (1962) chega a afirmar que os camponeses compõem a maior parte dos agentes que vivem no campo, tendo grande predominância sobre os trabalhadores rurais. Segundo ele seriam 45 milhões de agentes no campo, dos quais apenas 5 milhões seriam trabalhadores rurais, sendo os demais camponeses. Entretanto, estes números são extremamente exagerados, visto que a maior parte dos agentes no campo não tinha um trabalho autônomo sobre a terra, como era o caso dos moradores de condição, que são considerados por boa parte das pesquisas sobre a época como trabalhadores rurais. O fato de Julião considerar estes como camponeses explica porque ele inverte a situação, sendo que na verdade estes moradores tinham condição mais próxima de um trabalho dependente e assalariado. Assim, fica evidente que a maior parte dos agentes no campo se enquadrava na categoria de trabalhadores rurais e não na de camponeses, sendo que o autor exagera o número de camponeses como modo de enfatizar o potencial das Ligas Camponesas.

<sup>45</sup> A comparação entre estas teses e as das Ligas será feita em outro momento, mas cabe colocar o indicativo de Clodomir Morais (1965) de que as Ligas Camponesas tinham duas vertentes de interpretação, uma na qual o camponês era um suporte ao proletário e a outra, defendida por Julião, na qual o campesinato era o agente protagonista da revolução.

permite entender que as divergências entre Julião e o PCB se restringiam mais aos meios pelos quais se poderia conduzir o processo revolucionário. O protagonismo político, para o autor, continuava nas mãos do proletário, mas o início da mobilização teria o protagonismo do campesinato, que conseguiria gerar um movimento mais amplo e forte que o proletário urbano. Assim, podemos dizer que ele defende que, de certo modo, haveria um protagonismo do campesinato na mobilização social do processo revolucionário.

Para demonstrar que a luta do camponês é central para a revolução socialista, Julião (1962), afirma que a luta do operário da cidade e do campo se estabelece com o patrão por elementos econômicos, visto que a relação destes tem por base o salário. Sendo que essa luta só assume caráter político quando o saturamento da experiência dos proletários e o proselitismo permanente conseguem fazer a mobilização tomar esse rumo. Por outro lado, o camponês tem como base da relação com o latifundiário, o direito, sendo que sua luta, quando se esboça, já assume o caráter político:

“O camponês quando se organiza, dá, assim um salto, adquirindo a sua luta substância revolucionária, porque quase não passa pela fase da luta econômica, durante a qual o patrão anestesia, engana e retarda o amadurecimento político da classe operária” (JULIÃO, 1962, p.65).

Julião (1962) afirma que o camponês, ao lutar para não aumentar o preço de locação ou pela permanência na terra, estava enfrentando desde início a questão da propriedade privada, indo à luta política diretamente do campo jurídico para o político. Embora algumas das afirmações de Julião sejam questionáveis, principalmente, quanto ao fato da luta do proletário por salário não ter caráter político, e que as lutas pela permanência na terra assumiam imediatamente o caráter de luta contra a propriedade privada, o que não parece se sustentar se for levado em conta que a motivação dos camponeses vinha de uma moralidade sobre o trabalho na terra e não de uma teoria revolucionária, com a qual alguns desses agentes vão entrar em contato em momento posterior ao início do processo de expulsão da terra, quando as Ligas Camponesas já estavam se mobilizando. Entretanto, a afirmação ganha mais sentido se considerarmos a centralidade da posse da terra para a mobilização. As afirmações de Julião parecem apresentar limites quanto ao foco no processo pelo qual uma questão jurídica se transforma posteriormente em política, que foi o caso das Ligas Camponesas, porém apresentam uma grande contribuição ao pensar como a questão fundiária esboçava o

potencial de ser uma contradição central no capitalismo brasileiro, a ponto de gerar uma luta maior e mais intensa do que a dos proletários urbanos. O protagonismo camponês estaria assim mais ligado a centralidade das lutas pela terra para as possibilidades de mudança social da época.

Na **Carta de Alforria do Camponês** (JULIÃO, 1961) o autor usa um tom bastante religioso para indicar que o camponês brasileiro é quase todo o Brasil. Ele coloca esses agentes como irmãos e utiliza de figuras de contraste entre a posição do latifúndio e do camponês, afirma que este: é quem mata a fome e passa fome, é quem veste e vive de tanga, quem fornece o capanga e é por este esmagado, fornece o soldado e é esquecido pela pátria. O autor então indica Cristo como um rebelado que ficou com o camponês e o camponês com ele, assim como Francisco de Assis, Mao-Tse-Tung e Fidel Castro. A análise da narrativa do autor permite observar que o camponês é tomado como agente central das possibilidades humanas, como quem fornece a base da sociedade e é contrariado por esta. Mas ele aponta que esta contradição pode ter um fim com a mudança social ligada a figuras rebeladas e revolucionárias, nas quais ele alinha a valorização religiosa cristã com lideranças de movimentos revolucionários camponeses.

A teorização do camponês como central para as lutas sociais da época foi acompanhada da constante observação do cotidiano destes agentes. Esse contato com as experiências do campesinato foi central para a elaboração de estratégias de mobilização dos camponeses. Julião afirma que os meios de proselitismo eram diversos: “Da conversa de ‘pé de pau’ na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no têço, no enterro, na briga-de-galo, no eito, na palha da cana, assim como boletim escrito em linguagem singela e tom evangélico [...]” (JULIÃO, 1962, p.33). Os momentos usados para mobilizar camponeses, mencionados por Julião podem ser entendidos, através da perspectiva de Scott (2000), como espaços ocultos, nos quais existe a possibilidade de uma transcrição oculta dos espaços públicos, sendo que esta se constitui de experiências que esses agentes mobilizam entre si, em espaços que permitiam o distanciamento do olhar do grande proprietário, como locais em que só havia camponeses e trabalhadores rurais ou locais de passagem, e que permitiam a elaboração de significados que se contrapunham ao grande proprietário.

A importância destes espaços ocultos para a pesquisa está em revelar práticas que não são facilmente observáveis se não nos atentarmos para o cotidiano do camponês, por exemplo, Julião (1962) indica que a mulher camponesa foi muito importante para a mobilização das Ligas, sendo de grande ajuda principalmente nos dias

de peleja mais dura. Ele indica que algumas mulheres ameaçaram os maridos, dizendo que iriam lhes abandonar caso não fossem fieis as Ligas ou solidários aos companheiros. Um relato que indica uma importante participação das mulheres no movimento, o que não é perceptível se observarmos apenas a composição de lideranças das Ligas e a organização de seus espaços de decisão, visto que quem costumava frequentar as reuniões e ocupar cargos de liderança entre os camponeses eram os homens, salvo casos como os de Elizabeth Teixeira em Sapé<sup>46</sup>.

Os relatos concedidos a Rangel (2000), assim como os concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006), destacam o que estamos conceituando de espaços ocultos, principalmente as feiras, que eram espaços de realização de comícios e carteirinhas<sup>47</sup> das Ligas Camponesas. A maior força das feiras perante os outros espaços mencionados provavelmente ocorre devido a amplitude destas e ao fato de não haver uma figura com autoridade que inibisse as transcrições ocultas, como seria o caso dos cultos, na qual a presença do padre poderia gerar inibição, por mais que as igrejas também tenham sido usadas para mobilização, como Dabat (2015) menciona sobre um sindicato em Pernambuco que foi fundado a partir das casas paroquiais.

Julião (1962) ressalta o percentual elevado de analfabetismo no campesinato nordestino como um limitador da mobilização, mas que não impedia o uso de linguagem comparativa. O folclore, os cantos, as narrativas, histórias, epopeias e poesias do campesinato se mantiveram através do cantador e do folhetinista. O violeiro é poeta (de uma poesia espontânea e instantânea) e músico, na comunidade camponesa ele figura como intelectual, sendo que ele e o cantador são as principais atrações das festas e feiras. O primeiro canta suas criações e as dos outros enquanto o segundo é quem recita os folhetins (elaborados pelo folhetinista) de modo cantado, os vendendo em locais com aglomerações de pessoas. Julião indica que a divulgação e participação do camponês na literatura popular chamou a atenção para seu uso como mobilização.

---

<sup>46</sup> Descreveremos a formação da Liga de Sapé em outro momento do texto, mas cabe informar que Elizabeth Teixeira assume a liderança desta após o assassinato de seu marido, João Pedro Teixeira, que era a principal liderança dessa Liga até ser morto por capangas a mando de latifundiários da região. Clodomir Morais (1965) ao elencar as lideranças camponesas das Ligas indica como, fora Elizabeth Teixeira, não haviam lideranças camponesas mulheres. O que contrastava com uma participação de mulheres mais significativa, por mais que não muito elevada, entre as lideranças urbanas. Nos relatos colhidos por Irmã Tonny Van Ham (2006) se menciona uma liderança camponesa em Caapora, mas a liderança que a menciona – Elias, de Alhandra - não se lembra do nome dela.

<sup>47</sup> A pesquisa de Rangel (2000) deixa evidente que essas carteirinhas eram feitas em segredo para evitar represálias, e que até moradores que tinham sido expulsos e que estavam morando na cidade chegavam a se dirigir a feira para fazê-las.

Essa literatura não encerrava conteúdo político, mas tinha caráter ideológico<sup>48</sup>, retratando a luta do fraco contra o forte, do pobre contra o rico, do camponês contra o latifundiário, cantava histórias na feira de um camponês que mata o patrão por ter deflorado a noiva deste.

As falas do autor permitem observar como a elaboração cultural dos cantadores e folhetinistas é relacionada aos costumes e a moral dos camponeses. Sendo que em certos momentos poderiam expressar resistências cotidianas destes agentes. Nota-se uma grande perspicácia e sensibilidade das lideranças das Ligas Camponesas para com o cotidiano camponês, que vê nos catadores, violeiros e folhetinistas, uma possibilidade de mobilização política<sup>49</sup>.

Julião (1962) indica, sobre as canções e folhetins, que as lutas descritas nestas costumam mencionar regiões afastadas para não confrontar diretamente aos grandes proprietários da região, assim como usa das figuras de cangaceiros como heróis, como Antônio Silvino, Lampião e Corisco. As histórias misturam essas personagens com figuras religiosas como Padre Cícero e os descrevem roubando dos ricos para dar aos pobres, expressando a vontade dos camponeses em imitar suas façanhas. Julião menciona como em um desses folhetos se relata a chegada de Lampião no inferno, e este lugar tem cerca de um senhor de terras como no latifúndio, sendo que Lampião desafia esse senhor. Ele também indica a fala de Elizabeth Teixeira em entrevista concedida logo após a morte de seu marido, João Pedro Teixeira, em 1962, na qual ela afirma “O Diabo é o latifúndio”. O que indica como nas representações e narrativas dos camponeses existe uma associação entre a grande propriedade e representações religiosas sobre algo ruim, remetendo as explorações a que os camponeses estavam submetidos. A imagem idealizada dos cangaceiros<sup>50</sup> também expressava as

---

<sup>48</sup> A indicação de que essa cultura popular não tinha caráter político, mas ideológico, pretende expressar como havia um questionamento das cosmovisões e da moralidade impostas pelos latifundiários. O termo ideologia usado por Julião significa, neste caso, mais uma perspectiva de mundo contra-ideológica do que o conceito de ideologia como exposto em Mannheim (1982). Também é possível entender que essa cultura popular, se não expressava um confronto aberto e coletivo aos grandes proprietários, era constituída de narrativas politizadas, visto que representavam a idealização de um momento de virada do cotidiano do camponês, quando o fraco vence o forte, expressavam assim, expectativas de mudança social e assumiam em certos momentos a forma de uma resistência cotidiana.

<sup>49</sup> Bastos (1984) afirma que Julião chegou a escrever ele mesmo alguns folhetins assinando com outro nome.

<sup>50</sup> A idealização ocorre devido aos cangaceiros em diversos momentos terem conseguido enfrentar alguns latifundiários e o governo, entretanto, cabe observar a pesquisa de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977) sobre o cangaço, na qual fica evidente que o cangaceiro por mais que não fosse submetido a apenas um senhor de terras, como era o capanga, sempre se associava a alguns grandes proprietários para manter sua posição de grupo armado com relativa independência.

possibilidades de se contrapor violentamente a violência do latifúndio, como em uma virada da relação.

A convocação de vários folhetinistas, violeiros e cantadores para participar das Ligas, decorria da maior facilidade que estes tinham para o proselitismo e para a penetração em espaços onde o agitador político não podia entrar. Julião (1962) destaca que com esse instrumento quebraram o isolamento do camponês

Os meios de mobilização utilizados pelas Ligas Camponesas que foram até aqui relatados indicam como as lideranças tiveram uma preocupação de entender o cotidiano dos camponeses, para elaborar estratégias com o fito de organizar um maior número de agentes, o que indica que as experiências sociais destes foram fundamentais para as formas que essas estratégias tomaram. Se essa influência do cotidiano camponês nas estratégias de mobilização significou, em diversos momentos, a criação de espaços que possibilitavam um debate mais democrático entre os camponeses e que lhes permitia a demonstração de diversas demandas antes não expressas devido à repressão, em outros momentos, as formas de mobilização das Ligas reproduziram a violência contida no contexto em que estes agentes estavam inseridos. O que é nítido principalmente na estratégia do achocalhamento.

Assis Lemos de Souza (1996) afirma que a prática do chocalho aconteceu na Paraíba a partir de 1963, sendo motivada pelo fato de diversos camponeses ainda permanecerem indiferentes as Ligas Camponesas. Ela consistia em levar camponesas que ainda não participavam das Ligas para as sedes destas em dias de concentração, o que poderia ser feito a força, quando estes não fossem convencidos “por bem”. Estes camponeses recebiam um chocalho, que era colocado em seu pescoço, como é feito com os animais para não se perderem de seu rebanho. Após isso, eram reunidos no meio do local ficando expostos ao olhar dos outros passando grande humilhação. Os oradores se revessavam no palanque fazendo falas para convencer os camponeses das conquistas das Ligas. Assis Lemos de Souza indica que muitos se entusiasmavam e tiravam os chocalhos dando vivas as Ligas, e depois eram carregados nos ombros pelos velhos militantes. Ele afirma que muitos deles viraram lideranças importantes. Ele indica que esse processo sofreu muita crítica na época, mas que a quase totalidade dos camponeses começaram a comparecer às reuniões e que muitos dos enchocalhados depois agradeceram por isso.

A indicação de que quase todos os camponeses começaram a comparecer nas reuniões parece muito exagerada se formos levar em consideração o medo constante

desses agentes em fazerem parte de uma mobilização política devido a possibilidade de repressão dos grandes proprietários, o que fica evidente nos relatos de Van Ham (2006). Assis Lemos de Souza (1996) afirma que essa prática foi sugerida aos delegados das Ligas Camponesas, o que é indicativo de que ela foi uma ideia da diretoria das Ligas, fora isso, como o autor somente menciona a mobilização na Paraíba, gera a impressão de que ela só ocorreu neste estado, o que, entretanto, não se consegue confirmar, ficando apenas como hipótese.

Os relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) também deixam claro que diversos camponeses apoiaram a prática do achocalhamento, participando com bastante entusiasmo desta e utilizando em vários momentos de violência contra outros camponeses que se recusavam a participar das Ligas. Um fato curioso é que a liderança que relata essa prática, Assis Lemos de Souza (1996) criticava bastante a mobilização de Pernambuco - que era mais ligada a Julião, enquanto ele era do PCB - como mais autoritária que a da Paraíba<sup>51</sup>. Entretanto, não se trata de uma mera opção das lideranças, a questão é mais ampla que isso.

O caso do achocalhamento é um indicativo de que a configuração de possibilidades de diálogo, tanto entre camponeses quanto entre estes e grandes proprietários e representantes do Estado, convive com a configuração da violência, sendo a ambiguidade das lideranças e do movimento uma expressão da ambivalência daquele contexto histórico. O que é um forte indicativo de que havia uma grande contradição da forma de controle da mudança social deste contexto: as classes dominantes exerciam um controle autoritário das possibilidades sociais, tendendo para o uso da violência e da repressão de qualquer processo na direção de maior distribuição da riqueza e do poder. Esse forte controle se refletia nas poucas possibilidades de tensionamento disponíveis aos dominados. Por isso a forma de violência convive, ora de modo ambíguo, mas chegando a virar uma ambivalência, com a forma de negociação, visto que o diálogo era uma possibilidade social colocada pelo tensionamento destes agentes, sendo que as Ligas Camponesas tensionaram fortemente em favor destes espaços de negociação e, ao mesmo tempo, tensionaram as relações no sentido da

---

<sup>51</sup> Montenegro (2004) menciona um documento policial de Pernambuco no qual se consta que membros das Ligas Camponesas ameaçavam camponeses que não adentravam no movimento. Por mais que a fonte isolada não confirme o caso, e de que é possível haver exagero por parte do documento policial, o contexto de ampla violência fornece indicativos de que tentativas mais violentas de mobilizar camponeses constituíam uma das possibilidades históricas apresentadas. Assim esse caso parece manter alguma semelhança com o do achocalhamento, por mais que a prática não tenha sido mencionada.

violência. O que não remete apenas a fatores de estratégia, mas as limitações a que os agentes que participavam destes contextos estavam inseridos. As Ligas realizam ações caracterizadas como mais violentas pois foram mais reprimidas que os sindicatos rurais, o mesmo se aplicando a seus integrantes.

#### **1.4 A EXPANSÃO DAS LIGAS CAMPONESAS NAS MARGENS DA ECONOMIA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO E DA PARAÍBA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960**

O entendimento de como as Ligas Camponesas se formaram nas margens da economia canavieira de Pernambuco e da Paraíba exige uma contextualização histórica. Manuel Correia de Andrade (1986a), afirma que o Sul de Pernambuco era a região mais favorável ao plantio da cana, onde se localizavam os engenhos mais ricos. A forma predominante de exploração do trabalho era a escravidão, mas também havia forte presença de moradores, que pagavam renda pelo plantio de alimentos e morada. O século XIX marca o confronto do trabalho assalariado com o trabalho escravo, entretanto este se configurou de forma distinta nesta região mais escravista e no Norte de Pernambuco e na Paraíba<sup>52</sup>, sendo as duas últimas regiões marcadas pela menor presença de escravos e maior uso do trabalho assalariado (contratando negros livres e indígenas). Sendo também uma região, já na segunda metade do século XIX, marcada por forte presença de moradores de condição, parceiros e foreiros sendo que essas posições sociais aumentam em proporção com as restrições ao tráfico de escravos e com a Abolição.

A economia açucareira passa por uma crise no fim do século XIX, mas por causa da queda de preços internacionais e não ao fim da escravidão, que não surtiu tantos efeitos econômicos devido ao trabalho livre já ser fortemente empregado nessas regiões. O autor também ressalta como a Abolição não significou melhoras nas condições de vida dos antigos escravos, visto que era um período favorável aos grandes proprietários para realizá-la. Os agentes libertos da escravidão se tornaram moradores de condição (posição que continuava extremamente dependente dos grandes proprietários) e sentiram efeitos da baixa de salários da época, intensificada com a ampliação da mão-de-obra liberada da economia do algodão, que também passava por uma crise nesse

---

<sup>52</sup> Andrade (1986) indica que a porcentagem de escravos na Paraíba era de 16,3 em 1825 e 5,7 em 1872. Afrânio Garcia Jr (1989) também indica a baixa presença de escravos no Brejo paraibano.

período. Assim estes agentes sentiram os efeitos da alforria como sendo apenas a de um direito de trocar de senhor quando conviesse (ANDRADE, 1986a).

O surgimento das usinas no final do século XIX marcou a expansão dos canaviais sobre sítios de moradores, nos quais estes plantavam alimentos e algodão, sendo este processo bem menos intenso do que o avanço das usinas que ocorre no século XX, mas já demarcando a formação de trabalho assalariado no campo (ANDRADE, 1986a). Por mais que a tendência a expulsão de moradores já existisse na época, cabe observar a indicação feita por Palmeira (2009) de que apenas no período do pós- Segunda Guerra Mundial é que o sistema de moradia na economia canavieira passa por uma crise significativa, sendo que antes era comum o morador expulso procurar outro senhor de engenho para pedir morada. Afrânio Garcia Jr. (1989) também indica como em períodos de bons lucros nos engenhos ocorre o aumento da remuneração salarial dos moradores e trabalhadores rurais, mas a baixa do número de roçados concedidos, sendo que ocorre o contrário em época de lucros baixos, com aumento de sítios e roçados e diminuição dos salários<sup>53</sup>.

O fechamento da possibilidade de obter morada e sítios na década de 1940 e 1950 se explica pela imposição do padrão de acumulação industrial do Centro-Sul aos grandes proprietários da economia canavieira. Como indica Oliveira (2008), este período é marcado pelo início da produção de cana em estados do Centro-Sul, que passam a competir com os grandes proprietários da economia canavieira nordestina, assim como pela constante queda da posição social, econômica e política destes, visto o predomínio cada vez mais amplo na economia e na política dos capitalistas industriais. Estas tendências faziam com que, para manter parte de sua posição social, os grandes proprietários da economia canavieira nordestina necessitassem ampliar sua acumulação a partir dos moldes de acumulação do Centro-Sul, ou seja, pelo trabalho assalariado. A crise do sistema de moradia foi marcada pela transformação dos moradores, foreiros e parceiros de diversas regiões em trabalhadores assalariados e pela expansão da cana sobre roçados e sítios, incentivada pelos fatores já elencados e pela alta do preço internacional do açúcar. A expansão do trabalho assalariado não significou, contudo, o

---

<sup>53</sup> Afrânio Garcia Jr. (1989) também indica que há uma terceira possibilidade em que ocorre aumento do lucro do engenho em meio à inflação, o que diminui roçados e salários reais gerando grande pauperização. O autor também indica o caso em que na perda de ganho do engenho os senhores se recusam a aumentar roçados, o que historicamente ocorre com mais intensidade já no período de crise do sistema de moradia na economia canavieira.

fim do sistema de moradia, que persiste nas décadas seguintes, como indicam Afrânio Garcia Jr. (1989) e Wanderley (1985)<sup>54</sup>.

O processo de expulsão de moradores e a reconversão destes em assalariados foi mais intenso nas áreas em que havia usinas mais fortes, principalmente no Sul de Pernambuco, e na Zona da Mata (ANDRADE, 1986a). Entretanto, este contexto corresponde a um período anterior à década de 1940 e 1950, no qual as expulsões motivaram a mobilização das Ligas, as quais surgem nas regiões marginais da economia canavieira e não nessas regiões de usinas mais fortes. Assim, é necessário entender historicamente a região do Agreste e as regiões intermediárias entre este e a Zona da Mata para compreender as razões sociológicas disto. Andrade (1986a) indica que o Agreste foi uma região pecuária até o século XVIII, tornando-se agrícola nos séculos XIX e XX, o que não significou que a pecuária tenha deixado de ter relevante papel econômico na região<sup>55</sup>. Essa região apresentava maior divisão da propriedade do que a Mata e o Sertão, o que permitiu que ali se desenvolvesse uma policultura que contribuiu mais ao abastecimento alimentar das grandes cidades do que as duas outras regiões. O algodão inicia sua expansão no século XVIII, mas ganha maiores proporções no século XIX passando a ter forte papel econômico na região, não sendo cultivado apenas por grandes proprietários, sendo que o seu tipo de plantio incentivou uma maior participação de pequenos proprietários, moradores foreiros e parceiros no seu cultivo, assim como permitiu o plantio intercalado de milho e feijão<sup>56</sup>. A industrialização do algodão foi mais barata e menos intensa que a da cana, de modo que o beneficiamento de algodão foi realizado não só por grandes proprietários, mas também por comerciantes que se estabeleciam nas cidades, vilas e povoações, os quais compravam o algodão e o revendiam para o exterior depois de beneficiado. Este tipo de processo gerou uma tendência ao Agreste possuir diversas cidades grandes e de intensa atividade comercial, de modo distinto à Mata.

---

<sup>54</sup> Afrânio Garcia Jr (1989) utiliza de dados do IBGE para demonstrar que, em 1980, 55 por cento dos domicílios rurais eram cedidos gratuitamente em Areia, o que é forte indicador da persistência do sistema de moradia na região.

<sup>55</sup> Afrânio Garcia Jr. (1989) indica que os proprietários de engenhos na Zona da Mata paraibana também eram proprietários de terras no Agreste, sendo que transportavam seus gados de uma região para outra conforme variações climáticas e períodos sazonais.

<sup>56</sup> Andrade (1986a) também indica que havia pequenos proprietários que plantavam cana-de-açúcar para rapadura e mel, entretanto, no século XX, como indicado por Palmeira (2009) o plantio de cana por arrendatários e parceiros é reduzido, predominando o plantio pela grande propriedade.

Por mais que a economia agrícola prevalecente do Agreste fosse o algodão, a cana também se apresentava na região e em algumas áreas teve preponderância sobre o primeiro. As áreas sub-úmidas que permanecem com climas variados entre o clima úmido da Mata e o semiárido do Agreste foram locais em que muitos grandes proprietários intercalaram o plantio de algodão e o de cana, de modo a se protegerem das incertezas de um dos plantios. O Brejo paraibano é uma dessas áreas e expressa essa convivência e disputa entre a economia canavieira e a algodoeira: essa área teve uma fase inicial com prevalência de cultura de subsistência – principalmente mandioca e cereais – e baixo plantio de cana, sendo que no início do século XIX a economia algodoeira se expande para essa região, predominando até o final deste século, quando, devido a condições climáticas – chuva excessiva e temperaturas mais frias – e as pragas, é superada pela expansão da cana sobre a região (ANDRADE, 1986a).

Os brejos eram regiões propícias ao plantio de alimentos e eram marcados por uma maior divisão da propriedade<sup>57</sup>, sendo sua formação ligada às áreas úmidas da encosta da Borborema. Se o caso mencionado foi o referente à Paraíba, cabe indicar que nos brejos pernambucanos a propriedade também é bastante dividida: há pequenos sítios em brejos como o da Serra do Vento em Bom Jardim, o da Serra Vermelha em Caruaru e os de Bezerros e Camocim de São Felix<sup>58</sup>. Os pequenos proprietários dessa região também associavam suas lavouras de subsistência com a criação de animais, como garrotes para venda, vacas para obter leite, porcos – também visando a venda – e cabras, sendo o comércio de animais em feiras intenso nessas regiões (ANDRADE, 1986a).

As indicações de Andrade permitem entender que nas décadas de 1940, 1950 e 1960, essas regiões mais marginais da Zona da Mata, assim como os brejos agrestinos, tinham forte presença de camponeses, entendidos nas categorias de foreiros, parceiros,

---

<sup>57</sup> Outro indicativo importante de Andrade (1986a) é de que o Agreste era a principal região a fornecer corumbas para as usinas da Zona da Mata. Estes agentes possuíam plantio no Agreste (em alguns casos no Sertão) e se deslocavam nos períodos da safra para adquirir renda na região da Mata. O autor aponta que essas migrações ocorriam no sentido Noroeste-Sudeste, principalmente em Pernambuco, o que retrata bastante a divisão regional do Norte e do Sul do estado, na qual o último apresenta maior concentração da terra e as maiores usinas. Andrade indica que as cidades que se destacam como fornecedoras de corumbas neste período são Guarabira, Sapé, Ingá e Itabaiana na Paraíba, Bom Jardim, Limoeiro, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Cupira, Panelas, São Bento do Una e Bom Conselho em Pernambuco. Ele também indica que as migrações eram menos intensas na Paraíba devido ao período das safras na Mata coincidirem com os períodos em que esses agentes tinham de cuidar de suas lavouras de subsistência. Boa parte dessas cidades mencionadas tiveram Ligas Camponesas, o que indica a correlação entre uma maior divisão de terras e existência de categorias mais autônomas com a expansão do movimento.

<sup>58</sup> Andrade (1986a) também afirma que algumas áreas da caatinga agrestina eram marcadas por maior divisão das terras, como Lajedo, Surubim, Vertentes e Distrito de Capoeiras.

posseiros e pequenos proprietários<sup>59</sup>, que eram agentes em melhor posição social que os moradores de condição e assalariados devido a sua maior autonomia de realizar, através de seu trabalho familiar, o plantio de alimentos para subsistência e para venda em feiras. Assim, a maior presença dessas categorias, a maior divisão da propriedade, o maior plantio de alimentos e da venda deste em feiras foram elementos marcantes dessa região em que as Ligas se expandiram. Estes agentes, como indicado por Bastos (1984), foram os principais agentes a se mobilizarem nas Ligas, principalmente os foreiros. Um outro elemento importante a ser analisado a seguir é a da expansão das usinas e da lavoura canavieira, visto que este período é marcado por este processo e que a expulsão dos camponeses das terras foi um dos principais motivos das mobilizações das Ligas Camponesas.

Andrade (1986a) indica que a criação de usinas de açúcar no Nordeste<sup>60</sup> foi influenciada por um imperativo de modernização devido a competição com outros países produtores de açúcar, sendo um processo que teve mais incentivo na década final do século XIX com a alta do preço internacional do açúcar. Na primeira década do século XX há uma queda dos preços do açúcar, mas que não interrompe a expansão das usinas<sup>61</sup>, por mais que reduza seu ritmo até o final da Primeira Guerra Mundial, quando a alta dos preços volta a incentivar a expansão destas, que se ampliam com muito mais intensidade em Pernambuco do que na Paraíba. Este processo foi marcado por grande concentração de terras, sendo que muitos engenhos bangues<sup>62</sup> foram adquiridos pelas usinas e muitos outros encerraram suas atividades, permitiram o avanço das estradas de ferro das usinas e se transformaram em fornecedores de cana<sup>63</sup>, sendo que esse processo também culminou na diminuição dos sítios concedidos aos moradores. Os preços do açúcar sofrem queda em 1923, período que foi marcado pela diminuição da intensidade da expansão das usinas, que volta a se intensificar com a ampliação das estradas pelo Estado a partir de 1939 e com a elevação dos preços do açúcar após o fim da Segunda

---

<sup>59</sup> Os brejos também contavam com a participação de agentes que possuíam uma arte (referente as atividades mais técnicas como um sapateiro, ou um ferreiro), o que lhes garantia maior segurança econômica (ANDRADE, 1986a).

<sup>60</sup> A fundação das usinas ocorria através dos vínculos de parentesco de senhores de engenho mais poderosos, o que demonstra uma continuidade de certas relações de poder com o surgimento destas (ANDRADE, 1986a).

<sup>61</sup> A expansão das usinas pode continuar devido a cerca de 70 por cento da produção do açúcar da época ser absorvido internamente (ANDRADE, 1986a).

<sup>62</sup> Andrade (1986a) se refere aos engenhos de tamanho menor e médio da época.

<sup>63</sup> Havia a tendência de as usinas tentarem concentrar terras e diminuir a participação dos fornecedores, mas a força política dos senhores de engenho foi forte o suficiente para que fossem feitas garantias estatais assegurando cotas de fornecimento nas usinas (ANDRADE, 1986a).

Guerra Mundial, quando a expansão das usinas chega quase ao Agreste nas encostas íngremes da Borborema, como é o caso da usina Santa Helena na Paraíba.

Esse momento, de 1923 até 1945, apresentou redução do ritmo da expansão das usinas e queda dos preços internacionais, como demonstra Andrade (1986a), foi um período em que ocorreu aumento das lavouras de subsistência cedidas aos moradores, como no caso de engenhos que ficavam de fogo morto e arrendavam suas terras para foreiros, o que ocorria principalmente em regiões mais afastadas das usinas, distantes das estradas, ou próximas as encostas da Borborema, com terras férteis para lavouras alimentares, como é o caso de Amaraji, Bonito e Vitória de Santo Antão, sendo que na última surge a Liga Camponesa da Galileia que marca o movimento que se estende de 1955 à 1964, em momento em que, com a valorização do preço do açúcar no pós-guerra, a expansão da lavoura canavieira incentiva diversos senhores de engenho a retomarem a plantação de cana em engenhos arrendados<sup>64</sup>, expulsando foreiros ou aumentando o foro – que é o que ocorre no caso da Galileia - e a exploração do trabalho sobre estes, com maiores cobranças de trabalho na monocultura da cana, deixando pouco tempo para os moradores trabalharem em seus roçados e sítios. O que ocorre no Norte de Pernambuco e na Paraíba – que tinham usinas menores - em período pouco posterior, entre 1956-1965 (ANDRADE, 1986).

A distribuição das usinas na Paraíba nas décadas de 1950 e 1960 permite compreender melhor a correlação destas com a mobilização das Ligas. Novaes (1997) ressalta como a área canavieira era dividida entre três grandes famílias de grandes proprietários, sendo que os Ribeiro Coutinho tinham mais propriedades na Várzea, que era a região com melhores condições de plantio de cana e na qual se verificou uma maior presença das usinas; os Veloso Borges, que tinham vínculos de parentesco com os Ribeiro Coutinho, eram mais fortes no Brejo; enquanto os Lundregren eram mais fortes no litoral e aumentavam sua força na Paraíba devido a uma disputa política que enfrentavam em Pernambuco. A autora relaciona a presença de usinas e a mobilização das Ligas: em Santa Rita, os Ribeiro Coutinho tinham três usinas – chamadas São João, Santana e Santa Rita -, e sendo um dos locais em que houve mais conflitos para se fundar uma Liga; em Mamanguape havia a usina Monte Alegre e Novaes indica a existência de uma das Ligas com mais membros na Paraíba nesta cidade; em Alagoa

---

<sup>64</sup> Andrade (1986a) indica que este processo também culminou na piora das condições alimentares da população da região úmida nordestina devido à queda do fornecimento de alimentos das regiões que passam a ser retomadas para cultivo de cana.

Grande existia a usina Tanques, dos Veloso Borges e também houve mobilização de uma Liga na cidade. Novaes ressalta como entre 1953 e 1963 a produção de açúcar no Nordeste duplicou, sendo que este aumento ocorria devido aos preços internacionais em estados que produziam fortemente para exportação, como Pernambuco, sendo que na Paraíba<sup>65</sup> a elevação da produção ocorre devido ao aumento do consumo interno nacional. Rangel (2000) indica que entre 1953 e 1964 a produção na Paraíba também duplicou, demonstrando grande aumento da produção de cana pelas usinas, assim como pelos fornecedores, sendo que este processo ocorreu mesmo com a manutenção do número de usinas em 7, o que explicita que o processo não ocorria com o aumento do número de usinas, mas com a aquisição de terras por estas e com o aumento do número de engenhos se tornando fornecedores de cana destas<sup>66</sup>.

A análise das cidades em que houve Ligas Camponesas confirma as informações sobre estas terem se desenvolvido nas margens da economia canavieira e a partir de categorias mais autônomas. Em Pernambuco, segundo Montenegro (2004), apoiado em texto de Callado (1969), existiram, até 1959, 25 cidades com Ligas Camponesas sendo estas: Goiana, Igarassu, Paulista, Olinda, São Lourenço da Mata, Pau d'Alho, Limoeiro, Bom Jardim, Orobó, João Alfredo, Surubim, Jaboatão, Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim, Pesqueira, Buíque, São Bento do Una, Bonito, Cortês, Escada e Cabo. Julião (1962), ao indicar nomes de cidades com Ligas em Pernambuco, menciona Água Preta, Barra de Guarabira e Araçoiaba. Clodomir Morais (1965) também indica Passira e Quipapá<sup>67</sup>. Assim, mesmo que as fontes não abarquem todos os municípios com Ligas Camponesas em Pernambuco<sup>68</sup>, elas fornecem um forte indicativo sobre em que regiões as Ligas realizaram sua expansão. Somadas as cidades indicadas pelos autores se totalizam o número de 30, sendo que 15 delas estão no Agreste e 15 na Zona da Mata, mas as últimas se localizam, em geral, no Norte ou em cidades distantes das grandes usinas do Sul de Pernambuco, por mais que algumas delas estejam no Sul como o caso de Água Preta. Assim, é perceptível que as Ligas se

---

<sup>65</sup> As usinas deste estado não produziam o açúcar demerara que era usado para exportação (NOVAES, 1997). Assim estas usinas se beneficiaram indiretamente dos incentivos internacionais devido a diminuição da competição com outras usinas no mercado nacional.

<sup>66</sup> Novaes (1997) ressalta como este período foi marcado por forte piora das condições de vida dos moradores, intensificada por uma seca que ocorre em 1958.

<sup>67</sup> O fato de Julião e Clodomir Morais indicarem nomes a mais que Callado talvez seja indicativo de que as Ligas apontadas pelos primeiros tenham sido fundadas após 1959.

<sup>68</sup> Clodomir Morais (1965) indica que houve 40 sedes das Ligas Camponesas em Pernambuco com cerca de 40 mil filiados, entretanto, ele não menciona todas as cidades com Ligas.

desenvolveram nos brejos do Agreste e na região com mais camponeses na Zona da Mata, confirmando que o movimento se desenvolveu predominantemente nas margens da economia canavieira.

Na Paraíba, segundo Assis Lemos de Souza (1996), até 1961 havia 18 Ligas nas seguintes cidades: Alhandra, Areia<sup>69</sup>, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Mari, Itabaiana, Alagoa Grande, Oitizeiro (bairro de João Pessoa), Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande, Santa Rita e Sapé. Regina Novaes (1997) também indica Ligas em Itapororoca, Araçagi, Ingá do Bacamarte, Várzea Nova e Pilões. O próprio Assis Lemos de Souza (1996) também menciona a existência de Ligas em Pilar e Monteiro<sup>70</sup>. Em relato concedido a Irmã Tonny Van Ham (2006) Elias Pereira, fundador da Liga de Alhandra, indica a existência de uma Liga em Caapora. Com os indicativos, que não podem ser tidos como encerrando todas as Ligas na Paraíba, se totalizam 26 cidades com Ligas, sendo 13 na Mata, 11 no Agreste e 2 na região da Borborema, mais próximas ao Sertão. O autor também indica que as Ligas mais atuantes no estado foram Santa Rita, Sapé, Mamanguape, Guarabira, Areia, Itabaiana, Pilar e Monteiro. A forte mobilização em diversas cidades do Agreste e de cidades da Zona da Mata<sup>71</sup> como Sapé, na qual as usinas avançavam sobre os sítios e roçados naquele período – a usina Santa Helena, neste município e as três usinas, na cidade vizinha, Santa Rita - é indicativo de que, como em Pernambuco, o movimento ocorre nas margens da economia canavieira da região<sup>72</sup>, sendo que Assis Lemos de Souza afirma que o movimento se organizou nas áreas em que foreiros, pequenos proprietários, posseiros e parceiros estavam tendo suas

---

<sup>69</sup> Curiosamente Novaes (1997) indica não ter encontrado registros de Liga Camponesa em Areia, o que provavelmente se deve a seu método ter sido a procura de documentos em cartório. O contraste com a narrativa de Assis Lemos, que era uma das maiores lideranças das Ligas na Paraíba, dá um indicativo muito forte da mobilização em Areia ter não só ocorrido como ter sido uma das maiores no estado.

<sup>70</sup> A indicação de Novaes de que havia Ligas em cidades não mencionadas por Assis Lemos de Souza, provavelmente significa que as Ligas mencionadas foram fundadas após 1961. Sendo que o mesmo se aplica para as Ligas indicadas pelo último, mas não inclusas nas 18 ligas existentes até essa data. Esse ano tem importância histórica pois é quando se funda a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, órgão estadual das Ligas Camponesas, sendo que as 18 Ligas mencionadas por Assis Lemos de Souza participaram dessa fundação (LEMOS DE SOUZA, 1996).

<sup>71</sup> Assis Lemos de Souza (1996) indica que após a fundação da Liga de Sapé, que foi a primeira a ser fundada na Paraíba em 1958, se fundou a de Alhandra e depois a de Areia, o que é um forte indicativo de que a expansão das Ligas se deu simultaneamente no Agreste e na Mata. Clodomir Moraes (1965) indica que a expansão das Ligas em Pernambuco se deu nas proximidades de Vitória de Santo Antão visando camponeses, o que parece indicar uma expansão inicial mais na Mata, entretanto, o foco nos camponeses pode ser indicativo de que esse processo não tenha sido tão linear da Mata para o Agreste.

<sup>72</sup> Essa constatação diverge da indicação de Azevedo (1982) de que as Ligas teriam se expandido para a Zona da Mata.

lavouras alimentares retiradas pelo avanço da monocultura da cana<sup>73</sup>. A área da Várzea paraibana, que era a com usinas mais fortes, como em Santa Rita, também apresentou mobilização das Ligas, mas chama a atenção que tanto Assis Lemos de Souza, quanto Novaes, relatam que nesta cidade houve muita dificuldade das Ligas se inserirem, afirmação, que conjuntamente aos apontamentos sobre as áreas mais mobilizadas serem aquelas em que a expansão da cana estava emergindo, dão indicativos do porquê da cidade vizinha, Sapé, ter sido a mais mobilizada e reforçam a indicação de que as Ligas se expandiram as margens da economia canavieira.

Novaes (1997) também traz outra informação importante a respeito de Sapé, ela era uma das maiores produtoras de açúcar no estado da Paraíba e apresentava uma das maiores feiras do estado. A análise das cidades em que as Ligas se expandiram confirmam a correlação entre a mobilização e a expansão da cana pelas usinas e engenhos na época, entretanto existe mais um fator relevante para entender o movimento: as feiras. Os relatos de Julião (1962), Clodomir Morais (1965) e Assis Lemos de Souza (1996), que eram lideranças do movimento, indicam que as feiras eram espaços fundamentais para a mobilização dos camponeses. Andrade (1986a) afirma que havia uma correspondência entre as pequenas propriedades e o uso de veículos de tração animal que transportavam a família e a produção para as cidades onde ocorriam as feiras. O autor indica que algumas vilas e as grandes cidades agrestinas mais próximas aos brejos possuíam grandes feiras. Ele indica que eram regiões com menor concentração de terras e riqueza, de modo a favorecer a diminuição da porcentagem da população pobre e rica, favorecendo a maior existência de categorias intermediárias. O autor também indica que as feiras do Agreste comercializam mais cereais do que as da Mata, que tinham maior presença da venda de tecidos, roupas e utensílios. Como já indicado por Andrade, havia diversas cidades grandes do Agreste que tiveram certo desenvolvimento urbano, esse apontamento reforça a constatação de que as cidades das margens da economia canavieira, não só do Agreste, mas também as da Zona da Mata em que as usinas ainda não haviam avançado com tanta intensidade, contavam com a realização de diversas feiras em que os agentes em posições mais autônomas iam vender

---

<sup>73</sup> Andrade (1986b) também indica que as Ligas se expandiram nas regiões em que camponeses estavam sendo desapropriados pelo avanço da cultura da cana. Afrânio Garcia Jr. (1989) pautado em Julião e em pesquisa de Aspásia Camargo (1973) também indica que as Ligas se mobilizaram a partir da periferia da região açucareira.

seus alimentos aos moradores das cidades e comprar outros alimentos não produzidos por eles.

Ao contrastarmos as regiões indicadas que tinham mais feiras e as que tiveram mobilização de Ligas Camponesas em Pernambuco e Paraíba, se constata que existe uma correlação entre os locais em que havia mais feiras com venda de alimentos e os que as Ligas se mobilizaram. Evidente que essa correlação não é exata, visto que Andrade (1986a) ao dar destaque a grandes feiras dessas regiões menciona as cidades de Caruaru, Campina Grande, Camocim de São Felix, Cupira, Cachoeirinha e Capoeiras no Agreste e Goiana, Nazaré e Palmares na Mata (as do Agreste sendo até maiores que as da Mata), sendo que nem todas estas tiveram Ligas. Mas as indicações de que as Ligas utilizaram das feiras como espaços de mobilização e de que as categorias que mais frequentavam as feiras eram as mesmas que se mobilizaram dão um forte indício de que a presença de feiras foi uma das variáveis importantes para a mobilização das Ligas Camponesas.

A questão central está na relação entre a posição social dos camponeses que participaram das Ligas e as interdependências funcionais a que estes tinham acesso. O que remete a distinção entre estes agentes mais autônomos e os trabalhadores rurais mais dependentes, como os moradores de condição, os “pontas de rua”, e demais agentes mais próximos a relações assalariadas. Os camponeses que participaram das Ligas tinham uma melhor condição de vida, assegurada pelo plantio de subsistência mais amplo realizado em seus sítios, o qual também era comercializado nas feiras com o fito de adquirir alimentos não plantados. Estes agentes também eram mais autônomos sobre o trabalho em sua plantação, apresentando um vínculo diferente com o grande proprietário, o que lhes permitia manter relações sociais mais amplas com outros agentes fora da grande propriedade. Diversas dessas relações se mantinham a partir das idas as cidades para a comercialização dos produtos nas feiras, o que assegurou uma possibilidade maior de utilizar dessas relações de interdependência para tensionar as relações de poder contra os grandes proprietários no momento em que essas categorias estavam sendo expulsas ou sofrendo uma maior exploração do trabalho. Assim essas interdependências funcionais foram fundamentais para que esses camponeses fizessem mobilizações jurídicas e políticas, assim como para que se organizassem e resistissem a repressão dos grandes proprietários.

O maior acesso as feiras pelos camponeses indicava sua maior autonomia econômica<sup>74</sup> e social para com os grandes proprietários e fundamentava uma experiência social distinta das dos trabalhadores rurais. Andrade (1986b) indica como as Ligas se inseriram nos meios rurais com categorias mais autônomas, enquanto os sindicatos penetraram mais nas regiões com categorias mais assalariadas. O autor também indica que essas áreas, principalmente o Agreste, apresentavam mais lutas entre grandes proprietários e foreiros, em contraste com as regiões mais fortes da economia canavieira, em que os confrontos eram mais entre usineiros e trabalhadores assalariados<sup>75</sup>.

A mobilização das Ligas Camponesas nas margens da economia canavieira se explica pela confluência da experiência social dos camponeses dessas regiões, que estavam sendo expulsos e passam a ressignificar a moralidade de sua relação para com o grande proprietário, e a estratégia das lideranças do movimento em expandir a organização do movimento nessas regiões através da demanda política por terra, que irá se converter na bandeira da reforma agrária. Ao invés de interpretar a mobilização como resultante de uma escolha estratégica das lideranças cabe entender como a experiência social dos camponeses se direcionava para as questões ligadas à posse da terra em contraste com as demandas trabalhistas dos trabalhadores rurais, de maneira que possibilitou às lideranças envolvidas no processo de mobilização uma gradual elaboração de demandas em volta da questão fundiária, culminando na demanda por reforma agrária. Assim, essa demanda pode ser compreendida não apenas como um elemento exógeno, imposto pelas lideranças aos camponeses, mas como uma reivindicação relacionada as experiências sociais dos agentes que participaram do movimento.

Ao analisarmos os fatores que permitiram a mobilização das Ligas Camponesas constata-se que as variáveis mais influentes para a determinação regional de sua expansão nas margens da economia canavieira da Paraíba e de Pernambuco foram: 1) a

---

<sup>74</sup> Julião (1962) menciona que o acesso às cidades pelos foreiros e outras categorias mais autônomas era fundamental para que conseguissem escapar da dependência de ter de comprar no barracão do engenho. Conseguindo assim ter maior autonomia econômica ao poderem comprar produtos mais baratos e se endividarem com outros comerciantes e não só com o grande proprietário.

<sup>75</sup> Andrade (1986b) afirma que, em período posterior ao golpe militar, quando a mobilização rural ganha força novamente nestes estados por volta do fim da década de 1970 e início da de 1980, a região mais mobilizada foi a que tinha mais trabalhadores assalariados realizando reivindicações de caráter mais trabalhista. O que é forte indicativo de como essa divisão regional das categorias reproduzia experiências sociais e possibilidades de mobilização política distintas.

maior presença de agentes mais autônomos para com os grandes proprietários que classificamos como camponeses: foreiros, parceiros, pequenos proprietários e posseiros; 2) a maior divisão da propriedade nessas regiões; 3) A maior presença de plantio de alimentos pelos camponeses nessa região, o que gerava melhores condições de vida; 4) o processo de expansão das usinas e da monocultura da cana nessas regiões nas décadas de 1940, 1950 e 1960, que geraram a expulsão de diversos camponeses dessas áreas; 5) A forte presença de feiras nas quais se realizava a venda e compra de alimentos, permitindo acesso a interdependências funcionais e configurações que foram mobilizadas nos tensionamentos das relações de poder contra os grandes proprietários antes e durante o processo de mobilização das Ligas Camponesas.

## CAPÍTULO 2

### **2 A FORMA NEGOCIAÇÃO E O RECURSO A VIOLÊNCIA: AS AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO E DA MOBILIZAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS**

Este capítulo inicia demonstrando como diversas ações coletivas a exemplo das passeatas e greves constituíram uma forma de reivindicação das Ligas Camponesas, na qual as ações visavam abrir brechas para a possibilidade de negociação das pautas do movimento. Como será apresentado, esta forma de reivindicação ocorre simultaneamente a práticas que refletiam o contexto de violência no qual as Ligas se organizavam. Assim, as Ligas também articulam um setor armado que visava realizar guerrilhas para uma possível revolução armada. Essa forma de organização contava com apoio de algumas lideranças e com a recusa de outras. O capítulo também trata de como a expansão das Ligas foi acompanhada de uma forma de organização bastante centralizado, mas no qual havia diversas disputas entre as lideranças, sendo essas influenciadas pelo contexto político nacional e pelas respostas do Estado às pautas colocadas pelo movimento camponês da época. O texto tratará com mais detalhes das disputas entre o PCB e as Ligas Camponesas, assim como do processo de sindicalização incentivado pelo Estado. A ambiguidade entre a violência e a possibilidade de negociação permeia todo o capítulo, sendo o objetivo deste esclarecer como esta se forma e se relaciona com o contexto histórico de crescente violência. O capítulo termina descrevendo como o processo de repressão, intensificado com o golpe militar, extinguiu a organização das Ligas Camponesas.

#### **2.1 OS RECURSOS JURÍDICOS COMO FORMA DE REIVINDICAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS**

Bastos (1984), assim como Azevedo (1982), indicam que as Ligas, em seu momento inicial, formaram um movimento mais restrito a Liga da Galileia, afirmação que, como mostra Rangel (2000), acaba por menosprezar a mobilização em outras regiões<sup>76</sup>. Mas, neste momento, nos ateremos a indicação daqueles autores sobre este

---

<sup>76</sup> Por mais que os autores indiquem a abrangência do movimento como restrita a Liga da Galileia, cabe lembrar que este período foi marcado por diversas expulsões e conflitos no campo, sendo que havia uma forte tendência a outras mobilizações ocorrerem. Assim o caso da Liga de Sapé, na Paraíba, é exemplar, visto que, se somente se mobiliza de fato em 1958, as tentativas de organização remetem a 1954, mesmo ano em que a Liga da Galileia inicia suas mobilizações (RANGEL, 2000).

período de mobilização se apoiar fortemente no fator jurídico. Alves (2015) converge com essa perspectiva e indica que o movimento passa de uma luta por permanecer na terra por uma luta por reforma agrária devido a aproximação deste com Cuba. A revolução cubana e as relações com Cuba exerceram forte influência sobre a mobilização das Ligas, mas a radicalização do movimento pode ser verificada nos próprios posicionamentos de Julião e nas ações das Ligas, que antecedem esse contato político. Esta questão será melhor trabalhada posteriormente, por enquanto, nos concentraremos na mobilização de reivindicações jurídicas deste primeiro momento das Ligas.

Julião (1962) afirma que a mobilização camponesa foi possível pois usava o código civil, uma conquista das lutas das classes que, antes da República, eram exploradas pela aristocracia feudal (burgueses e campesinato)<sup>77</sup>. Assim, para esta liderança das Ligas, a própria contradição da lei burguesa permitia exigir a propriedade do camponês em contraposição ao grande proprietário.

Julião (1962) indica que o capitalista rural é política e ideologicamente mais próximo ao pré-capitalista, pois, tenha este capitalista vindo ou não de família feudal, ele é sempre um reacionário empedernido (seja usineiro ou fazendeiro do café), que reage com mais violência a aplicação das leis trabalhistas do que o capitalista industrial. O operário rural, para Julião, também é mais atrasado e menos combativo que o seu irmão da cidade. Essa descrição do grande proprietário e do assalariado rural indicam como há uma noção de atraso que permeia a interpretação de Julião sobre o campo brasileiro, o que se explica pela comparação do autor ser realizada a partir dos tipos de mobilização operária. Entretanto, cabe observar que Julião se destacou como uma liderança que mobilizou formas específicas de arregimentação e luta voltadas para o cotidiano do camponês.

Outro problema mencionado por Julião (1962) é o atraso da instituição jurídica no campo, demonstrada tanto pela falta de Juntas de Conciliação, as quais ele mesmo se refere como sendo instituições que, em geral favorecem ao grande proprietário, quanto pelo fato do juiz civil acumular nesses locais a função de juiz do trabalho, desconhecendo diversas leis. Mas o autor indica que, com essa mobilização, o camponês não se isola, pois usa um instrumento defendido pela classe dominante

---

<sup>77</sup> Julião, assim como o PCB, adotavam a perspectiva de que o campo brasileiro representava a existência de resquícios feudais ou semif feudais. Caio Prado Júnior (1979) que era ligado ao PCB, elabora uma crítica a esta perspectiva, a qual posteriormente perde peso teórico.

burguesa, e quem se isola é o proprietário, pré-capitalista, feudal que tem sua estrutura jurídica pensada nos moldes da ordenação do reino: o código civil neutraliza a burguesia enquanto isola o latifúndio, sendo que para Julião o juiz não rompe com o código civil, pois isso daria precedentes contra a burguesia. As indicações de Julião acabam por atribuir um grande peso as contradições jurídicas como formadoras de possibilidades de reivindicação, entretanto, o autor também mobiliza uma análise das posições sociais que participavam do movimento. Sendo que para ele, diferente do assalariado, para o camponês a demora jurídica o favorece, visto que ele consegue permanecer na terra, enquanto o latifundiário se prejudica pela desvalorização da terra. O autor indica que essas terras podem ser vendidas a uma usina ou a um proprietário maior, de modo a intensificar a repressão com o uso de violência, o que exige maior unidade. Ele aponta que havia a tendência a desapropriação de áreas de conflito para evitar que as Ligas se alastrassem, mas que conforme estas cresciam o latifúndio se isolava, pois ele estava contra a história e o camponês no lombo desta.

A análise das posições sociais do camponês e do trabalhador rural feitas por Julião, são reveladoras de como as estratégias jurídica desse primeiro momento das Ligas elaborava uma gama de recursos e ações que permitiam tensionar as relações de poder, possibilitando que diversas demandas dos camponeses fossem mobilizadas juridicamente<sup>78</sup>.

Afrânio Garcia Jr. (1989) avalia que os recursos jurídicos utilizados pelas Ligas colocavam a palavra do morador e do senhor no mesmo plano, materializando a existência de um poder acima do senhor. O que era muito significativo visto que este, nas relações de poder do engenho, acumulava e legitimava todos os benefícios (religiosos, escolar, políticos e econômicos). Assim a emergência das Ligas expressava uma diversificação da oferta de instrumentos de representação política dos camponeses e trabalhadores rurais, que costumam ser intermediados apenas pelos grandes proprietários, mas que, neste contexto, tinham a possibilidade da mobilização política pelas Ligas, o que expressa um campo político onde se disputava a mediação legítima

---

<sup>78</sup> Clodomir Morais (1965) indica como Julião teve importante papel nessa mobilização jurídica, atendendo a muitos camponeses em sua casa que vinham com reivindicações. O autor ressalta que a grande casa de Julião, que vinha de uma família de grandes proprietários, contava com muitos servos e gerava um ambiente parecido com a casa-grande para os camponeses, que se sentiam satisfeitos em terem sido ouvidos pelo “doutor”. Clodomir Morais também ressalta como a maneira acolhedora e paternalista como Julião tratava estes agentes – maneira que tinha semelhanças como as usadas pelos grandes proprietários - foi fundamental para transformá-lo em uma liderança central do movimento.

destes agentes perante o Estado. As Ligas se constituíram em uma ameaça ao capital simbólico dos grandes proprietários.

Na época das Ligas, segundo Afrânio Garcia Jr. (1989) coexistiram uma dominação tradicional e uma legal, visto que a resistência não era mais tradicional (que se opõe ao patrão, mas não ao sistema), mas passa a apelar à justiça visando acelerar as transformações do sistema de dominação. O morador passa a conseguir operar uma “tradução” de seu problema na justiça, sendo que o motivo real da queixa não necessariamente era o que se expressava na demanda à justiça, por exemplo, um morador se queixa de ser ameaçado de expulsão, então recorre à justiça e o que se consegue lá é, demandar o pagamento de salários abaixo do mínimo legal. As indicações do autor permitem entender como a reivindicação jurídica era mobilizada, enquanto uma das maneiras desses camponeses buscarem permanecer no campo com terras para plantar, visto que a venda da força de trabalho para complementação da renda era utilizada até pelas categorias mais autônomas do campesinato do sistema de moradia. Assim existe certa confluência entre as táticas de permanência no campo e as reivindicações ganhas na justiça.

Afrânio Garcia Jr. (1989) assinala que a economia da dominação do sistema de moradia foi afetada pelo dom e o contradom desta relação, visto terem se transformado em uma relação contratual, no sentido legal: antes o morador sempre ficava em dívida com o patrão, mas com recurso jurídico feito pelo morador, passa a ser o patrão que fica em dívida com o morador. O autor menciona que diversos senhores de engenho decadentes, pelo fato de não disporem de dinheiro líquido, por vezes tiveram de se desfazer de parte do patrimônio para quitar dívidas com moradores. Garcia Jr. destaca que essas compensações jurídicas permitiram a alguns trabalhadores rurais ascenderem a posições sociais mais autônomas, como é representado por esses agentes na percepção da mudança da situação de sujeitos para libertos.

As indicações de Afrânio Garcia Jr. são interessantes para pensar como um dos elementos que permitiu aos moradores ressignificarem a moralidade da moradia foram as interdependências jurídicas que se disponibilizaram neste contexto, tanto devido à pressão dos camponeses e trabalhadores rurais que estavam tendo suas condições de vida afetadas pela expansão da cana, quanto pelo trabalho de mobilização de grupos políticos, como o PCB e as Ligas. Os moradores passaram a significar certos contratos em outras formas e a observar horizontes novos que, pela mediação do Estado,

permitted a type of confrontation to the relationship of dependence with the large landowner who was historically inalienable.

For more than the recourse to legal actions has been one of the most prominent points of the repertoire of collective action of the Ligas<sup>79</sup>, he did not leave of being seen as a limited action. Julião (1962) indicates that the expropriation of lands was inalienable due to the legislation of the era requiring that these be made through payment in money. The author also highlights that the attempts made by the State to promote expropriations were limited and that this legal limitation to expropriation represented the lack of fundamental contradiction between the latifundio and the bourgeoisie, which reinforced the perspective of the Ligas (mainly after the Congress of Belo Horizonte in 1961), that it was not possible to make an alliance between peasants, workers and national bourgeoisie in the anti-imperialist and anti-feudal struggle. An important element to understand this criticism is the fact that Julião is writing in a period posterior to the expropriation of Engenho da Galileia in 1959, which ended up being effective through the sale of lots to the residents, contrary to the expectation of the movement that demanded the immediate distribution of the land.

The pressure of the Ligas on the land question led the government Cid Sampaio to create the Companhia de Revenda e Colonização (CRC) in 1961, which tried to carry out projects of colonization on devoluted lands, but in areas of low quality, in places further away from the consumer centers. The CRC dealt with the colonization of Engenho Galileia and created some food resale posts, which tried to avoid the intermediation of the sale of these by traders. With the change of government, Arraes, leaves the colonization projects aside and goes on to concentrate on credit<sup>80</sup> (ALVES, 2015).

---

<sup>79</sup> Para se ter uma noção de como os recursos jurídicos apresentavam certa eficiência, podemos mencionar a citação que Novaes (1997), faz de Carneiro (1963), na qual o último afirma que, em março de 1963, havia de trinta a cinquenta processos jurídicos na comarca de Sapé, na Paraíba, em torno de conflitos entre camponeses e grandes proprietários, sendo que em 1962 apenas 1 dos processos havia favorecido os latifundiários, e, em 1963, ainda nenhum.

<sup>80</sup> Andrade (1986b) indica como no governo Arraes houve preocupação com as condições dos produtores de alimento, tendo o governo investido em crédito através do Grupo Executivo da Produção de Alimentos (GEPA), dirigido pelo próprio Manuel Correia de Andrade. Tendo também investido, através da CRC, na diminuição dos custos de máquinas e utensílios agrícolas, assim como na comercialização dos alimentos dos pequenos produtores. Assim, o fato de o governo Arraes ter deixado de lado os projetos de colonização se explica, em parte, pelas limitações jurídicas colocadas a este processo. Mas o apoio deste governante a sindicalização também é indicativo de como ele realiza uma escolha política por esta via e não pela do enfrentamento da questão fundiária, como fica nítido na falta de apoio deste as mobilizações das Ligas Camponesas, como expõe Alves (2015).

Clodomir Morais aponta que “A Reforma Agrária que nessa fase se determinou que fosse proclamada pelas Ligas Camponesas, se resumia numa poucas medidas que não representavam mudanças estruturais” (MORAIS, 1965, p.12). Para o autor as táticas adotadas pelas Ligas se voltavam contra práticas feudais, utilizando da contradição da lei burguesa contra o latifúndio e tendo como principais militantes do movimento o advogado e o agitador político (MORAIS, 1965). Por mais que os recursos jurídicos fossem limitados é possível afirmar que as mudanças propostas pelas ligas, desde este primeiro momento enfrentavam uma forma de capitalismo dependente que tinha como um de seus fundamentos a exploração simultânea de trabalhadores rurais e camponeses, portanto, a reivindicação pela posse da terra marcava uma possibilidade de tensionamento das relações de poder de maneira estrutural. As indicações de Clodomir Morais sobre o movimento não ser radical nesse período inicial, só podem ser entendidas devido a radicalização posterior das pautas e meios de ação das Ligas, assim como pela posição de Clodomir Morais na liderança de núcleos de guerrilha, como será posteriormente analisado.

Porphirio (2013) afirma, pautado em Azevedo (1962), que a desilusão com a desapropriação do Engenho da Galileia foi a pedra de toque para a mudança nos rumos e em defesa da reforma agrária radical. Indicação que se baseia na percepção de que a expansão das Ligas para outros estados e a radicalização de suas pautas ocorrem com mais intensidade depois de 1959.

Julião (1962) também sugere mudanças na legislação, no que tange ao voto dos analfabetos, que para ele permitiria uma grande mudança nos representantes políticos e uma consequente conquista de pautas pelos camponeses, como a mudança defendida pelas Ligas de que as desapropriações passassem a ser feitas mediante pagamento posterior em títulos públicos, além de outras demandas como a ampliação dos sindicatos e o acesso as escolas. A perspectiva de Julião sinaliza tanto as limitações políticas de um Congresso conservador, quanto a expectativa da via eleitoral como um dos meios possíveis de mudança social, fato que será trabalhado com mais profundidade posteriormente.

## **2.2 PASSEATAS, GREVES E PRESSÃO POLÍTICA: CONSTITUÍNTES DA FORMA NEGOCIAÇÃO**

Os recursos jurídicos compuseram parte significativa do repertório de ação coletiva das Ligas Camponesas, entretanto, não constituíram a única forma de contenda política e, em diversos momentos, tiveram o apoio de outras ações coletivas como meios de pressão para que os recursos jurídicos tivessem efeito. A realização de passeatas, greves e negociações foram constantes para que diversas demandas fossem debatidas com representantes dos grandes proprietários e do Estado. Assim as diversas formas de mobilização política marcam tanto uma intensificação das reivindicações, quanto uma complementariedade para com as reivindicações jurídicas feitas desde o início do movimento.

Medeiros (1989) indica que as greves no campo eram um recurso já com significativa presença na década de 1940 e início da década de 1950. A autora ressalta que outras formas de reivindicação também já estavam presentes, sendo que ambas as ações coletivas orbitavam tanto em torno tanto da questão da posse da terra, quanto de questões salariais. Assim, os apontamentos da autora permitem entender que a mobilização do período de 1955-1964 não significa uma ruptura completa com os períodos anteriores, mas sim uma intensificação das lutas no campo, marcada pelo processo de expulsão do campo e de aumento da exploração do trabalho que se intensificam na década de 1950.

A desapropriação do Engenho Galileia demonstra o uso conjunto de formas distintas de mobilização. Julião (1962) afirma que a disputa pela desapropriação não foi vencida na justiça, mas na Assembleia Estadual, sendo que ele menciona uma mobilização de 3 mil camponeses das Ligas mais ativas<sup>81</sup> no dia da votação da desapropriação em 1959, uma disputa que demorou todo o dia com a vitória dos camponeses. Essa conquista não pode ser entendida apenas através da ação coletiva realizada no dia da votação, mas também pela constante mobilização realizada naquele período. Julião menciona, a respeito dos primeiros anos em que as Ligas estavam se organizando, que houve um período de 3 meses em que estas realizaram cerca de 80 atos públicos na cidade do Recife (PE). Assim a pressão política constante através das passeatas foi uma das marcas da mobilização em Pernambuco.

---

<sup>81</sup> Julião (1962) aponta os engenhos Galileia, Limão, Espera, Cova da onça e Miroeira como os mais organizados naquele período. Indicação que chama a atenção por ele mencionar os nomes dos engenhos e não necessariamente das cidades, visto que as Ligas se organizavam em bases municipais. Assim é possível interpretar que, mesmo o movimento tendo bases municipais existiam organizações a nível dos engenhos que eram de grande peso para a mobilização dos camponeses.

Outra ação coletiva empreendida pelas Ligas Camponesas era a greve, Edson Silva (2010) menciona a utilização desta pela Liga Camponesa de Pesqueira em 1960, que resultou em aumento de salários e garantia de direitos. Regina Saraiva (2018)<sup>82</sup> menciona que os participantes das Ligas ressaltam como em Palmares eram realizadas greves antes mesmo da década de 1960. O próprio Julião (1960) indicava a greve como uma estratégia de mobilização. Entretanto, chama a atenção que os exemplos de greve apresentados por ele foram uma marcha para a cidade e um piquete para evitar a realização da feira. Ações coletivas que não se resumem a paralização do trabalho e que estão muito mais ligadas a forma da passeata e da manifestação. O sentido da ação coletiva que Julião denomina, neste caso, de greve, apresentava muito mais a forma da passeata, que era o meio mais constante de manifestação usado pelas Ligas em Pernambuco, o que é indicativo de que ambas essas vias do repertório das Ligas tinham o sentido histórico de exercer pressão política para abrir a possibilidade de negociação com relação as pautas camponesas.

Como já indicado, essas diversas mobilizações contavam com uma expressão numérica de camponeses, sendo essa uma forma de intensificar a pressão política feita pelas Ligas. O discurso de Julião apresenta a unidade dos camponeses como de grande importância para o sucesso do movimento, sendo que na **Cartilha do Camponês** (JULIÃO, 1960), que foi um dos diversos documentos escritos por ele para serem lidos aos camponeses, o autor afirma que a união é a mãe da liberdade, ele afirma: “Aprende a defender o teu direito junto como o teu irmão sem-terra. Nunca fiques sozinho. Vai sempre com êle à casa da Justiça já que é junto dele que tu te encontras na igreja, na festa, no enterro, na feira e no trabalho” (JULIÃO, 1960 apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 122). O indicativo para que o camponês recorresse à justiça e mantivesse a unidade do movimento, pode ser entendido como parte da estratégia para fortalecer a demonstração de números e de unidade da mobilização, fundamentais para que as passeatas e greves conseguissem abrir vias de negociação com o Estado e com os grandes proprietários.

Outra forma de reivindicação adotada pelas Ligas Camponesas foram as “tomadas” de terra, que consistiam em ocupações realizadas pelos camponeses que reivindicavam a propriedade da terra. Essa ação coletiva foi pouco registrada e parece

---

<sup>82</sup> Artigo que aguarda publicação nos anais da Rede de Estudos Rurais e que foi acessado por meio de participação no mesmo Grupo de Trabalho em que a pesquisadora apresentava e coordenava o grupo.

ter sido bem menos utilizada do que a realização de passeatas, o que se explica pelo fato de que a maior parte dos demandantes de terra na época eram moradores, que já residiam na terra em que trabalhavam. Julião (1963a) demonstra apoio a este tipo de iniciativa ao afirmar: “Prepara-te com os teus irmãos para invadir a terra desocupada porque a terra existe para ser cultivada. É assim que se mata a fome do povo. É assim que se faz a boa justiça” (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 131). Camisasca (2009) indica que na Paraíba ocorre uma ocupação de terra em 1961 na fazenda Maraú. Edson Silva (2010) assinala que em Pesqueira houve uma tomada de terra em 1963 na Pedra D’Água, área tradicional dos indígenas Xukuru que pertencia à União mas que estava arrendada para fazendeiros, promovida com a participação das Ligas Camponesas (contando com a participação de membros do PCB) e também com a presença de indígenas da etnia Xukuru e alguns ciganos<sup>83</sup>. A ocupação dessa área contou com apoio do governo Arraes e durou até o golpe militar, quando esta é desfeita e os participantes perseguidos. O relato de Edson Silva indica que, mesmo sendo uma ação coletiva que foi menos realizada, a tomada de terra apresenta um sentido próximo ao das passeatas e greves, trata-se de uma mobilização que visa gerar pressão política e abrir a possibilidade de negociação envolvendo o Estado e os grandes proprietários para que a demanda por terra dos camponeses seja discutida.

Julião relata a realização constante de passeatas em Pernambuco, mas não o faz com relação à Paraíba, o que parece indicar que grandes passeatas se dirigindo a capital, como ocorreu no primeiro estado, foram menos constantes no segundo. O relato de Assis Lemos de Souza (1996), liderança das Ligas Camponesas vinculada ao PCB, descreve outra forma de mobilização que teve muita força na Paraíba. São manifestações em massa realizadas nos engenhos, as quais foram usadas em uma ampla mobilização contra o cambão. Ele indica que a escolha do engenho que seria alvo do movimento ocorria nas reuniões das Ligas, sendo que se escolhia normalmente regiões próximas as estradas, que ligavam a sede da Liga na cidade a algum distrito, ou entre dois distritos. Os camponeses se mobilizavam portando instrumentos de trabalho, como foices, facões e espingardas<sup>84</sup>, iam pelas estradas e saíam destas para as fazendas, em

---

<sup>83</sup> Edson Silva (2010) indica que a tomada de terra se realizou após uma missa, o que junto a outras pesquisas e relatos, reforça como espaços de convivência dos camponeses, como as feiras e as missas, eram espaços utilizados para a mobilização política.

<sup>84</sup> Assis Lemos de Souza (1996) sempre enfatiza que esses objetos não se tratavam de armas para confronto, mas instrumentos comuns de trabalho. A fala da liderança apresenta a ambiguidade de também mencionar que eram instrumentos que poderiam ser usados para defesa em caso de confronto. Esta

grupos que variaram de 500 a 5 mil camponeses. Quando chegavam a 200-300 metros da casa grande faziam uma pausa e depois corriam para cercá-la. Feito isso, um grupo de dois ou três dirigentes ou delegados das Ligas acompanhados do próprio Assis Lemos de Souza, entravam na casa grande para argumentar com os fazendeiros pelo fim do cambão.

Assis Lemos de Souza (1996) relata que essa ação coletiva foi bem sucedida em diversos engenhos, conseguindo acabar com o cambão nestas, o que foi avaliado por essa liderança como uma grande conquista, visto que colocava fim a uma maneira considerada – por ele, pelo PCB e para as lideranças das Ligas em geral – como feudal e permitia maior tempo de trabalho dos moradores nas lavouras alimentares. O sucesso dessa ação coletiva foi completo até que se depararam, em 1962, com a recusa de acabar com o cambão feita por um latifundiário, Gildo Nobrega, senhor do engenho Lagoa Preta em São Miguel de Taipu, que afirmou que só concordaria com o acordo se os demais proprietários da cidade também o fizessem. A recusa gerou surpresa e preocupação em Assis Lemos de Souza, visto que este relata não saber como os 3000 camponeses que cercavam a sede do engenho reagiriam. Após a liderança conversar com estes, eles concordaram com a proposta firmada pelas lideranças de realizar uma reunião com a presença de representantes do Estado e dos grandes proprietários. No momento da saída dos camponeses do engenho houve um incêndio, que o autor indica ter sido causado por estudantes que estavam presentes e que fizeram este ato de modo irresponsável e contra o que os camponeses haviam decidido. O autor também indica que todos os camponeses colaboraram para arrecadar fundos para indenizar o proprietário.

A reunião, se realizou dois dias depois e contou com a presença de outros 3 proprietários, um coronel representante do exército<sup>85</sup>, o superintendente da Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), João Pinheiro Neto, assim como a de Assis Lemos de Souza e mais 3 dirigentes (um deles era Pedro Fazendeiro). O acordo foi assinado e se acabou com o cambão em São Miguel do Taipu no primeiro

---

ambiguidade reflete o contexto de violência em que estavam inseridos os camponeses e trabalhadores rurais, que sempre viam como possível uma violência física contra a manifestação, o que ocorreu em diversos casos na Paraíba e em Pernambuco.

<sup>85</sup> O autor também menciona que um major do serviço secreto, que não havia sido convidado a reunião, assistiu a esta da janela. Um indicativo de como o exército se organizava para reprimir as organizações dos camponeses.

acordo coletivo da Paraíba. O superintendente da SUPRA comprometeu-se que o prejuízo do incêndio seria pago pela própria Superintendência<sup>86</sup>.

A presença de representantes do Estado, dos grandes proprietários e das Ligas Camponesas em uma negociação coletiva expressava as possibilidades de mudança social, geradas pela mobilização das Ligas, no sentido de uma diminuição da violência local e abertura de vias de negociação e atendimento de demandas coletivas dos camponeses. O relato de Assis Lemos de Souza sobre o movimento ter conseguido diversas conquistas também é um forte indicativo de como em algumas áreas, onde houve intensa mobilização das Ligas, ocorreu uma diminuição do ritmo da expulsão do campo e do aumento da exploração do trabalho, garantindo melhores condições de vida aos camponeses e trabalhadores rurais dessas áreas. Cabe observar que as Ligas Camponesas realizaram um tensionamento das possibilidades históricas, no sentido de uma possível democratização funcional<sup>87</sup> e diminuição da violência dos grupos com mais acesso as possibilidades de poder contra os que tinham menos. Entretanto, essas tendências contrastavam com as de aumento da repressão em outras áreas, as quais acabaram prevalecendo sobre as primeiras, com essa intensificação da violência culminando no golpe militar de 1964.

A diferença dessa mobilização relatada na Paraíba para com a mencionada por Julião em Pernambuco, remete a que o último autor dá mais ênfase a passeatas realizadas em direção as cidades, principalmente Recife, enquanto as mencionadas por Assis Lemos de Souza eram mobilizações, semelhantes as passeatas, que se dirigiam as casas grandes dos engenhos para pressionar os grandes proprietários mais diretamente. Talvez, a diferença dessa forma de mobilização seja explicada pela ascensão de governos mais progressistas em Pernambuco, que concederam maior abertura para negociações, enquanto na Paraíba a ausência desta abertura dentro da política

---

<sup>86</sup> Assis Lemos de Souza (1996) relata que logo no início da negociação os grandes proprietários reclamaram da queimada na propriedade, sendo surpreendidos pela resposta da liderança das Ligas Camponesas, de que os camponeses se comprometeram em pagar o prejuízo. O autor não menciona como se pretendia arrecadar esse dinheiro, que provavelmente viria mais da própria organização das Ligas do que dos participantes da mobilização. O fato de um representante do Estado se comprometer com o pagamento do prejuízo pelo governo, revela como a mediação estatal era fundamental para assegurar um espaço mais propício a negociação e que evitasse os conflitos violentos.

<sup>87</sup> A abordagem de Elias fornece elementos para entender os bloqueios históricos à democratização na configuração do Estado brasileiro. Elias entende que a democratização é um processo de desconcentração e distribuição de poder, sendo que distingue a democratização funcional, relativa a diminuição das diferenças de acesso à oportunidades e recursos de poder entre os estratos sociais em luta, e a democratização institucional, relativa à diminuição da concentração de poder entre governantes e governados (REZENDE, 2012).

institucional pode explicar o uso mais incisivo de ações que pressionavam mais diretamente os grandes proprietários. Ambas as ações coletivas visavam realizar uma forte pressão – pode-se imaginar como era espantoso aos latifundiários, tão acostumados com uma forte concentração de poder em seus engenhos, observar as casas-grandes cercadas de camponeses revoltados – que abria as vias de negociação das lideranças das Ligas com representantes dos grandes proprietários e, em certos casos com representantes do Estado.

Se o confronto dos relatos de Julião e Assis Lemos de Souza parecem indicar diferenças significativas de ações coletivas nos estados de Pernambuco e da Paraíba, a pesquisa de Dabat (2015), contraria isto, visto que indica que em Pernambuco também eram realizadas mobilizações dos camponeses diretamente nas casas grandes. A autora indica que um relatório da polícia menciona uma passeata de moradores em Pernambuco na frente da casa-grande do engenho Bento Velho, na qual os moradores teriam usado os seguintes gritos de protesto: “Viva Dr. Francisco Julião”, “Abaixo feudalismo”, “Viva a Reforma Agrária”. O mesmo relatório menciona passeata em Goiana, no qual se usaram os gritos: “Não queremos juizes da casa-grande!”, “Se matarem Julião, iremos à Revolução”.

A descrição de Dabat chama a atenção pelas bandeiras levantadas pelos camponeses, que exigiam uma reforma agrária e confrontavam a legitimidade do poder judiciário, o que demonstra como a mobilização era um meio de pressionar as decisões tomadas judicialmente no nível estatal. Outro fator importante é como a figura de Julião é colocada como central, como uma bandeira política que, se ameaçada, geraria grande revolta: a fala “iremos à revolução” é claramente uma indicação da opção armada<sup>88</sup>. Fora isso, o que a pesquisa de Dabat permite concluir é que as passeatas e mobilizações em direção as casas grandes ocorriam tanto na Paraíba quanto em Pernambuco, por mais que os relatos das lideranças permitam a interpretação de que estas ocorriam mais na Paraíba. Fora isso, a análise permite entender que tanto essa forma de mobilização quanto as passeatas na capital de Pernambuco, tinham o foco em realizar grande pressão, com o fito de que as demandas camponesas fossem negociadas.

---

<sup>88</sup> Dabat (2015) menciona a pesquisa de Page (1972), na qual este afirma que na época os conflitos no campo não colocavam a questão de se aconteceria ou não uma revolução, mas de quando esta aconteceria. O que remete a um contexto em que havia uma gama de possibilidades de mudança social abertas, no qual o problema fundiário era colocado publicamente e os latifundiários entendiam esse tensionamento como uma grande ameaça.

Dabat (2015) menciona a fala de um sindicalista, Manoel dos Santos da Silva, o qual indica que o que os trabalhadores queriam era ter o direito de fazer o que patrão fazia com eles: gritar. Uma interpretação que demonstra como essas passeatas tinham o sentido tanto de uma contraposição à relação de autoridade para com o grande proprietário, quanto de uma ressignificação do grito – que era um meio usado pelo latifundiário para afirmar sua posição de autoridade - como um meio de reivindicação. Ao contrapor essa descrição com o contexto da época podemos interpretar que esse sentido do uso do grito contra o grande proprietário só se explica devido ao contexto extremamente violento e autoritário em que os camponeses e trabalhadores rurais estavam inseridos. A vivência desses agentes, com diversas formas de violência no cotidiano, explica o porquê do rompimento moral com a autoridade do grande proprietário em muitos momentos significou o uso de símbolos ligados a posição de autoridade contra a figura de quem ocupava ou continuava ocupando essa posição: o grande proprietário. Trata-se quase de um uso inverso desses símbolos e de seus valores, mas sempre ressignificados e trazendo as especificidades das experiências dos camponeses e trabalhadores rurais.

Essa análise é reforçada pela observação das indicações de Julião em outro documento escrito aos camponeses, o documento **Bença Mãe** (JULIÃO, 1963a), no qual ele indica:

- i) Se o latifúndio derrubar a tua casa ou arrancar a tua lavoura, junta os teus irmãos e derruba a casa dele e arranca a lavoura dele, aplicando a lei de Moisés: “olho por olho, dente por dente.” [...] l). Se um capanga matar um irmão teu, seja ele da Liga, do Sindicato, ou da Cooperativa, podes matar o capanga, porque não é gente, é bicho. [...]
- o) Faz economia, aperta mais o teu cinturão, compra uma “ferramenta” e esconde, para, um dia, ajustares contas com todos aqueles que mataram os teus pais, os teus avós, de fome, que ainda te perseguem e te humilham todo santo dia, usando até o nome de Jesus Cristo, que foi crucificado por eles. (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 132)

As concepções de Julião refletem como o contexto de violência em que estavam inseridos os camponeses e trabalhadores rurais tornava a possibilidade de uma contraposição violenta ao latifundiário uma constante, por mais que as ações coletivas das Ligas Camponesas tenham se dirigido no sentido da negociação após o tensionamento da mobilização. A violência se colocava quase como um imperativo, que

era pano de fundo tanto do cotidiano quanto da ação política<sup>89</sup>, por mais que sempre fosse mais uma violência potencial, mais uma ameaça do que uma ação efetivamente praticada, visto que na maior parte das mobilizações das Ligas ela não se colocou em prática. A questão está em perceber que havia uma ambiguidade entre realizar os tensionamentos através de passeatas e recursos jurídicos e a possibilidade de uma maior revolta no caso de repressão pelo latifundiário, sendo que essa revolta poderia significar tanto o aumento das passeatas, greves, tomadas de terra e recursos jurídicos, quanto uma contraposição violenta.

Assim os significados de reforma agrária “na marra” são múltiplos, um deles implica uma contraposição política das Ligas Camponesas lideradas por Julião contra o PCB no Congresso de Belo Horizonte, na qual, o termo “na marra” adquiriu o sentido de uma imediata mudança na estrutura social em contraposição à visão etapista do PCB, que via a necessidade de realizar graduais revoluções, fazendo parceria com a burguesia nacional e até com os latifundiários<sup>90</sup>. “Na marra” adquiria também o sentido de uma possível revolução armada, colocada como possibilidade em vários momentos por Julião, e como principal caminho a ser seguido por Clodomir Morais<sup>91</sup>. “Na marra” ainda poderia significar o tensionamento realizado por diversas formas de ação coletiva, como passeatas, tomadas de terra e greves, no sentido de possibilitar uma negociação com grandes proprietários e representantes do Estado, o que, como se percebe pelo relato das lideranças, ocorreu em diversos momentos e constituiu a principal via pela qual as Ligas Camponesas conseguiram o atendimento de algumas de suas demandas.

---

<sup>89</sup> Julião (1962) afirma que os camponeses tinham de defender seus direitos, as vezes, até de armas na mão, o que reforça que a possibilidade de violência era pano de fundo das ações coletivas.

<sup>90</sup> As divergências entre as perspectivas do PCB e das Ligas sobre que agentes deveriam ter o protagonismo nessa revolução são expostas por Clodomir Morais (1965) e serão debatidas posteriormente. Cabe ressaltar também que, se na Declaração de Belo Horizonte (I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 1961 apud JULIÃO, 1962) – documento elaborado após o Congresso de Belo Horizonte e que remete as decisões tomadas neste - existe a afirmação de que é necessário a ruptura imediata com o monopólio da terra, as propostas de mudança fundiária propostas tinham um planejamento de desapropriação gradual dos latifúndios improdutivos (com mais de 500 hectares) mais próximos das cidades para os mais distantes, o que indicava que a bandeira da reforma agrária radical defendia a aplicação de uma gradual expansão da propriedade camponesa sobre o latifúndio, que inclusive, seria ressarcido – com títulos públicos – pela desapropriação. O documento também defendia o incentivo à produção camponesa através de crédito, instrumentos, adubos, inseticidas, sementes, transporte barato, combate ao favoritismo aos fazendeiros e um plano que assegurasse preços mínimos aos pequenos agricultores.

<sup>91</sup> Alves (2015) contrapõe uma forma “na lei” ligada as possibilidades de desapropriação pela lei realizadas no Rio Grande do Sul no governo Brizola a uma forma “na marra” remetendo as tentativas de mobilização armada das Ligas Camponesas. Entretanto, como o próprio autor deixa claro, essa alternativa não era a única, assim como nunca se tornou de fato a principal, via de ação das Ligas Camponesas.

A interpretação de que o termo “na marra” adquiria múltiplos significados para as lideranças das Ligas Camponesas remete a diferentes perspectivas assumidas por essas mesmas lideranças. Alves (2015) realiza uma entrevista com Clodomir Morais, o qual afirma que Julião, nos momentos iniciais de mobilização das Ligas era uma pessoa muito “civilista” e que não tinha sua formação política completa, sendo que por isso o Partido decide mandar Julião ao Leste Europeu<sup>92</sup> em viagem realizada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco e pela da Paraíba também. Alves indica, pautado em entrevista de Julião cedida à Aspásia Camargo, que Julião de fato é bastante sensibilizado nessa viagem. Outro fator que chama a atenção é a maneira como Clodomir Morais coloca a figura de Julião como sendo direcionada pelo PCB, o que parece não ter sustentação pelos relatos deste e também por suas fortes divergências com este partido no que se refere à questão agrária.

A questão colocada por Clodomir Morais é: em que momento as Ligas deixam de ter um caráter mais jurídico para terem posicionamentos e ações mais radicais? Entretanto, a resposta depende da posição em que se encontra o agente que irá respondê-la, visto que para Clodomir Morais essa radicalização é sinônimo da criação de dispositivos armados, enquanto para Julião a reforma agrária, mesmo a “na marra”, não necessariamente seria armada. O que permite reformular essa pergunta para: como os recursos jurídicos e as diversas formas de mobilização política, como passeatas e greves, se relacionavam no repertório de ação coletiva das Ligas Camponesas? Assim, com um caráter mais sociológico, podemos tentar entender as possibilidades históricas tensionadas pelas diferentes ações coletivas das Ligas Camponesas.

Um primeiro ponto a ser questionado é a total separação entre o uso de recursos jurídicos e outras formas de ação coletiva. O fato de as Ligas terem iniciado com forte uso de processos jurídicos, não indica que em algum momento esse recurso tenha sido abandonado para que o foco do movimento se tornasse exclusivamente outra

---

<sup>92</sup> Com Partido, Clodomir Morais remetia ao PCB ao qual ele era vinculado, mas Julião não, o que deixa muitas dúvidas de Julião ter acatado alguma orientação deste partido. Como indica Alves (2015) Clodomir Morais também tinha divergências com o PCB desde essa época, discordando da orientação do partido de que a questão agrária se reduzia a estender a legislação trabalhista para o campo. Essas divergências explicam porque Julião interpreta que é nesse período de 1957-1958 que Clodomir Morais se junta às Ligas e se desliga do PCB, o que não é confirmado pela versão do próprio Morais, que é desligado do PCB após o Congresso de Belo Horizonte em 1961, devido as fortes divergências sobre a questão agrária e a polarização entre PCB e Ligas. Porphirio (2013) indica que o real motivo de desligamento de Clodomir Morais do PCB foi a opção deste pelas guerrilhas, que não eram apoiadas pelo PCB. Fora isso, Alves (2015) aponta que Clodomir Morais expressava uma dificuldade em se definir como participante das Ligas, se colocando mais como um assessor e só se definindo como participante no momento de articulação das viagens a Cuba e da mobilização para as guerrilhas.

forma de ação coletiva. Julião (1962) afirma que a politização dos camponeses se dá na passeata, na assembleia geral, na audiência na polícia ou na Justiça. O que demonstra como, para essa liderança, tanto as ações jurídicas quanto as ações coletivas, que tem um caráter conflituoso mais explícito, têm caráter político.

O uso conjunto de reivindicações no âmbito jurídico e nas esferas estatais é presente desde o início das mobilizações, visto que Julião (1962) indica que simultaneamente aos recursos jurídicos eram realizadas denúncias por ele – no cargo de deputado estadual - na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Essa disputa também contou com a elaboração de cartas e boletins publicados em jornais como o Novos Rumos, Terra livre, Binômio, Última Hora, Correio da Manhã, Jornal do Brasil, os quais Julião menciona e agradece por terem publicado os textos das Ligas Camponesas. Para o autor, a desapropriação do Engenho Galileia em 1959, foi uma vitória parcial, pois as terras não foram entregues diretamente aos moradores, mas incorporadas a CRC para revenda, fato que fez o processo jurídico reiniciar.

A coexistência de demandas jurídicas e ações coletivas indicam que a mobilização das Ligas Camponesas não pode ser entendida como tendo uma linearidade entre a reivindicação jurídica e a ação coletiva expressa nas passeatas, greves e em outras formas similares. As Ligas Camponesas utilizaram de recursos jurídicos constantemente durante sua mobilização, mesmo em períodos de intenso uso de outras formas de ação coletiva, sendo que esse uso conjunto é indicativo das ambiguidades das possibilidades sociais de mudança nas relações de poder no nível estatal. Os bloqueios dos grandes proprietários e esferas estatais às demandas jurídicas realizadas pelas Ligas fizeram do uso de outras formas de ação coletiva um imperativo para o movimento, mas isso não significou uma ruptura completa com as reivindicações jurídicas, visto que a possibilidade social de realizar demandas através da legislação continuou sendo tensionada pelo movimento.

Essa estratégia de ação coletiva por duas vias é nítida na interpretação de Julião (1962) sobre a maneira como as Ligas eram criadas e se fortaleciam. Ele menciona um caso hipotético para ilustrar o percurso que toda Liga deveria assumir. Ele indica que após a organização da associação, com diretoria eleita e registro em cartório, os latifundiários mobilizam forte repressão, derrubando casebres, arrancando lavouras, ameaçando de morte. Ele indica que é nesse momento que o advogado daquela Liga aparece para realizar um processo jurídico. O autor destaca que quem mais se interessa pelo processo é o próprio camponês, que almeja permanecer na terra ou ser pago pelas

suas benfeitorias, sendo que ele comparece com outros camponeses na audiência e, mesmo quando consegue apenas uma pequena vitória, se contenta em arrastar o proprietário para lá como vingança. Julião indica que é neste momento que ocorre uma intensificação da violência pelos grandes proprietários e que, para resistir ao capanga e a polícia, o camponês se mobiliza em protestos na cidade, contando com o apoio do proletário urbano para realizar a demonstração de massas. Ele afirma que nesse momento:

“Cria-se, assim, o caso local que cresce de proporção, rompe a fronteira e se derrama pelo mundo. É a projeção da Liga. É a sua consagração. Sensibilizante. Ganhando adeptos. Para a reforma agrária radical. Na lei ou na marra. Com flores ou com sangue” (JULIÃO, 1962, p. 49)

Essa descrição de Julião não remete apenas a um caso hipotético de como uma Liga Camponesa se organiza, mas expressa a própria trajetória das Ligas Camponesas, principalmente da Liga da Galileia, a qual perpassou por este processo de luta judiciária e realização de passeatas na disputa pela desapropriação do Engenho Galileia. A mobilização de passeatas, que como Julião indica, são uma demonstração de unidade, foi uma das expressões da forma de movimento social mais evidente realizada pelas Ligas, sendo que ela permitia tensionar as relações de poder no âmbito estatal e colocar a questão fundiária como problema social, a ser debatido com grandes proprietários e camponeses. Assim, a forte repressão local, que sempre foi um bloqueio para qualquer tipo de reivindicação destes camponeses, era enfrentada pelas Ligas pelo tensionamento do poder estatal através da forma movimento. A possibilidade social da violência local pelos grandes proprietários era contraposta a possibilidade de intervenções estatais contrárias a esta violência, assim como pela possibilidade de maiores revoltas dos camponeses. Esta última possibilidade abrangia, mas não se restringia, ao possível uso de violência pelos camponeses. A bandeira “na lei ou na marra”, não necessariamente expressava uma revolução armada, o que ficará mais nítido quando mais adiante apresentarmos o processo de criação de guerrilhas pelas Ligas, por mais que essa via sempre estivesse presente como alternativa, por isso a bandeira “na lei ou na marra” é colocada ambigualmente com a de “com flores ou com sangue”.

O indicativo desta pesquisa de que a via “na marra”, não significava exclusivamente a opção da guerrilha, se fundamenta tanto nas práticas das Ligas quanto nos discursos de lideranças como Julião. A alternativa “na lei”, ou seja, a via judicial,

apresentava diversos bloqueios às reivindicações dos camponeses, como a legislação que tratava de desapropriações. Fora isso, o contexto em que surge o movimento é permeado por intensa violência cotidiana, de maneira que para evitar que as reivindicações fossem suprimidas no âmbito local era necessário expressar amplitude e unidade, ou seja, demonstrar que um grande número de camponeses estava mobilizado pelas pautas levantadas e que caso não houvesse negociação esse número poderia crescer, o que significaria mais moradores se recusando a sair da terra e realizando processos jurídicos. Em outras palavras, as relações entre camponeses e grandes proprietários eram tensionadas, pelas vias jurídicas e de mobilização de massas usadas no repertório das Ligas, no sentido da negociação, na qual as reivindicações camponesas teriam espaço para serem, ao menos parcialmente, atendidas e negociadas de modo público e coletivo. Assim, a alternativa “na marra”, remete também as fortes mobilizações feitas e que colocavam a negociação como uma possibilidade histórica, sendo que a via “na marra” não era necessariamente excludente da via “na lei”, visto que ambas eram utilizadas conjuntamente e que, em diversos momentos, o aumento de processos jurídicos se estabeleceu como uma forma de pressão política que tensionava no sentido da possibilidade de negociação, de maneira semelhante ao sentido histórico que as passeatas e outras mobilizações sociais tomavam.

A forma “na lei” também pode ser entendida como abrangendo a via eleitoral em que em alguns momentos as lideranças das Ligas, principalmente Julião, apostaram. O que ocorre tanto em 1962 quando Julião se reelege, mas com poucos votos, quanto na campanha presidencial de 1960, quando em um primeiro momento Julião apoia o Marechal Teixeira Lott e João Goulart<sup>93</sup>, como se observa na **Cartilha ao Camponês** (JULIÃO, 1960). Mas como indicam Clodomir Morais (1965) e Alves (2015), Jânio Quadros se aproxima das Ligas nesse momento, através do apoio a Cuba, sendo que a estratégia desse candidato era dar um xeque-mate em Lott se aproximando de alguns setores. As Ligas em diversos momentos se posicionaram com referência ao cenário político nacional, quadro que gera aproximações e distanciamentos no cenário político,

---

<sup>93</sup> Julião (1960) apoia a Lott como presidente e à Jango como vice – lembrando que as eleições deste ano para presidente e para vice eram separadas –, ele argumenta que Jango tinha a carta de Vargas –fazendo referência ao apoio deste a sindicalização rural - e Lott a espada de Floriano, em um indicativo do apoio militar a certas mudanças políticas. A associação no texto de Julião entre um apoio a uma via jurídica de sindicalização conjunto a um apoio militar reflete uma das facetas da forma “na lei ou na marra”, que se popularizaria um ano depois no Congresso de Belo Horizonte, que remete a ambivalência das possibilidades de mudança, que podem tender tanto a vias jurídicas de mudança quanto para vias mais violentas.

como será observado ao longo do texto. O caso da aproximação com Cuba e com Jânio Quadros marcam um distanciamento para com o PCB, no momento em que a polarização entre Julião e este partido não era tão forte.

O repertório de ação coletiva das Ligas também foi composto por outras atividades, como as práticas educacionais de alfabetização a partir da Companhia de Educação Popular (Ceplar), que adotava o método Paulo Freire em Sapé, mencionadas por Juliana Alves (2017). Assim como a realização de mutirões nas cidades, buscando apoio dos trabalhadores urbanos, que são mencionados por Assis Lemos de Souza (1996). Existe, entretanto, uma prática cuja realização pelas Ligas Camponesas, ou não, permanece duvidosa. Trata-se das queimadas, que Edson Silva (2010) encontra registradas nos relatórios de polícia em Pesqueira, reforçando a imagem que a imprensa conservadora e os latifundiários tentaram construir de lideranças como Julião e do movimento em si como incendiários e perigosos. Porém, esta atividade não encontra registro nos documentos oficiais das Ligas como sendo de sua autoria, assim como lideranças como Assis Lemos de Souza indicam que quando estas ocorreram foram realizadas por grupos exógenos ao movimento. Julião no documento **Bença Mãe!** (JULIÃO, 1963a) ao dar indicativos aos camponeses afirma:

v) Defende com unhas e dentes os canaviais, os cafezais, os cacauais, os arrozais e outras lavouras de largo cultivo, assim como as fábricas que transformam essas lavouras, porque todos esses bens foram edificadas por ti, custaram muitos sacrifícios dos trabalhadores, e deverão um dia, quando o Brasil for um País Socialista, passar às tuas mãos, às mãos dos pobres, como ocorreu na União Soviética, na China, em Cuba e outros países. (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 133)

A indicação de Julião colabora com a interpretação de que não havia um apoio explícito das lideranças do movimento a realização de queimadas. Porfírio (2016), menciona um registro policial de 1963, em Pernambuco, em que um trabalhador rural admitiu ter feito uma queimada para obrigar o proprietário a cortar a cana e assim conseguir ser contratado pois precisava de renda. Este caso, ao que se indica, não mantém relação com nenhum movimento social ou sindicato, de modo a indicar que as queimadas faziam parte da resistência cotidiana dos trabalhadores rurais e camponeses da região. A pesquisa de Edson Silva (2010) dá a entender que houve aumento das queimadas na região no período da atuação das Ligas, entretanto, o fato das fontes serem sempre registros policiais e de grandes proprietários, que tentavam transmitir,

planejadamente ou não, uma imagem do movimento camponês associada ao perigo, assim como a falta de uma análise estatística, e de uma indicação mais clara entre as mobilizações de sindicatos e das Ligas e as queimadas, deixam a questão em aberto. Pode-se tomar como hipótese tanto que as queimadas aumentaram como uma ação resultante de mobilização não declarada das Ligas – o que significaria uma forte linha de continuidade entre a resistência cotidiana e a forma de movimento social, visto que o anonimato de uma ação seria mantido pelo movimento -, da qual certos dirigentes discordavam, quanto pode-se enveredar pela hipótese de que o contexto de expulsão do campo e de mobilização contra esta favoreceu o aumento do uso das queimadas como resistência cotidiana pelos agentes. As hipóteses podem inclusive ser complementares, entretanto, a falta de evidências precisas deixa a questão em aberto.

### **2.3 EXPANSÃO ORGANIZATIVA DO MOVIMENTO**

Segundo Clodomir Morais (1965) a expansão das Ligas Camponesas para outras áreas de Pernambuco além de Vitória de Santo Antão tem início em 1958, já a expansão para outros estados em 1960, através de um planejamento do Conselho Regional das Ligas Camponesas de Pernambuco. Entretanto, a pesquisa realizada por Rangel (2000) assinala que a Liga de Sapé se organiza oficialmente em 1958 e já estava sendo mobilizada desde 1954<sup>94</sup>. Cabe descrevermos brevemente a fundação da Liga de Sapé, visto que esta foi de grande relevância para a expansão das Ligas na Paraíba. A autora descreve como João Pedro Teixeira, que era filho de um foreiro e se tornou trabalhador em uma pedreira, quando conhece Elizabeth Teixeira, filha de um proprietário de terras que tinha uma mercearia, na qual ambos se conhecem. Eles se casam contra a vontade do pai dela e vão à Recife, onde ele trabalha em uma pedreira e tem contato com a organização sindical do PCB. Ao retornarem a Sapé, onde o pai de Elizabeth Teixeira havia permitido que plantassem em um terreno que possuía. João Pedro Teixeira inicia, em 1954, a conversar com diversos moradores sobre as condições de trabalho, visando realizar uma organização por melhores condições de vida. Esta primeira tentativa organizativa é frustrada, mas em 1958 se consegue fundar a primeira e maior Liga

---

<sup>94</sup> Novaes (1997) indica que a primeira tentativa de fundar a Liga de Sapé foi em 1956, entretanto, Rangel (2000), assim como relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006), indicam que o início da mobilização foi dois anos antes.

Camponesa da Paraíba, a Liga de Sapé. João Pedro Teixeira, junto a lideranças vinculadas ao PCB, como Assis Lemos de Souza, e a Julião, realizaram diversas ações das Ligas em Sapé e região, sendo que João Pedro Teixeira se tornou uma liderança bastante conhecida. Em 1962 ele é assassinado, sendo que diversos relatos afirmaram que o mandante do crime foi Agnaldo Veloso Borges, um dos mais poderosos grandes proprietários da Paraíba. Após este evento, Elizabeth Teixeira assume a liderança do movimento e fica conhecida como uma das maiores lideranças das Ligas Camponesas, sendo suas falas e memórias bastante influentes até hoje<sup>95</sup>.

A questão da expansão das Ligas remete a como se processava a organização destas, para o que Alves (2015) fornece indicativos interessantes. Ele descreve a trajetória de um militante das Ligas Camponesas, Pedro Porfírio, que atuou em 1962 na área canavieira do Norte do Rio de Janeiro, criando cerca de 5 Ligas Camponesas por lá<sup>96</sup>. A ida deste militante para lá era indicada por lideranças, Pedro Porfírio ia para a região mobilizando contatos que ele mesmo tinha, as vezes com membros do PCB que ele conhecia, mas as vezes ele se deslocava sem ter nenhum contato prévio, tendo que usar os contatos feitos em outras regiões para conseguir informações daquele novo local. Ele indica que a criação da Liga era simples: formava-se uma diretoria de camponeses e um Conselho, sendo que era neste que os intermediários entre Ligas e camponeses integravam o processo. Ele indica que esse modelo organizativo criava um filtro para definir os membros do grupo camponês que iriam se aproximar dos dispositivos militares das Ligas, mas que essa prática não se efetivou e a maioria das estruturas criadas cartorialmente não saiu do papel.

A fundação das Ligas nem sempre era fácil, sendo que em muitos momentos os contatos camponeses apresentavam certa relutância em se organizar. Pedro Porfírio menciona o caso de um camponês que só concorda em ajudar na mobilização após ouvir Leonel Brizola (na época governador do Rio Grande do Sul) e Julião no rádio. Em outro caso, quando esse militante não dispunha de contatos prévios, ele conhece militantes do PCB, através de pessoas com quem já militara antes no movimento estudantil, que oferecem resistência contra a fundação das Ligas ali, visto que lá já havia uma federação de trabalhadores agrícolas. Mas se aproveitando de presenciar um camponês

---

<sup>95</sup> A respeito destes acontecimentos é possível ver descrição mais aprofundada em Rangel (2000), assim como acompanhar o relato da própria Elizabeth Teixeira em duas obras feitas sobre sua trajetória a partir de sua própria fala: a de Rocha (2009) e a de Godoy, Miele e Bandeira (2012).

<sup>96</sup> Ele também cria Ligas no Mato Grosso e depois na Bahia (ALVES, 2015).

que demandava questões mais ligadas a posse da terra e que não fora atendido nessa federação, Pedro Porfírio se aproxima deste e o convence a se mobilizar. Esse camponês também aceita participar do movimento apenas quando o militante usou o nome de Julião. Pedro Porfírio relata como era impressionante como usar o nome de Julião motivava os camponeses a se mobilizarem. Ele também relata que o próprio Julião o orientou a se aproximar dos camponeses com seu nome. O militante das Ligas relata que após fundadas as associações ele dava os documentos cartoriais a Clodomir Moraes e nunca mais ficava sabendo daquelas Ligas (ALVES, 2015).

O procedimento de fundação de Ligas Camponesas também é mencionado por Julião (1962), que indica que as sedes em cada estado poderiam fundar ligas em qualquer cidade, distrito, povoado. Sendo que cada núcleo recebia o nome de delegacia, com a intenção de fazer o camponês perder o medo da delegacia de polícia. Se o policial tinha a dele o camponês também teria a sua<sup>97</sup>. O autor relata como todas as delegacias usavam um único estatuto para evitar o burocratismo, facilitando e barateando a legalização destas. Ele descreve que a fundação era rápida e fácil: bastava reunir camponeses (trinta ou quarenta), colocar estatuto sobre apreciação e uma vez todos de acordo, eleger a diretoria, e assinar a ata (a assinatura poderia ser feita pelos fundadores ou a rôgo, se analfabetos). Após isso, o conselho deliberativo oficializava a ata na justiça.

O relato sobre como eram criadas estas Ligas revela como a criação rápida de associações era um dos objetivos da mobilização. Sendo que havia um grupo de militantes que fazia essa mediação entre a organização centralizada do movimento e os camponeses, ajudando na organização inicial destes de maneira bastante rápida e sem um apoio tão intenso, o que explica a indicação de Pedro Porfírio de que muitas dessas associações mal saíram do papel, visto o baixo apoio conquistado. O relato também parece indicar que a mobilização das Ligas foi mais difícil nas regiões mais distantes do centro do movimento, ou seja, os estados de Pernambuco e da Paraíba.

A respeito da organização das Ligas em Sapé, Assis Lemos de Souza (1996) informa como a figura do delegado passou a ser usada nesse município, a partir de 1961. O delegado era um representante dos moradores de uma fazenda, ele tinha a

---

<sup>97</sup> A lógica de colocar o nome delegacia como um enfrentamento a delegacia de polícia demonstra como havia uma lógica de contraposição da violência. Julião (1962) em diversos momentos se refere aos militantes das Ligas como soldados, o que reforça a interpretação de que o contexto de ampla e intensa violência favorecia a formulação de lógicas que reproduziam a possibilidade da violência na mobilização.

função de levar recados da diretoria até o local, assim como levar as demandas dos moradores para a diretoria na sede, que ficava na cidade.

A elaboração das demandas dos moradores para a diretoria das Ligas constitui uma importante forma de organização, no sentido de que as experiências sociais desses agentes influenciavam os posicionamentos das lideranças do movimento. A maneira como as lideranças surgiam também reflete essa relação. Clodomir Morais (1965) faz uma lista com 51 lideranças das Ligas<sup>98</sup>, tornando visível a existência de diversas lideranças camponesas que compuseram o movimento. O autor chama a atenção para o fato de que essas lideranças com origens rurais eram em sua maioria camponeses e não trabalhadores assalariados. Essas lideranças, diferentes das que vinham de espaços urbanos e que eram estudantes, operários, advogados, professores entre outros, tinham origens nas mesmas posições sociais dos camponeses que compunham o movimento. Aspásia Camargo, no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, considera esses agentes como lideranças intermediárias, visto sua ascensão dentro do próprio campesinato. A emergência dessas lideranças é um forte indicativo de que as demandas oriundas deste campesinato tinham vias para adentrar nas pautas das Ligas Camponesas.

Documentos das Ligas Camponesas, como **Bença Mãe!** (1963) indicam, aos camponeses que são dirigentes, que estes devem ter comportamento moderado, sem ter vícios e estando sempre alertas para com os movimentos dos grandes proprietários. Defende-se uma conduta totalmente dedicada as Ligas, sendo a obrigação para com estas considerada mais importante que a devoção à Igreja, visto que a necessidade do pão vem antes que a da religião. Essas indicações somadas à afirmação de Bastos (1984) sobre a emergência de lideranças protestantes, que se estabeleciam devido a sua conduta mais abnegada, que era bem vista pelos camponeses, dão indicativos de que a emergência das lideranças camponesas vinha da confluência de expectativas das lideranças urbanas e de certa valorização moral dos próprios camponeses.

A organização das Ligas se separou em diferentes quadros organizativos com funções e direções diversas. Em entrevista concedida a Alves (2015), Clodomir Morais indica que as relações entre as Ligas e Cuba foram se intensificando desde a primeira viagem realizada com o candidato à presidência Jânio Quadros, em 1960. As Ligas

---

<sup>98</sup> A lista não abrange todas as lideranças da Ligas Camponesas, visto que o próprio nome de Clodomir Morais não está incluso. Chama a atenção que o nome de Assis Lemos de Souza também não esteja presente, o que se explica pelo fato deste ser uma liderança ligada ao PCB, o que provavelmente motivou Clodomir Morais a não o considerar como parte das Ligas.

formaram um comitê para apoiar a revolução cubana, o qual dirigia cartas à Organização das Nações Unidas (ONU) denunciando ações militares estadunidenses naquele país<sup>99</sup>. Em 1961 as Ligas realizam nova viagem à Cuba<sup>100</sup>, quando Fidel Castro aconselha a separação do movimento das Ligas em três organizações: a de massas, que ficou sob a direção de Julião; a política coordenada por Clodomir Morais; e a militar coordenada por Adalberto Freire. O autor indica que essa forma de organização ganha mais corpo após o Congresso de Belo Horizonte naquele mesmo ano.

Essa separação de organizações deixava Julião na posição de menor poder de mando, visto que a Organização Política tinha certa prevalência sobre as outras e a Organização Militar certa independência. Mas é marcante como Julião permanece como a principal liderança das Ligas, tanto no sentido de influência para com os camponeses como nos direcionamentos gerais do movimento, o que é indicativo de como havia certa centralização do movimento em sua imagem, mesmo com tentativas de outras lideranças, como Clodomir Morais, de limitar o poder de decisão que Julião tinha.

A separação entre Organização Política (OP) e Organização de Massas (OM) tinha seus limites, sendo que Clodomir Morais (1965) indica que em vários momentos Julião tomava decisões sem dar respaldo à OP. O autor menciona que uma melhor separação entre as duas organizações foi aprovada em janeiro de 1964. O documento oficial das Ligas intitulado **Organização Política das Ligas Camponesas no Brasil** (1964), data de março deste mesmo ano e indica a fundação de Ligas Urbanas, Femininas, de Pescadores, entre outras, todas ligadas a OM. Todas estas organizações são propostas sob o princípio de defenderem como pauta principal a reforma agrária radical. O documento menciona que os militantes devem seguir as diretrizes de Francisco Julião e propõe a separação entre OM e OP. O documento menciona que só pertenceriam a OP os membros que se destacassem na OM, fossem convidados por mostrarem qualidades políticas e nível ideológico semelhante ao do proletário urbano,

---

<sup>99</sup> Julião (1962) também indica que havia manifestações em Recife na qual o apoio a Cuba era declarado, com os camponeses carregando a imagem de Fidel Castro e protestando contra o imperialismo norte-americano. O autor ressalta como a influência da revolução cubana era ligado ao fato de a reforma agrária ter sido a espinha dorsal daquela mobilização.

<sup>100</sup> Clodomir Morais (1965) ressalta que o financiamento das Ligas ocorria quase que totalmente por dinheiro nacional, sendo que o único caso que registra como apoio financeiro de Cuba foi realizado por uma associação de pequenos agricultores, dinheiro destinado à campanha de Julião para se reeleger como deputado.

assim como aceitação a disciplina partidária e ao centralismo democrático<sup>101</sup> como princípio.

No **Estatuto da Organização Política** (1964) fica nítido como a OP operava de modo a centralizar as atividades em todos os níveis: nacional, estadual, distrital, municipal e as estruturas de base. Sendo que tirando as últimas, que correspondiam as delegacias em cada fazenda, todas tinham uma diretoria eleita em assembleia. Clodomir Morais (1965) ressalta que a adesão tardia de operários urbanos condicionou que os métodos de organização do movimento fossem artesanais e só conseguissem amadurecer muito tardiamente, quando o golpe militar interrompe sua mobilização. Ele indica que foram essas limitações organizativas que tornaram o movimento frágil nas disputas internas e externas, assim como afirmar que foram esses fatores que limitaram este a ser regional e não nacional, sendo que ele indica que seria até mais correto classificar o movimento como pernambucano.

A centralização foi um elemento marcante da forma de organização das Ligas Camponesas, demonstrando como a atividade de diversos militantes vindos de partidos e de grupos urbanos foi de grande importância para que as Ligas Camponesas se expandissem. Outro elemento bastante presente é a consideração de que o nível ideológico mais avançado é o do proletário urbano. Quando Clodomir Morais afirma isso, deve-se entender que por ideológico ele remete a um nível de consciência política, e que coloca o camponês como mais atrasado politicamente que o proletário urbano. Se essa perspectiva permeava diversas falas de lideranças, inclusive as de Julião, cabe indicar como havia por parte do último uma maior expectativa quanto ao potencial revolucionário do camponês. Essas contraposições revelam como havia diversos conflitos internos entre as lideranças do movimento e permitem a constatação de que, em alguns momentos, as análises de Clodomir Morais se dirigem excessivamente para as formas de organização. Outro elemento a ser questionado é a afirmação de que as Ligas se restringiam mais a Pernambuco, sendo que elas tiveram forte presença também na Paraíba.

Clodomir Morais (1965) afirma que no final de 1963 há uma queda da mobilização das Ligas em Pernambuco e no restante do país, sendo que restavam poucas Ligas, as quais eram limitadas aos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande

---

<sup>101</sup> Clodomir Morais (1965) ressalta como o movimento neste momento afinal adere ao centralismo democrático de inspiração leninista.

do Norte, Paraná, Acre e ao Distrito Federal, mas só tendo força de fato nos três primeiros. Ele indica que mesmo com essa fragilidade houve intensa participação das Ligas em Pernambuco, nas greves e na ocupação do Engenho Serra e na Paraíba com o conflito de Miriri.

#### **2.4 AS LIGAS CAMPONESAS EM MEIO AOS TENSIONAMENTOS NACIONAIS DAS DÉCADAS DE 1950 E 1960**

O contexto em que as Ligas se mobilizaram era marcado pelos tensionamentos da guerra fria. Montenegro (2004) afirma que o fato de os presidentes do Brasil, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Jango não terem se alinhado automaticamente aos posicionamentos dos Estados Unidos da América, foi encarado pelo governo do último como um perigo de ameaça soviética. Como relata Celso Furtado (1989) a intervenção americana através do programa “Aliança para o Progresso” foi marcada pela tentativa de desmobilizar os tensionamentos políticos existentes no campo, principalmente no Nordeste em regiões de mobilização camponesa, e não por um projeto de desenvolvimento. Este contexto contava também com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 – da qual Furtado foi superintendente -, que constituía em uma tentativa de realizar um planejamento de desenvolvimento para a região Nordeste<sup>102</sup>. Oliveira (2008) realiza uma análise sobre como essa tentativa de planejamento representava as possibilidades de avanço do padrão de acumulação capitalista do Centro-Sul sobre aquela região, mas como os grandes proprietários de terra e seus representantes políticos se fechavam às tentativas de promoção de maior desenvolvimento social que ameaçassem a concentração de riqueza e de poder destes.

Alves (2015) indica que o contexto da década de 1960 intensificou a crise política, com a renúncia de Jânio Quadros e a forte polarização que marcou a posse de Jango. As fortes pressões das mobilizações do campo incentivaram respostas governamentais das quais se destacam o fomento a sindicalização rural, com sua

---

<sup>102</sup> Julião (1962) afirma que tanto a Aliança para o Progresso quanto a SUDENE eram tentativas de diminuir a mobilização das Ligas Camponesas. Cabe indicar, no entanto, que uma parte das políticas promovidas pela SUDENE visavam a industrialização da região Nordeste, retirando poder dos grandes proprietários e melhorando a condição de vida da população rural. Os constrangimentos políticos e as próprias limitações presentes no planejamento dessa superintendência, impediram que esse objetivo fosse levado adiante.

regulamentação no início de 1962<sup>103</sup> e com a criação da SUPRA, no final deste ano e a aprovação do ETR no início de 1963.

A promoção da sindicalização, assim como a aprovação do ETR, marcava uma possibilidade histórica de democratização das relações no campo, entretanto, cabe contrastar essas tendências ao processo de expulsão no campo que estava em voga em diversas regiões do país, assim como ao aumento da repressão contra as crescentes mobilizações no campo. Assim a tendência ao aumento da violência confrontava as possibilidades de maior democratização neste período, gerando grande tensionamento.

Alves (2015) menciona Aspásia Camargo (1973), que afirma que as Ligas assumiram uma posição autônoma em relação ao Estado, no momento em que pregaram abstenção para o caso da efetivação ou não de Jango como presidente. As relações das Ligas com o poder estatal demonstram que houve períodos de confluência e de polarização, visto que em período anterior a este, vimos o apoio de Julião (1960) à eleição de Jango. Mas o que cabe observar, na linha indicada pela autora, é que as Ligas colocaram diversas demandas na pauta política durante sua mobilização.

Assim, cabe observar como desde as primeiras mobilizações das Ligas, e mediante os diversos congressos que envolviam trabalhadores rurais e camponeses, ocorre uma elaboração constante de pautas para o Estado<sup>104</sup>. Alves (2015) indica como desde o Congresso de Salvação do Nordeste em 1955, no qual as Ligas participam representadas por José dos Prazeres, se fomentaram pautas sobre a reforma agrária que influenciariam a Frente de Recife, que mobilizou diversos políticos do PTB, PCB, PSB contra o Partido Social Democracia (PSD) em torno de pautas progressistas em Pernambuco, sendo que este grupo teve forte influência nas regiões mais proletarizadas do estado e apoiou Cid Sampaio, usineiro eleito pela União Democrática Nacional (UDN) – mas que representava uma contraposição às oligarquias rurais do PSD<sup>105</sup> -, e posteriormente Arraes.

---

<sup>103</sup> Julião (1962) menciona que, apenas no final de 1961, um acordão derrubou um mandato que evitava a sindicalização rural.

<sup>104</sup> Novaes (1997) ressalta que estes eventos contribuíam para a dissolução de barreiras entre os associados de diversas organizações, sendo que era comum que os organizadores dos eventos chamasssem lideranças de correntes contrárias como convidados especiais, com o fito de tornarem as resoluções dos eventos mais legítimas.

<sup>105</sup> Alves (2015) esclarece que houve polarização entre PSD e UDN no governo de Cordeiro Farias (1955-1958) em Pernambuco, quando uma mudança tributária opôs industriais do segundo partido aos oligarcas rurais do primeiro. Julião (1962) indica que as Ligas apoiaram Cid Sampaio, mas afirma que este se apoiou nas forças de Cordeiro de Farias novamente, se voltando contra os camponeses.

Dabat (2015) afirma que as posições de Goulart como presidente e a de Arraes, como governador de Pernambuco, eram tanto de interlocutores dos trabalhadores rurais quanto de governantes preocupados com a legitimidade política. Assim, a análise da autora reforça que não se pode simplificar o processo de abertura do nível estatal para demandas, como a reforma agrária, como se este tivesse sido exclusivamente gerado por essas figuras políticas, visto o importante papel dos tensionamentos ligados a forte mobilização no campo.

A promoção do ETR no campo marca a memória dos moradores, sendo que Dabat (2015), assim como Sigaud (1980), indicam como o termo direitos é associado a este período histórico e, em Pernambuco, à figura de Arraes. A última autora revela como os trabalhadores entendem que os direitos já existiam antes deste período, mas que eles não os cobravam por desconhecimento, e que neste período, devido a Arraes e aos sindicatos os direitos foram conquistados. Muitos deles afirmavam, sobre sua participação sindical, que eles pagavam os direitos, referindo-se ao pagamento do sindicato, o que demonstra a associação anteriormente mencionada. A aprovação do ETR, significava uma pressão pela aplicação de direitos trabalhistas no campo, visto que, segundo Dabat, baseada em Sigaud (1977), existia uma lei de 1940 e uma de 1953 que tratavam da questão dos direitos dos trabalhadores do campo, mas que permaneceram letra morta.

A respeito do governo Arraes, Dabat (2015) indica como este tenta realizar uma mediação do Estado nas disputas entre grandes proprietários e trabalhadores rurais. O que significou uma tentativa deste governo em evitar que as forças policiais servissem aos grandes proprietários na repressão local e passassem a ser usadas para conter os conflitos. Esta iniciativa teve grande importância política, por mais que, como mostra Porfírio (2016) houve aumento da repressão organizada contra os movimentos no campo, o que não significou a diminuição da repressão local. De todo modo, a intermediação do Estado no sentido da diminuição da violência local permitiu que certos espaços de negociação fossem gerados.

Alves (2015) afirma que o incentivo à aplicação do ETR e a sindicalização surtiu efeitos principalmente na Zona da Mata. Para conseguir promover essas políticas, o governo Arraes, utiliza a Secretaria Assistente, que tentava solucionar os conflitos sem recorrer a Delegacia do Trabalho. Essa Secretaria também tinha um órgão de assessoria sindical, o que demonstra como se mobilizou todo um corpo de funcionários nesse

estado, que permitiu atender as diversas reivindicações geradas principalmente pelo sindicalismo rural nascente.

O governo Arraes, foi marcado por várias greves, sendo a greve de 1963, a mais marcante, sendo que Dabat (2015) indica cerca de 90% de adesão a tal mobilização, que congregou a Federação dos Sindicatos Rurais de Pernambuco, fortemente influenciada pelo PCB, as Ligas e outros sindicatos autônomos<sup>106</sup>. A mediação do Estado permitiu a negociação destes grupos com os grandes proprietários e resultou no Acordo do Campo, que promoveu o salário mínimo, aumentando a remuneração em 80 %<sup>107</sup>, estipulou uma regulação de tempo de trabalho de acordo com as tarefas no campo, o décimo terceiro, entre outros direitos trabalhistas<sup>108</sup>.

Andrade (1986a) afirma que alguns proprietários reagiram, mas os sindicatos resistiram, de modo que a lei começou a ser aplicada com maior e menor intensidade em certas localidades. O ETR gerou significativa melhoria das condições de vida, sendo que Dabat (2015) relata como houve grande conquista de aumento salarial que repercutiu principalmente na Mata pernambucana<sup>109</sup>.

A respeito da sindicalização, Dabat (2015) afirma que apesar do enquadramento dos sindicatos pelo ministério do trabalho ser muitas vezes considerado uma tutela restritiva, ele oferecia um argumento poderoso por colocar como lei a sindicalização. Alves (2015) indica como este processo foi incentivado através do Ministério do Trabalho, antes mesmo de Jango ser empossado, como uma reação do movimento de grandes proprietários querendo suprimir as organizações de trabalhadores rurais através

---

<sup>106</sup> Alves (2015) apoiado em narrativas de Julião e Gregório de Bezerra – liderança do PCB – indica que os diversos grupos políticos conseguiram deixar suas divergências de lado durante essa mobilização. O autor também destaca o elogio de Julião à postura de Arraes durante a greve, visto que, segundo a liderança das Ligas, o governador teria bancado a greve, o que é indicativo de forte apoio ao movimento no sentido de sua legitimidade perante o Estado.

<sup>107</sup> O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) esteve presente nas negociações e conseguiu que parte do valor a mais das remunerações fosse paga pelo Estado, através de mudança na remuneração do preço do açúcar (DABAT, 2015). O que demonstra a forte capacidade dos grandes proprietários em socializarem as perdas.

<sup>108</sup> Novaes (1997) indica que em 1963 as Ligas na Paraíba chamam uma assembleia visando a realização de uma greve como a de Pernambuco, exigindo demandas de reajuste de 80 por cento no salário, direito a décimo terceiro e a previdência, entretanto, esta mobilização não chega a se realizar.

<sup>109</sup> A indicação de uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores da Mata se contrapõe ao relato de Andrade (1986a), de que o ETR teria incentivado aos grandes proprietários manterem menos trabalhadores permanentes e a contratarem mais trabalho temporário. A questão é que a expulsão do campo já era um processo em voga e o ETR permitiu melhores condições aos trabalhadores assalariados, mesmo em um contexto em que havia forte tendência de expulsão e piora das condições de muitos destes. Eram duas tendências opostas que tiveram variações nos distintos contextos deste período.

da organização de entidades controladas pelos latifundiários<sup>110</sup>. Outra forma de promover a sindicalização, já com mais influência de Jango, foi a SUPRA, que tinha como um de seus objetivos levantar dados sobre a questão fundiária para proceder sobre formas de desapropriação da terra e organização de trabalhadores rurais. Portanto, este período inicial da SUPRA é marcado pela influência do modelo de intervenção estatal realizado no Rio Grande do Sul no governo Brizola, sendo que este político teve forte influência sobre os quadros da SUPRA, que contava com diversos funcionários que atuaram no Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) no seu governo. Esse momento marca a tentativa de articulação destes funcionários com as Ligas Camponesas para a tentativa de realizar desapropriações como ocorrera no Rio Grande do Sul. Entretanto, a influência de Brizola sobre Jango cai e este grupo é demitido.

A SUPRA, segundo Alves (2015), no meio de 1963, muda sua política, focando apenas na sindicalização rural e deixando a questão fundiária de lado<sup>111</sup>. Neste contexto é criada a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, ligada ao Ministério do Trabalho. João Pinheiro Neto, que virou o superintendente da SUPRA, indica a preocupação de Jango com a sindicalização ser tomada por grupos extremistas e, devido a isso, ele buscava grupos mais conservadores da Igreja. Entretanto, cabe destacar que com isso, ele estava se referindo a setores menos radicais que as Ligas Camponesas, como é indicativo o fato de Lyndolpho Silva, presidente da ULTAB, e Padre Laje, da Ação Popular (AP), movimento progressista ligado à Igreja, participarem da fundação deste Ministério. Assim a agenda estatal favoreceu que a luta por reforma agrária se transformasse em uma luta por direitos trabalhistas, em um contexto no qual as Ligas Camponesas já estavam se fragmentando.

Alves (2015) menciona como havia forte disputa entre a Igreja – principalmente sua ala de direita-, o PCB e as Ligas – que tinham menos força nesse processo – pela

---

<sup>110</sup> No início da década de 1960 há tensionamento entre PTB e Igreja, visto que os Círculos Operários – organização de direita da Igreja - começam uma defesa anticomunista e antitrabalhista, o que é evidenciado pelo estabelecimento de Montoro como ministro do trabalho em 1962, visto que ele era do gabinete de Tancredo Neves e via na promoção de sindicatos um meio de combater a influência comunista, de modo mais eficiente que a supressão do movimento. A portaria da sindicalização também veio, em parte, pela de pressão da Confederação Rural Brasileira (CRB), sendo que também foi posto em pauta a permissão da permissão de mais de um sindicato por município, o que foi questionado pela ULTAB.

<sup>111</sup> O crescimento de sindicatos rurais é muito significativo sendo que vai de 4 em todo Brasil em 1960, para 153 em 1962 e 475 em 1963, ano de criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG) (GARCIA JR., 1986). Outras fontes como a de Julião (1962) afirmam que até 1960 havia 6 sindicatos legalizados. Novaes (1997) afirma que, até 1964, havia 24 sindicatos na Paraíba, sendo apenas 10 destes reconhecidos. A autora indica que boa parte destes estava sob influência da Igreja.

sindicalização rural. Assim a sindicalização em Pernambuco foi muito favorável ao PCB devido à maior inserção deste partido nos órgãos e secretárias do governo Arraes em comparação às Ligas e à Igreja.

O governo Arraes entrevistou diversas vezes no sentido de desfazer ocorrências radicais com a finalidade de não se desestabilizar<sup>112</sup>. Alves (2015) menciona a fala de um dos secretários de Arraes, Evaldo Lopes, que era militante do PCB, o qual indicava que as Ligas tinham um papel positivo nas denúncias, mas eram ruins politicamente pois só sabiam avançar, quando na guerra é preciso circular o inimigo. Ele critica a maneira como as Ligas atacavam Arraes, como se este fosse qualquer governador em prol do latifúndio. As indicações dos autores permitem observar como as Ligas se distanciavam de acordos no governo Arraes, de maneira a não serem beneficiadas pela política de sindicalização como o PCB foi. Também chama a atenção a fala do secretário de Arraes sobre ser necessário circular o inimigo, o que remete a uma das especificidades das Ligas Camponesas: sua radicalidade, a qual é mais conectada ao fato de que estas demandavam continuamente terra, o que entrava em conflito com a estrutura fundiária e com os grandes proprietários, contra os quais os dirigentes políticos tinham poucos recursos de poder. Como se percebe no fato de Arraes, e o próprio Jango, não terem conseguido promover uma política efetiva de distribuição de terras.

A política para o campo muda novamente, já no final do governo Jango, devido a fragilização da aliança com o PSD, que era um importante aliado, gerada pelas propostas trabalhistas do PCB. É nesse momento que há reaproximação com Brizola e que Jango realiza defesa da desapropriação de terras<sup>113</sup>, pouco antes do golpe militar.

## **2.5 POLARIZAÇÕES E CONFLUÊNCIAS ENTRE PCB E AS LIGAS CAMPONESAS**

A polarização entre PCB e Ligas Camponesas é mencionada por diversas lideranças e pesquisadores. Clodomir Moraes (1965) indica que esta se intensifica com o apoio das Ligas à Cuba e com a oposição dos membros do PCB, que faziam parte do Conselho Regional das Ligas, às teses do partido no IV Congresso do PCB. Esses membros que divergiam se opunham à visão de que a luta pela terra deveria se submeter

---

<sup>112</sup> Andrade (1986b) menciona como exemplo o caso da ocupação do Engenho Serra em Vitória de Santo Antão.

<sup>113</sup> Alves (2015) relata que, por mais que o documento fosse assinado pela SUPRA, o relato do superintendente desta, João Pinheiro Neto, demonstra que a decisão veio do próprio Jango.

à luta contra o imperialismo. Era o momento em que, no início da década de 1960, as Ligas estavam se expandindo e formando conselhos regionais em 10 estados e fundando o Conselho Nacional das Ligas.

A oposição entre Ligas e PCB já estava presente, segundo Clodomir Morais (1965), no início da mobilização no campo, quando as Ligas se recusam a fazer parte da ULTAB<sup>114</sup>, organização com forte influência do PCB. O autor indica que as Ligas se recusaram também a distribuir os jornais Terra Livre desse partido, apostando mais na figura do cantador e do violeiro como forma de propagar ideias. Entretanto, a motivação parece ser outra, se levarmos em consideração que as próprias Ligas organizam o jornal A Liga a partir de 1962, sendo que provavelmente esteja mais ligada as discordâncias políticas das duas organizações. O autor também indica a diferença entre as formas organizacionais destas, sendo que ele indica que a ULTAB era bem mais verticalizada e utilizava de poucas lideranças camponesas, por mais que algumas destas aparecessem nas áreas de mais influência da organização, principalmente no Centro-Sul. Ele afirma que a ULTAB tinha uma base organizativa mais ampla que a das Ligas, conseguindo entrar em quase todos os estados brasileiros, só não o fazendo no Rio Grande do Sul devido a influência do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e em Pernambuco devido a influência das Ligas. Entretanto, a informação do autor parece incerta, talvez só se aplicando aos primeiros anos da organização da ULTAB, visto que a sindicalização em Pernambuco a partir do PCB foi uma das mais fortes do Brasil.

Clodomir Morais (1965) afirma que em 1962 havia dez vezes mais sindicatos da ULTAB do que Ligas Camponesas, mas as últimas eram mais dinâmicas e agressivas. Assim se percebe como o autor tenta indicar um maior radicalismo do movimento das Ligas e do camponês que compunha esse movimento, sendo que esta percepção se refletia nas ações políticas das Ligas, mais voltadas à questão da terra, sendo que essa pauta tensionava mais as relações com os grandes proprietários do que as reivindicações trabalhistas das organizações da ULTAB. Clodomir Morais ressalta que essa organização visava atender as demandas de trabalhadores rurais e camponeses com a finalidade de acumular filiados e eleitores, enquanto as Ligas se dedicavam mais a

---

<sup>114</sup> Clodomir Morais (1965) chega a afirmar que um deputado representou as Ligas na fundação da ULTAB em 1955. Entretanto esta informação não só contraria a data de fundação desta organização, que foi fundada em 1954, como indica Medeiros (1989), como contraria o fato de que as Ligas ainda não tinham se organizado até este ano.

conscientização do campesinato para que este pudesse cumprir um papel histórico na mudança social.

Assim é perceptível que Clodomir Moraes tentava mostrar as Ligas como uma organização que atendia mais as demandas dos camponeses e dava mais espaço a estes. Como já chamamos a atenção, Clodomir Moraes (1965) não considerava Assis Lemos de Souza como parte das Ligas Camponesas, mas como membro do PCB. O curioso é que o último era militante das Ligas reconhecido por outras lideranças e por camponeses<sup>115</sup> como pertencendo a esse movimento, por mais que ele também pertencesse ao PCB. Assis Lemos de Souza (1996) também indicava que as Ligas nas quais atuou na Paraíba eram mais dinâmicas e democráticas que as de Pernambuco que, segundo ele, eram regidas de cima por uma cúpula, e nas quais Clodomir Moraes e Julião eram mais influentes. Outra indicação dessa liderança da Paraíba é a de que os camponeses da Paraíba não tinham sido tão absorvidos pelos trabalhos nas usinas o que permitiu ao movimento ter um caráter mais democrático e não apelar para a guerrilha, que era defendida por Clodomir Moraes e apoiada de modo ambíguo por Julião, como ficará claro em momento posterior do texto.

As afirmações de Assis Lemos de Souza parecem deslegitimadas pelas falas de Julião e Clodomir Moraes, que indicam que a organização das Ligas, através de delegados e assembleias eram usadas em ambos os estados. Assim como por pesquisas como a de Andrade (1986a), que confirmam que as Ligas em Pernambuco tiveram uma expansão em regiões com mais camponeses, de modo semelhante à Paraíba. A diferença entre os estados está mais no fato de que a sindicalização foi mais intensa em Pernambuco, o que permitiu uma arregimentação de trabalhadores rurais com demandas trabalhistas, mas essa mobilização já foi em 1963 e não teve tanta influência das Ligas Camponesas.

A existência de um militante do PCB que atuou nas Ligas Camponesas, mesmo após a maior polarização entre as duas organizações, e que defendia pautas ligadas a posse da terra, expressa a complexidade das relações que permitiram a emergência do movimento camponês da época. Como indica Alves (2015) os militantes que atuavam nas Ligas faziam parte de mais de uma organização ao mesmo tempo e tinham conexões diversas com outros militantes, dessa maneira cabe criticar a interpretação, que se

---

<sup>115</sup> Nos relatos colhidos por Van Ham (2006) há várias falas de camponeses indicando Assis Lemos de Souza como uma liderança das Ligas Camponesas.

tornou comum em diversas pesquisas, de que um militante de uma dessas organizações não poderia fazer parte de outra, como se os dois espaços não tivessem nenhuma confluência naquele contexto. Como observa Camisasca (2009) autores da década de 1980 que pesquisam as Ligas passam a criticar os trabalhos do final de 1970, remetendo a Bastos (1984) e Azevedo (1982), que tomavam Ligas e PCB como pares opostos. Ela também indica como Medeiros (1989) também demonstra que essa polarização toma um tom exagerado na literatura, visto a que não se trata de uma separação rígida na qual as Ligas mobilizam apenas arrendatários e o PCB apenas assalariados, pois ambas as organizações mobilizaram diversas categorias no campo e a influência distinta que sofreram destas gerou opções políticas diferentes entre as duas organizações.

A existência de confluência entre PCB e Ligas pode ser observada em fatores, relatados por Clodomir Morais (1965), como a participação em congressos, como o I Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná, em 1960. E na indicação de que a ULTAB separa seu corpo em Organizações de Estabilidade Social, que visavam defender direitos já promovidos e Organizações de Lutas, que visava mobilizar reivindicações ainda não abarcadas pela lei. Por mais que o autor indique essa separação como uma distinção para com as Ligas, cabe pontuar a semelhança organizacional em utilizar conjuntamente de reivindicações jurídicas e mobilizações políticas.

A existência de confluências não significa, entretanto, que não houve disputas e conflitos entre estas organizações que se polarizaram fortemente no Congresso de Belo Horizonte em 1961. Clodomir Morais (1965) afirma que participaram deste evento dois mil e quatrocentos delegados, sendo 215 das Ligas Camponesas, 38 do MASTER e o restante vinculado a ULTAB. Ele indica que o choque entre esta e as Ligas era inevitável, visto que os dirigentes da primeira organização se recusavam a debater a reforma agrária nas comissões técnicas por não haver promessa do governo em volta do tema. Mas os camponeses se interessavam pelo tema, sendo que os primeiros dias do Congresso foram marcados por derrotas das propostas de reforma da lei de arrendamento e extensão da política trabalhista colocadas pela ULTAB. O tema da reforma agrária radical “na lei ou na marra”<sup>116</sup>, colocado pelos delegados das Ligas contagiou os demais, de modo que o Congresso virou um conjunto de manifestações e reuniões de lideranças. Clodomir Morais aponta a importância dos comunistas divergentes na elaboração dessas pautas e indica que o PCB considerou aquilo ruptura

---

<sup>116</sup> Curiosamente Clodomir Morais (1965) usa o termo “na lei ou na força”.

partidária e expulsou vários membros. O autor também indica que houve recrutamento de membros para guerrilha no Congresso por parte desses membros comunistas divergentes. O que seria uma primeira atividade neste sentido.

Clodomir Morais (1965) indica que a ULTAB e as Ligas tinham diferentes concepções de revolução popular<sup>117</sup>. Na primeira havia duas concepções: a de que havia duas contradições centrais, uma contra os restos feudais no campo brasileiro e a outra, que era a contradição principal, contra imperialismo. Esta vertente defendia ser possível uma aliança com a burguesia nacional e com os latifundiários; a segunda concepção entendia que havia só uma contradição, que era a entre as massas camponesas e os donos de terra, representantes internos do imperialismo, sendo que esta vertente defendia aliança com burguesia nacional, mas não com o latifúndio. Já as Ligas Camponesas, não defendiam aliança nem com o latifúndio nem com a burguesia nacional, mas também tinham duas vertentes: a perspectiva da OP de que a revolução popular se faria com base na aliança operária-camponesa, e a concepção de Julião, de que a classe revolucionária seria a camponesa.

Por mais que o Congresso de Belo Horizonte tenha marcado uma forte polarização entre as Ligas e o PCB, com vitória das pautas defendidas pelas Ligas Camponesas, cabe indicar que o evento teve importância histórica, de modo que os frutos do Congresso não foram colhidos apenas pelas Ligas. Alves (2015) menciona que na entrevista de Julião à Aspásia Camargo, este indica como o evento conseguiu sensibilizar outras camadas da população sobre a questão agrária e contou com a presença de vários políticos, inclusive o presidente João Goulart. Julião (1963a) afirma que após esse evento os representantes políticos e as classes dominantes afirmaram entre si:

“É preciso acabar com essa agitação. Este Congresso de camponeses é uma séria advertência. É um convite à Revolução. Ou se dá um osso ao camponês ou ele se levanta e toma as terras. E tomando as terras, toma o poder. E adeus, sossego!” Assim disseram os pais da Pátria, os donos das terras, das fábricas, dos bancos, do comércio por atacado. E

---

<sup>117</sup> Clodomir Morais (1965) ressalta que nenhuma das duas organizações tinha um projeto agrário sólido para a reforma agrária. O que decorria da falta de estudos sobre a questão na época. Para as duas organizações, a reforma agrária era um ponto de referência para a modernização das massas rurais e urbanas, sendo que se pressupunha que o modelo desta emergiria dos próprios camponeses depois da revolução. O autor indica que a ULTAB, com a criação e direção da CONTAG, passou a apoiar as medidas de reforma agrária do governo federal (pagamento em dinheiro e em locais já conflituosos), de modo a favorecer uso de certos recursos públicos em prol de grupos de trabalhadores de sua simpatia.

ainda confabularam: “Já não se pode mais acabar com isso no pau. É muita gente. A maré encheu. A questão social não é mais caso de polícia. O problema camponês já não pode ser mais resolvido pelo capanga, pelo inspetor de quarteirão, na boca da fornalha, no porão do açude, a coice de fuzil (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 129)

A fala de Julião reflete como o Congresso de Belo Horizonte marca um grande tensionamento histórico, que adquiria o sentido de confrontar as tentativas de refrear o movimento por uso da violência local e de colocar a questão agrária como problema social que deveria ser tratada no nível estatal. Assim as demandas camponesas conseguiam pautar a agenda do Estado, o que se desdobrou em diversas políticas, como a promoção do ETR e a sindicalização rural.

Clodomir Morais (1965) indica que os fatores que pressionaram a sindicalização foram a realização do Congresso de Belo Horizonte, as eleições de 1962, que foram favoráveis aos defensores da reforma agrária, assim como a conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Montevideu, a qual apontava necessidades de mudanças na estrutura agrária e a convocatória das Ligas de um Congresso continental de Solidariedade com Cuba. Fora esses fatores, que se centralizam em algumas ações nas quais as Ligas tiveram destaque, cabe observar, como indica Medeiros (1989), que esse era um período em que diversas associações e sindicatos se mobilizavam, o que, junto a pressão das Ligas Camponesas, colaborou decisivamente para essas práticas governamentais.

As Ligas em 1962 tinham se expandido para 13 dos 22 estados do Brasil, enquanto a ULTAB consegue se inserir em todos os estados, com centenas de Uniões de Trabalhadores Agrícolas. Clodomir Morais (1965) também indica que a ULTAB conseguiu abrir vários sindicatos e transformar diversas Uniões Gerais de Trabalhadores em sindicatos de trabalhadores autônomos. O que parece indicar que a sindicalização da ULTAB também abarcava camponeses e não apenas trabalhadores rurais. O contexto da sindicalização marca um fortalecimento da polarização entre Ligas Camponesas e ULTAB, que disputam sindicatos e representação de camponeses, com vantagem para a última organização. O autor também indica que o clero teve alta participação na sindicalização, tanto a AP quanto a ala da direita da Igreja.

O período da sindicalização também corresponde a um momento de disputas internas nas Ligas Camponesas e de fragilização destas com outros setores da esquerda. Clodomir Morais (1965) indica como o posicionamento de Julião contrário a retirada do

parlamentarismo, que permitiria Jango ter plenos poderes presidenciais, afastou o movimento de outros setores de esquerda, dificultando a fundação de sindicatos pelas Ligas. Outro efeito desse distanciamento foi que, no ato de criação da CONTAG em dezembro de 1963, a ULTAB – que na época já contava com mais de 1 milhão de filiados –, a AP, o PTB e outras organizações foram convocadas, mas as Ligas não.

## **2.6 AS LIGAS EM MEIO AO PROCESSO DE SINDICALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES RURAIS**

Alves (2015) afirma que uma das motivações das Ligas Camponesas buscarem se inserir no processo de sindicalização foi não perder força na disputa contra o PCB e a Igreja, mas ele ressalta que essa inserção não pode ser resumida a uma estratégia de sobrevivência, visto que as Ligas em diversos momentos buscaram se apoiar no repertório legal para suas mobilizações. Assim, a sindicalização também significou a tentativa de o movimento ampliar seu repertório de ação, por mais que esse processo só possa ser entendido em meio as disputas com as outras organizações atuantes no campo.

Assis Lemos de Souza (1996) ressalta como, após 1963, o incentivo a sindicalização motivou a transformação de algumas Ligas em sindicatos na Paraíba, as quais foram a de Sapé, Mari, Itabaiana, Alhandra, Mamanguape e Rio Tinto. Ele afirma que outro motivo de apoiar esse processo foi o de manter as Ligas no controle do movimento. Essa afirmação ganha sentido quando se leva em conta que Assis Lemos de Souza considerava a organização das Ligas da Paraíba mais democrática que a de outras organizações, assim, essa indicação também correspondia a esta disputa com outras organizações no campo, sendo que o autor menciona que a Igreja conseguiu abrir sindicatos em Souza, Caiçara e Bananeiras, e que houve a criação de um sindicato em São Miguel do Taipu que não era das Ligas, o que significa que provavelmente era ligado a ULTAB. Uma parte relevante das cidades em que o autor menciona a transformação das Ligas em sindicatos correspondia a locais em que as Ligas já tinham muita força, como em Sapé, de maneira a indicar que a sindicalização nestes lugares significou a manutenção da preponderância da mobilização nestas cidades e um fortalecimento jurídico para esta.

Na **Cartilha do Camponês** (JULIÃO, 1960) Julião afirma que o meeiro, o foreiro, o parceiro, o posseiro e o pequeno proprietário devem procurar as Ligas enquanto o eiteiro, o tiqueiro, o cassaco-de-linha, o camponês que aluga o seu braço, que vive, somente do salário, na usina, no arrozal, na zona de fumo, do cacau, da

borracha, do café e do mate deve procurar o sindicato. Na **Carta de Alforria do Camponês** (JULIÃO, 1961), o autor reafirma que o camponês deve entrar na Liga e o eiteiro, que não tem tempo e passa fome – que ele indica como escravos de dia e de noite, cujos filhos são o pasto da fome e cujos corações viraram calos no peito -, deve entrar no sindicato. Ele afirma “A carteira ministerial devia ser a carta de alforria para o camponês que aluga o braço. Mas ainda não é” (JULIÃO, 1960 apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 126) assim fica nítida uma separação no direcionamento das Ligas, indicando que camponeses deveriam se ligar as Ligas e os trabalhadores rurais aos sindicatos.

A associação entra a posição social dos trabalhadores rurais com o sindicato e a dos camponeses com as Ligas corresponde aos grupos que estas organizações mais abarcavam e também as demandas que mais mobilizavam. Assim a luta pela terra é mais associada às Ligas enquanto a trabalhista aos sindicatos. Regina Saraiva menciona a fala de um trabalhador rural de Pernambuco que reflete essas associações: “As ligas camponesas queriam tomar a frente do sindicato, e vice-versa. A bandeira de luta do sindicato era o direito dos trabalhadores, da liga, a reforma agrária<sup>118</sup>” (SARAIVA, 2018, p. 7). Esse relato também reflete a disputa entre sindicatos e Ligas Camponesas, que reflete a disputa entre estas e organizações da ULTAB e da Igreja que começaram a se expandir no campo principalmente na década de 1960.

A polarização entre a mobilização das Ligas e dos sindicatos do PCB não pode ser exagerada como se estes fossem pares antagônicos. Rangel (2000) indica que tratar estas duas organizações a partir de pares opostos como legalidade (PCB) – ilegalidade (Ligas); questões trabalhistas (PCB) – luta por terra (Ligas); via parlamentar (PCB) – ações radicais (Ligas), facilitam a análise, mas a simplificam de modo a perder a complexidade deste contexto. Ela ressalta como a violência patronal exigia a convivência de ambas as correntes desta mobilização. Se Rangel indica a relevância de ambas as organizações precisarem demonstrar confluência, cabe também apontar que a existência de pautas por terra e trabalhistas não eram excludentes nestas organizações. Como já indicado, os foreiros foram os principais agentes a participarem das Ligas e sua demanda era mais ligada a posse da terra e as condições de trabalho nesta, mas isto não excluía as pautas trabalhistas, assim como, as demandas por posse de terra não fugiam do horizonte de expectativas dos demais moradores.

---

<sup>118</sup> Regina Saraiva (2018) menciona Medeiros para indicar que as Ligas Camponesas figuraram no imaginário sociológico como uma marca de ruptura, a partir da qual se passa a diferenciar movimentos reformistas e revolucionários.

O período de intensa sindicalização marcou uma mudança no discurso das Ligas sobre a sindicalização. A questão é que antes a sindicalização era uma luta pela qual diversas associações – inclusive as Ligas – e organizações já em modelos sindicais, mas ainda não reconhecidas, lutavam, assim, o que todas essas organizações, ligadas a diferentes grupos políticos, buscavam era que a organização sindical fosse legalizada, de modo a permitir a articulação de outro tipo de reivindicação, que seria mais legitimada legalmente. Entretanto, quando emerge a sindicalização, a ULTAB e a Igreja já estavam mais articuladas para abranger as diversas categorias de trabalhadores rurais que não participavam das associações de camponeses, como as Ligas. Estas se viram, então, em uma situação de disputa contra os sindicatos criados em regiões que sua organização não abrangia – principalmente regiões com mais trabalhadores rurais que camponeses – e contra os sindicatos que eram criados nos locais em que elas já existiam, buscando concorrer para organizar trabalhadores rurais e camponeses destas.

A mudança de discurso de Julião é notável no documento **Bença Mãe!** (JULIÃO, 1963a). Que, diferente da **Cartilha do Camponês** e da **Carta de Alforria do Camponês**, é escrito no momento em que a sindicalização se intensifica. O autor afirma:

Temos dito e repetido: quem for da Liga entre para o Sindicato, e quem entrar no Sindicato, fique na Liga. Não é de agora que falamos isso. É de longe. Está no “Guia do Camponês”, no “ABC do Camponês”, na “Cartilha do Camponês”, na “Carta de Alforria do Camponês” (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 128)

A afirmação de Julião, de que já havia indicado aos camponeses para participarem das Ligas e dos sindicatos nos outros documentos escritos por ele para serem lidos aos camponeses, é contradita pelo fato de que a indicação anterior era a de que o camponês deveria ir para Liga e o trabalhador rural para o sindicato. O indicativo no **Bença Mãe!** É de que o camponês pertença as duas organizações simultaneamente. Sendo que é perceptível que ele dirige a fala mais para os camponeses do que para os trabalhadores rurais, visto que ele indica que quem está nas Ligas, que eram majoritariamente os camponeses – inclusive sendo um indicativo dessa liderança para que assim o fosse feito - deveria ir aos sindicatos, e os que entrarem nos sindicatos – ou seja, os camponeses que entraram nos sindicatos – deveriam permanecer nas Ligas. Assim, ele não dirige a palavra ao trabalhador rural que está no sindicato para que este entre nas Ligas, mas sim ao camponês, para que adentre ao sindicato.

A indicação para que o camponês adentre os sindicatos remete ao contexto em que algumas Ligas tentam se transformar em sindicatos para conseguir utilizar de certos recursos jurídicos e para evitar que a ULTAB e a Igreja criassem sindicatos em regiões em que já havia Ligas, gerando competição. Sendo que quando Julião afirma que este deve adentrar o sindicato e continuar nas Ligas, não indica necessariamente que ele frequentará duas reuniões, mas tendencialmente apenas a reunião do sindicato, que era uma associação antes de se legitimar legalmente como tal. Assim, permanecer na Liga significa não esquecer as formas organizativas, as pautas e as direções que as Ligas Camponesas defendem mesmo quando a organização deixou de ser uma associação e se tornou um sindicato. Nos casos em que essa mudança organizativa foi realizada o que aconteceu na prática foi que se criou um sindicato das Ligas Camponesas. A preocupação das lideranças destas era a de manter o controle dessas novas organizações sobre suas diretrizes políticas.

A questão dos trabalhadores rurais e camponeses frequentarem duas reuniões ou não pode ser esclarecida por Novaes (1997), que menciona uma fala de Margarida Maria Alves, na qual esta expressa que participava de um “sindicato de padre”, isto é, um sindicato vinculado a Igreja, e simultaneamente participava das reuniões das Ligas: Eu pertencia ao sindicato, mas gostava de ir às reuniões das Ligas. Eu gostava muito, eu aprendi muita coisa com a Liga (...) Eu me lembro em 1962, quando o sindicato foi fundado, as Ligas falavam dessas coisas de jornada de trabalho, o trabalhador trabalhava 10 horas, 12 horas... Isso nasceu das Ligas Camponesas. Naquela época a Igreja não dava apoio à Liga e a gente sabia que as Ligas falavam a verdade. E eu quase que ficava com a Liga. Mas como eu era muito religioso, eu gostava muito da Igreja... Aí o padre tratou de fundar o sindicato, que era o Papa João XXIII... Eu me lembro muito bem, quando Padre Geraldo chamou Cassimiro [primeiro presidente]. Mas, mesmo sendo ‘de padre’, sempre eu ia lá, misturava o sindicato com as Ligas, não é? Olhe, tinha até trabalhador que ficou no sindicato mode o padre, mas tirou também carteira da Liga (MARGARIDA MARIA ALVES, Entrevista, Apud: NOVAES, 1997, p. 68)

Esta fala expressa como, em vários casos, trabalhadores rurais e camponeses frequentavam simultaneamente reuniões do sindicato vinculado a Igreja e das Ligas. O indicativo de que as Ligas falavam “a verdade”, expressa como as demandas das Ligas mantinham mais proximidade com o cotidiano destes agentes e suas expectativas. Também chama a atenção o fato dela indicar que “misturava o sindicato com as Ligas”, o que expressa que, ao não poder deixar de se vincular ao “sindicato do padre” devido a religião, ela, e outros agentes, participavam de ambas as reuniões, o que demonstra

como as Ligas conseguiram estabelecer suas bandeiras e símbolos com relativa abrangência. A questão de até que ponto este tipo de situação foi uma ação planejada, ou não, pelas lideranças do movimento fica em aberto, entretanto, a percepção de que diversos trabalhadores se vinculavam ao “sindicato do padre”, possivelmente motivou discursos como os de Julião, para que os camponeses não esquecessem das Ligas, independente destes agentes terem participado, ou não, do movimento antes de se vincularem a outro sindicato.

A fala de Julião também tem o sentido de incentivar que membros das Ligas Camponesas adentrem sindicatos criados nas cidades em que estes existiam, mas não por iniciativa das Ligas. Permitindo assim uma disputa entre Ligas e sindicatos naquela cidade dentro dos próprios sindicatos. Outra prática incentiva por esta liderança das Ligas pode ser observada na fala “a) Onde houver uma Liga, camponês, funda um Sindicato, e onde houver um Sindicato, funda uma Liga.” (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p.131). A qual indica também a busca de criar Ligas nas cidades em que os sindicatos da ULTAB e da Igreja se expandiam. O fato de as Ligas não terem se expandido tanto para as regiões em prevaleceram os sindicatos é indicativo de que essa estratégia não obteve tanto êxito.

Regina Saraiva (2018) indica como as Ligas Camponesas faziam parte das narrativas e das trajetórias dos agentes que atuaram à frente dos sindicatos de trabalhadores rurais da época. Ela menciona narrativas nas quais o pai de uma liderança havia atuado anteriormente nas Ligas Camponesas junto a Julião. A mesma narrativa indica que Julião havia ajudado a fundar o sindicato de Barreiro. A autora afirma que as falas indicam a convivência das Ligas e dos sindicatos e como as Ligas permaneceram como um traço remanescente da luta familiar, o qual influenciou a mobilização sindical. Outra narrativa indica que um agente que foi presidente de um sindicato havia acompanhado o trabalho de Julião nas Ligas anteriormente. Assim, as indicações da autora permitem entender como em certos casos houve a participação de militantes das Ligas nos sindicatos, assim como a influência que estas tiveram a partir da trajetória familiar dos militantes dos sindicatos. Evidentemente essa continuidade direta não ocorreu generalizadamente nos diversos sindicatos rurais fundados, mas indica como houve efeitos planejados e não planejados com relação a influência das Ligas sobre os sindicatos.

Julião (1963a), no **Bença Mãe!**, afirma:

A Liga é a mãe do Sindicato. Foi de suas entranhas que nasceu esse filho. Por isso, ela tem que cuidar dele, e ele, dela, como a mãe cuida do filho e o filho cuida da mãe. Têm que andar juntos. Sofrer juntos. Vencer juntos. A mãe que abandona o filho é desnaturada. E o filho que deixa a mãe é ingrato. Por isso, a Liga quer estar sempre perto do Sindicato. Para ensinar a ver o bom caminho. Para aconselhar quando ele estiver errado. Para tirá-lo do mau guia que bota na perdição. E o Sindicato, para mostrar que é bom filho, tem que lhe estender a mão todo santo dia, e dizer para ela: “Bença Mãe!” E escutá-la com atenção. Sim. Porque assim como a mãe quer ver o filho forte e sadio, a Liga quer ver o Sindicato forte e sadio (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 128)

O autor indica, com esta frase, que a Liga antecede ao sindicato e deve ter um poder de orientação sobre este. Por isso a associação a figura de uma mãe. As Ligas Camponesas, para ele, eram mais politizadas e com mais condição de mobilização do que os sindicatos, por isso, a função de orientar o movimento caberia a estas.

Julião afirma: “Para que esse filho nascesse, a Liga sofreu muito. O parto foi doloroso. Ela teve que caminhar sozinha, partindo da Galileia para o Brasil. Mudando de nome. Perseguida. Faminta. Esfarrapada.” (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 128). Ele então menciona como as Ligas conseguiram congregar diversos grupos sociais e aprovar a pauta da reforma agrária “na lei ou na marra” no Congresso de Belo Horizonte. A metáfora da Liga como mãe do sindicato adquire o sentido de atribuir a primeira a função de quem gerou o movimento sindical, pois se narra que quem sofreu o parto e tirou de suas entranhas o filho do sindicato foram as Ligas. Essa correlação indica como Julião pretendia dar as ligas o papel de líder no movimento camponês, atribuindo as Ligas os méritos de terem sido as que pressionaram o Estado, por diversos meios, para permitir a sindicalização:

5 – Foi, então, que a sindicalização saiu do papel, da lei morta, para ser uma coisa viva, controlada pelo Ministério do Trabalho, debaixo da asa da Igreja. O Ministro do Trabalho bate nos peitos e berra: “Eu sou o pai do Sindicato”. E diz para a Igreja: “E a senhora é a mãe!”. Mas é só na vontade. O Ministério pode ser o padrasto. E a Igreja, a madrinha. O pai verdadeiro é o Povo. Este sim, tem a consciência segura de que gerou tal filho. E a mãe, como já foi dito, é a Liga. Sem a união do Povo e da Liga não teria, jamais, nascido o Sindicato Rural. E se nascesse de outro pai ou de outra mão, seria um aleijão, um aborto, um monstro que não se criaria (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 129)

Ao indicar o povo como pai do sindicato e a Liga como mãe, Julião associa que a herança do povo, de suas lutas e reivindicações, pôde nascer através da fertilidade da

Liga Camponesa. Assis a última ocupa o papel de gestora do movimento sindical rural na percepção de Julião. Se a metáfora fosse outra, seria como se o povo fosse a semente e a Liga Camponesa o solo fértil que permitiu a árvore do sindicalismo nascer. O sentido político das falas de Julião vai no sentido de dar primazia as Ligas no movimento camponês que se transformava com a sindicalização e, no qual, as Ligas perdiam força. Mas cabe questionar um ponto sobre essa análise de Julião: existe uma grande diferença entre ser a mãe e ser a parteira que permite um bebê vir ao mundo, afinal a mãe tem traços biológicos que permanecem na cria durante sua trajetória de vida. Também existe diferença entre ser o solo e ser quem ajuda a árvore a crescer, afinal o solo nutre a semente de modo a determinar o desenvolvimento desta. A questão está que a metáfora de Julião acaba por atribuir uma determinação quase que eterna de uma organização sobre a outra. Cabe observar que, para além da influência das pressões realizadas pelas Ligas para com o Estado, o desenvolvimento dos sindicatos teve também determinantes específicos na década de 1960, assim como estas não foram as únicas organizações a pressionarem pelo sindicalismo. Sendo que a década de 1950 e a de 1960 foi permeada por muitos tensionamentos em prol dessa, tendo diversos grupos ligados ao PCB envolvidos neste processo por diversas regiões do território nacional.

Uma outra interpretação a respeito dessa metáfora está ligada ao fato de Julião entender a luta pela terra como tendo centralidade sobre as lutas trabalhistas no que tange as possibilidades de mudança da estrutura social:

A Liga, que não depende do Ministério do Trabalho, vai na frente abrindo o caminho, fazendo a picada, e gritando para o SINDICATO, para o latifúndio, para o governo, para todo o mundo. “O salário é bom, mas não resolve. O décimo terceiro mês, também não. Tudo serve, mas não basta. É migalha. O que resolve é a terra. Isso sim! Enquanto houver camponês sem terra neste País, haverá LIGA. Porque terra é pão. E pão é paz. Para ter pão é preciso ter terra. E para ter terra, é preciso fazer a reforma agrária radical. Vejam bem: A RADICAL! Não é qualquer reforma. Nem a de Jango. Nem a de Juscelino. Nem a de Lacerda. Somente a RADICAL. E esta Reforma, a única que serve ao camponês, não sai na lei. Só sai na marra. Somente a reforma agrária radical arrasta as outras atrás de si, como a locomotiva arrasta os vagões (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 130)

Julião (1963a) claramente ressalta a centralidade da luta pela terra para a mudança da estrutura fundiária brasileira. Ele faz analogias a respeito da comparação entre a luta pelo salário e a pela terra: ele indica que o salário é como o torrão de açúcar

e a terra o canavial; o salário é o ponto de partida e a terra, o de chegada; o salário é a esperança e a terra é a liberdade. Assim existe tanto um jogo de proporções quanto uma indicação de centralidade que se volta para a luta pela terra.

Assim, ao atribuir à Liga a figura de mãe, o autor também estava simbolizando como as organizações destinadas as lutas trabalhistas deveriam se direcionar para além destas, abrangendo também a luta pela terra. Seria como se os sindicatos estivessem destinados a, em algum momento, retornar a esse lugar de origem – que a figura da mãe, colocada pelo autor, ou a do solo, colocada por nós, representa – que era o da luta pela terra: a Liga Camponesa.

A análise da trajetória das Ligas, assim como pesquisas, como a de Medeiros (1989), de Welch (2010) e Heller da Silva (2006), permitem observar como diversas mobilizações de luta pela terra ocorreram antes da sindicalização, o que permite levantar a hipótese de que se há uma mãe, ou um solo para a semente<sup>119</sup> do sindicalismo e dos movimentos sociais no campo em geral, este papel caberia a luta pela terra. Entretanto, esta hipótese necessita de uma pesquisa de longa duração para ser testada e não é nosso objetivo fazê-la neste momento, sendo que o que cabe apontar aqui é que, o entendimento de Julião das Ligas como as gestoras dos sindicatos é exagerado, visto que não se pode atribuir este processo a uma única organização, visto que muitas outras participaram deste. Assim cabe entender a Liga mais como uma das parteiras do sindicato do que como sua mãe.

No sentido da estratégia adotada pelas Ligas, cabe observar que a defesa da utilização das duas formas – a do sindicato e a da associação – marcou as falas de Julião neste período. Como se percebe na fala:

9 – Repetimos para que todo camponês grave bem na lembrança: quem for da Liga, entre para o Sindicato, e quem entrar no Sindicato, fique na Liga. É mais seguro andar com duas armas do que com uma só. A Liga é a foice. O SINDICATO é o bacamarte. O latifúndio é a onça que tem sede de sangue. Desde que o Brasil é Brasil, que ele devora camponês. E nunca mata a fome. Está ainda fornida, mas já acuada. Vamos acabar com ela. A Liga de um lado. O Sindicato do outro. Se o bacamarte negar fogo é só pegar na foice. E a luta continua! (JULIÃO, 1963a apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 130).

---

<sup>119</sup> A metáfora da semente e do solo teve inspiração na obra de Welch (2010), que menciona como o sindicalismo rural paulista emergiu como uma árvore e foi cortado a machadadas pela ditadura. Essa metáfora traz a interessante contribuição de pensar como mesmo após decepadas as árvores, estas nutrem o solo e suas sementes podem renascer, refletindo o potencial das mobilizações no campo se reorganizarem após fortes momentos de repressão.

Julião (1963a) indica que o sindicato e a Liga devem seguir cada um seu caminho, mas em direção ao mesmo destino. Assim percebe-se como a estratégia estava em manter as duas formas de organização – que são associadas às duas armas: o bacamarte e a foice – agindo, sendo que a centralidade estava na forma das Ligas e em suas demandas por reforma agrária, o que também fica nítido na metáfora, visto que é o bacamarte que pode ocasionalmente negar seu fogo e não a foice. O que remete a concepção desta liderança sobre o papel revolucionário que as Ligas ocupavam neste contexto.

## **2.7 NA LEI OU NA MARRA, COM FLORES OU COM SANGUE: A FORMAÇÃO DE UM SETOR ARMADO E AS AMBIGUIDADES DA FORMA NEGOCIAÇÃO E DA POSSIBILIDADE DO USO DA VIOLÊNCIA**

A formação de dispositivos militares para a realização de guerrilhas foi uma das estratégias utilizadas pelas Ligas Camponesas na década de 1960. Clodomir Morais (1965) afirma que a invasão de tropas americanas em Cuba mudou a trajetória das Ligas. Estas planejavam formar organizações de massas rurais para preparar as bases da aliança operário-camponesa por durante 5-10 anos, mas a ameaça dos EUA a Cuba significava uma ameaça dos países aliados e perigo de derrubada de Jânio Quadros. Para o autor outra motivação para a formação das estratégias de guerrilha deve-se a percepção de que houve de 1954 a 1964 seis tentativas de golpe de Estado, o que indicava que este era iminente. Esse fator, junto a distribuição de armas para latifundiários feita por Ademar de Barros, governador de São Paulo, fomentou a busca dessa estratégia para oferecer proteção aos camponeses durante ditadura e contra-atacar esta. Assim, segundo ele, as lideranças das Ligas abandonaram a organização das massas rurais para se concentrar em focos de guerrilha. Afirmação que, entretanto, é exagerada, visto que existiam diversas outras estratégias veiculadas pelas Ligas, o que indica que a guerrilha era apenas mais uma destas e, como se observará, jamais se tornou a estratégia central do movimento.

Clodomir Morais (1965) indica que houveram inimigos das Ligas e das guerrilhas, principalmente o PCB e as Forças Armadas do Estado. Afirmação que demonstra como o contexto da década de 1960 era de grande polarização entre as forças políticas, visto que o autor coloca em uma mesma categoria o PCB e o exército, como se ambos tivessem uma confluência contra as Ligas, uma visão extremamente

exagerada, visto o fato de que o PCB era fortemente reprimido pelo Estado neste período. Como se observará, a convicção de Clodomir Morais na luta armada fez com que todos os grupos que se opusessem a esta fossem vistos por ele como inimigos.

O autor indica que havia grupos esquerdistas que passaram a disputar a condução da luta armada. Clodomir Morais (1965) também menciona a existência de impeditivos que dificultaram a mobilização de um grupo sem experiência e ainda não consolidado. O que é um indicativo de como para ele a luta armada era a opção central para aquele momento, visto que ele considera o fracasso desse empreendimento como ligado mais a fatores organizacionais do que a sociais. O autor indica que, em 1961 as Ligas continuavam a ser uma organização bicéfala, uma parte era dos comunistas divergentes, que agora organizavam um esquema guerrilheiro, e a outra cabeça era Julião, que segundo o autor, era influenciado por vários grupos esquerdistas com propostas eleitorais, sendo que ele menciona que Julião teria sido convidado para concorrer a cargos ligados ao governador e até para ser vice-presidente junto a Jango nas próximas eleições. Clodomir Morais afirma que os grupos esquerdistas só tinham interesse de recrutar militantes das Ligas e se infiltrar no setor armado para impedir o crescimento das Ligas e fomentar o crescimento dos grupos esquerdistas<sup>120</sup>. O autor indica que a aproximação de Julião com estes grupos motivou que se deixasse este de fora da organização do setor armado, sendo que ele afirma que Julião só sabia da mobilização de massas, desconhecendo completamente o que ocorria nos dispositivos militares.<sup>121</sup> A organização dos dispositivos militares revela como havia grande preocupação com as possibilidades de dissensões internas. Clodomir Morais afirma que o setor armado funcionava com departamentos e subsectores estanques e hermeticamente fechados, em que cada um só sabia da sua atividade.

A afirmação de Clodomir Morais sobre Julião ser isolado das ações do setor armado e até mesmo desconhecê-las, são em parte reafirmadas por outras fontes, entretanto, não se pode dizer que ele realmente não tinha nenhum envolvimento com

---

<sup>120</sup> A polarização exagerada atribuída por Clodomir Morais é evidenciada pelo fato de que qualquer grupo que se opusesse a luta armada era visto como esquerdista, termo pejorativo pelo qual ele tenta deslegitimar a coerência de outros movimentos e partidos. Dessa maneira a visão extrema dessa liderança fazia com que o uso de outras estratégias, que não a armada, significassem, na percepção dele, o enfraquecimento da estratégia armada e, portanto, das próprias Ligas e das possibilidades de mudança da estrutura social.

<sup>121</sup> Clodomir Morais (1965) chega a afirmar que Julião chegou a fazer propaganda da luta armada nas cidades. Mas, a indicação do autor de que essa liderança foi afastada dos dispositivos militares parece contrariar o indicativo dele mesmo.

estas. Alves (2015) indica o caso em que Carlos Araújo, um militante das Ligas, leva Julião ao Rio Grande do Sul para observar as condições de criar Ligas Camponesas e dispositivos militares por lá. Fora isso, o autor deixa claro que Alexina Crespo, esposa de Julião, participava da organização armada das Ligas. Sendo que menciona um caso em que esta e outro militante se deslocam de Pernambuco para ir ao encontro de Clodomir Moraes para um treinamento, sendo toda essa mobilização feita sem o conhecimento de Julião.

As indicações deixam evidente que Julião de fato não estava organizando diretamente os dispositivos armados e não era tão informado sobre estes, mas que sabia de sua existência e que tinha algum conhecimento da proporção que estes tinham nacionalmente. O que ajuda a reforçar a interpretação de que para ele a organização armada era mais uma possibilidade, mas nunca foi central, o que parece se refletir na ação de outras lideranças e repercutir sobre a mobilização das Ligas em geral. Julião não discordava da existência do setor armado, ele o tolerava, mas não o defendia com tanto afinco.

A mobilização do setor armado sofreu diversas dificuldades para se efetivar, tendo conseguido pouca articulação. Clodomir Moraes (1965) afirma que a guerrilha não aconteceu e só houve confronto no caso dos paraquedistas do exército em novembro de 1962. O autor indica que a relação amistosa entre Cuba e o Brasil evitou que o primeiro país apoiasse de fato a guerrilha no Brasil, pois os dirigentes desse país teriam apoiado a aproximação das Ligas com Jânio Quadros e Jango.

Diferente do que Clodomir Moraes indicava, as limitações dos dispositivos militares não se restringiam às suas formas organizativas. Alves (2015) aponta que os dispositivos apontados por essa liderança das Ligas eram muitas vezes mais potenciais do que efetivos. Ele afirma que outras lideranças das Ligas, principalmente do Sul e Sudeste tiveram grande descontentamento com Clodomir Moraes, afirmando que este tinha exageros fantasiosos sobre as possibilidades de uma revolução armada. Essas lideranças chegam a pedir o afastamento de Clodomir Moraes para Julião, que se recusa a fazê-lo, de modo a gerar o afastamento da organização das Ligas pelos demandantes<sup>122</sup>. Uma das narrativas que dão base a Alves é a de Theotônio dos Santos,

---

<sup>122</sup> Um dos interlocutores mencionados por Alves (2015) é Pedro Porfírio, que afirma que vários militantes, no fim de 1962, saíram das Ligas e foram ao PCdoB. Ele indica que os quadros dos dispositivos militares não mais davam crédito as autoridades deste e que havia acusações serias sobre desvio de dinheiro: se acusava Julião de usar dinheiro vindo de Cuba para sua campanha ao invés de

que na época militava no POLOP (Política Operária) – um movimento urbano de Minas Gerais -, sendo que ele afirma que em 1962 diversas lideranças estavam descontentes com Clodomir Moraes, mas que Julião tinha muito apressado por ele, sendo que eles tinham um vínculo político anterior as Ligas e Theotônio dos Santos indica que Fidel Castro teria chegado a dizer para Julião que Clodomir Moraes era o seu Che Guevara.

Theotônio dos Santos também menciona que Julião tentou criar o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)<sup>123</sup> posteriormente ao Congresso de Belo Horizonte, em 1962, sendo que este seria o embrião de um partido político vinculado as Ligas<sup>124</sup>. Ele menciona que em uma das primeiras do MRT os quadros militares já eram questionados pelos próprios integrantes devido à falta de recursos (ALVES, 2015).

O MRT, por ser uma organização paralela as Ligas e estar ligado as possibilidades de mobilização eleitoral de Julião, indicava como havia uma grande ambiguidade nos direcionamentos de Julião, que apoiava a contínua expansão de Ligas Camponesas, a utilização da via eleitoral e tolerava os dispositivos militares. A mobilização de Ligas, com o fito de ampliar vias de conquistas através da negociação, e a via eleitoral não necessariamente se contradiziam, mas estas e o fomento de dispositivos militares sim, visto que apostavam em desdobramentos políticos completamente diversos.

**Teses para um debate** (JULIÃO, 1963b) é um texto que pretende expor as propostas do MRT. Chama a atenção como o tom que Julião toma é de extrema polarização, visto que ele indica que existem apenas duas forças no país: as reacionárias e as revolucionárias. Assim todas as forças do centro e da direita são entendidas como grupos preocupados em manter seus interesses defendendo conciliação com monopólios

---

dedicá-lo aos dispositivos militares. Alves volta a indicação de Clodomir Moraes, de que o único dinheiro de Cuba fora direcionado de uma associação de camponeses para a eleição de Julião, mas o autor também menciona Rollemberg (2001) que afirma que houve maior financiamento de Cuba.

<sup>123</sup> O POLOP não apoia o MRT pois o primeiro tinha posicionamento contrário a luta armada. Alves (2015) ressalta como a busca de apoio do POLOP por Julião, em pleno período de expansão dos dispositivos militares, indica como o apoio desta liderança ao setor armado não era uníssono, como era o de Clodomir, e que Julião, motivado pelo convite de Jango, para compor uma chapa à presidência, estava interessado em ampliar seu campo político para as eleições.

<sup>124</sup> Azevedo (1982) indica que a última fase das Ligas Camponesas se direcionava para a formação de um partido político agrário, entretanto, é exagerado reduzir a mobilização das Ligas a via eleitoral, haja visto as diversas narrativas que deixam claro que estas mobilizaram diversas vias de organização nos anos de 1962 até 1964.

estadunidenses. O autor indica que a mais central de todas as reivindicações revolucionárias é a da reforma agrária radical<sup>125</sup>.

A polarização extrema apresentada no discurso de Julião deixa claro que, de maneira relativamente semelhante a Clodomir Morais, ele apontava a existência de duas vias ignorando outras possibilidades sociais. Entretanto, uma distinção é importante, Julião, por mais que tenha fortalecido bastante a opção da via eleitoral, que acaba também não se confirmando<sup>126</sup>, mobilizava outras vias em conjunto a esta, como a de mobilização de Ligas Camponesas, que permitia a elaboração de reivindicações e realização de negociações, assim como dava certo apoio a realização dos dispositivos militares. Já Clodomir Morais, via que todas as vias, que não a do setor militar, eram uma potencial mobilização inimiga.

A polarização entre Clodomir Morais e Julião não foi a única deste período<sup>127</sup>, sendo que Assis Lemos de Souza (1996) também indica que a sua divergência para com Julião estava ligada a opção do último pela guerrilha. Ele destaca que Julião passou a tentar cooptar certas lideranças na Paraíba para seu lado<sup>128</sup>. Assim, as diversas confluências entre estas duas lideranças sofrem um tensionamento com a opção de Julião em apoiar as guerrilhas, mesmo que de modo ambíguo. A posição de Assis Lemos de Souza é reveladora de como havia dentro do PCB uma gama de agentes com posicionamentos diversos, sendo que ele se mantém dentro da estrutura das Ligas e da do PCB mesmo no momento de maior polarização entre os dois grupos. O que pode indicar que houve por parte do PCB uma certa tolerância a vinculação de Assis Lemos

---

<sup>125</sup> Ele repete as reivindicações já contidas na Declaração de Belo Horizonte acrescidas em dois pontos: "(r) ampliação da rede estadual de armazéns e silos e criação de supermercados nas cidades;"(JULIÃO, 1963b apud Bastos, 1984, p. 125); e "(s) criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), com a finalidade de planejar e dirigir a produção agrícola do país, assim como a assistência técnica, habitacional e sanitária, além de ensino e alfabetização;"(JULIÃO, 1963b apud Bastos, 1984, p. 125). Também são colocadas outras bandeiras ligadas a outras temáticas, como a urbana.

<sup>126</sup> Clodomir Morais (1965) afirma que o MRT foi um grupo de esquerdistas que visava unificar nacionalistas e reformistas agrários em volta das Ligas, ele indica que o manifesto foi um fracasso exceto pelo fato de ter formado um pequeno grupo de intelectuais e estudantes esquerdistas em sua direção que visava controlar as Ligas e seus setores, inclusive o armado. Assim fica nítido que a tentativa de Julião mobilizar paralelamente as Ligas uma via eleitoral era sentida por Clodomir como uma traição, e principalmente uma traição ao setor armado.

<sup>127</sup> Andrade (1986b) também indica a dissensão com o padre Alípio Freitas no Maranhão, assim como dissensões a nível da base das Ligas, como a com Júlio Santana do sindicato de Barreiros e um grupo de estudantes trotskistas que mobilizaram camponeses em Itambé.

<sup>128</sup> Assis Lemos de Souza (1996) menciona o nome de lideranças que se aproximaram mais de Julião: Joaquim Ferreira Filho, Antônio Dantas, Adauto Freire, João Francisco, José Pessoa de Carvalho. Mesmo não mencionando neste momento, o autor já havia indicado que Elizabeth Teixeira, e antes desta, João Pedro Teixeira eram ligados à Julião, por mais que João Pedro Teixeira tenha começado a se envolver nas questões do campo por contato com militantes do PCB.

de Souza dentro das Ligas, reivindicando questões ligadas a posse da terra – o que contrariava, em certos pontos, os indicativos do PCB - devido a força que estas tinham. De modo semelhante a mobilização de diversas Ligas pode ter favorecido a tolerância das lideranças das Ligas quanto a permanência de Assis Lemos de Souza dentro dos quadros das Ligas na Paraíba.

Alves (2015) indica como a desarticulação dos dispositivos militares é mencionada de modo distinto pelos diferentes agentes que compunham as Ligas. Julião indica que estes teriam sido desmobilizados antes das eleições de 1962, enquanto mediante as falas de um outro militante, Aduino Freire, fica nítido como Clodomir Morais era a figura central dos dispositivos militares e como estes existiram do fim de 1961 até o fim de 1962, sendo que não fica nítido até que ponto Julião foi quem os desmobilizou ou se estes se desmobilizaram por falta de recursos, credibilidade e devido a repressão, sendo que é possível que estes fatores e certa falta de apoio de Julião tenham colaborado para a desmobilização do setor armado.

Clodomir Morais (1965) indica a falta de unidade dos dirigentes das Ligas, a falta de um programa para o setor armado e de preparo dos que estavam dirigindo os locais de treinamento foram os fatores que desmobilizaram os dispositivos militares. Os guerrilheiros teriam ficado esperando ordens que não chegaram, o que desmoralizou a iniciativa. Ele critica como Julião vai para uma via eleitoral e não se submetia ao controle da Organização Política. Ele indica que os estudantes ligados ao MRT se inserem nos dispositivos militares e acabam com estes<sup>129</sup>. Entretanto, o próprio autor se contradiz, visto que ele afirma que esses estudantes, após serem expulsos dos dispositivos militares, procuram Julião para reclamar, sendo que segundo o próprio Clodomir Morais foi neste momento que Julião tomou conhecimento daqueles dispositivos militares em que esses jovens estavam inseridos. Assim, fica nítido que não houve uma tentativa de Julião usar destes grupos para controlar os setores armados, mas que esses jovens foram se inserindo na organização das Ligas e sendo direcionados ao setor armado.

---

<sup>129</sup> Clodomir Morais (1965) afirma que os estudantes elevaram as despesas desses campos, por exigirem certos tipos de comida e também por exigirem ir a prostíbulos semanalmente, sendo que tal ato era justificado por eles pela afirmação de que a direção política, armada e de massas das Ligas tinham vida de príncipes, cercados de amantes. Assis Lemos de Souza (1996) também indica este mesmo acontecimento, mas, diferente de Clodomir Morais – que afirmava que a base desses dispositivos era de proletários e camponeses - afirma que os dispositivos militares sempre foram compostos por mais pessoas do âmbito urbano, principalmente estudantes, do que camponeses. Os relatos usados por Alves (2015) também dão a entender que havia mais origem urbana do que rural nos dispositivos militares.

Após estes acontecimentos, Clodomir Morais (1965), indica que boa parte do esforço guerrilheiro se dissolve. Ele também indica que, com o fracasso eleitoral de Julião – que é reeleito mas não por votos próprios -, o setor armado obriga este a dissolver o MRT e a expulsar seus membros<sup>130</sup>. Clodomir Morais também indica que as lutas internas se intensificaram e que, devido a delações, algumas pessoas foram presas<sup>131</sup>, o que levou o setor armado a dissolver os campos guerrilheiros. Assim, fica mais nítido como os diversos conflitos, a falta de recursos e apoio de outras lideranças, fora a repressão, foram determinantes para que os dispositivos militares se desmobilizassem.

Clodomir Morais (1965) indica que esse foi o momento em que as Ligas estavam nacionalmente liquidadas, sobrando a estratégia de reorganizar os militantes no Nordeste, sendo que isso começa em Pernambuco em 1963, onde o número de ligas havia se reduzido a poucas organizações com menos de 10 mil filiados. Ocorre uma tentativa de retomar movimento armado no fim de 1963 com alguns camponeses espalhados - apelidados de pés de cobra, nome baseado na ideia de algo que não se vê nem se conhece-. Se planejava reestruturar a organização militar e realizar uma formação de seis meses para uma organização política, visando estender Ligas em outros estados, também se almejava realizar o primeiro congresso nacional das Ligas em junho de 1964, mas o golpe interrompe os planos. Assim, é perceptível que as ligas continuavam com um projeto armado e um projeto de mobilização de massas, o que contraria a perspectiva de que as Ligas estavam se tornando um partido agrário, ou que se direcionavam para apenas uma dessas vias.

Fica evidente que havia uma ambiguidade nos direcionamentos da Ligas, o que é melhor expresso nos posicionamentos de Julião (1960), que na **Cartilha do Camponês** indica que conforme as Ligas iam aumentando de tamanho permitiam que o ódio do camponês, que se revertia em sede de sangue, se transforme em fome de terra. Ele indica sobre as possibilidades revolucionárias da época: “O melhor é que venha sem

---

<sup>130</sup> Neste momento, em outubro de 1962, ocorre uma tomada armada do jornal A Liga por um grupo guerrilheiro. O jornal era até então dirigido por um grupo de intelectuais. Alves (2015) menciona como neste ano ocorre a saída de diversos intelectuais, como Ferreira Gullar, da mobilização deste jornal, mas que os motivos não foram claros, deixando aberto a possibilidade de uma dissensão por parte destes intelectuais. Mas o relato de Clodomir Morais parece indicar mais uma tomada por certo grupo. O curioso é que o jornal tem sua primeira edição em outubro de 1962, o que não deixa claro se houve ou não circulação de exemplares antes desta data.

<sup>131</sup> Clodomir Morais (1965) indica que as delações e prisões no final de 1962 foram evitadas por uma purga dentro das Ligas Camponesas, evitando que todos os dispositivos de guerrilha fossem delatados.

sangue. Com o sino das igrejas badalando de alegria. Com uma chuva de flores maior do que aquela que o povo jogou sobre os deputados quando aprovaram a lei acabando com a escravidão negra no Brasil.” (JULIÃO, 1960 apud JOSÉ DA SILVA, 2015, p. 121).

Assim, a radicalidade das Ligas Camponesas, expressa na bandeira “na lei ou na marra”, indica a possibilidade de utilizar a via da justiça ou da pressão social, mas a última pode ser com flores ou com sangue, ou seja, ser conseguida por acordo ou por violência. Sendo que a preferência de Julião pelo caminho das pétalas é expressa em suas práticas na liderança do movimento, visto o seu apoio ambíguo aos dispositivos militares e sua maior aposta em recursos eleitorais e de mobilização, como a fundação constante de Ligas Camponesas para abrir vias de negociação. Assim, percebe-se que as múltiplas ambiguidades expressavam ambivalências não só de Julião, mas das possibilidades a que as Ligas recorriam e que a elas estavam dispostas. Afinal, negociação ou violência não são possibilidades colocadas aleatoriamente pela organização das Ligas, mas que se colocavam como um imperativo no campo brasileiro, refletindo a relação entre camponeses e grandes proprietários, na qual a negociação era uma via possível, mas a violência sempre se apresentava como um pano de fundo, como uma possibilidade que poderia vir à tona a qualquer momento.

## **2.8 A REPRESSÃO CONTRA AS LIGAS CAMPONESAS**

Porfírio (2016) indica que a repressão no campo era constituída tanto de ações de impacto e ostensivas (como os assassinatos e punições), como por formas mais sutis e cotidianas. A dupla existência desse uso da violência física (que não exclui o constante uso da violência simbólica) antecede ao período das décadas de 1950 e 1960, mas se intensifica neste contexto, no qual a expulsão de moradores se colocava como estratégia para os grandes proprietários.

A expulsão de moradores não foi a única estratégia utilizada, visto que o sistema de moradia na economia canavieira, por mais que tenha entrado em crise, não acabou neste contexto histórico. A não expulsão dos moradores que estavam em terras mais distantes no engenho ou na usina, estava diretamente relacionada ao aumento da dependência destes moradores, que era realizado por diversos meios, sendo o principal deles o aumento do foro. Esta prática constituía uma forma de aumentar a renda do grande proprietário, sendo que era associada a outras, como o aumento do cambão, que

impunha à unidade familiar a situação de trabalharem muito mais na grande lavoura que em seus sítios, de forma a aumentar a exploração do trabalho e aumentar o ganho do grande proprietário. Como é possível perceber, as diversas práticas usadas por este visavam aumentar seus ganhos em cima da terra, seja aumentando o ganho em cima da renda da terra, seja através do lucro do capital investido nesta.

Montenegro (2004) afirma que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo aumento da violência estatal e da privada contra os camponeses e trabalhadores rurais. Porfírio (2016) afirma que o discurso público das classes dominantes, mesmo antes da mobilização das Ligas, se dirigia contra qualquer forma de insubordinação, como a desobediência individual. Mas, no período de atuação do movimento o que ocorre é a intensificação da violência associada a concentração desta contra as organizações de trabalhadores rurais, o que não diminuiu a violência difusa e cotidiana. Sendo que as classes dominantes, internas e externas, construíram um discurso, apoiado pelos jornais, que colocava qualquer organização de trabalhadores como subversiva e perigosa, associando essas mobilizações com um suposto processo de “cubanização” do Brasil.

O discurso da imprensa, do exército, assim como dos latifundiários, tendia a colocar o movimento camponês e os trabalhadores rurais como manipulados de fora, principalmente por comunistas e por Cuba. O que Dabat (2015), apoiada em Pereira (1991), indica como uma forma de contar a história a partir dos vencedores. Rangel (2000) afirma que na esfera estatal, o problema da reforma agrária era colocado como tendo urgência e o campesinato como uma massa amorfa e despolitizada que representava um problema e um perigo. Este medo do campesinato pode ser entendido pelo fato de que a exclusão desta posição social do nível estatal, fazia com que tanto setores de direita quanto os de esquerda entendessem a ascensão deste grupo como uma mudança das relações de poder. Evidente que, os grupos de direita, entre os quais os grandes proprietários tinham muito poder, eram os menos interessados na mudança da estrutura social, principalmente a ligada ao campo.

O aumento da violência também ocorre conjuntamente a maior organização entre os grandes proprietários e entre estes e as forças armadas. Porfírio (2016) indica como certos militares realizavam o envio de armas para os grandes proprietários, assim como houve uso das forças armadas como uma força privada dos latifundiários em diversos momentos. Montenegro (2004) indica que uma das organizações destes agentes, que tinha forte poder político e que até então havia contribuído para barrar a sindicalização rural, era a Confederação Rural Brasileira (CRB). Sendo que essa

organização passa por uma mudança de discurso durante a sindicalização, defendendo a ideia de que os sindicatos de trabalhadores e empregados deveriam disciplinar as relações de trabalho rural e estimular maior harmonia social e produtividade econômica. Se o discurso parecia dar brechas a sindicalização rural, o que imperava era a tentativa de controlar essa mobilização, o que se expressa em como organizações como esta contribuíram para aparelhar os sindicatos com representantes dos latifundiários após o golpe militar.

O discurso oficial da CRC, favorável a sindicalização, também indica como os grandes proprietários reagiam de modo distinto com relação as pautas colocadas pelos camponeses e trabalhadores rurais de acordo com a ameaça que sentiam nestas. Assim, Priori (2005) indica que as classes dominantes da época não se sentiram tão ameaçadas, de imediato, pelo ETR, visto que a pauta que sentiam de fato como ameaçadora era a da reforma agrária.

Na Paraíba, Assis Lemos de Souza (1996), indica que em 1962, ocorre a formação de uma organização de grandes proprietários, a Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba, apelidada pela imprensa de Liga dos Latifundiários (LILA). Se tratava de um pequeno grupo de grandes proprietários, sendo os de mais destaque Joacil Pereira, Aguinaldo Veloso Borges, Fernando Meireles, César Cartaxo e Eitel Santiago. Essa organização em seu primeiro manifesto se dizia a favor da Reforma Agrária e que buscava soluções justas aos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, dizia que havia no campo a organização de guerrilhas, enaltecia a ação do exército, e dizia que a grande classe dos latifundiários se reuniria para debater o problema. Assis Lemos de Souza indica que neste ano, Aguinaldo Veloso Borges disse: “Reforma Agrária, na Paraíba, vamos receber à bala” em reunião no Palácio, na presença do governador Pedro Gondim. O que deixa evidente que, o discurso oficial favorável a uma reforma agrária só indicava como a estrutura fundiária havia sido colocada como problema social a ser resolvido devido as diversas pressões dos camponeses e trabalhadores rurais, mas não indicava nenhum compromisso de fato destes latifundiários para com uma desconcentração de poder e riqueza. Assim, o que esta organização visava era controlar as possibilidades de mudança social em voga, impedindo a maior articulação dos camponeses e trabalhadores rurais.

Assis Lemos de Souza (1996) também menciona diversas agressões e conflitos nesse período, como os conflitos no Engenho Miriri em Sapé nos anos de 1961 e 1962, sendo que em um deles morre Alfredo Nascimento e o capanga que o assassina,

chamado de “Peito de Aço”<sup>132</sup>. O autor também indica conflitos entre capangas e camponeses na fazenda Maraú, e casos de violência mais individualizada como as realizadas com João Beleza e Domingos, e depois a Semerval e Oscar, no Engenho Corredor, os tiros disparados contra Pedro Fazendeiro, e o assassinato de João Pedro Teixeira em 1962. Julião (1962) também indica algumas práticas dos grandes proprietários que mostravam uma continuidade da violência do período anterior, só que intensificada, no contexto da mobilização, contra os participantes das Ligas. Ele menciona as práticas da derrubada de casebre, de arrancar fruteiras dos que se rebelavam, assim como violências corporais como arrastar o camponês com o jipe deixando-o em carne viva, a prática de amarrar este no caminhão e levá-lo até a cidade como se fosse gado, de marcar o camponês com ferro em brasa, no peito ou na nádega, de colocar o camponês melado de mel no formigueiro, de deixá-lo em cuba da água até a boca por dia e noite, ou de caçar o camponês como uma raposa, o matando a tiros. Ele também menciona mutilações em frente aos outros camponeses e o oferecimento das carnes aos cachorros, assim como a destruição da cruz que familiares colocam ao defunto. Julião afirma que os crimes são praticados como se o latifúndio não fosse a subversão da ordem, o capanga a negação da lei e o silêncio imposto pelo terror fosse a paz. Ele indica que a imprensa silencia sobre tudo isso, mas a Liga nasce como uma flor sobre a podridão.

Clodomir Morais (1965) indica que as Ligas Camponesas foi a organização que mais sofreu prisões e assassinatos no Nordeste, principalmente os militantes ligados a Organizações de Massas, sendo que a OP quase não sofreu prisões. Ele indica que com o golpe militar a OM foi quase totalmente dizimada<sup>133</sup>, mas a OP clandestina permaneceu, ajudando presos e perseguidos, e desenvolvendo atividades de infiltração nos sindicatos agrícolas, como quando participou das greves das fábricas de açúcar Barra e Murbbece e do Engenho Nova Escócia em Pernambuco. Assis fica evidente que a repressão contra a organização das bases das Ligas Camponesas foi rápida e intensa, sendo que a pesquisa de Regina Saraiva (2018) demonstra como a perseguição as Ligas Camponesas permaneceu mesmo nos anos que se seguiram ao golpe. Assim, os apontamentos destes autores dão a entender que a desarticulação das Ligas Camponesas

---

<sup>132</sup> O autor indica que, após o conflito, os moradores conseguiram se apossar do engenho e permanecer produzindo lá por regime de mutirão até o golpe militar (SOUZA, 1996).

<sup>133</sup> Clodomir Morais (1965) indica que, no dia do golpe, uma unidade de guerrilha de Vitória de Santo Antão fez a única revolta armada contra o golpe, tomando a cidade, mas, devido à falta de força, dissolve o movimento no dia seguinte.

nos engenhos já foi quase total no próprio ano do golpe, mesmo que a perseguição a militantes permaneça posteriormente e que algumas lideranças consigam continuar a fazer alguma articulação com alguns militantes.

Em agosto de 1965, a OP realiza no Rio de Janeiro uma conferência para balanço de atividades, lançando plano de atuação clandestina e organização de setores armados, sendo que nesse período também voltou a circular clandestinamente o jornal A Liga. Clodomir Moraes (1965) também indica que em janeiro de 1966, a OP participou da conferência tricontinental em Havana. Os indicativos do autor dão a entender muito mais que a OP permaneceu como uma pequena articulação de algumas lideranças e militantes, tendo um peso político muito menor do que o que as Ligas tiveram em seu período de mobilização.

Dabat (2015) também sinaliza uma rápida extinção das Ligas, o que pode ser entendido pelo forte contexto de repressão as mobilizações políticas durante o regime militar. As organizações que continuaram ativas no campo foram os sindicatos, mas que, como mostra Andrade (1986b), sofreram fortes intervenções do governo, que agia sobre suas diretorias retirando lideranças e colocando interventores, boa parte destes indicada pela ala direita da Igreja. O resultado foi que os sindicatos, em geral, se tornaram órgãos pouco reivindicativos e mais dedicados a assistência médica e odontológica. O autor indica que os camponeses, ao se sentirem ameaçados pelos grandes proprietários e pela polícia, e ao não terem confiança nos novos dirigentes, afastaram-se dos sindicatos, havendo forte quebra nos quadros. Mas ele indica que o contexto não foi de total desmobilização, sendo que o ETR continuou a ser aplicado, principalmente em área de economia mais moderna, e, a partir de 1967, começa a ocorrer um processo de reativação de sindicatos e retomada dos que estavam ativos, mas na mão de interventores, conjuntamente a uma renovação do movimento que atingia a CONTAG. Confirmando os indicativos de Dabat (2005), sobre a luta dos sindicatos deste período ocorrer “na surdina”, através de reivindicações legais, e a de Palmeira (1989) sobre haver uma rápida retomada das mobilizações sindicais, Andrade (1986b) aponta que a mobilização mais forte ocorreu nas regiões com categorias mais assalariadas, nas áreas da economia canavieira mais modernizada, tendo uma grande intensificação do confronto aberto em 1979, quando os sindicatos já estavam mais libertos das pressões governamentais e conseguem erguer bandeiras. Esse desdobramento histórico indica que a luta pela posse da terra foi fortemente reprimida,

mas que a mobilização de pautas trabalhistas através de sindicatos pode manter certa continuidade em determinados momentos.

## **CAPÍTULO 3**

### **3. CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES ENTRE RESISTÊNCIA COTIDIANA E A FORMA DE MOVIMENTO SOCIAL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA CAMPONESA**

Este capítulo elenca uma série de formas de resistência cotidiana, como as negociações e as conversas em espaços ocultos, e as relaciona com formas de mobilização das Ligas Camponesas, como as negociações coletivas e as reuniões. Esta comparação permitiu perceber como, no contexto em que a concessão de sítios pelos grandes proprietários estava sendo fechada, as narrativas dos participantes do movimento, a respeito dos grandes proprietários, apresentaram mudanças significativas. A mudança de uma resistência dissimulada para um enfrentamento aberto e coletivo contra os grandes proprietários também foi marcada pela construção de uma identidade política camponesa, a qual, como é esclarecido ao final do capítulo, era marcada pela ruptura da autoridade do grande proprietário na narrativa dos moradores.

#### **3.1 AS RUPTURAS DA AUTORIDADE DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS NO CONTEXTO DO FECHAMENTO AO ACESSO A TERRA: O “PATRÃO BOM” QUE SE TORNA AMBICIOSO**

As narrativas dos moradores das áreas canavieiras da Paraíba, sobre as décadas de 1950 e 1960, expressam a distinção entre um “tempo bom” e um “tempo ruim”, que remetem, respectivamente, ao período anterior à expansão da cana e ao momento em que esta ocorre gerando a expulsão de diversos moradores. O “tempo bom” remete ao período anterior ao fim da Segunda Guerra Mundial até os anos iniciais da década de 1950, em que a baixa dos preços da cana incentivou os grandes proprietários a disponibilizarem sítios a parte de seus moradores, os transformando em foreiros, mudança que é muito valorizada por estes, como se percebe em relato, concedido a Rangel (2000), por Antônio Joaquim, que era foreiro e participou das Ligas:

O trabalho ali no canto era tranquilo, era da forma que eu determinasse e por isso, era bom trabalhar ali, naquele canto. Era como se eu tivesse no meu. Era um benefício muito grande, esse de morar naquele canto.

Às vezes eu até esquecia que aquela terra não era minha, porque era como se fosse, entende? Ali num tinha vigia, num tinha condição, num tinha aperto. Eu cumpria o acordo, pagava o foro e, quando

precisava, trabalhava no engenho. Mas não era esse negócio de ser todo dia da semana, era alguns dias. Era assim, tudo no respeito daquele acordo que nós fazia quando entrava na propriedade para pedir morada. (Antônio Joaquim, Entrevista, Rangel, 2000, p. 231-232)

Esta narrativa evidencia como a posição de foreiro é valorizada em contraposição as outras posições sociais dentro do sistema de moradia. O fato de não ter de pagar muitos dias de trabalho na lavoura do grande proprietário e de não ser pressionado pelo vigia é colocado como positivo a partir do contraste com a posição do morador de condição, que tinha de constantemente sofrer essas formas de controle social realizadas pelos grandes proprietários. A possibilidade de controlar seu próprio trabalho e plantio em seu sítio também remetem a uma menor dependência para com o proprietário das terras<sup>134</sup>. Rangel (2000) afirma que esta fala deixa claro como a possibilidade de ter o sítio aparecia como um benefício que compensava e justificava as regras da moradia a que o foreiro se submetia, mas, simultaneamente, expressava um sentimento de posse sobre o sítio, que contrastava com as experiências vivenciadas pelos agentes em posições mais dependentes dentro da grande propriedade. Assim, pode-se afirmar que a experiência deste foreiro é marcada, ambigualmente, pela justificativa ideológica das regras da morada assim como por tensionamentos contrários a dependência para com o grande proprietário.

A narrativa de Nivaldo, outro morador foreiro que participou das Ligas e foi entrevistado por Rangel (2000), também afirma esse contraste entre a posição do foreiro e de outros agentes deste contexto:

Você vê assim e pode pensar que nós era rico. Mas eu lhe asseguro, rico nós num era não, só das graças de Deus. Mas eu me alembro bem que nós também num era desvalido. Desvalido era aquele miserave que trabaia na condição, das vez num roçadim pequeninim sem tempo pra trabaia nele. E mais miserave ainda, era os cabra de fora. – o que era os cabra de fora? – era os casaco que vivia aqui trabaiaando três a quatro mês na safra, e adispois voltava pras suas terras. Toda vida assim, pra cima e prá baixo, sem descanso. Agora, vou ser sincero com a senhora, de todos os mais desvalido mesmo, os desvalido de tudo, são os ponta de rua. Esses já num tinha mais nem esperança. Sem roçado, sem um chão de terra que fosse mode

---

<sup>134</sup> Garcia Junior (1989) aponta a distinção feita pelos moradores entre agricultores fortes e agricultores fracos: os primeiros conseguiam misturar agricultura e negócio (participando das vendas nas feiras e tendo melhor condição econômica), enquanto os segundos tinham de vender mais constantemente sua força de trabalho nas lavouras de cana. Essa distinção marca a valorização das posições que conseguiam ter mais autonomia sobre o trabalho familiar e sobre o plantio.

descançar o corpo, vivendo de um salário de fome e vendo tudo os fio tudo arribar pra São Paulo, pra ser lá, ninguém sabe o quê. (NIVALDO, Entrevista, RANGEL, 2000, p 283).

As posições sociais eram valorizadas positivamente conforme estas se aproximam da possibilidade de um trabalho familiar autônomo sobre a terra e negativamente quando distantes deste e próximas a relações assalariadas.

A experiência de um “tempo bom” é lembrada por Antônio Joaquim, a partir do contraste com um “tempo ruim” relacionado a expansão da cana:

Eu podia ter vivido daquele jeito até hoje e o que eu queria mesmo era ter morrido ali, que tomei gosto pelo lugar. Era bonito o sítio! Era meu canto, minha morada! Neste tempo que eu tô lhe falando era um tempo de baixa da cana e tinha muito foreiro por ali. As lavoura grande, as lavoura de rico, estava meio esgotada e nós prantava mais era milho, mandioca, feijão, batata, essas coisinha. Num tinha luxo não senhora, mas também num passava fome, mas aí a cana começou a tomar conta do mundo. (Antônio Joaquim, Entrevista, Rangel, 2000, p. 233)

Esta fala permite perceber o contraste entre as lavouras alimentares plantadas pelos foreiros e a cana plantada pelos grandes proprietários. Assim, na narrativa deste foreiro, há uma associação entre a figura do proprietário e a cana, que é considerada “lavoura de rico”, como se a expansão desta simbolizasse o aumento do poder do grande proprietário. O aumento da produção de cana é associado as relações dos moradores com os grandes proprietários, as quais regulavam o uso da terra e o trabalho, como se percebe um verso de canção feito por Nivaldo:

O tempo bom acabou-se  
Sei que num volta mais  
Diminuiu a agricultura  
E também os animais  
A miséria ficou na frente  
A bondade ficou para atrás (NIVALDO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 285)

A fala de Nivaldo associa a possibilidade de plantio e de criação de animais, que era mais acessível aos foreiros que a outros moradores, a um “tempo bom”, o qual fica em um passado no qual existia bondade. Esta bondade remete a figura dos grandes proprietários, que era ideologicamente construída como a de um bom provedor de ajuda, medicamentos, oferta de sítios entre outras obrigações, e fica como uma marca de um

passado não mais possível de se reproduzir. A ruptura com este passado, é marcada pela piora da condição de vida, que é colocada como o desdobramento das mudanças nas relações da morada, como se percebe no fato dele indicar que o que fica na frente, isto é, no futuro, é a miséria.

A vivência desta mudança nas relações com os patrões foi distinta para as posições sociais ali existentes. A fala de Damião, que era morador de condição e também foi entrevistado por Rangel (2000), expressa essa distinção:

Todo mundo trabalhava no roçado e era equilibrado, num sabe? Dava pra regular tudo direitinho e a condição era ruim, num dizer que era bom, mas nós cumpria, que acordo é acordo, trato é trato, e home num pode arregar de sua palavra, senão fica desmoralizado. Nós cumpria o acordo. Era a condição. Em troca tinha o roçadinho. Era justo. (DAMIÃO, Entrevista, RANGEL 2000, p. 307)

Rangel (2000) destaca como a fala de Damião, em contraste com as outras, não menciona uma distinção marcante de um “tempo bom” e de um “tempo ruim”, visto que sua situação como morador de condição já apresentava grande dependência para com o grande proprietário.

O fato de estar na posição de morador de condição, não significava que Damião não almejava ter um sítio, como os foreiros, o que se observa em sua fala: “Num era vida boa, igual à dos foreiros, o sitiante, mas dava pra ir aguentando e quem podia saber se um dia num tinha um sítio pra tomar de conta?” (DAMIÃO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 308). A diferença nas experiências não está ligada apenas as expectativas que estes agentes em posições sociais distintas tinham, visto que compartilhavam a esperança de terem um sítio para trabalhar, mas estavam atreladas a como vivenciavam concretamente as suas relações. A expansão da cana afetou a ambas as posições sociais, mas a piora das condições de vida dos foreiros foi relativamente maior visto que estes estavam em uma das posições mais valorizadas do sistema de moradia e muitos acabaram nas “pontas de rua”, posição menos valorizada, enquanto os moradores de condição, se ficaram muitas vezes em condição até pior que a dos foreiros expulsos – estes poderiam conseguir indenização pelas suas plantações e no momento da expulsão terem algum recurso financeiro, o que era muito menos provável para os moradores de condição -, já vivenciavam um contexto de maior dependência antes da mudança das relações para com os grandes proprietários. A percepção de que um “tempo bom” é sucedido por um “ruim” é, portanto, mais comum entre os foreiros devido as

experiências destes no período anterior refletiram parte da autonomia almejada por diversas posições sociais deste contexto.

As mudanças no sistema de moradia são percebidas por estes agentes a partir da mudança nas relações com os grandes proprietários. A piora das condições de vida é associada a mudança de um “patrão bom” para um administrador, ao arrendamento ou venda da propriedade para uma usina, o que era tendência na época. A narrativa de Severino, entrevistado por Rangel (2000), que era foreiro e que afirma que achava seu patrão bom, visto que nunca tinha tido desentendimento com ele, revela como a percepção sobre as relações da morada se alteram com a saída do patrão. Este foi para a cidade, segundo ele por causa do estudo dos filhos, e deixou um administrador, sendo que posteriormente ocorre o arrendamento das terras a usina:

Foi de quando em 50, 51, 52 o açúcar começou a subir, as usina trabaivava de dia e de noite, de longe a gente via aquela fumaceira toda hora e ficamo sabendo que só as terra da usina já num dava conta de plantar as cana que precisava, e o patrão arrendou as terras pra usina. No começo não mudou muito não, o administrador era o mesmo cabra e só aos pouquinhos, foi que mudou. Primeiro, foram diminuindo os sítio dos morador de condição pra plantar cana, e era aquilo, pra onde se olhava só via cana, lá nos terreno mais perto do engenho. O castelo que vivia quase vazio se encheu de trabaivador alugado e nós vendo aquilo tudo acontecer, assim de repente. E fomo ficando assim, prevenido. (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 273)

Severino associa a saída do patrão com o fim do “tempo bom”, com a ausência da figura de um proprietário que é provedor de terras para seus moradores. Assim a passagem deste para um administrador é marcante na narrativa deste. Este morador também associa o arrendamento para a usina com a retirada das terras para plantio dos moradores. As percepções destes agentes sobre as mudanças que ocorriam neste período dão centralidade para a relação que mantinham com o grande proprietário.

José Hermínio, que foi delegado da Federação das Ligas na Paraíba e visitava os engenhos como animador e fiscal das Ligas – função ligada a observar como estavam as relações entre grandes proprietários e seus moradores visando futuras ações das Ligas – foi entrevistado por Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) e também enviou um documento escrito relatando suas experiências e que foi concedido a esta em 2002. Neste ele menciona o caso do Engenho Miriri, um dos que teve mais forte atuação das Ligas Camponesas. Ele indica como a expulsão dos moradores começa na década de 1950 quando Pedro Ramos compra as terras de Ademar Lundgren após uma disputa familiar.

Este teria, na década anterior, permitido que os moradores tivessem sítios, os quais foram retirados por Pedro Ramos, que inicia a plantar cana nas terras que estes ocupavam, o que fez muitos foreiros serem expulsos ou virarem moradores de condição. Isto indica como a mudança de proprietários também podia assinalar esta mudança nas relações da morada, no caso a mudança foi de um grande proprietário a outro, sendo que a mudança significativa estava na exploração da propriedade que passava a interessar para estes neste período.

A fala de Inácio, que foi morador de condição e também concedeu entrevista a Rangel (2000) expressa a vivência de uma forte piora das condições de vida no momento em que o administrador substitui o proprietário: “Aí pronto, desmantelou tudinho. Se a condição antes era difícil agora pronto, era impossível! ” (INÁCIO, Entrevista, RANGEL, 2000, p.324). Com relação a posição dos foreiros é comum nos relatos concedidos a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) a menção a perda do direito de criar animais e ao aumento do foro, como também é expresso em relatos concedidos a Rangel (2000), como o de Severino, que indica que o aumento do foro, assim como a perda de autonomia sobre o trabalho de seus filhos, fez com que este tivesse de se submeter a uma condição cada vez mais dependente para com o grande proprietário o que se refletia em piores condições econômicas, o que é significado a partir da ideia de ficar encabrestado: “De forma que não teve jeito não, fiquei devendo mais um foro e aí foi o que ele queria. Aumentou meus dias de cambão e eu fui ficando cada vez mais encabrestado” (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000 p. 276). A passagem da condição de foreiro para a de morador de condição também ocorre com Antônio Joaquim (RANGEL, 2000), que acaba perdendo seu sítio, mas com permissão para plantar em outro, mas este em localidade afastada e com terreno de pouca qualidade, de modo a diminuir produção em momento em que o foro continuava alto.

O aumento do foro foi uma das formas com que os grandes proprietários conseguiam ou aumentar sua renda ou expulsar foreiros dos sítios para utilizar as terras para o plantio da cana. Manoel Henrique Dantas foi uma liderança local das Ligas Camponesas na fazenda Massangana em Cruz do Espírito Santo e relatou para Irmã Tonny (VAN HAM, 2006), em 2006, sobre como este período era marcado pelo aumento do foro:

(...). Quando eu ia pagar o foro foi 150 mil reis. (...)

**Tonny:** Isso foi antes das Ligas?

**Manoel:** Antes de haver as Ligas muito antes. Aí foram subindo; quando subiram o foro subiu para 200; passou para 300; só multiplicando. Passou para 400; todo ano ia subindo. Quando..., ele ficou em 500<sup>135</sup> ainda. E 500 foi quando apareceu a Liga, aí pronto aí foi o tempo que ela vendeu<sup>136</sup> (MANOEL DANTAS, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 296-297).

A narrativa destes agentes revela como o aumento do foro, percebido pelos moradores, era sentido como uma privação da terra e como uma diminuição das condições de vida. A valorização positiva de poder trabalhar em um sítio se converte, nesta situação de diminuição dos sítios e roçados, em um sentimento de injustiça, como se percebe na narrativa de Nilo, morador de condição de uma usina, que concedeu entrevista a Rangel (2000): “Tinha muita terra, mas às vezes era terra que só tinha capim, às vezes eles botava trabaiaador pra fora por um nada e as roça que ele tinha plantado, o mato cobria. O milho e o feijão apodrecia no pé, a banana no cacho e não podia tirar. Era uma tristeza só” (NILO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 315). Nesta fala percebe-se que existe uma revolta deste agente contra a perda de controle do sítio pelo foreiro, visto que quando este era expulso muitas vezes não podia sequer colher a plantação que tinha deixado. A fala de Inácio, morador de condição, já mencionado, também revela este sentimento de revolta: “ (...) Imagina a condição que era você, um agricultor ter que comprar feijão no barracão porque num dava tempo de prantar no roçado, ou porque, mermos das vezes, num tinha roçado para plantar ” (INÁCIO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 325).

O distanciamento da possibilidade de ter um sítio e de ter a autonomia de trabalhar neste é significado pela imagem de que cada vez se está mais longe da condição de agricultor, que planta para subsistência e para venda, e mais próximo a condição de trabalhador assalariado, que tem de comprar os alimentos mais comuns de plantio nos roçados. Esse processo foi sentido como uma quebra no horizonte de expectativas destes agentes, como uma quebra a moralidade do sistema de moradia a

---

<sup>135</sup> As falas de outras lideranças das Ligas também revelam como o foro era percebido como excessivamente alto naquele período. Dabat (2015) indica que uma liderança de Escada em Pernambuco afirmava que a diária era de 80 cruzeiros, muito abaixo do valor do salário mínimo (220-276 cruzeiros), enquanto o foro era de cerca de 8000 a 10000 cruzeiros por ano. Novaes (1997) menciona fala de Elizabeth Teixeira, na qual esta indica que na Várzea paraibana a diária era de 30 a 60 cruzeiros por dia e o foro era de 10000 cruzeiros, adicionados de 300 cruzeiros no caso de ter algum cavalo e mais um dia de cambão todo mês. A comparação entre o valor recebido na diária e o valor do foro revela como era fundamental ao foreiro conseguir vender parte de sua produção para conseguir sustentar a unidade familiar e pagar o foro.

<sup>136</sup> Referência a venda da fazenda pela grande proprietária a outro grande proprietário que passa a explorar mais intensamente a terra, em 1964 (VAN HAM, 2006).

que estes usavam para regular suas relações com os grandes proprietários. Uma das obrigações mútuas mais fundamentais desta moralidade era que o trabalhador que internalizasse as regras da moradia poderia um dia receber um sítio, mas esta relação começa a se modificar o que gerou uma percepção distinta nas narrativas destes agentes, como se percebe na fala de Raimundo, outro morador de condição que trabalhava em uma usina e que foi entrevistado por Rangel (2000), a respeito da possibilidade de ter um sítio, logo após ele falar sobre como, a cada dia, os vigias forçavam os trabalhadores a trabalhar de modo mais intenso, conjuntamente a ameaças de expulsão: “E afora tudo isso, tinha que escutar o cabo gritar: ‘se num quiser, o home disse que é prá bota prá fora!’ E eu ali, ouvindo aquela ladainha todo dia, o dia todo, me desencantei. Oxente, nunca que vou ter meu roçado não.” (RAIMUNDO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 319).

A percepção de que a possibilidade de ter um sítio estava deixando de existir é conjunta a um sentimento de revolta contra o proprietário que desrespeitava as regras e normas da moradia que por muitos anos foram sendo aplicadas nas experiências destes moradores. Damião, morador de condição já mencionado e que foi entrevistado por Rangel (2000), afirma:

E aquela situação foi me dando uma aflição danada, foi me chupando as esperanças tudo e eu pensava não era em mim não, era nos meu fio pequeno, que naquele rumo que as coisa ia, não iam nunca ter o gostinho de ter um chão de terra, de trabaiair num sítio, prantar, trabaiair...

O mundo parecia virado de cabeça para baixo. A palavra do home num valia mais nada, era só empatar nós. Só empatar daquela vida cada vez mais, a terra se fechava prá nós como se fosse de aço e num tinha brecha prá penetrar, nenhum furinho (DAMIÃO, Entrevista, RANGEL 2000, p. 310-311).

O mundo que vira de cabeça para baixo revela como a cosmovisão destes agentes passava por um processo de mudança no momento em que o proprietário se distancia, passa a ocupar outra posição e tomar outras ações para com os moradores. A mudança na maneira de interpretar o mundo também é associada a uma mudança na moralidade que estes agentes constituíam, como se percebe na fala de que a palavra do grande proprietário não valia mais de nada, que indica que a imagem do grande proprietário como um provedor que cuida de seus moradores estava sendo afetada. Vale recordar que na fala de Damião citada anteriormente a esta, este indicava como um “home num pode arregar de sua palavra, senão fica desmoralizado.” (DAMIÃO,

Entrevista, RANGEL 2000, p. 307), ou seja, o cumprimento dos acordos entre ele e o grande proprietário eram fundamentais, regra que, se no momento anterior remetia à como ele tinha de cumprir estes acordos, neste momento, é utilizada contra o grande proprietário. É comum nas falas dos entrevistados de Rangel (2000) a menção de que aquele período parecia o fim do mundo, quando tudo estava se acabando, o que remete a questão de como a realidade social destes agentes, isto é, as posições sociais destes, estavam sofrendo modificações tão fortes em um sentido de piora de condições de vida, que era como se toda a realidade conhecida por estes deixasse de ter sentido. O momento em que o mundo parece funcionar de outro modo – ou até parar de funcionar - e com outras regras – ou até sem regras - é o momento em que a terra se fecha como aço, ou seja, o aspecto central desta mudança está em como a mudança da relação para com os grandes proprietários passou a criar bloqueios cada vez mais amplos ao acesso à terra.

A mudança das relações com os grandes proprietários e os valores morais atribuídos a terra fazem com que exista a associação entre o plantio alimentar e a vida e a narrativa da quebra desta relação devido a figura dos grandes proprietários, como se percebe na fala de Elizabeth Teixeira em entrevista concedida a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) em 2001: “Então, eu entendi e aprendi que deveria lutar; lutar pela terra porque todo produto de alimentação vem da terra, e as terras presas na mão do latifundiário e sem os trabalhadores terem direito” (ELIZABETH TEIXEIRA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 189).

O sentimento de injustiça era mais intenso a partir de certas posições sociais, como já se demonstrou com relação a como os foreiros sentiam mais a perda de seus sítios, como também a partir de certas relações que estes agentes constituam em seus sítios. Nivaldo, foreiro que foi entrevistado por Rangel (2000), ao mencionar aqueles versos sobre o “tempo bom” ter ficado para trás, remetia ao momento em que é impedido de construir uma casa de taipa em seu sítio para que seu filho pudesse ali trabalhar. O seu filho foi obrigado a trabalhar na cana e Nivaldo sentiu aquilo como uma grande injustiça. Em sua fala ele ressalta um dos aspectos que intensificavam este sentimento:

Eu digo pela minha vivência, ele proibiu de fazer aquela taperinha na terra que eu tinha nascido e me criado, desde novinho que eu vi aquele sítio crescer, e meu pai, minha mãe morreram tudo trabalhando nele. Então, eu não podia ficar, entende, mas também num podia sair de lá.

E ademais, pra onde eu podia ir? (...) (NIVALDO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 286)

A fala de Nivaldo expressa como havia uma valorização de sua vivência naquela terra a partir dos laços de parentesco dos pais que viveram e morreram naquele local, o que explicita um sentimento de pertencimento aquele local. Esta experiência não era generalizada entre todos os moradores, visto que principalmente os moradores de condição estavam em uma condição bastante volátil, de maneira que era comum que deixassem a grande propriedade em que moravam para ir a outra em momentos como os de expulsão e pioras de condições. Entretanto, é perceptível que entre os foreiros, alguns expressam esse sentimento de pertencimento que mobiliza uma maior revolta em momentos de expulsão. Outro fator que está contido na fala de Nivaldo é que este se sente injustiçado pelo grande proprietário interferir na unidade familiar em que ele ocupava o papel de patriarca.

A interferência na unidade familiar é narrada como uma das maiores injustiças e causa de revolta destes moradores. Manoel Dantas, já mencionado e que foi entrevistado por Irmã Tonny (VAN HAM, 2006), relata que em certo momento o proprietário proibiu que os seus filhos trabalhassem no sítio que ele arrendava:

**Tonny:** Mas ele deixava trabalhar se quisesse

**Manoel:** Era [ele mesmo trabalhar]; se quisesse. Mas, tomou os filhos da gente; como a gente ia trabalhar pra gente, na agricultura tinha que desertar, né. (...)

As narrativas sobre as mudanças das relações com os grandes proprietários ganham contornos mais intensos conforme se fala sobre como a unidade familiar é afetada. A fala de Manoel indica como o controle sobre o trabalho que os filhos iriam realizar passa a ser retirado do patriarca da família em prol do uso destes na lavoura de cana, o que impossibilitava a reprodução do trabalho familiar nos sítios, que era fundamental para a manutenção da condição de foreiro. Mas, para além de expressar a perda da posição social, os moradores também indicavam que estavam ficando desamparados e perdendo tudo, até os filhos, como indica Inácio, que foi morador de condição, entrevistado por Rangel (2000), a respeito de um ocorrido após a entrada do administrador na fazenda:

Morreu menino meu, moça, de febre alta, sem ter quem acudisse e sem nós poder dar solução (...) naquele tempo, os pobre tava tudo

deserdado da fortuna divina, porque aqueles home entendero de deserdar nós tudinho e nós fomo ficando despossuído de tudo, até dos fio... (INÁCIO, Entrevista, RANGEL, 2000, p.325)

A fala de Inácio revela como os moradores interpretam este contexto a partir de mudanças nas obrigações mútuas para com os grandes proprietários. Ele indica que os moradores foram deserdados pelos patrões, relacionando isto a perda do filho por falta de auxílio médico, que era algo comum de ser realizado por intermédio do grande proprietário, o que deixa de existir neste momento de mudança social, em que os proprietários visam aumentar o lucro da terra e deixam de prestar este tipo de serviço, aproximando as relações para com os moradores a uma relação de pagamento assalariado. A saída do proprietário da fazenda e a presença do administrador também marcam o aumento da violência e a ausência da possibilidade de os moradores conseguirem qualquer tipo de auxílio quanto a necessidades médicas, de trabalho, econômicas e sociais. Diversas narrativas marcam a ruptura da imagem do “bom patrão”, que era também um provedor de serviços, para a figura de patrões que desertaram seus moradores. Afrânio Garcia Júnior (1989) ressalta como a subordinação da unidade familiar as decisões do grande proprietário são mais ressentidas que a subordinação dos produtos de seu trabalho. Esta afirmação permite compreender porque estes momentos de interferência na unidade familiar são narrados como alguns dos momentos de maior injustiça por parte dos grandes proprietários.

Este sentimento de injustiça que é tão relatado entre os moradores é um elemento fundamental para entender as motivações dos agentes a se mobilizarem nas Ligas Camponesas. A questão não está simplesmente em uma percepção de uma injustiça individual e localizada, ou seja, a narrativa dos moradores não se restringe a indicar que o grande proprietário, a usina ou o administrador foram injustos com uma pessoa, mas remete a todo o conjunto dos moradores, abarcando diversas posições sociais. A fala de José Virgínio, liderança da Liga da Galileia, entrevistado por Novaes (1997) remete a essa percepção:

(...) E a ajuda de Nosso Senhor Jesus Cristo é quem vai proteger a gente. As graças de Deus tá caindo aí de hora em hora. Confio em Deus porque essa infelicidade... um dia o povo tem de pensar quem são eles. Não é possível a gente viver a vida todinha debaixo deste pé de boi, não (JOSÉ VIRGÍNIO, Entrevista, NOVAES, 1997, p. 90).

A indicação de que o povo seria protegido por uma força divina contra os grandes proprietários remete a uma percepção de nós-eles que foi fundamental para a mobilização de uma identidade política na organização das Ligas Camponesas. A fala de Nilza, que concedeu entrevista a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) em 2006 e que era esposa de Elias, uma das lideranças das Ligas Camponesas que participou da Liga de Sapé e fundou a Liga de Alhandra, também indica a existência da percepção de que as posições sociais que envolviam o sistema de moradia estavam sendo injustiçadas:

**D. Nilza:** E neste tempo Elias... Lá tinha um juiz muito mau, lá, em Sapé, e poderoso. Não sei se ele ainda existe, não sei. E tinha uns moradores antigos de uma propriedade, que não tenho muito lembrança. E então, esse povo se achava muito injustiçado. E conversando com Elias, e acho que contando né. E foi daí, que começou. Elias começou a ter amizade com este povo. E começou este povo, também... E vendo o sofrimento dele, e por aí começou. E daí, quando o juiz soube que Elias já estava de amizade deste povo; que não dava beco para ele; que mostrando os direitos, ele tinha que seguir, né. Pois se que este povo...; coitado deste povo... Imagine antigamente, aquela ação como era, né. Era tudo trabalhador e quando chegasse o fim do ano, o proprietário era quem tomava conta. Botava o gado... É como...; Eu sei que sou filha de camponês e sofria. Pois é, e assim Elias começou... (NILZA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 349-350).

A fala de Nilza indica como havia tanto a auto identificação do morador sobre seu sofrimento, como uma identificação dos moradores entre si sobre as injustiças que estes estavam passando. Este relato permite observar como a mobilização inicial de moradores para a participação nas Ligas envolvia os contatos entre estes e destes para com as lideranças do movimento. Este contato entre os moradores remetia a uma identificação para com a sua situação dentro daquela fazenda onde viviam, visto que são moradores de uma mesma fazenda, em posições sociais semelhantes, passando por injustiças ligadas as relações com o mesmo grande proprietário, assim a identificação entre eles era relacionada também a uma relação em comum para com o grande proprietário e para com a percepção de que esta quebrava uma moralidade por eles valorizada.

O ressentimento em torno da mudança das relações do sistema de moradia envolvia fortemente experiências de perda dos roçados e sítios e, portanto, a questão da posse da terra, de modo que permitiram que, na formação de uma identidade política

camponesa do movimento das Ligas<sup>137</sup>, essa percepção de injustiça se convertesse em demandas por terra. Manoel Dantas, já mencionado, que foi entrevistado por Irmã Tonny (VAN HAM, 2006), afirma que nas reuniões em Sapé era comum haver camponeses que afirmavam que estavam dispostos a lutar e permanecer na terra até o fim: “Aí, tinha camarada que dizia: ‘Vamos morrer na terra... A gente está pronta para morrer na terra de modo a resolver este caso, aí; um dia resolver isso’. Até bem alto dizia isso e todo mundo gritava, né batia palma, tudo isso”. (MANOEL DANTAS, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 291).

A valorização da autonomia do trabalho ressaltava, como se percebe em algumas falas, uma noção de pertencimento a terra por parte de alguns moradores, principalmente foreiros, de modo que a fala de que se almejava morrer na terra já estava presente quando estes moradores indicavam sua expectativa de possuírem um sítio em algum momento de suas vidas. Mas há uma reconfiguração desta valorização com a mobilização política das Ligas, visto que a obtenção do sítio era antes atrelada ao respeito as regras da moradia e a figura do “bom patrão”, mas, com as mudanças sociais em voga, ocorre a mudança desta narrativa sobre o grande proprietário que passa a ser visto por diversos destes agentes como um homem ambicioso, como resalta Nivaldo, já mencionado e que foi entrevistado por Rangel (2000), ao falar sobre quando seus filhos foram obrigados a trabalhar na cana e impedidos de trabalhar em seu sítio: “Como pode um home se manter sem ter trabalho? Num tá certo, e a ambição é um mal terrível, num sabe? Os ambiciosos tomaram conta do mundo e acabou-se os direitos dos outros. Isso foi muito errado. Eu fiquei assim com um desgosto profundo” (NIVALDO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 286). A reconfiguração da perspectiva a respeito do grande proprietário, que passa a ser considerado por diversos agentes como ambicioso, permitiu uma contraposição a este na formulação de uma identidade política que se identificava com as diversas posições sociais que eram atingidas pela expansão da monocultura canavieira e que contrastava e se opunha aos grandes proprietários. Sendo que este

---

<sup>137</sup> Novaes (1997) resalta como se gerou uma identidade política camponesa que remetia a uma mobilização de diversas posições sociais em um confronto com os grandes proprietários, assim, quando nos referimos a identidade política camponesa não se estão remetendo a posição social dos camponeses, ou seja, não se está homogeneizando as diversas posições sociais que variavam do camponês mais autônomo ao trabalhador rural de “ponta de rua” na figura do movimento camponês, mas se está indicando uma unidade destas posições em uma identidade política construída ao longo da mobilização das Ligas Camponesas. O tema será abordado com mais profundidade posteriormente.

processo de construção identitária foi fundamental para a mobilização dos diversos agentes do campo.

A participação dos moradores nas Ligas Camponesas envolveu um processo de questionamento da imagem do grande proprietário como “bom patrão” e provedor. Os latifundiários deste período estavam deixando de prestar diversos serviços a seus moradores, como ajuda médica, financeira e jurídica, o que proporcionou uma sensação de desamparo em diversos destes agentes. As Ligas Camponesas intermediaram diversos destes serviços aos trabalhadores rurais e camponeses a partir do dinheiro pago por seus associados. Nas entrevistas concedidas à Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) há menções à como as lideranças conseguiam dentistas para os moradores através do pagamento destas mensalidades. Isabel, moradora em Sapé, já mencionada, relata que os moradores que tinham carteirinhas das Ligas puderam utilizar dos serviços do SAMDU<sup>138</sup> através de mostrarem as mesmas. Novaes (1997) também menciona uma fala em que Elizabeth Teixeira afirma que as Ligas ofereciam serviços de saúde, auxílio funeral, atestado de óbito e outras orientações jurídicas. Ela também indica que auxiliavam em casos de divórcio, oferecendo recursos a mulher separada e, quando as Ligas não dispunham destes, ela mesma procurava ajuda no comércio. O oferecimento destes serviços permite dar mais concretude a expressões muito usadas pelos participantes das Ligas e de sindicatos como “pagar os direitos”, visto que, no que tange aos serviços mencionados, estes eram acessados através do pagamento da mensalidade da associação. Assim havia uma correlação direta entre apoiar o movimento e receber os serviços.

O fato de as Ligas oferecerem serviços diversos não implicava em que tentassem se apoiar apenas nestes como meio de mobilizar mais associados, visto que parte das ações das Ligas visavam que estes serviços fossem oferecidos pelo Estado aos moradores, como se observa no relato de Isabel (VAN HAM, 2006), que menciona como houve pressão política para que conseguissem um terreno para que o SAMDU pudesse ser transferido do local que as Ligas alugavam perto da feira e funcionasse com mais recursos, o que segundo ela foi conseguido por intermédio de Assis Lemos de Souza, que contatou João Goulart. Outro caso mencionado por esta mesma entrevistada é o da escola radiofônica que foi aberta em Sapé neste período para alfabetização dos

---

<sup>138</sup> Ela não esclarece a sigla, mas trata-se do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência, um posto de saúde que foi conseguido por pressão das Ligas Camponesas. Assis Lemos de Souza (1996) esclarece com detalhes esta disputa.

moradores. Se trata de uma iniciativa do governo de Pedro Gondim, mas que, segundo ela, só foi acessado em Sapé por intermédio de João Pedro Teixeira e Pedro Fazendeiro que foram a João Pessoa para que este programa pudesse funcionar ali. Isabel foi uma das pessoas que foi a João Pessoa receber treinamento para dar as aulas que eram realizadas – no caso de Isabel, ela dava a aula dentro da fazenda São Salvador - através de um rádio concedido pelo governo. Ela sintonizava o rádio que transmitia a aula e, através de um livrinho, ela passava os exercícios aos moradores. Mas a iniciativa desagradou os grandes proprietários que começaram a falar que estas escolas eram das Ligas Camponesas, o que gerou a ação da polícia de recolher os rádios. As lideranças das Ligas teriam ido a João Pessoa e conseguido uma carta de Pedro Gondim afirmando que as escolas não eram das Ligas, o que não adiantou, visto que os grandes proprietários não permitiram a devolução dos rádios.

Este último caso chama a atenção pois a ação dos grandes proprietários consegue prevalecer até mesmo contra a do governador do estado da Paraíba, de modo que o poder local destes foi tamanho que conseguiram impedir o funcionamento das escolas. Estes relatos permitem observar como o oferecimento de serviços era não apenas uma maneira das Ligas conseguirem mais associados, ou de atenderem as demandas destes por estes atendimentos, mas também eram uma afronta a autoridade dos grandes proprietários. O caso da escola é o que deixa isto mais nítido, visto que a escola é impedida de funcionar pois era um serviço que operava, em certos casos, dentro do próprio engenho, mas que nunca partiu da iniciativa, ou ganhou a permissão, do grande proprietário. Portanto, o oferecimento de serviços pelas Ligas pode ser interpretado como uma quebra da autoridade de provedor na qual os grandes proprietários se apoiavam, mas que, naquele contexto, estavam deixando de exercer simultaneamente ao aparecimento de um movimento que tentava atender estas demandas dos moradores.

## **3.2 DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA COTIDIANA À FORMA DE MOVIMENTO SOCIAL**

### **3.2.1. Dos espaços ocultos às reuniões das Ligas**

O entendimento de como os moradores decidiam participar das Ligas Camponesas exige a observação das interdependências a que estes tinham acesso e pelas quais conseguiam constituir tensionamentos com outros agentes, inclusive contra os

grandes proprietários. Assim a apreensão do que Scott (2000) chama de espaços ocultos é de grande importância para entender como estas relações influenciaram os rumos da mobilização. Na entrevista que o foreiro Antônio Joaquim concedeu a Rangel (2000), este destaca como, na época em que a expulsão do campo ainda não tinha se exacerbado, ele passava boa parte do seu tempo no trabalho em seu sítio, indo pouco a sede do engenho, algo que ele fazia apenas na farinhada, quando ia com as crianças e com a mulher para a casa de farinha no engenho e conversava com os amigos. “Era bom a farinhada” (ANTÔNIO JOAQUIM, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 216) afirma ele, sendo que logo em seguida indica outros espaços: “Às vezes tinha reza e festa. No São João era festa, era dançar, pular fogueira, e brincar de adivinhação” (ANTÔNIO JOAQUIM, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 216). Após isto ele também menciona como toda a família gostava de ir na feira e como ele tinha o costume de levar os filhos um por um a esta “pra ir aprendendo, conhecendo os ponto bom, fazendo conhecimento, né?” (ANTÔNIO JOAQUIM, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 216).

A menção em sequência destes espaços não é aleatória, visto que denota experiências valorizadas positivamente em sua memória, espaços que são marcadas por uma vivência mais autônoma - como a da feira, na qual a venda de alimentos era uma importante fonte de renda, a qual permitia a reprodução de sua posição de foreiro - assim como são marcados - mesmo em situações como a da farinhada, que reproduz uma relação de dependência para com o grande proprietário - por espaços de conversas, cantos, danças e outras produções simbólicas da posição social a que pertenciam. Em outras palavras, são espaços distantes do olhar do vigia e do patrão e nos quais as experiências em comum dos trabalhadores rurais e camponeses tinham mais espaço para serem ressignificadas, podendo até se contraporem a certas interpretações ideológicas dos grandes proprietários.

Os espaços mais propícios a reelaboração simbólica das relações em que os moradores estavam inseridos eram os que estavam mais distantes das relações diretas com grandes proprietários e com os vigias. As casas, a feira, as festas, as missas e os momentos no trabalho em que estes não estavam diretamente sobre vigia, constituíam em espaços ocultos em que as transcrições ocultas destes agentes tinham mais possibilidades de se elaborar. Ao observar as entrevistas feitas por Rangel (2000) e por Irmã Tonny (VAN HAM, 2006), percebe-se que todos estes espaços foram utilizados pelas lideranças das Ligas Camponesas para mobilizar novos participantes no movimento. As falas de Elias, que foi o fundador e primeiro presidente da Liga de

Alhandra, e de sua esposa Nilza, revelam a importância de alguns destes espaços para a mobilização:

**Elias:** Era. E aqui, quando eu comecei foi assim. A gente marcava um dia para visitar um camponês, numa Zona Rural e convidava outros. E assim a gente ia fazendo o movimento até que ele cresceu.

**Tonny:** Sim. E aqui quem foi que começou primeiro, aqui?

**Elias:** Aqui foi eu. Já trouxe a coisa de Sapé. Já tinha uma certa ideia, né.

**D. Nilza:** É, mas ele teve essa ideia muito antes...

**Elias:** É, deixa eu ver se me lembro...

**Tonny:** Sim. Oh, Seu Elias, o senhor estava contando que o senhor ia aqui para os sítios, mas o senhor não conhecia ninguém daqui...

**Elias:** Não, não conhecia não, era novato. Eu tinha farmácia; era por intermédio da farmácia. Eu ia me tornando conhecido, né. Quando chegavam, porque era farmacêutica, situado em Alhandra, e coisa e tal... E meus colegas, meus companheiros tudo apontavam quando chegavam. Tem, agora, a Associação, lá, e coisa. Ele é o presidente. Vocês não conhecem, ainda; aparecem e tal. E assim foi crescendo, foi crescendo, e se não tivesse acontecido o que houve, eu acho que hoje, estaria aqui com um volume bem grande de associados. (ELIAS, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 177-178)

A fala de Elias esclarece diversos aspectos da mobilização das Ligas. Ele indica como esta partia das conversas nas casas dos moradores, nas quais eles iam apresentando as concepções do movimento a diversos moradores que não participavam deste ainda. Ele também evidencia como lideranças que ocupavam posições sociais mais autônomas, como era o seu caso com uma farmácia<sup>139</sup>, conseguiam fazer um contato inicial com os moradores, os convidando para uma reunião na casa de outro morador ou na sede da Liga. O primeiro contato com as Ligas também poderia ocorrer por um convite para participar de uma reunião feito por um parente ou morador do mesmo engenho, ou usina, como fica nítido nos relatos concedidos a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006). Outra prática usada pelas lideranças para mobilizar moradores é mencionada por Expedito Maurício da Costa, que tinha 17 anos quando foi para Sapé em 1957 e relatou sobre a participação do pai nas Ligas para Irmã Tonny em entrevista concedida em 2001:

Eu conheci também o membro das Ligas Camponesas conhecido por Pedro Fazendeiro. Dizia meu pai, que era admirador do movimento

---

<sup>139</sup> Elias ressalta que saiu de Sapé, onde era morador, para ir para Alhandra, quando lhe ofereceram a oportunidade de ter uma farmácia, devido a estar sendo perseguido. A fala de sua esposa, Nilza, já mencionada, também relata essa perseguição (VAN HAM, 2006).

das Ligas, que no início, na criação das Ligas Camponesas aqui em Sapé, para poder o movimento chegar ao conhecimento nos canaviais dos usineiros, Pedro Fazendeiro se encarregava de levar um tabuleirozinho de cocada para vender aos cortadores de cana. Uns pagava, e aqueles que não pagava ele dizia: pode ficar fiado, depois se você tiver dinheiro você paga. Nesse ínterim, ele pregava o movimento das Ligas aos camponeses. Daí surgiu o movimento, porque era proibido entrar nos canaviais dos usineiros, por medo das Ligas Camponesas. O vendedor de cocada tinha acesso, não chamava a atenção de ninguém. Era interessante. (EXPEDITO MAURÍCIO DA COSTA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 207-208).

Esta fala deixa nítido como o espaço oculto era utilizado pelas lideranças para a mobilização dos moradores. Neste caso, o espaço oculto existe em meio ao próprio espaço público do cotidiano do trabalho, mas em momento em que os vigias não estavam reprimindo as conversas entre os trabalhadores. A filiação as Ligas começavam através deste primeiro contato, sendo efetivada pela participação em uma reunião ou pela feitura da carteirinha e posterior participação em reuniões e comícios. Os relatos concedidos a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) e a Rangel (2000) apresentam narrativas nas quais a primeira relação do morador com a organização das Ligas era a ida as feiras para a feitura de carteirinhas, como é mencionado por alguns dos entrevistados com relação a feira de Sapé nos sábados, como relata José Luiz, foreiro que foi expulso e que se filiou as Ligas já na “ponta de rua”:

(...) Depois” eu morando aqui na cidade, foi que apareceu a Liga Camponesa. Tem isso, tem aquilo, assim, assim. E eu digo: -É bom? Era bom! E eu fui e tirei a carteirinha. Quem me convidou foi um cabra vizinho meu. Ele disse: -Tem que ser calado. Aí eu botei o riri na boca e fui atrás da carteirinha no sábado, na feira de Sapé. (JOSÉ LUIZ, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 318).

Este relato remete a como o movimento utilizou de espaços ocultos para sua mobilização, visto que este entrevistado afirma que a feitura da carteirinha tinha que ser feita às escondidas, sendo a feira um local propício para a realização de ações que seriam reprimidas caso chegassem ao conhecimento do grande proprietário. Outro relato concedido por Severino, que participou das Ligas em Mari, para Irmã Tonny também remete a como a feitura das carteirinhas era feita “as escondidas”, ele faz a seguinte afirmação em momento que é perguntado se as pessoas no engenho tiravam as carteirinhas: “Quase todo de Boa Vista tinha, mas escondido, não sabe. Era escondido do administrador, nem Dr. Renato não sabia. ” (SEVERINO, Entrevista, VAN HAM,

2006, p. 364). A fala dele indica que a carteirinha tinha que ser escondida de modo a “nem Dr. Renato” – Renato Ribeiro Coutinho – saber, ou seja, ele aponta como uma grande ousadia fazer algo sem o consentimento do grande proprietário, de modo a demonstrar que tirar a carteirinha das Ligas era em diversos momentos uma marca de ruptura para com o papel de “bom morador”, que apresenta obediência ao grande proprietário e, portanto, para com a autoridade deste. Entretanto, a feitura da carteirinha das Ligas nem sempre indicava uma participação ativa no movimento, sendo que esta é mais possível de identificar no caso dos moradores que participavam de comícios, reuniões e ações das Ligas com mais constância. Nos relatos concedidos a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006), se verifica a menção de que diversos moradores participavam das reuniões, mas não participavam das ações das Ligas que apresentavam maior enfrentamento com os grandes proprietários e administradores, também existem relatos de moradores que tiravam as carteirinhas mas não participavam das reuniões ou das ações, o que revela que a participação nesta era ligada a certo nível de comprometimento com o movimento, variando conforme as ações envolvessem maior possibilidade de conflito com os grandes proprietários.

Nos relatos concedidos a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006), se indica que vários moradores iam até a casa de João Pedro Teixeira tanto para reuniões, quanto para fazer reclamações sobre as relações em alguma propriedade. Assim, é nítido como as lideranças ocupavam uma posição que permitia aos moradores relacionarem suas experiências sociais com a organização de demandas e ações pelo movimento. Os relatos também mencionam a importância regional da Liga de Sapé, que, por ter sido a primeira e maior a se mobilizar na Paraíba, influenciou a organização de outras e também contava com a participação de moradores de engenhos e usinas de outros municípios em suas reuniões. Estas eram realizadas aos domingos na sede que ficava na cidade, em frente à prefeitura. Existem relatos que mencionam que os moradores se juntavam nos engenhos onde moravam e se dirigiam para a sede. Isabel, que na época morava na casa de uma escola na fazenda São Salvador em Sapé - ela trabalhou como alfabetizadora dos moradores, ajudou nas feitura das carteirinhas das Ligas, assim como seu esposo também atuou no movimento -, menciona que era comum ocorrer reuniões das Ligas nesta escola e que aos domingos os moradores se concentravam na escola e depois se dirigiam para as reuniões na sede da cidade.

Este relato indica como a organização local nos engenhos e nas usinas era muito relevante para a mobilização, visto que era a partir destes que diversos moradores

passavam a participar do movimento e que várias ações se iniciavam. Em outros relatos, concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006), também fica nítido como alguns engenhos, como Miriri em Sapé, tinham organizações locais muito fortes. Entretanto, se essa mobilização dentro das grandes propriedades era importante, cabe não perder de vista a relevância das ações, reuniões e comícios que se realizavam nas cidades - muitas contando com participação ampla de trabalhadores rurais e camponeses, sendo que há relatos de moradores que levavam seus filhos as reuniões -, visto que era esta amplitude do movimento que impedia que as demandas dos moradores fossem imediatamente reprimidas pelo poder local dos latifundiários. Rangel (2000) também menciona fala de Elizabeth Teixeira, que afirma que as feiras eram espaços importantes para conversar com outros camponeses, sendo que ela, e antes dela João Pedro Teixeira, iam constantemente as feiras de sábado para conversar com estes e falar sobre as Ligas. Os relatos concedidos a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006), também mencionam casos de moradores que se informavam dos acontecimentos das Ligas nas feiras. Assim, fica nítido como este espaço distante do olhar dos vigias foi importante para a expressão de falas contrárias aos grandes proprietários.

As conexões entre os espaços ocultos do cotidiano dos moradores e os espaços de mobilização das Ligas também se apresentam no que tange as práticas culturais destes. Os relatos concedido a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) apresentam diversas falas em que se ressalta como era comum nas reuniões das Ligas ocorrer festas, cirandas, toque de zabumba e fogos. O relato de Isabel, menciona festas na escola em que as Ligas se organizavam na fazenda São Salvador, nas quais em certos momentos a organização inicial do espaço era feita por um cirandeiro, sendo que depois uma liderança das Ligas, no caso Pedro Fazendeiro, é que passava a organizar a reunião. As canções, danças e brincadeiras realizadas pelos moradores muitas vezes traziam interpretações divergentes das concepções dominantes a respeito das relações na morada, sendo que constituíam assim transcrições ocultas pelas quais se reinterpretavam essas relações. Desta maneira a presença destas práticas nos dias de reunião das Ligas revelam como havia uma continuidade de certas práticas e valores dos moradores nos espaços organizados pelas Ligas que permitiam uma relação entre as experiências destes agentes e as demandas articuladas pelo movimento. A passagem da ciranda para a fala da liderança marca como uma experiência que reinterpreta a vivência da morada a partir das perspectivas dos moradores podia se relacionar com pautas políticas contrárias aos grandes proprietários.

O relato de Elias (VAN HAM, 2006) deixa nítido que a mobilização das Ligas em Alhandra seguiu os moldes já utilizadas em Sapé. Esta maneira de se organizar surgiu das experiências que foram sendo acumuladas pelas lideranças, visto que Elias menciona como ele entrou em contato com essa forma de organização com a sua inserção na militância em Sapé. O fato das lideranças utilizarem de conhecimentos que não eram partilhados entre os moradores não exclui que as experiências organizativas das reuniões foram resultado do acúmulo das vivências dos moradores, nas quais estavam inclusos os usos dos espaços ocultos para gerar transcrições ocultas contrárias aos grandes proprietários. A semelhança entre os espaços ocultos que eram historicamente usados pelos trabalhadores rurais e camponeses e os espaços usados pelas Ligas para se mobilizarem não é aleatório, mas sim decorrência do contexto de forte repressão a qualquer ação individual ou coletiva contrária aos grandes proprietários, que reconfigurou a experiência de um espaço de resistência cotidiana em um acúmulo de conhecimento para a mobilização política.

Se as continuidades entre estes espaços são marcantes, não se deve deixar de observar as discontinuidades que a organização política implicava. Os relatos concedidos a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) mencionam situações em que moradores e seus filhos iam as reuniões e comícios das Ligas ouvir falas das lideranças. Nos momentos em que remetem a estes espaços é comum que mencionem a figura de lideranças, como João Pedro Teixeira, Nego Fubá e Pedro Fazendeiro em Sapé, fazendo falas, o que permite constatar que, em geral, as reuniões amplas com muitos camponeses eram muito semelhantes aos comícios, nos quais a organização era fortemente centralizada e os camponeses eram mais ouvintes das falas das lideranças – que em Sapé eram realizadas em um microfone, podendo ser escutadas da rua-. Os moradores mencionam diversas vezes que foram a reuniões e comícios, sendo que há menção a comícios em João Pessoa ou nos engenhos em que moravam, mas o mais comum é a menção de comícios na sede de Sapé. O fato de se mencionar mais os comícios na sede das Ligas expressa também como a realização destes em espaços mais públicos e abertos também oferecia um risco constante de repressão, assim, mesmo que esta prática tenha existido nos dois espaços, a menção constante aos comícios na sede das Ligas indica como o contexto de repressão limitava as possibilidades de ação do movimento. Quando os moradores indicavam que iam a reuniões e comícios eles não distinguiram uma forma de organização da outra, sendo que há certa ambiguidade entre

uma e outra, que revela como as reuniões eram bastante centralizadas nas falas das lideranças, sendo, por causa disso, muito semelhantes aos comícios.

Entretanto, a fala de Elias (VAN HAM, 2006) relata como eram realizadas votações nas reuniões, o que permite constatar que existiam espaços de discussão e decisão mais descentralizados. O fato de ele mencionar isto quando estava falando de uma liderança local, indica que esta situação remete provavelmente a votações entre lideranças, ou até entre a diretoria de uma Liga, o que permite observar que nas reuniões mais amplas provavelmente o que se verificava era um espaço de fala das lideranças. Mas os relatos também mencionam como diversas demandas dos moradores, que não ocupavam cargos de lideranças e estavam ali presentes, eram feitas durante estas reuniões, sendo que as ações contrárias a expulsões de moradores nos engenhos também eram combinadas neste espaço. O fato de que em certos momentos as falas na sede da Liga de Sapé eram amplas e podiam ser ouvidas até da rua e que, as reuniões também apresentavam momentos de planejamento de ações contra os grandes proprietários, o que exigia certo nível de sigilo para evitar uma repressão anterior a realização da ação, indicam que as reuniões apresentavam formatos diversos de acordo com os acontecimentos e com o objetivo para que eram chamadas, podendo também estabelecer estes formatos diversos dentro de uma mesma reunião.

As discontinuidades entre os espaços ocultos usados pelos moradores e as reuniões e espaços organizativos das Ligas estão na possibilidade dos últimos em mobilizar pautas políticas através de lideranças que mediavam as pautas dos camponeses e trabalhadores rurais. Entretanto, estas discontinuidades não significaram uma ruptura completa com a experiência anterior, tendo em vista tanto ao fato de que as demandas apresentadas remetiam as relações da moradia interpretadas por uma série regras morais, quanto a questão de que as formas de organização das Ligas foram fortemente influenciadas pelo acúmulo de experiências a respeito de espaços em que era possível a organização contrária aos grandes proprietários.

### **3.2.2 A expectativa de controle sobre a própria produção e os mutirões**

Como já pontuado em outra seção deste texto, diversas formas de resistência cotidiana remetiam as relações dos moradores com os grandes proprietários no sistema de moradia. Estas diversas experiências foram acumuladas por gerações e influenciaram a forma de ações que faziam parte do repertório das Ligas Camponesas, assim como as

demandas colocadas por estas. O relato de Nivaldo, concedido a Rangel (2000) remete ao caso em que este constrói uma casa em seu sítio sem a permissão do grande proprietário, o que leva este a reprimir tal atitude. Este caso permite perceber como os moradores tentavam por diversas vias contornar a dependência das decisões do patrão para conseguir ter maior controle sobre o trabalho familiar que realizavam em seus sítios e roçados. A narrativa concedida a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) por Luzia Gonçalves da Silva, filha de um foreiro que participava das Ligas em Cruz do Espírito Santo, oferece o retrato de mais uma resistência cotidiana ligada ao plantio nos sítios, “o roubo de si”:

(...). Mas eles plantavam algodão, fava, feijão, milho... E o algodão nós eramos obrigados a vender no Engenho. Se tirasse uma arroba [para vender fora]... Tinha lugar que era mais caro [onde se podia vender por um preço melhor], mas não podia... Só se a pessoa “roubasse” de si mesma. E tinha gente que fazia isso: “roubava” dele mesmo, saía de madrugada com carga, para vender não sei onde, porque lá era mais caro. E aqui, eles pagavam no preço o que queriam...

**Tonny:** Ficava o lucro todinho para ele...

**Dona Luzia:** Ficava o lucro todinho para ele. E a balança é que era... Quando eu vendia dez ou quinze arrobas de algodão, se fosse vender em outro canto, acho que vendia bem vinte... E eles ali, no pé da balança..., Mas ninguém dizia nada. Viam e conheciam, mas não falavam.... (LUZIA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 285)<sup>140</sup>

O “roubo de si mesmo” era uma prática que visava contornar o controle do grande proprietário sobre a comercialização da produção, assim, os moradores que praticavam esta resistência cotidiana tinham de usar do anonimato da ação, como se eles mesmos tivessem sido roubados por alguém que não era eles. Por mais que a entrevistada não mencione, era provável que o algodão colhido fosse vendido até mesmo para agentes ligados a outros grandes proprietários, o que demonstra como a resistência cotidiana, ao utilizar de práticas dissimuladas e espaços ocultos, gerava situações em que agentes com mais poder – no caso os funcionários a que se estava vendendo – ficavam constrangidos de exacerbar a coerção e reprimir o ato.

A demanda por maior autonomia no que concebe a produção e comercialização dos produtos plantados por camponeses e trabalhadores rurais não tinha espaço para tomar contornos abertos e públicos nas resistências cotidianas mencionadas, entretanto,

---

<sup>140</sup> Notas na entrevista foram feitas pela própria Irmã Tonny.

com a organização das Ligas Camponesas essas demandas puderam ser realizadas perante o Estado, como se percebe na demanda por cooperativas. Elias Pereira, que concedeu entrevista a Irmã Tonny Van Ham (2006), menciona que a Liga de Alhandra visava conseguir a abertura de uma cooperativa para facilitar o transporte – através da compra de um veículo – para João Pessoa e para que, assim que a mercadoria chegasse na cidade já houvesse comprador. Ou seja, a narrativa dele remete a evitar intermediários na compra como eram os casos de atravessadores e dos grandes proprietários, que ao mediar a comercialização dos produtos reduziam fortemente os ganhos dos moradores. Elias também indica que uma das lideranças locais, José Hermínio chegou a ir ao Rio de Janeiro para tratar do registro da cooperativa, mas esta não chegou a funcionar devido ao golpe militar que encerra esta tentativa.

A questão da busca de autonomia na comercialização e na produção também se expressão em uma das ações do repertório das Ligas: os mutirões. Assis Lemos de Souza (1996) menciona a prática de alguns destes na cidade, onde os trabalhadores rurais iam mostrar solidariedade aos trabalhadores da cidade os ajudando na construção de casas. No relato de Isabel, concedido a Irmã Tonny Van Ham (2006), também se menciona um mutirão que foi realizado para erguer uma igreja. Entretanto, a maioria dos relatos contidos neste último documento, indicam mutirões realizados no campo. Estes consistiam na prática de um grupo grande de participantes das Ligas irem a uma grande propriedade e lá realizar um plantio sem a permissão do grande proprietário<sup>141</sup>. A fala de Galego (Antônio Francisco de Andrade)<sup>142</sup>, que foi morador na fazenda São Salvador em Sapé e que foi cantador repentista nas Ligas Camponesas, retrata um destes acontecimentos:

Em São Salvador fomos pra Janguarema, ia pra todo canto assim. Janguarema não deu nada não. Eles arrancaram uma rocinha. A gente plantemos de novo. Deixemos lá plantado. Em São Salvador nunca arranquemos uma soca de cana pra plantar algodão. A raiz de algodão pra botar roçado... porque eles queriam prender não queria dar aquela manga pra plantar algodão. Um cercado que tinha pra o povo trabalhar chama manga, né. Aquela manga ele não queria mais o povo fizeram e opinaram e eles fizeram; o povo mesmo trabalhou. Que a gente queria

---

<sup>141</sup> O fato desta ação ser chamada de mutirão chama a atenção, visto que como indica Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), os mutirões eram realizados quando um camponês necessitava realizar um trabalho mais rapidamente, de modo que apenas o trabalho familiar não bastaria, sendo que chamava a vizinhança para realizar coletivamente este trabalho. O camponês que convocava esta ajuda tinha a obrigação moral de responder aos apelos de seus vizinhos pelo mesmo tipo de trabalho.

<sup>142</sup> A entrevista foi concedida em 1983, o documento informa que ele já faleceu (VAN HAM, 2006).

o roçado, queria trabalhar, não queria massacrar ninguém, não queria; o problema era trabalhar (GALEGO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 138)

Esta fala deixa evidente como o mutirão era uma ação que visava repor um roçado destruído ou, como fica nítido em outros relatos cedidos a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006), plantar em um terreno que não estava sendo utilizado para plantio de cana em uma propriedade. Esta prática é marcada pela imagem de um proprietário que não quer ceder terras para o morador trabalhar – as quais ele chama de manga -. Como o entrevistado indica, o objetivo era trabalhar e o que se fez na ação coletiva, foi um trabalho de plantio. Esta prática, portanto, remete a um desafio a figura de autoridade do grande proprietário, visto que os moradores contrariam suas ordens requerendo terras para plantar. Este desafio não era a totalidade das regras da morada, visto que, como indicam os relatos, os mutirões não visavam atingir a cana, mas apenas áreas que já eram de roçado ou que não estavam sendo utilizadas.

As reações dos proprietários aos mutirões também variavam, diversos relatos (VAN HAM, 2006) indicam a repressão violenta a esta ação, assim como outros apontam para casos em que a força do movimento, seja pelo número de pessoas presentes, seja pela persistência da ação, se demonstrava de modo a inibir a coerção do latifundiário e resultando na efetivação daquele plantio para um ou para vários moradores daquela propriedade. Vicente que também era morador em São Salvador e que participou das Ligas, relata:

No terreno de um tio meu, que plantava e o fazendeiro lá, quis tomar o terreno, lá vai; meu tio tinha a roça que arrancou pra fazer farinha; limpou o terreno e plantou; o fazendeiro, senhor de Engenho, foi e arrancou e plantou cana, e lá vai e a gente fomos. Arranquemos a cana, plantemos maniva. No outro dia ele arrancou a maniva, plantou a cana e a gente arranquemos a cana e plantemos a maniva [de novo]<sup>143</sup> e eu sei que plantou-se e terminou o meu tio ficando com o terreno, até na data que saímos de lá. (VICENTE, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 389)<sup>144</sup>

Este caso resultou em uma continua plantação e retirada do plantio, na qual o tio do entrevistado consegue permanecer com as terras, o que evidencia como essa prática se tratava quase que de uma negociação indireta, na qual a ação das Ligas ocorria de

---

<sup>143</sup> Nota do documento original

<sup>144</sup> Entrevista concedida em Sapé em 1983 (VAN HAM, 2006).

modo a não necessariamente enfrentar o grande proprietário em uma negociação com uma liderança, mas através de uma ação que rompia com as regras da morada e que indicava desobediência ao patrão. A fala de Maria da Guia, que morava em terras da Usina Santa Helena e que foi entrevistada por Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) em 2003, também traz contribuições:

**Guia:** Antes dessa época, eles tinham oportunidade de trabalhar em terra livre, plantavam suas fruteiras... mas, quando eles começaram a desenvolver esse conhecimento, no tempo em que foi proibido plantar o roçado do povo, aí os usineiros vinham de noite, cortavam a terra do povo, dos empregados. Aí, de dia, o pessoal e o sindicato se juntavam e iam plantar (MARIA DA GUIA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p 305-306)

Esta fala remete a relação entre a percepção de que o grande proprietário não estava mais concedendo terras e a ação de mobilização política através das Ligas, o que revela a relação entre o horizonte de expectativas por terra e a formulação dessa ação política. O mutirão ao estabelecer diversas vezes uma negociação indireta através do desrespeito a autoridade do grande proprietário, mantinha um traço de continuidade para com ações como as relatadas por Rangel (2000) a respeito de Nivaldo, que faz uma casa de taipa a seus filhos sem antes pedir autorização. Entretanto, se a ação do mutirão muitas vezes não implicou em uma expressão nítida de demandas, o fato de ela ser realizada de dia, às vistas dos vigias e dos proprietários e sendo nitidamente organizada pelas Ligas, revela como havia um caráter público não presente nas resistências cotidianas dos moradores. Este tipo de ação permitiu casos de vitória dos demandantes por terra, como casos de derrota, que é o que acontece no caso relatado por Maria da Guia a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006).

### **3.2.3 Dos acordos cotidianos à negociação coletiva: tensionamentos entre a violência e o atendimento de demandas**

Entre todas as formas de resistência cotidiana presentes nas experiências dos moradores a que esta pesquisa atribui maior destaque é a formação de acordos cotidianos. Trata-se da busca do morador por chegar a acordos com o grande proprietário para que, dependendo do contexto, mantenha ou melhore sua situação, ou até para que tenha menores perdas. Diversas pesquisas como as de Palmeira (2009), Sigaud (1980), Afrânio Garcia Júnior (1989) e Novaes (1997) ressaltam como o

cotidiano camponês é marcado pela interiorização das regras da morada, constituindo uma forma de dominação com poucas possibilidades de revolta perante o grande proprietário. Rangel (2000) em sua pesquisa propõe uma crítica a esta visão, não por questionar que esta realidade era fortemente marcada pela violência e pelo domínio das decisões dos latifundiários, mas por observar que mesmo em um contexto tão repressor havia espaço para pequenas formas de resistência que permitiam a alguns moradores permanecerem em melhores posições ou sofrerem menores perdas em casos de expulsão ou punição. A partir da análise da autora e das entrevistas que ela realizou, assim como pela observação das entrevistas concedidas a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006), esta pesquisa propõe que as negociações eram uma das mais relevantes formas de resistência cotidiana encontradas neste contexto histórico, isto porque elas não ocorriam apenas em alguns momentos específicos, como as sabotagens, ou o já mencionado “roubo de si”, mas porque faziam parte do cotidiano camponês e envolviam uma grande sequência de conversas com vigias e grandes proprietários que lhes permitiam, em muitos momentos de sua trajetória, tensionar por permanecerem em melhores posições sociais.

Desde a chegada em uma propriedade para pedir morada estes agentes se envolviam em uma série de negociações com os proprietários e administradores, como por exemplo pedir um sítio ou o direito de plantar certos tipos de cultura. O acordo cotidiano, portanto, era um recurso importante para se conseguir obter um sítio e melhores condições, entretanto, no período da expansão da cana o recurso dos foreiros de realizar acordos com os grandes proprietários se direcionava mais a não perder seus sítios ou a conseguir alguma indenização pela perda destes. O caso de Antônio Joaquim é mencionado por Rangel (2000) para esclarecer sua perspectiva, como já mencionado em ponto anterior, ele era foreiro e vai percebendo o aumento do cambão e do foro – anunciado ao conjunto dos moradores em reunião - como uma injustiça, até que o grande proprietário vem a sua casa para dizer que precisaria do sítio, ao que o morador concorda, sendo consegue adquirir outro sítio, mas mais distante e com terreno pior. A respeito deste momento ele afirma: “Que jeito tinha pra dá? A terra era dele e ele tava precisando. Concordei, mas pedi a ele pra deixar eu colher a safra, que já tava quase no tempo e ele deixou, num fez confusão, por isso, não, e nós marcamos um prazo pra eu entregar o sítio.” (ANTÔNIO JOAQUIM, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 267). Rangel

destaca como o fato dele conseguir outro sítio<sup>145</sup> e a colheita da safra demonstram como o recurso do acordo lhe permitiu alguma manutenção de sua posição social. Ela afirma:

Acredito que a possibilidade de negociação, embora baseada numa reciprocidade desigual, pelo reconhecimento do direito do senhor de pedir a terra, pela necessidade de autorização para colher a safra e pela aceitação do aumento do foro e do cambão, ainda assim, é um lugar de reciprocidade, senão, qual o sentido que teria a reunião que foi feita pelo patrão para anunciar o aumento do foro, e depois qual o sentido da ida do patrão à casa de Antônio Joaquim para comunicar que estava precisando do sítio para plantar cana? (RANGEL, 2000, p. 268).

O fato de Antônio Joaquim dispor de limitadas possibilidades de negociação é indicativo de como esta alternativa, desenvolvida em meio a uma relação muito desigual entre o grande proprietário e o morador, tinha de usar de falas dissimuladas, não podendo transformar o anseio por terra em demandas explícitas. Assim, o acordo cotidiano constituía uma resistência cotidiana em meio aos tensionamentos das obrigações entre o latifundiário e o morador. Rangel (2000) destaca como o recurso a acordos e o sentimento de injustiça, que se nutria da ruptura da expectativa do morador de ter um sítio, não implicavam em uma mudança imediata da percepção do morador sobre o grande proprietário, mas indicam que esta relação não é marcada apenas por submissão, mas era como um jogo de forças, mesmo que muito desigual. Assim a ação dos grandes proprietários também não podia se direcionar a uma ruptura abrupta das relações devido a estes tensionamentos constantes da relação. Se interpretarmos esta questão a partir de Elias (1999) podemos entender como nas diversas figurações mesmo os agentes com menos recursos de poder ainda conseguem tensionar as relações devido a interdependência das relações que mantém com agentes mais poderosos, que não podem simplesmente descartá-los.

No início da dissertação foi apresentado o caso de Severino, que também concedeu entrevista a Rangel (2000), em que se demonstra um caso de tentativa de acordo deste com um administrador, buscando fazer com que seus filhos pudessem trabalhar no seu sítio ao invés da lavoura de cana. A fala dele é dissimulada, sendo que ele afirma não estar reclamando mas indica que seria um pecado deixar apodrecer a plantação, utilizando da interpretação religiosa para colocar um questionamento moral

---

<sup>145</sup> Ele acaba não conseguindo se manter neste novo sítio, também o perdendo posteriormente (RANGEL, 2000).

ao administrador e demandar indiretamente a permissão do trabalho dos filhos em seu sítio, pedido que é negado pelo administrador. O relato deste entrevistado prossegue com a indicação de que depois desse acontecimento ocorre o aumento do cambão e de seu “encabrestamento”, de maneira a ter cada vez menos tempo de trabalhar no sítio, o qual já tinha sido reduzido pela metade, então ele indica:

Foi quando veio a lapada final. Ele pediu o resto do sítio para plantar cana. A terra era muito boa, como eu lhe disse no começo pra senhora, e a ambição dele cresceu para cima do meu canto. Aí não teve outro jeito se não enfrentar aquela desgraça todinha. E começou a peleja, que dali eu não podia sair, não senhora, que eu tinha nascido e me criado naquelas terra, criado meus filho tudo e não podia sair, não senhora. Foi aí que um clarão alumiu o meu juízo e eu pensei, era tudo ou nada, era guerra mesmo. Fiquei ali até o fim. É isso que eu posso lhe dizer (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 277).

O resultado da decisão de Severino de não ceder o sítio foi ser fortemente reprimido pelo administrador, que destrói sua plantação sem nenhuma indenização, ele afirma: “ (...). Aqueles cachão de banana, já quase madurinha, e eles cortava assim né, e ia amontoando num canto e depois metia a foice pra cima, que nem pra salvar as banana os desgraçado servia. Era a lei do cão dona. Só podia ser (...) ” (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 277). Este caso demonstra como a negação a fazer acordos cotidianos pelos grandes proprietários podia desencadear a repressões mais fortes contra os moradores, que podiam acabar sendo expulsos sem nenhuma indenização. O caso de Severino é interessante pois no relato que concede a Rangel fica nítido que ele era um foreiro com um sítio muito grande e que tinha muita proximidade para com o grande proprietário, tanto que ele dificilmente, em sua entrevista, fala algo sobre o proprietário que não seja o relacionando a uma figura de “bom patrão”, sendo que ele relaciona a perda de seu sítio ao administrador. Esta proximidade com o grande proprietário e o fato de ele ter tido um grande sítio demarcavam que ele dispunha de possibilidades constantes de negociar com o latifundiário e colocar suas demandas, entretanto, esse recurso passa a se fechar no contexto da expansão da cana, quando o administrador cede cada vez menos nos acordos com ele até que pede todo o sítio. O relato de Severino, ao permitir a interpretação de que eram os agentes em melhores posições na morada os que tinham mais recursos a resistência cotidiana dos acordos, permite, ao associarmos essa percepção com a indicação de que os foreiros foram os que mais se mobilizaram nas Ligas, chegar a interpretação de que foram os agentes que

dispunham de mais meios de resistência cotidiana os que mais tiveram motivações para filiar-se as Ligas no momento da expansão da cana e perda de seus sítios.

O acordo como resistência cotidiana apresenta semelhanças muito interessantes com uma das ações mais utilizadas e mais eficazes do repertório das Ligas Camponesas: as negociações coletivas. Trata-se da ação em que diversos moradores vão a casa do senhor de engenho para impedir a expulsão de moradores ou para exigir terras para plantio, cercam a casa e iniciam a negociação com o proprietário, como já descrito por Assis Lemos de Souza (1996) que liderou diversas destas ações. Os relatos concedidos a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) demonstram que diversas destas negociações foram precedidas pela tentativa frustrada do próprio morador usar da negociação – da tentativa de fazer acordos - como resistência cotidiana, o que demonstra que, para além de manterem continuidades em sua forma e demanda, era comum que esta forma de resistência cotidiana precedesse a própria ação coletiva, como fica nítido no exemplo a seguir, contato pelo já mencionado repentista das Ligas, Galego:

**Tonny:** Como foi aquela estória do homem lá de Marau?

**Galego:** É o seguinte lá em Marau Dr. José Marinho era o dono de lá, do Engenho de Marau. Então, tinha um barracão de um tal de Seu Manoel e ele [José Marinho, o proprietário] dava vale aos morador pra comprar lá. Depois naquela época eles tinham terminado de comer aos pobres que tinha lá no barracão... aí o rapaz foi cobrar – Dr. é o seguinte: - Eu queira que o senhor cooperasse comigo porque eu não tenho mais o que vender aos seus morador a mercadoria que eu tinha, eles já comeram. O senhor dizendo que pagava e até hoje não pagou e eu não tenho mais dinheiro para comprar. Quando eles chegam procurando outra mercadoria eu não tenho... Eu queria que o senhor me pagasse. E ele falou: - Que conversa de pagar é essa, rapaz? – Eu vou é botar o gado na sua lavoura. Aí, botou o gado dentro da lavoura do rapaz, e o rapaz ficou sem saber o que fizesse. Aí se juntou seu João Joaquim, que era delegado de Sindicato [delegado: líder local na fazenda Marau] e João Pedro que era Presidente. Aí chega o João Pedro falou pra ele: - Dr. como é que é? Vamos ajeitar aqui, o senhor paga a lavoura do rapaz, o senhor paga o do seu morador comer no barracão, que o rapaz quer sair, ninguém quer briga, quer a paz e tal. (...)” (GALEGO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 135)

Esta narrativa demonstra como após a resistência cotidiana ser negada<sup>146</sup> pelo proprietário, que se recusa a pagar uma dívida que tinha contraído com este morador e

---

<sup>146</sup> Cabe ressaltar que a emergência da forma movimento não implica no desaparecimento das resistências cotidianas. O processo que permite a existência das resistências cotidianas e o que permite a emergência de movimentos sociais não são excludentes, por mais que as duas formas necessariamente tomem formas diversas e em muitos sentidos, opostas (mas não antagônicas).

que bota o gado na lavoura deste devido a ele ter cobrado de maneira dissimulada o pagamento, o caminho acionado por este morador junto as Ligas Camponesas foi uma outra negociação, mas esta, como se percebe no relato condido a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006), contava com uma massa grande de camponeses cercando a casa grande e com as lideranças do movimento para negociar com o proprietário o pagamento da dívida e de indenização pela lavoura, o que era pedido nos casos em que a permanência na propriedade não fosse desejada pelo morador ou fosse inviável. As continuidades entre uma forma e outra são nítidas, visto que ambas recorrem a caminhada do morador para falar com o proprietário e expressam quase que as mesmas demandas, sendo apenas a indenização acrescida a tentativa de negociação do morador, devido a invasão do gado na lavoura. A característica principal que é mantida entre uma forma e outra é que o ponto nodal da elaboração de demandas e da forma de expressar estas é a relação com o grande proprietário, visto que ambas recorrem a este e esperam a mudança da situação do morador a partir do tensionamento da relação para com este.

As continuidades das duas formas não apagam as discontinuidades, que também são marcantes. Quando o morador demanda ao patrão o pagamento da dívida a maneira de expressar esta era na forma de um pedido, quase como que se o proprietário fosse lhe fazer um favor: “Eu queria que o senhor me pagasse”. Contrastando com essa fala se vê o relato de como João Pedro Teixeira fala com o proprietário: “ (...) o senhor paga a lavoura do rapaz, o senhor paga o do seu morador comer no barracão (...) ”. O tom dessa liderança não é o do pedido, mas de uma exigência, quase uma ordem, o que chega até a passar a impressão de uma inversão da relação entre o morador e o patrão, visto que um camponês dar ordens a um proprietário era algo quase impensável dentro das relações da morada. O limite da tentativa de fazer acordos cotidianos estava justamente na característica que lhe permitia a existência: a sua dissimulação, a qual evitava, por diversas vezes, a repressão do grande proprietário. Por outro lado, a característica que define a negociação coletiva como repertório das Ligas é justamente o seu caráter público, coletivo e explícito de demanda coletiva. O proprietário se sentia pressionado a negociar devido a expressão aberta de descontentamento de um grande número de trabalhadores rurais e camponeses. Um outro relato, de Severino Guilhermino de Souza, que foi membro das Ligas em São Salvador, Sapé, concedido a Irmã Tonny (VAN HAM, 2006) em 2001, quando ele tinha 73 anos, expressa mais detalhes sobre este tipo de ação:

**Tonny:** Severino, como João Pedro organizava uma ação?

**Severino G.:** Quando ele estava findando uma prática (reunião), aí chega um morador de Dr. José Marinho, de Maraú; chega e dá queixa de um terreno, que ele morava, há 40 anos. Esse terreno era cercado em volta da casa, tinha quatro hectares. E o Dr. José Marinho sabendo que o morador tinha documento da Liga Camponesa, aí ele vai e manda arrancar a cerca. Aí, o gado invadiu e acabou com a lavoura dele todinha. Aí, João Pedro Teixeira disse: ‘Meninos, o que é que nós vamos fazer, agora? Todos vocês, quem é que está disposto para ir para a luta, amanhã?’ Aí eles disseram: - ‘Nós’. Aí, João Pedro: - ‘Nós, quem? Quero ver as mãos levantadas, de todos.’ Aí todo mundo levantou as mãos. Aí, João Pedro: - ‘Já sei. Amanhã bem cedo, as cinco horas da manhã, vocês estão dispostos a estar aqui?’ - ‘Estamos’. João Pedro: - ‘Então amanhã, às cinco horas, queremos todo mundo aqui, na Sede, para a gente ir à Fazenda Maraú.’ Quando foi na segunda-feira... (...) O finado meu sogro, pai, eu e muita gente, muita gente. Quando chegamos lá passamos pela casa do morador (...). Aí, seguimos para a fazenda. Aí fomos todinho de pé. João Pedro Teixeira na frente. Quando chegamos de frente à casa, João Pedro Teixeira bateu palma (...). Aí, o doutor botou a cabeça do lado de fora. Aí conheceu nós: ‘Ah, é a primeira fazenda que vocês vê invadir, é a de dr. José Marinho?’ Aí, João Pedro: - ‘Não, não viemos invadir. Nós viemos fazer uma inteligência [diligência] aqui.’ - ‘Qual foi a inteligência [diligência] que vocês vieram fazer aqui?’ João Pedro: - ‘Doutor, nós viemos levantar a cerca do morador que o senhor derrubou. Quarenta anos que esse morador mora, pagando os direitos, trabalhando nesse terreno. Há tanto tempo, doutor, esse morador pagando os direitos, e o senhor agora achou de arrancar a cerca. Por que? Nós queremos somente o arame, e as estacas para botar no lugar. Nós vamos fazer a cerca’. Aí ele disse: - ‘Nenhuma vez!’ Aí, com os palavrões dele e...: ‘Agora mesmo, eu vou para Pernambuco, vou botar no rádio lá, no jornal.’ Aí João Pedro disse assim: - ‘Pode ir para onde quiser. Mas, o arame nós vamos achar.’ Aí, ele saiu por trás e foi embora. Quando demos fé, foi o gerente que apareceu na porta, e já foi com revólver, na frente. Mas tinha dois cabra muito bom de ‘cinema’, um de um lado, outro do outro, aí, João Pedro pega no braço dele e disse: “Nós não viemos aqui para derramar sangue de ninguém, nem nós queremos nosso sangue derramado” Aí, virou o revólver pra baixo. Aí, só foi trancar a janela e escondeu-se, lá dentro. Imediatamente, chegou um carro de polícia. Quando chegou o carro de polícia, o pessoal teve medo. Aí, a polícia viu que estava tudo calmo e disse: “Nós não viemos prender ninguém. Nós viemos aqui garantir vocês trabalhadores, e também o administrador para não haver nada”. Aí, João Pedro disse: - “Não, aqui nós viemos fazer nada. Nós só queremos o direito; é o direito que nós precisamos.” Conversaram e foram embora. (...). Quando acabemos de almoçar, de uma hora, chega outro carro de polícia e pedem calma: “Calma, por que nós não viemos fazer nada com vocês. Viemos aqui somente para garantir vocês resolverem como fica entre o doutor e vocês.”

**Tonny:** Levantaram a cerca?

**Severino:** Não, nada, porque esconderam, né. E quando foi de cinco horas da tarde, aí João Pedro disse: - “Meninos, ’o seguinte: Nós viemos todos juntos, todos vocês vieram de carro, mas o carro não vem apanhar vocês. Vão a pé. Eu vou ficar aqui.” Aí eu disse: - “Não, para o Sr. Ficar, não. O Sr. Não vai ficar aqui sozinho não.” Ele disse:

- “Não, podem me deixar aqui, Graças a Deus, não vai acontecer nada não. ” E ele ficou até findar de negociar com o fazendeiro. Ele foi até meia noite. (...). Aí, depois veio advogado, veio tudo, e negociaram com ele. O proprietário deu alguma coisa a ele porque não queria ele mais. (SEVERINO GUILHERMINO DE SOUZA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 372-373)

Este caso - que não fica nítido se é o mesmo ou não do que o mencionado anteriormente, visto que por mais que seja na mesma fazenda existem detalhes diversos – revela diversos detalhes sobre como era organizada a ação de ir negociar com o proprietário. A demanda costuma surgir em uma das reuniões, que, como já mencionado, era aos domingos em Sapé, a partir da reclamação de um morador de ter sofrido expulsão. A ação então era agendada para algum dia da semana, e como se percebe nos relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006), diversas destas ações foram marcadas logo para a segunda-feira, dia posterior a reunião. A organização para ir a fazenda tinha como característica a ida em grupos dos camponeses e trabalhadores rurais das fazendas onde moravam para a sede na cidade, da qual eles seguiam para a fazenda na qual aconteceria a ação<sup>147</sup>, onde cercavam a casa grande do latifundiário. Outros relatos apontam que era comum que as fazendas onde as Ligas eram mais ativas participassem com maior número de pessoas, assim como se evidencia que a ida costumava ser a partir de caminhões, mas nem sempre a volta era, sendo esta organizada para que os participantes voltassem em conjunto. Como se percebe, a união, a demonstração de estarem em massa, era importante, tanto para demonstrar a força de sua reivindicação<sup>148</sup>, quanto para evitar conflitos violentos que sempre eram uma possibilidade latente.

Os objetivos da negociação também variaram conforme ocorreu a discussão com o grande proprietário, visto que o objetivo inicial era recolocar a cerca para repor a lavoura do morador, o que caracteriza essa ação como uma tentativa de mutirão, mas esta possibilidade é negada pelo fato de o proprietário evitar que o cercado fosse restituído, o que gera uma modificação no objetivo das lideranças presentes, que passam a negociar

---

<sup>147</sup> Assis Lemos de Souza (1996) também indicava como a trajetória dessas ações costumava ser em regiões próximas as estradas, que ligavam a sede da Liga na cidade a algum distrito, ou entre dois distritos. Depois iam pelas estradas e saíam destas para as fazendas, em grupos que variaram de 500 a 5 mil camponeses. Quando chegavam a 200-300 metros da casa grande faziam uma pausa e depois corriam para cercá-la, sendo que depois disto se procedia a negociação entre lideranças e proprietário.

<sup>148</sup> O que permite partir da perspectiva de Tilly (2010) para firmar que representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento são fundamentais para que o repertório do movimento social e suas demandas sejam reconhecidos pelos grandes proprietários.

uma indenização ao morador, o que é conseguido após longa espera. Este fator é importante pois demonstra como o permanecer em frente à casa grande, “desobedecendo” o grande proprietário, era sentido como uma afronta as regras e normas que mediavam as relações deste com os moradores. O desafio a sua autoridade e o amplo número de camponeses pressionavam fortemente o latifundiário.

O tensionamento da negociação era permeado pela possibilidade de violência, como fica nítido quando João Pedro Teixeira evita um conflito entre moradores e o administrador que estava armado. Este tensionamento inicial, no qual o latifundiário xinga e ameaça os moradores, é comum nas narrativas dos entrevistados, como em outro caso mencionado em que o proprietário diz a Assis Lemos de Souza que ninguém – remetendo aos moradores - o escutaria, mas ele continua falando e é apoiado pelos camponeses e trabalhadores rurais presentes (VAN HAM, 2006). Este tensionamento inicial para ser ouvido demarca uma disputa entre a autoridade do grande proprietário e da liderança das Ligas pelo direito de falar, que tendia a favorecer a liderança, visto que a ação era organizada com participantes do movimento. Nos relatos é comum a menção de que a liderança presente nas negociações acalmava os latifundiários, os vigias e os próprios moradores, o que remete a como esta liderança tensionava essas figurações no sentido de evitar a violência física para permitir que um diálogo permitisse acordos. Assim, essa ação coletiva era em geral marcada pela tentativa de evitar práticas violentas, como se percebe no fato de que, mesmo com a casa cercada, eles não tomavam o grande proprietário como alguém que estivesse ali preso, visto que João Pedro Teixeira, após o proprietário mencionar que ia para Pernambuco, afirma que este poderia ir aonde quisesse, mas teria de ter acordo. O que demonstra como a possibilidade de um conflito era latente no caso de o proprietário se negar a negociar, mas também deixa nítido como havia uma agência desta liderança camponesa no sentido de evitar que o conflito tomasse conta da situação.

Outro fator marcante desta entrevista é que se menciona que ao falar com o proprietário, João Pedro Teixeira, teria indicado que o morador a anos pagava os direitos e agora o proprietário o expulsava. Este fator é relevante pois demonstra como as demandas e justificativas das ações tinham como pano de fundo a moralidade das relações da morada, nas quais as obrigações mútuas entre proprietário e morador exigiam deveres de um para com outro. Assim, a narrativa dos moradores e das lideranças apresentam como momento de ruptura para com o grande proprietário, o momento em que este deixa de cumprir suas obrigações. A motivação para a ação é

apresentada como sendo o fato deste ter rompido primeiro com as suas obrigações, assim, se justifica que o morador também poderia romper com as suas obrigações e não mais respeitar a autoridade do grande proprietário. Uma das partes da narrativa expressa como este elemento também se apresentou na prática desta ação: no momento em que entraram na fazenda o primeiro lugar que visitaram não foi a casa grande, mas a casa do morador que teve a lavoura invadida, uma ação que, planejadamente ou não, reforçava a percepção do sentimento de injustiça que este morador tinha sofrido e que era uma afronta a moralidade dos demais agentes que participavam da ação.

Outro caso, também em Maraú revela mais detalhes sobre essa forma de ação, como relata Vicente:

(...) De Maraú, eu sei que lá vai, lá vai...nós juntamos dois caminhões de gente. Aí Seu João Pedro mais João Joaquim arrumaram um caminhão. Até que um caminhão foi do próprio proprietário da Fazenda de Maraú. De Dr. Zé Marinho. E seu João Pedro arrumou um caminhão e o motorista perguntou: - Pra onde vai esse caminhão de gente? Ele disse: - Não, nós vamos fazer um trabalho aí, na beira da pista. O senhor leva que a gente paga. Ele disse: - Tá certo, eu vou pra Fazenda; dá certinho. Aí, ele pegou e saiu. (VICENTE, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.386-387)

O relato explicita que o caminhão que conseguiram era por acordo com o motorista, o que revela como poderia ser um recurso a faltar em certas ações. Vicente prossegue dizendo que a ação era, como no caso anterior, para levantar o cercado de um morador e que este tinha novamente sido escondido, mas desta vez eles o acham. Outro detalhe de sua narrativa é que o proprietário, Dr. Marinho, não apareceu durante todo o acontecimento, apenas o gerente (VAN HAM, 2006).

(...) E chegemos no Engenho, procuremos, lá vai, lá vai, encontremos as estaca e o arame. Aí pra lá houve uma discussão, lá, do gerente com Pedro Fazenderio e o João Pedro. Aí, lá... eles tem assim, o terraço, um primeiro andar. Aí o gerente subiu pro 1º andar, na casa da Fazenda. O Engenha fica pegado com a Fazenda. Aí os cabra começaram a gritar, gritar: “cuidado em cima, que ele vai pra cima e ele pode querer atirar em alguém de lá de cima da varanda. Aí os camponeses tinha invadido, tinha entrado um bocado dentro da casa, atrás do gerente, lá vai. Aí Seu João Pedro mais Pedro Fazenderio pedia: “Calma, calma, calma”, e aí acalmou-se tudo. Eu sei que a gente trouxe o arame, fizemos o serviço, cavemos buracos, batermos o arame, batermos o arame, deixemos lá cercados. Não houve problema. (VICENTE, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 387)

Diferente do outro caso, desta vez o mutirão funciona, mas ocorre aí uma mescla entre negociação e mutirão, na qual as tentativas de diálogo foram sendo negadas pelo gerente, mas a força do movimento foi suficiente para conseguir realizar o mutirão mesmo sem consentimento explícito do gerente. Uma semelhança para com a ação anteriormente relatada é que novamente as lideranças ocupam um papel de acalmarem a ambos os lados, tanto o gerente como os camponeses e trabalhadores rurais que participavam da ação. O fato das lideranças terem evitado que os participantes da ação continuassem a entrar na casa revela como havia um tensionamento forte nesta prática, ou seja, havia uma série de ações e símbolos usados como afronta ao grande proprietário, mas este enfrentamento, que era a característica que permitia a ação ter força e implicar em uma negociação entre as partes, tinha uma linha tênue entre suas possibilidades que resultariam em diálogo e entre as que resultariam em violência, por isso, quando as lideranças pedem aos participantes para sair da casa, estas estavam tensionando para que a relação continuasse dentro da forma de ação característica da negociação, impedindo que a ação resultasse em conflito violento.

Vicente prossegue a narrativa dizendo que depois do mutirão dois jipes do exército chegaram de João Pessoa com informações de que o engenho tinha sido colocado a baixo. Ele indica que neste momento os trabalhadores rurais e camponeses que participaram da ação já estavam na casa de farinha, comendo um pouco pois estavam com fome. Ele indica que alguns fugiram por medo de repressão, mas que quando os soldados vieram falar com eles, lhes foi explicada a situação e, por verem que nada havia sido destruído, foram embora (VAN HAM, 2006). Vicente então relata como foram embora da fazenda:

**Vicente:** O João Pedro tinha combinado que o caminhão vinha buscar a gente, e lá vai, lá vai, e o povo foram saindo de um a um, e daqui a pouco tinha ainda umas cinquenta pessoas só. E cadê caminhão? E deu quatro horas da tarde, deu cinco e nada. João Pedro disse: “Meninos, sabe de uma coisa; vamos andando de pé pra casa? Quando a gente se encontrar com o caminhão, nós monta e num instante chega. Dissemos: “Bora” os mais fraco foram desaparecendo, né, os mais forte resistiram. João Pedro também era um homem que não deixava trabalhador no sufoco. Se morresse trabalhador ali, ele tava do lado do trabalhador. Por isso que eu digo: Neste tempo o dirigente da Liga era morto, que nem aconteceu com João Pedro, Pedro Fazendeiro e Nego Fubá, que eram uns homens que estavam de frente à luta dos trabalhadores. Não eram homens (...) para botar o trabalhador e ele só sentado no birô, não. Eles iam na frente do trabalhador. Se morresse, quem morria primeiro era ele, não o trabalhador. Aí nós viemos

embora e tiremos de pés da Fazenda Marau para aqui. E cheguemos, dentro de Sapé às sete horas da noite.

**Tommy:** E o João Pedro não ficou lá, não?

**Vicente:** Veio deixar a gente dentro da Sede das Ligas Camponesa. Deixou a gente aonde apanhou a gente, foi aonde ele deixou a gente. E ele de cá destinou a vida e foi pra casa ou dormiu lá na Sede, não sei. (VICENTE, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 388-389)

Esta fala ressalta como após as negociações as lideranças tentavam organizar os moradores para irem em conjunto de volta a sede, fosse com um transporte ou a pé, para evitar represálias, seja no caminho ou na própria fazenda devido a diminuição do número de pessoas que participavam da ação, visto que era o fator de ter um número elevado de pessoas o que evita medidas violentas dos grandes proprietários. Também se percebe que com o passar do tempo, e nas ações mais críticas, como quando a polícia chega, existem aqueles que vão saindo aos poucos, fugindo da ação, e que isso foi significado por Vicente como os fracos que saem e os fortes que ficam. Assim, medo e coragem são tomados como termos a medir o comprometimento com o movimento, sendo que as figuras das lideranças eram as que mais expressavam essa figura de coragem, pois iam na frente e, caso houvesse confronto, seriam as primeiras a morrer.

A negociação também poderia assumir formas diferentes, como relata Manoel Dantas, que era membro das Ligas em Massangana em Cruz do Espírito Santo, a respeito da tentativa da proprietária, Maria Augusta, vender a propriedade a um outro grande proprietário, Dr. Ramiro, que ia explorar as terras de modo a expulsar os moradores:

(...) E com isso Dr. Assis Lemos marcou um dia: - Vá pra João Raimundo; espera por mim em João Raimundo; [Disse ao] <sup>149</sup> Dr. Ramiro. Dr. Ramiro foi quem tinha comprado a terra. Ai quando chegou lá, Dr. Assis Lemos disse [aos camponeses]: - Não compre terra! (Lotes) <sup>150</sup>. Vocês, quando eles vem conversar com vocês, diga que ninguém quer terra. Terra é pra trabalhar. Ninguém vai comprar terra, por que terra é pra trabalhar. E aí, começou, e Dr. Ramiro..., ele pôde..., nem conversar, porque não deixaram ele conversar direito. Aí, ele pegou o carro e foi embora. Foi se embora e ficou nisso. Aí, já estava medindo tudo... O povo disse: - Não; vamos quebrar a máquina e... quebrar tudo, o que estava se usando, o pessoal que estava medindo né, lá os terrenos. A gente foi lá, se encontrar com ele. Aí ele veio logo; o Dr. Ramiro veio logo para Massangana, né, avisar aquele

---

<sup>149</sup> Notas originais do documento.

<sup>150</sup> A narrativa de Severino Lupício, que militou nas Ligas na mesma fazenda, sendo inclusive entrevistado com Manoel Dantas, indica que Dr. Ramiro estava falando que ia comprar as terras para os moradores, mas que isto era “calote” e que os moradores estavam revoltados com ele (VAN HAM, 2006).

povo que estava medindo. Aí pronto, ficou naquilo, ficou naquilo. (MANOEL DANTAS, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.292-293)

A narrativa traz uma negociação que se processa de outro modo: ao em vez de cercarem a casa grande da proprietária, as lideranças chamam o comprador para uma reunião que, aparentemente, tinha várias características de um comício, visto que Assis Lemos de Souza discursava para os moradores enquanto Ramiro tentava também fazer suas falas, mas teve pouco espaço para isso devido à como foi rechaçada a possibilidade de venda pelos que estavam ali presentes, que chegaram a ameaçar de quebrar as máquinas que seriam usadas para a medição do território. Assim percebe-se que no caso desta negociação o diálogo com o grande proprietário é interrompido rapidamente devido a oposição forte contra este, ficando a ação com semelhanças a uma passeata, com palavras de ordem e discursos, por mais que a proposta do espaço fosse a troca de palavras e estas tenham ocorrido, mesmo que rapidamente. Manoel Dantas (VAN HAN, 2006) relata que em outra ocasião os moradores também tentaram evitar o corte da mata desta propriedade, que tinha muitos foreiros, pois esta seria um dos procedimentos para a realização da venda. O resultado destas práticas foi positivo, visto que se evitou a venda da propriedade, mas este mesmo entrevistado afirma que a propriedade foi vendida em 1964 para outro grande proprietário, Abílio, que segundo consta neste relato, e em outros, tinha proximidade com Pedro Gondim, governador da Paraíba, o que favoreceu o processo de compra.

Um aspecto a ser percebido neste relato é o de que a mobilização conseguia manter os foreiros em suas terras, como se percebe na narrativa de Severino Lupício, que militou nas Ligas junto a Manoel Dantas, e que chega a afirmar que apenas uma pessoa foi expulsa nesta ocasião e que a sua própria condição mudou pois ele consegue pressionar o administrador:

(...) Felipe, que botou ele pra fora. O Galego disse que ele ia botar eu pra fora, mas não botou. Ainda fez uma casa pra mim lá. Eu morava numa casa de palha, aí, ele fez uma casa pra mim de telha. Eu apertei ele demais, lá.

**Tonny:** Como assim?

**Severino Lupício:** Quando nós ia fazer uma casa eu dizia: - Seu Zé, a minha casa tá caindo, o senhor vai fazer outra ou não? Era José Veneza. Aí, ele chegou e disse: “É, vou ver.” Aí: “Vou ver não, quero saber se vai fazer, por que se não, eu mesmo faço por minha conta. Aí, ele disse: “Não, deixe que eu vou fazer e ele disse: “Chame Cosmo de Campina, que é pra tirar a madeira. (SEVERINO LUPÍCIO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 376)

A narrativa chama a atenção para como a existência das Ligas e da possibilidade de pressionar os grandes proprietários e administradores também resultava em uma mudança na relação cotidiana. Assim, ele afirma que consegue “apertar” o administrador, sendo que esse símbolo do aperto é normalmente usado nos casos em que os administradores estão pressionando os moradores, desta maneira, esta imagem, quase que invertida, demonstra como este morador consegue fazer demandas mais abertamente ao administrador, visto que a maneira como ele relata as demandas não deixam estas com a imagem de pedido de favor que costumava ser utilizada no acordo cotidiano. Este relato permite perceber como a mobilização das Ligas, quando resultavam em diálogo, permitiam aos moradores daquele engenho ou usina manterem ou até melhorarem suas condições de vida.

Os relatos apresentados por Irmã Tonny Van Ham (2006) apresentam muitas vezes a mobilização das Ligas, normalmente associadas a figura de uma liderança, como trazendo resultados positivos aos moradores ao enfrentarem os grandes proprietários. Como na fala de Antônio Pedro, morador que trabalhou com João Pedro Teixeira, a respeito de como o último agia quando sabia de uma terra de morador invadida:

(...) João Pedro, o gado está comento minha lavoura todinha.” Ele se levantava da cama, botava a arma dele – era uma faquinha – botava a arma nos quartos, e já ia acertar com aquele Fazendeiro. Ia para a Federação. Chegava à Federação, fazia, às vezes, o senhor de engenho pagar a lavoura... (ANTÔNIO PEDRO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.150)

Este relato, junto a diversos outros concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006), que apontam que João Pedro Teixeira conversava com os proprietários, as vezes com os administradores, e outras com os dois de uma vez, e conseguia fazer o morador permanecer ou o proprietário pagar a lavoura – há diversos relatos nos quais se explicita que João Pedro Teixeira e outras lideranças, nas reuniões e negociações, sempre usavam do argumento de que se o morador não permanecesse, ele teria de ser indenizado -, assim como outros relatos que mencionam a figura de certas lideranças, como Elias em Alhandra, indo fazer acordos com os grandes proprietários, indicam como se valorizava positivamente a mobilização e a figura da liderança que conseguia os acordos. As narrativas são permeadas por uma ideia de que as Ligas tinham uma força contra os

grandes proprietários capaz de fazê-los ceder, algo que era incomum em toda a cosmovisão destes agentes. A percepção de que a mobilização trazia resultados era um dos fatores que motivavam a moradores que se sentiam injustiçados a procurar a sede das Ligas onde conseguiam orientações com lideranças e com advogados.

A respeito dessa ida a sede das Ligas para realizar demandas cabe ressaltar um ponto, já afirmado anteriormente, a respeito de que as negociações costumavam ocorrer logo após algum morador trazer uma denúncia nas reuniões semanais. Isto é um fator interessante para correlacionar como as medidas jurídicas e as conversas com os grandes proprietários eram realizadas. Novaes (1997) afirma que as medidas jurídicas eram tomadas depois das negociações com os proprietários, entretanto, este argumento parece duvidoso, visto que existem relatos de que havia um volumoso número de processos jurídicos, ao passo que as negociações eram um recurso mais limitado em relação ao tempo, visto que devido a exigir um dia inteiro e, ao menos pelo que os relatos indicam, ocorrer poucas destas por semana, é pouco provável que todo processo jurídico levantado pelos moradores contra os grandes proprietários tenham sido feitos depois de negociações coletivas do movimento. Mas, a análise da autora traz a contribuição de observar como a ação da negociação podia ser usada conjuntamente a via jurídica em diversos casos. A autora também indica que a reivindicação por pagamento de benfeitorias só era realizada quando a permanência da terra estava muito ameaçada, o que condiz com diversos relatos já analisados. Ela também menciona uma fala de Elizabeth Teixeira, na qual esta afirma que a Liga de Sapé conseguiu um aumento da diária de 5 para 40 cruzeiros, o que reforça a indicação de que a mobilização das Ligas conseguiu em diversas regiões manter ou aumentar as condições de vida dos moradores.

A relação entre demandas feitas nas reuniões e ações das Ligas expressava tanto a busca dos moradores por terem respostas a injustiça que sentiam que estavam sofrendo, quanto a predisposição das lideranças em atenderem este tipo de demanda. Severino Lupicínio afirma que João Pedro Teixeira falava a outras lideranças para que estas atendessem as demandas com relação a terra: “Ele dava conselho que se o povo quisesse fazer, fosse lá” (SEVERINO LUPICÍNIO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 381).

Outro indicativo de como em certas áreas de atuação das Ligas, na qual a resposta violenta dos grandes proprietários não prevaleceu antes do golpe militar, as condições de vida dos moradores melhoraram, é o indicativo de João Alfredo Dias, em

uma CPI realizada para apurar o surgimento das Ligas, que foi mencionado por Novaes (1997), a respeito da diminuição dos espancamentos realizados pelos grandes proprietários após a atuação das Ligas e o contato destas com diversas autoridades, desde a polícia a governos estaduais e federais<sup>151</sup>. O contato com estas autoridades e o resultado da diminuição dos espancamentos demonstram como as interdependências que estavam sendo tensionadas pelo movimento eram uma ameaça ao poder local dos grandes proprietários.

Se a possibilidade de negociação e diálogo demarcava a possibilidade de atendimento de demandas e melhoras da condição de vida, o uso da repressão violenta sempre se apresentava como possibilidade que podia tolher qualquer tipo de democratização ou diminuição de desigualdades. A variação entre as possibilidades dependia do que até agora vem sendo ponto nodal da mobilização das Ligas: a relação com os grandes proprietários. Elias, de Alhandra, afirma que:

(...). Um fazendeiro agia de um modo, outro agia de outra maneira. Outros consideravam as Ligas. Mandavam que eles se entendessem, o fazendeiro mandava que eles se entendessem, no Sindicato. Depois fosse lá, se entender com ele, pegar um acordo, não é? Outros não tinham consideração, iam lá com a finalidade de entrar em atrito, como houve vários casos de ameaças de morte, tiroteio. Essas coisas eram de acordo com a propriedade. Quando o dono da propriedade era um cidadão de... categoria... elemento prudente, educado, era feito sempre acordo, havia sempre muitos acordos, foram feitos. Mas, tinha outros que às vezes tinham até formatura, mas que pra ele, ali, o que valia era a prepotência, não é? A prepotência... e não se diria nada. Eu trabalhei aqui na Liga de Alhandra, nunca houve tiroteio não, aqui sempre se resolveu as coisas por aqui mesmo. (ELIAS PEREIRA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.174)

A afirmação de Elias de que a maior parte das ações foi resolvida por acordos indica a força que o repertório das Ligas tinha em conseguir pressionar os latifundiários. Entretanto, como ele mesmo aponta, a variação destas relações podia levar a desfechos violentos. Mas, o elemento de maior interesse para a análise neste momento é como a mobilização tinha um vínculo fundamental a partir da relação entre um conjunto de moradores e os grandes proprietários, mesmo que nem sempre a maioria dos moradores mobilizados tivessem vínculos com aquele proprietário. A narrativa de Antônio

---

<sup>151</sup> Ele curiosamente menciona o Ministro da Guerra como um contato importante para a diminuição dos espancamentos (NOVAES, 1997).

Amâncio e de José Carlos<sup>152</sup> que participaram das Ligas Camponesas em Alhandra demonstra como esta relação era tensionada:

**Antônio Amâncio:** Juntava um grupo de trabalhadores com outro. João Otavio.... Limpava roçado e o proprietário calado

**Tonny:** Proprietário calado? Por que calado?

**Antônio Amâncio:** Com medo. Com medo que eles iam pegar o pesado, acabar com tudo, nera?

**José C.:** Juntava um grupo de trabalhador, assim como hoje, se um grupo de trabalhador e vai para um acampamento, uma invasão. Naquele mesmo tempo, nós não ia pra invasão, mas, ia diretamente para a casa do fazendeiro pra que ele liberasse o trabalhador. Nós enfrentava pistoleiro armado de fusil, enfrentava proprietário. Não era isso Seu Antônio? Eles corriam com medo. Eles corriam com medo, porque eles viviam explorando o trabalhador e a gente não queria que eles fizessem aquilo. E a gente ia direto. Não era seu Antônio? Ia direto. Ia na fazenda e dizia: - Olha você não teja explorando os trabalhador, não. (ANTÔNIO AMÂNCIO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 246)

A narrativa relaciona a força do movimento com a coragem para enfrentar os grandes proprietários e gerar medo nestes, o que tanto demonstra como a violência sempre era uma possibilidade também em relação a ação dos trabalhadores rurais e camponeses, mas que também ressalta o caráter de quebra da autoridade do latifundiário ao enfrentar sua posição de modo a demonstrar como que uma resposta a geração de medo que este realiza em seus moradores no cotidiano. Mas, o fator a que nos reteremos neste momento é o de como a narrativa indica que o movimento naquela época ia direto para a casa de um grande proprietário, o que não resume uma especificidade de estratégia política, mas está atrelado a como a mobilização elaborava seu repertório de ação e sua identidade política, visto que, para o morador, se mobilizar significava enfrentar o grande proprietário a que estava submetido, em romper, por mais que não completamente, com a autoridade a que estava vinculado com este.

Uma narrativa que permite reforçar esta perspectiva é a de Isabel, que, a respeito da mobilização das Ligas em São Salvador, afirma que em certa ocasião foi organizado um mutirão com muitos participantes e que estes vieram tanto daquela fazenda quanto de outras duas, que eram dos mesmos proprietários<sup>153</sup> (VAN HAM, 2006). Este indicativo é relevante pois permite relacionar as mobilizações e as relações entre um

---

<sup>152</sup> Os dois, junto a Damião Cardoso, a esposa de Antônio Amâncio e sua filha, Juraci, foram entrevistados em 2005 (VAN HAM, 2006).

<sup>153</sup> Esta ação acabou sendo fortemente reprimida tendo alguns participantes presos (VAN HAM, 2006).

proprietário e seus moradores, o que ressalta como as ações se direcionavam contra certos proprietários conforme demandas destes moradores, por mais que isto não permita afirmar que os participantes da maior parte das ações eram sempre moradores do proprietário cuja terra estava sendo alvo de ação das Ligas, visto que outros relatos ressaltam que os moradores de engenhos e usinas mais fortemente mobilizados se deslocavam constantemente para reuniões e ações.

A possibilidade de a negociação resultar em diálogo e em atendimento de demandas dependia, como já mencionado, de uma intermediação das lideranças em prol de que a violência física não se exacerbasse entre moradores e grandes proprietários. O relato de Galego apresenta um verso que puxou durante a mobilização em Maraú:

(...). Aí tinha uma moça lá, a filha dele que tava lá na varanda, chegou né, e comecei assim: Naquele tempo eu era poeta de ciranda, gostava de brincar lá na Liga. Aí eu tirei (cantando)

“Em Maraú chegou três caminhão de homem  
Só não sei do nome para lhe explicar.  
Mais companheiro, seu João Pedro com Seu João Joaquim  
Pra pegar Doutor Zé Marinho para acalmar.  
O gerente, seu Abílio quis estoporar  
Mas a Liga Camponesa foi lhe agarrar.  
Mas um tal de Chico Doido quis me<sup>154</sup> degolar

Ele foi saltou de banda  
E as moça, na varanda, pegaram a mijar” (GALEGO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.135)

Este repentista indica que as lideranças presentes pegaram o latifundiário para lhe acalmar, este detalhe é fundamental para entender como havia esta característica do movimento de apresentar as lideranças como quem consegue acalmar um grande proprietário bravo, isto é, impedir sua repressão mediante a negociação. Mas cabe lembrar que este poder de acalmar não se aplica apenas ao latifundiário, mas também aos próprios moradores, tendo em vista que o contexto repressivo fazia com que a tendência a ações violentas sempre se apresentasse. Fora isto, se o latifundiário se “acalmava”, era também devido a pressão que o movimento conseguia exercer ao quebrar diversos símbolos de sua autoridade. Ao não ser obedecido, observar a

---

<sup>154</sup> Em outro momento ele canta o mesmo trecho trocando o termo “me” por “lhe”, o que esclarece que “Chico Doido” tenta degolar o o gerente. Ele explica que as filhas do proprietário estavam na varanda e ficaram assustadas devido ao tanto de trabalhadores mobilizados com “armas da agricultura” e que o gerente de Abílio- o último era o proprietário - pôs a cabeça para fora de uma janela e um camponês o ameaçou com uma foice. Como Galego não sabia o nome deste ele falou que era o “Chico Doido”.

possibilidade de uma reação violenta em que ele saísse perdendo e ver sua posição social ameaçada por diversos camponeses e trabalhadores rurais, havia a tendência dos proprietários em não utilizar a repressão. Esta análise permite entender que a busca de gerar medo pelos participantes das Ligas não expressava apenas as tendências à violência, mas também os enfrentamentos a autoridade do grande proprietário.

Rangel (2000) menciona fala de Elizabeth Teixeira, na qual esta afirma que quando os camponeses cercavam as casas dos fazendeiros, estes levavam um susto, pois estavam acostumados a servidão de empregados que tiravam o chapéu para depois ir falar com eles, enquanto que os camponeses se surpreendiam ao ver o patrão com temor diante deles. Os grandes proprietários se sentiam acuados, tendo em vista que poderiam até ficar sem seus moradores devido aquelas ações. Este relato mencionado por Rangel evidencia como a autoridade do grande proprietário é a todo momento questionada nestas mobilizações.

A negociação oscilava entre diversas práticas e símbolos que poderiam ocasionar tanto o atendimento das demandas quanto uma reação violenta. Assim, é compreensível que a maneira como estas procediam variassem caso a caso. Nos relatos concedidos a Irmã Tommy Van Ham (2006), Antônio Pedro menciona como na fundação do sindicato em São Miguel de Taipu, o proprietário ameaça João Pedro Teixeira por estar invadindo suas terras, e este responde que não entraria nas terras, mas o sindicato seria fundado, que foi o que aconteceu. Os tensionamentos entre o que poderia ser feito e o que seria entrar em uma disputa violenta variavam em cada caso. Sendo que outro relato, de José Hermínio, indica um caso em que ele, como liderança local em Alhandra, já havia mandado diversos bilhetes a um proprietário que era conhecido por ser muito violento, requerendo pagamento de uma lavoura de um morador. Ao não receber respostas ele se dirige com diversos camponeses e trabalhadores rurais para a polícia, e conversa com um oficial exigindo que um ofício seja escrito ao proprietário. O policial o alerta para não fazer besteira e José Hermínio disse que não o faria e por isso mesmo procurou este oficial. O resultado foi que o proprietário enviou o dinheiro por meio deste oficial, que a entregou a liderança das Ligas. Este caso evidencia como as formas de negociação variavam muito conforme a relação que os moradores tinham com o grande proprietário com quem disputavam.

O cotidiano marcado pela violência e pelos castigos era uma experiência que marcava fortemente as possibilidades das formas de ação tomadas pelas Ligas, por isto, ao se sentirem injustiçados e se mobilizarem contra os grandes proprietários, uma das

maneiras de expressarem o rompimento da autoridade destes, era aplicar a violência dos castigos sobre os mesmos. Nos relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) se mencionam alguns casos destes, o que evidencia que eram casos menos comuns, devido tanto a ambígua permanência da figura do “bom patrão” nas narrativas dos moradores, mesmo nas de diversos que constroem oposições a estes, quanto devido a concentração de grande poderio repressivo nas mãos dos proprietários, mediante capangas e força policial. O caso relatado por Damião Cardoso, que militou em Alhandra, retrata uma destas situações:

**Tonny:** Damião, você se lembra da primeira vez que participou?

**Damião:** Me lembro. Foi pra eu tirar a carteira e depois que eu me associei, eu participei de um movimento, em que nós pegamos um proprietário em Alhandra. Nós pegamos um proprietário, fizemos ele cavar a terra com as unhas, plantar maniva, que ele devorou a lavoura do trabalhador.

**Tonny:** Quem foi esse proprietário?

**Damião:** Foi João... Ele era de Nova Alhandra. Ele machucou a lavoura do trabalhador, e eu trouxe 80 homens e fomos pegar ele e fizemos ele plantar a lavoura, cavando a terra com as mãos. (DAMIÃO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.167)

Esta narrativa é muito marcante por trazer a situação em que um camponês consegue fazer um grande proprietário plantar o roçado do morador com as mãos, algo quase que inimaginável dentro das relações de moradia e que quase parece ter saído de um conto fantasioso escrito em um cordel. Esta mobilização utiliza das mesmas características da negociação coletiva, com exceção de seu desfecho, visto que, ao invés de estabelecer diálogo com o proprietário a resolução foi violenta, obrigando este a usar as mãos para repor a lavoura que tinha destruído. Este caso não apenas apresenta a questão de uma inversão dos castigos aplicados aos moradores na moradia pelo patrão, mas também traz um valor da relação com a terra, visto que existe a valorização do trabalho na terra na moralidade destes agentes, mas esta relação sempre associa o trabalho ao camponês e nunca ao latifundiário, sendo que esta associação é invertida junto a inversão sobre o poder de mandar no trabalho do outro: ao invés do proprietário mandar o trabalhador plantar na terra, foi o trabalhador que fez o proprietário trabalhar em sua terra.

Damião Cardoso, menciona outro caso no qual ele e um grupo de moradores, ao ficarem sabendo que Alfredo Ferreira, proprietário da fazenda Sabaúma, havia contratado dois pistoleiros para expulsar moradores, vão até a casa destes e conseguem

apanhar um pistoleiro e seu rifle, o ameaçam e este vai embora das terras. José Carlos também relata este acontecimento e menciona outro caso no qual se organizaram e conseguiram bater no proprietário João Afonso, que era um “proprietário ruim” (VAN HAM, 2006). Estes casos demonstram como as tendências a violência poderiam aparecer fortemente por parte dos camponeses e trabalhadores rurais, assim como indicam como o sentimento de injustiça aliado a uma forte ira moral destes agentes possibilitava ações contrárias a agentes e símbolos do domínio violento do grande proprietário, como era o caso dos pistoleiros.

Outro meio de mobilização utilizado eram as passeatas, que, como já se indicou nesta dissertação, eram fortemente realizadas em Recife pelas Ligas de Pernambuco. Os relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) mencionam diversas passeatas. Em Sapé, após a morte de João Pedro Teixeira, se destaca que, segundo algumas entrevistas, todo domingo era realizada uma procissão, carreata ou passeata até a cruz deste, onde era realizado um comício, no qual falavam Elizabeth Teixeira e seu filho Abraão a respeito de João Pedro Teixeira e da luta das Ligas Camponesas, o que reflete como o sentimento de injustiça a respeito da morte de João Pedro Teixeira foi fortemente usado como motivação para a mobilização. A menção as passeatas através do termo procissão chama a atenção e indica como as experiências religiosas nutriram diversas formas de interpretar as formas de se mobilizar do movimento. Estes relatos também são interessantes pois domingo era o mesmo dia em que se realizavam as reuniões do movimento na cidade, entretanto as entrevistas não relatam uma conexão entre esta ação e as reuniões. As entrevistas também mencionam passeatas que partiam da sede das Ligas e passavam pela cidade, assim como outras passeatas realizadas em João Pessoa, o que indica que, assim como em Pernambuco, esta forma de ação foi utilizada para demonstrar publicamente nas cidades as pautas do movimento, conseguir apoio de outros setores e pressionar o Estado, mesmo que as ações em Pernambuco, no que consta nas pesquisas e falas de lideranças, tenham sido mais amplas e tenham conseguido maior atendimento de demandas que na Paraíba.

Outras formas de resistência cotidiana que aparecem nos relatos (VAN HAM, 2006) são as fugas, que ocorriam em momentos em que os moradores entravam em conflito mais intenso com os administradores, seja por terem discordado destes, por terem dívidas no barracão, ou outras formas de quebrar as regras do sistema de moradia, e se viam ameaçados de apanhar ou de serem mortos. Nestes casos as entrevistas falam de moradores fugindo de noite para não serem pegos pelos administradores e capangas.

Outra forma de resistência cotidiana é mencionada por Dabat (2015), trata-se da sabotagem, na qual um mestre-do-açúcar ao ser expulso coloca uma pedra de sabão na bica por onde o açúcar devia escorrer, estragando a produção deste, o que foi considerado pelos moradores e pelo senhor de engenho como “catimbó”, isso é, como uma magia que atrapalhava a produção. Apenas depois de vários mestres-do-açúcar conferirem a produção é que um deles descobriu a pedra, mas ele não contou que foi de fato o mestre-do-açúcar expulso que havia feito a produção estragar, sendo que apenas mencionou que a produção estava correta novamente. Esta proteção ao morador que foi expulso explicita uma solidariedade devido a sua posição social semelhante à deste.

A pesquisa não verificou formas de ação das Ligas que tenham fortes conexões com a fuga e a sabotagem como formas de resistência cotidiana, entretanto, como já mencionado anteriormente nesta dissertação, a prática de incêndios é mencionada como uma prática existente antes das Ligas e durante a mobilização destas, sendo inclusive relacionadas a estas por moradores e pelos grandes proprietários, por mais que lideranças do movimento, como Assis Lemos de Souza (1996) neguem esta relação. Como já indicado em momento anterior deste trabalho, existe a possibilidade de que a mobilização das Ligas, planejadamente ou não, tenha incentivado mais ações de queimadas, fossem estas organizadas ou não pelo movimento. A falta de falas a respeito e de um estudo mais aprofundado sobre o número de queimadas deixam esta questão em aberto.

### **3.3. AS LIDERANÇAS CAMPONESAS E A CORAGEM DE ENFRENTAR O GRANDE PROPRIETÁRIO**

Em diversos momentos da dissertação se mencionou como as lideranças camponesas eram valorizadas por certas características. Os relatos concedidos a Irmã Tonny Vam Ham (2006) apresentam diversas destas, sendo que quando os entrevistados eram perguntados sobre João Pedro Teixeira – o que é recorrente neste conjunto de entrevistas, pois o objetivo de seus organizadores era fazer esta obra em memória a esta liderança - sempre o mencionavam como um bom homem, que tinha seus filhos e era muito trabalhador, assim como mencionavam que ele era um homem religioso. A questão de mencionar a liderança como um bom trabalhador também se apresenta na narrativa de Antônio Domingos de Oliveira, que era morador em Sapé, a respeito de outra liderança, Ivan Figueiredo, sendo que o menciona como um “agricultor forte”.

Esta fala remete a distinção entre posições sociais com melhores condições e que tinham que se sujeitar menos ao trabalho nas lavouras dos grandes proprietários com as que tinham piores condições, como mostra Garcia Jr. (1989). A valorização do trabalho na terra era tida como um fator distintivo que permitia valorizar as lideranças que ocupavam posições mais autônomas, o que foi o caso da maioria dos camponeses que foram lideranças das Ligas, como se percebe nos relatos que indicam que estes eram sapateiros (Nego Fubá), foreiros, pequenos proprietários, donos de pequenas vendas entre outras funções.

Outra caracterização que aparece em diversos relatos (VAN HAM 2006) é a de que João Pedro Teixeira era “do lado dos trabalhadores”, ou “dos pobres”, indicando uma identificação entre a posição social desta liderança e a dos moradores, assim como uma oposição aos ricos, aos grandes proprietários, de modo que esta significação permitia a valorização da liderança como alguém que defende os interesses dos moradores contra os grandes proprietários.

A religiosidade era outro elemento valorizado, junto ao conhecimento que estas lideranças tinham:

**Tonny:** Mas por que é que perseguiram tanto João Pedro?

**José Hermínio:** Ah, por que João Pedro é o seguinte. João Pedro foi quem abriu a luz do povo. *João Pedro Teixeira foi quem acendeu a luz dos olhos do povo*<sup>155</sup>. (JOSÉ HERMÍNIO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.274)

**Elias:** Homem, João Pedro Teixeira, João Pedro Fazendeiro e Nego Fubá como era conhecido, que era João Alfredo... Este Povo era de uma cultura dotada por Deus, porque eles tinham elementos pra debater e instruir o povo. E foi por isso que, eles os perseguiram muito. Que João Pedro Teixeira nasceu para a Luta. (ELIAS PEREIRA, Entrevista, 2006, p.181)

A fala de José Hermínio valoriza a figura da liderança como a que traz o conhecimento da luta pela terra aos moradores, como se ele fosse o responsável por este saber chegar a estes agentes. A fala de Elias Pereira, de Alhandra, remete a como se valorizava um conhecimento que estas lideranças possuíam, sendo que este saber se relacionava a um conhecimento de leis, da política, da maneira de enfrentar o grande proprietário, como se percebe em diversos outros relatos (VAN HAM, 2006), mas que

---

<sup>155</sup> Itálico do documento original.

também se relaciona ao saber religioso. Elias Pereira, procedendo em sua narrativa, menciona como diversos camponeses tinham a Bíblia mesmo sem saber ler e como o conhecimento sobre a religião permitia perceber muita coisa sobre o mundo. Em sua própria fala ele indica que a cultura destas lideranças de Sapé adivinha de Deus. Outra entrevista, concedida por Expedito Maurício da Costa, afirma que a fé que as pessoas tinham em João Pedro Teixeira era quase a que tinham em um pastor. Se estas falas ressaltam um vínculo entre a confiança atribuída as lideranças e a religião, cabe observar que as lideranças das Ligas, por mais que tenham utilizado de metáforas religiosas e que sua própria fé religiosa tenha sido valorizada, não eram vistas como personagens ligados ao sagrado, não podendo ser caracterizadas como lideranças messiânicas, visto que seu discurso, assim como o dos moradores a respeito destas lideranças, sempre referenciava fatores mundanos como a luta pela terra a partir de direitos e ações coletivas respaldados em conhecimentos mundanos das leis jurídicas e da moralidade que regia o cotidiano no sistema de moradia.

Estas falas permitem convergir com a afirmação de Novaes (1997) de que João Pedro Teixeira, assim como as demais lideranças camponesas, eram tomados ao mesmo tempo como iguais entre os camponeses e trabalhadores rurais e como diferentes por estarem qualificados a representá-los. Esta qualificação não remete apenas a um conhecimento exógeno ao cotidiano dos moradores, visto que, como indica Rangel (2000), esta liderança camponesa não colocava seu discurso de maneira imposta, assim como não se colocava como mediador das proposições de agentes em outra posição social que a sua, visto que ele utilizava de sua própria experiência de ter sido filho de foreiro e dos anos que viveu no campo, junto aos discursos do PCB, aos escritos de Julião, os quais ele instrumentalizava em sua prática política. Este conjunto de características das lideranças camponesas aparecia de modo muito diverso entre estas, como se pode observar a indicação de Novaes (1997) a respeito dos fatores que favoreceram Elizabeth Teixeira ter virado uma liderança. Segundo ela, o fato de Elizabeth Teixeira ter um maior capital familiar, devido a ela saber ler, permitiu que participasse de atividades de escrita de cartas, leitura de informativos e direcionamento dos moradores, anteriormente a ela assumir o cargo de liderança após o assassinato de João Pedro Teixeira – esta participação também é relatada em entrevistas concedidas a Irmã Tonny Van Ham (2006) -, inserção que foi importante para que, depois deste acontecimento, este capital fosse convertido pelo reconhecimento de seu sofrimento como mãe de 11 filhos e viúva de um mártir. O que permitiu a ela andar por diversos

engenhos, usinas e capitais de estado, o que constituía outro elemento fundamental para as lideranças se desprenderem do poder privado do grande proprietário. O indicativo de Novaes permite entender como a raiva e a forte oposição aos latifundiários presentes nas falas de Elizabeth Teixeira puderam ser reconhecidas e tomadas como elementos de força da identidade formulada na mobilização das Ligas.

Outro fator muito associado as lideranças era a indicação de que estas não tinham medo, eram corajosas e enfrentavam os latifundiários na linha de frente, de modo a mostrarem seu comprometimento para com o movimento. A figura de João Pedro Teixeira é sempre relacionada a calma, a não usar a violência, a não brigar, a pregar a união entre os trabalhadores. Esta capacidade de acalmar é mencionada sobre ele e outras lideranças não apenas em relação aos grandes proprietários – o que, como já demonstrado, era fundamental para as negociações -, mas também remetendo a calma com que conseguiam juntar os moradores e mobilizá-los<sup>156</sup> (VAN HAM, 2006). Ou seja, a como conseguiam estabelecer uma autoridade para com os moradores sem usar da violência e do grito, que eram características de um patrão violento e “ruim”. Portanto, ao conseguir juntar os moradores na conversa e estabelecer uma relação de autoridade, a liderança se aproximava a figura mais próxima deste tipo a que se tinha contato no cotidiano, a figura de um “bom patrão”. Entretanto, as menções as lideranças camponesas como “chefes” por mais que comuns, eram diferentes das atribuídas as lideranças urbanas, como Assis Lemos de Souza e Julião, pois estas sempre são referenciados como doutores e autoridades, enquanto as lideranças camponesas são diferenciadas, mas ainda assim reconhecidas como vindas da mesma posição social, de modo a estabelecer uma reconfiguração da autoridade, visto que esta, quando relacionada a liderança camponesa, não estabelecia uma posição superior hierarquicamente – e em uma hierarquia muito fixa - como era o caso do grande proprietário para com os moradores.

A maneira como as lideranças das Ligas, principalmente as lideranças camponesas, conseguiam estabelecer uma autoridade distinta da do grande proprietário, permitia um enfrentamento a autoridade deste último e uma quebra nas maneiras de

---

<sup>156</sup> A liderança ser mais “calma” ou mais “agitada” também é demarcada nas narrativas, sendo que diversas destas atribuem a Elizabeth Teixeira a figura de mais agitada e mais violenta, o que é visto de modo negativo por diversos entrevistados (VAN HAM, 2006). Este fator corresponde a diversas ambiguidades que remetem ao contexto de polarização política em que Elizabeth Teixeira assume a liderança da Liga de Sapé, que fizeram com que muitas narrativas associassem as Ligas a violência, mas isto será trabalhado posteriormente.

interpretar as relações do sistema de moradia. Como já indicado, as lideranças que iam negociar com os patrões realizavam as demandas abertamente, sem utilizar um tom de pedido ou qualquer dissimulação, de modo que permitia aos moradores observarem o exercício da autoridade da liderança das Ligas contrapondo o poder do grande proprietário e invertendo uma série de imperativos morais constituídos nas relações do sistema de moradia: ao invés do proprietário dar as ordens, na negociação as demandas ganhavam significado de exigências que o proprietário teria de cumprir. Esta mudança na figuração das relações com o grande proprietário permitia afrontar o poder local deste por meio das diversas interdependências tensionadas, desde as relações entre moradores, lideranças e proprietários, até as relações que envolviam o Estado, o judiciário e setores urbanos.

Esta ruptura com os imperativos morais do sistema de moradia, principalmente com as interpretações ideológicas dos grandes proprietários, foi realizada de diversas maneiras e mediante diversos tipos de relação. Novaes (1997) relata como o fato de João Pedro Teixeira ter se convertido ao protestantismo foi relevante para seu reconhecimento como líder e para que ele tivesse acesso a uma nova interpretação religiosa e a associasse ao movimento. Isto porque, para ela, em certas situações, a conversão religiosa pode significar uma primeira ruptura no âmbito da interiorização da dominação. Romper com o catolicismo era, em certo nível, romper com o consenso que assegura a ordem estabelecida<sup>157</sup>. Como Bastos (1984) menciona, diversas lideranças camponesas do movimento eram protestantes<sup>158</sup> e o próprio Julião interpretava a religião protestante como oprimida e contrária a religião dos latifundiários.

Entre todos os elementos que demarcam a ruptura para com a autoridade do grande proprietário, a que expressa marcas mais profundas é a da ruptura que certas narrativas apresentam com a figura dos grandes proprietários como provedores:

**entrevistadora:** Quem é Antônio Amâncio? Fale um pouco do senhor, quem era Antônio Amâncio, naquela época, no que ele acreditava, do que ele gostava, qual a coragem dessa pessoa do Antônio Amâncio?

**Antônio Amâncio:** Rapaz, é um do povo, é um do povo que tenho aquela ideia... homem rico que defendia a gente acabou-se. Uns

---

<sup>157</sup> Novaes (1997) indica que esta conversão não pode ser tomada como uma regra universal a estas lideranças, visto que a própria Elizabeth Teixeira, segundo ela relata em uma CPI analisada pela autora, permanece católica, mesmo valorizando a conversão de seu marido.

<sup>158</sup> Novaes (1997) ressalta que estas lideranças protestantes foram aceitas pelos trabalhadores católicos pois elas radicalizavam posições éticas e morais que tinham em comum com estes.

mataram, outros morreram. Mas eu já tou assim, não me lembro bem não, não é? Tem hora que eu me esqueço. (ANTÔNIO AMÂNCIO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 128).

Nesta narrativa fica nítido como se deixa de perceber a possibilidade de um grande proprietário que defenda os moradores, enquanto, nos locais em que havia a mobilização das Ligas, se permitia uma nova valorização de lideranças que tinham a mesma posição social que os moradores e que se propunham a defendê-los mediante um projeto político.

Outro enfrentamento aos grandes proprietários que é associado as figuras das lideranças é a candidatura a cargos políticos. Por mais que esta estratégia seja mencionada por lideranças, como Clodomir Morais (1965), e por pesquisas mais antigas sobre as Ligas, como a de Azevedo (1982), como tendo sido uma via frustrada, o relato de Expedito Maurício da Costa permite uma outra interpretação. Ele fala a respeito da candidatura de Ivan Figueiredo para prefeitura de Sapé, contra Cassiano Ribeiro Coutinho, uma disputa que foi perdida por poucos votos, segundo ele pelo fato de os camponeses não poderem votar, mas que ele menciona como uma candidatura importante devido as grandes passeatas promovidas (VAN HAM, 2006). De fato, as indicações dos pesquisadores e das lideranças são coerentes no sentido de que foi uma estratégia que não deu tantos resultados, mas o fato de camponeses se candidatarem contra latifundiários e quase os derrotarem demonstra uma grande afronta ao poderio destes e explicita como as relações entre moradores e grandes proprietários estavam sendo cada vez mais tensionadas, como se percebe em uma marchinha que Galego afirma terem cantado em João Pessoa:

Eu só falo porque vi. (...). Então, a brincadeira da gente, em comício, tudo, nós fazíamos com bombo, com música. Aí, nós fomos lá pra João pessoa, no palácio do governo, naquele tempo de Lott, Jânio e Janduí.. Jânio Quadros, que era candidato também. Aí dizia: [Entoando com a melodia do frevo “Vassourinha”]:  
“Lott, Jango e Janduí  
E Jacó pra completar  
Usineiro sai da frente  
Que este povo vai passar  
Lott, Jango e Janduí  
E Jacó pra completar  
Usineiro sai da frente  
Que este povo vai passar” (GALEGO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.142)

A ideia de que o povo iria passar e que os usineiros tinham de sair da frente demarca como em certas ações a via eleitoral era tomada como meio de enfrentamento e identificação política.

Se as candidaturas marcavam um enfrentamento, isto não significa que a percepção dos moradores e dos próprios apoiadores e participantes das Ligas se alinhasse automaticamente com esta prática. Galego, em sua narrativa, indica o nome de diversos políticos e diz que isso era misturado com as Ligas. Ao ser perguntado por Irmã Tonny Van Ham (2006) se isso significava que política era “misturado” com as Ligas, ele afirma positivamente, de modo que se demonstra uma dissociação entre o movimento e a política eleitoral. Este traço é presente em algumas outras falas, que indicam uma desconfiança para com lideranças que não eram camponeses, como Julião e Assis Lemos de Souza, como se estes não tivessem a mesma preocupação com o povo como tinham as lideranças camponesas e só se preocupassem em ser eleitos. A narrativa de Antônio Pedro é marcada por certa polarização entre a atuação de Elizabeth Teixeira e João Pedro Teixeira, em que ele indica a segunda como muito radical – mas cabe ressaltar que isto varia conforme o entrevistado, diversos outros atribuem a Elizabeth Teixeira um papel de muita coragem e de maior enfrentamento contra o latifúndio - e como tendo andando com gente rica – Assis Lemos de Souza - e por isso se corrompido<sup>159</sup>. Ele afirma que como Elizabeth Teixeira começou a se preocupar muito com a campanha o povo acabou por não mais valorizá-la como liderança. Esta fala é interessante tanto por mostrar como o contexto de maior polarização em que Elizabeth Teixeira atuou favoreceu que houvessem fortes tensionamentos entre os próprios trabalhadores que apoiavam o movimento, quanto por demonstrar a desconfiança com que alguns destes viam a associação com lideranças que ocupavam cargos políticos, visto que vinham de posições sociais distintas.

Assis Lemos de Souza (1996) esclarece como ele e Elizabeth Teixeira ocupavam posições distintas nas disputas dentro das Ligas Camponesas, sendo o primeiro do PCB e a segunda mais ligada às posições de Julião. Entretanto, como já indicado nesta dissertação, essa polarização não era tão extrema como certas lideranças e pesquisas apontaram, sendo que havia fortes complementariedades entre elas. O relato de

---

<sup>159</sup> Ele contrasta isto com a figura de João Pedro Teixeira como incorruptível, mencionando ocasião em que Renato Ribeiro Coutinho teria ofertado a este a propriedade do sogro onde morava em Sapé em troca de João Pedro parar de militar, sendo que ele responde que não adiantaria seus filhos estarem de barriga cheia e os dos outros com a barriga vazia (VAN HAM, 2006).

Elizabeth Teixeira concedido a Irmã Tonny Van Ham (2006) menciona que Assis Lemos de Souza a ajudou muito, assim como Julião, o que demonstra que ela e Assis Lemos de Souza, mesmo que em certos momentos tenham sido adversários no campo político mais amplo, não tensionaram fortes conflitos entre si. Elizabeth Teixeira também esclarece que sua candidatura foi motivada por alguns companheiros das Ligas, mas que a eleição não era o que mais lhe interessava:

**Tonny:** Sim... Oh, Elisabeth, isso tudo foi em 62. Em 63 começou a campanha pelas eleições. Aí, a senhora foi candidata, Assis Lemos foi candidato, Ivan Figueiredo foi, aí..., como é que se conseguia juntar com as lutas das Ligas Camponesas? Porque são duas coisas, né, a Política e a luta pelos direitos do homem do campo.

**Elisabeth:** Aí, como é que se diz; eu pouco fiz pela campanha. Eu fazia só mais pelo homem do campo. A luta pela minha campanha e para ser eleita, eu pouco falava; poucas reuniões, política. Eu seguia mesmo, era a luta pelo homem do campo. Era o que precisava da Liga Camponesa, que eu estava presente pra fazer, pra falar. Mas aí, me candidataram.... Foi, mas não fui eleita não. (ELIZABETH TEIXERA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.197)

O distanciamento para com a política eleitoral e até certo estranhamento com esta é ponto comum em diversos relatos, como também ocorre com termos que eram herdados de disputas políticas e transmitidas por diversos jornais e grandes proprietários a partir de uma outra ótica, como é o caso do termo comunista, que dificilmente é associado nos relatos ao PCB, mas normalmente é associado ao posicionamento político e a Cuba por lideranças, ou a algo ruim por moradores que não eram lideranças. Essa diferenciação é percebida ao compararmos o relato – de Marina, irmã de Nego Fubá - em que se diz que Nego Fubá – uma liderança - afirmava que ele era comunista e, que se fosse cortado, seus pedaços seriam todos comunistas, pois ele era comunista por inteiro, com o do morador Antônio Pedro sobre João Pedro Teixeira: “Agora, só quem não gostava dele eram os ricos, por que diziam que ele era comunista. Que homem comunista? Ele era trabalhador, eu trabalhava para ele, trabalhava no roçado dele, vivia entro da lei, e diziam que ele era comunista...” (ANTÔNIO PEDRO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.147).

Como se percebe o primeiro tomava o posicionamento de comunista como de perspectiva política, enquanto o morador tomava este termo como algo pejorativo, afirmando que João Pedro Teixeira não poderia sê-lo por ser alguém trabalhador, isto é alguém bom, devido a significação positiva do trabalho. O mesmo entrevistado faz afirmações positivas sobre o que João Pedro Teixeira falava sobre Cuba e elogia figuras

como Fidel Castro, mas mantém a fala de que isso não era comunismo, visto que em sua narrativa este termo tem teor negativo.

### **3.4 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA CAMPONESA: PERDA DO MEDO DO GRANDE PROPRIETÁRIO E CORAGEM**

O termo campesinato pode tanto ser utilizado para identificar uma posição social – como é feito durante esta dissertação – como para indicar uma identidade política. As Ligas Camponesas formularam, durante a sua mobilização, uma identidade política camponesa<sup>160</sup> que remetia a uma série de valores, símbolos e formas de mobilização partilhados. Novaes (1997) analisa esta formação da identidade política e afirma que: “ (...) Mas, para ser camponês era preciso, sobretudo, dissipar o medo, enfrentar os conflitos, transpor o espaço de poder privado do latifúndio e ocupar espaços públicos: o fórum, a pista (rodovias), a praça, as ruas da capital” (NOVAES, 1997, p. 53). A autora indica que perder o medo do latifundiário ganhava o sentido de um enfrentamento contra a dominação do sistema de moradia, visto que neste o medo era um elemento fundamental para a internalização das regras da morada. A fala de um morador de condição entrevistado por Novaes, chamado Severino, revela alguns destes elementos: “Depois das Ligas eu comecei a andar. Eles falavam lá [nas reuniões das Ligas]<sup>161</sup>: olha, ninguém tenha medo do latifúndio. Então, eu dizia cá: muito bem coronel, a gente não tem medo de ninguém, só dos castigos de Deus. O que vier a gente arrebenta” (NOVAES, 1997, p. 53). O morador começa indicando que, após a mobilização das Ligas, ele consegue “andar”, o que remete a uma mudança de relação, a partir de um deslocamento espacial: a saída do espaço de um grande proprietário para uma gama mais ampla de relações. Esta afirmação permite relacionar o enfrentamento ao poder local do latifundiário com a emergência de valores e símbolos partilhados em meio a mobilização política. Esta fala também revela como a perda de medo do latifundiário era interpretada como elemento constituidor de uma identidade política, visto que, nesta hipotética fala deste morador a um grande proprietário, este indica que não o temia. A

---

<sup>160</sup> O termo campesinato é utilizado nesta dissertação referenciando a posição social dos agentes mais autônomos deste espaço social. Quando nos referirmos ao termo como identidade política será explicitado este uso.

<sup>161</sup> Nota da autora

marca de enfrentar os latifundiários sem medo era fortemente valorizada entre os participantes e lideranças do movimento, como se percebe na fala de Elizabeth Teixeira:

(...) E aí, eu continuei a luta de João Pedro para o que desse e viesse. E dizia mesmo aos latifundiários: “Não tenho medo da violência de vocês. Estou na luta para o que der e vier. ” Muitas vezes fui presa; os policiais iam me prender, faziam fila, duas filas de policiais, o tenente ficava lá distante, me chamava para caminhar. Na minha caminhada, tiro de um lado, tiro de outro. Quando eu cheguei lá, eu dizia cara a cara com o tenente: “Tenente, esta é mais uma prova de covardia; não mataram João Pedro de emboscada, pelas costas? E por que vocês não me matam frente a frente, aqui? Atiram nos meus pés cobertos de terra; meus pés cobertos de terra de tiros; isso é mais uma prova de covardia. ” (ELIZABETH TEIXEIRA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.187)

A fala de Elizabeth Teixeira é carregada de um sentimento de injustiça para com a morte de seu marido devido a mobilização das Ligas, e demarca como a coragem de enfrentar o latifundiário – que é muito valorizada nos diversos relatos cedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) – é associada a romper com uma experiência anterior de medo. Novaes (1997) indica que a dissipação do medo era uma experiência coletiva, conjunta ao reforço dos símbolos da identidade política camponesa, assim, conforme se diferenciavam dos demais moradores e também da sua própria trajetória pessoal, no que tange a como este medo impedia posicionamentos contrários aos grandes proprietários, mas estes agente se identificavam como camponeses<sup>162</sup>, como fica nítido na seguinte fala: “Parou junto de mim um trabalhador do engenho que não era camponês. Desconfiei, às vezes apareciam na reunião trabalhadores que eram camponeses sem ser, iam ouvir o que eles diziam para contar para o patrão deles” (Sócio das Ligas da Paraíba, Entrevista, NOVAES, 1997, p. 53)<sup>163</sup>. Esta fala não associa o termo camponês a determinadas categorias a partir de suas relações de trabalho ou econômicas, mas a partir de seu comprometimento com uma gama de valores constituídos em meio a mobilização política. Assim, diversas categorias, do foreiro ao “ponta de rua” poderiam

---

<sup>162</sup> Novaes (1997) indica, baseada em Leda Barreto (1963) que, neste contexto, o indivíduo que se denominava camponês já era extremamente politizado e provavelmente pertencia as Ligas. Esta relação de fato é coerente com a maneira como se utilizava o termo, entretanto, vale lembrar que nem todo agente que ia as reuniões ou a alguns atos, partilhava da maior parte dos valores a que as lideranças do movimento aderiam. Novaes também indica que quando o camponês entrava na justiça ele já tinha se mobilizado com as Ligas, o que é uma relação provável, mas que não pode ser, de antemão, tomada como uma regra, o fato de muitas ações jurídicas terem sido realizadas permite supor que nem todo agente que entrou com este processo de fato era engajado na mobilização.

<sup>163</sup> Novaes (1997) não identifica o nome nem o local em que esta fala foi concedida.

ser camponeses, desde que partilhassem dos símbolos e valores do movimento, o que também significa que categorias cuja posição social identificamos – a partir de uma abordagem teórica, o que não tem relação com a maneira como eles usavam o termo camponês - como camponeses (foreiros, pequenos proprietários, parceiros) poderiam não ser considerados por estes agentes como camponeses, no caso destes não partilharem de princípios comuns a mobilização. Assim um morador que tivesse potencial de ser um camponês, poderia se interessar em ir a uma reunião, mas sendo um camponês que não é camponês, isto é, como um agente que não partilha de fato dos princípios básicos do movimento – um valor partilhado entre estes era a necessidade de se posicionar contra os grandes proprietários, demonstrando coragem ao romper com a autoridade destes – como é exemplificado na fala pelo morador que conta sobre a reunião ao proprietário.

A contraposição entre medo e coragem também adquire o sentido de enfrentar o latifundiário mesmo com as frequentes possibilidades de repressão. Diversos dos relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) apresentam a associação entre a mobilização e a violência aplicada pelos grandes proprietários sobre os participantes do movimento, Galego afirma: “Procurou Direito, era pra morrer no pau” (GALEGO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 141), ou seja, a procura pelos direitos, a participação nas reuniões das Ligas e em suas ações é associada ao constante risco de sofrer fortes repressões. Este contexto violento é um dos elementos mais relevantes para entender os obstáculos a mobilização política dos trabalhadores rurais e camponeses, visto que, se muitos participaram das Ligas, não se pode dizer que este número possa ter alcançado a maior parte de adesão destes agentes, mesmo em áreas fortemente mobilizadas, talvez o número dos que não participavam possa ter sido maior mesmo nestas áreas, como é possível interpretar a partir de falas como a da mulher de Galego:

**Tonny:** Mas o que eu tenho entendido é que o povo de lá era quase tudinho por dentro das Ligas. Não era não?

**Mulher de Galego**<sup>164</sup>: Todo mundo, todo ele (ele entrando) – O povo era medroso, não sabia falar, não sabia procurar, nem coisa nenhuma. (MULHER DE GALEGO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 138)

Esta fala indica como, na percepção desta entrevistada, a maioria dos moradores era medrosa, ao que ela associa o não saber falar e o não saber procurar, o que remete a

---

<sup>164</sup> Irmã Tonny Van Ham (2006) não mencionou o nome ou a idade desta entrevistada.

uma forma de conhecimento e de acesso a relações mais amplas que a da grande propriedade, assim, saber falar e procurar, remetia a conseguir contatos com diversos agentes de modo a permitir a construção de símbolos e formas de enfrentamento aos grandes proprietários, ou seja, era frequentar a feira, as casas na proximidade onde havia reuniões das Ligas, ir a cidade. Este conhecimento é associado a possibilidade de romper o poder local dos grandes proprietários.

Mas se existem falas que indicam um medo generalizado entre moradores, também é comum encontrar falas como a de Elias (VAN HAM, 2006), que indica que o povo daquela época era mais “decidido”, isto é, tinha mais disposição para o enfrentamento do que a população da época em que ele concede a entrevista (em 2001). Esta fala remete a como aquele contexto de forte polarização política fez com que o tensionamento das relações entre moradores e grandes proprietários ocorresse em ritmo muito acelerado. As regiões nas quais a economia canavieira estava avançando apresentavam em poucos anos a revolta de moradores que se sentiam injustiçados, o que favorecia uma mobilização política como a das Ligas, na qual os participantes passam a pressionar por posicionamento dos outros moradores a favor das Ligas ou dos latifundiários. Este rápido tensionamento se verifica pelo fato de que as cosmovisões destes agentes, marcadas pelas figuras do “bom patrão” e da internalização das regras da morada, passam a sofrer mudanças significativas na direção de uma oposição mais explícita aos grandes proprietários, como se verifica na fala de Socorro, que era jovem quando Ligas começaram a se mobilizar – diz ter 7 anos em 1955, o que implica em ter 16 quando as Ligas foram extintas - e relata suas memórias e a de seus pais:

(...). Que hoje a gente vê, que essa luta, essa organização a cada dia crescendo, as coisas ficando mais esclarecidas; as pessoas também tendo mais conhecimento, por que naquela época, muitas vezes o medo era por falta de entendimento (...) a gente só estava com a cabeça feita pelo lado daqueles que entendia o mundo do jeito que eles queria, né? Depois que a gente começamos a se organizar mais e a se reunir, assistir reunião, treinamentos e a gente começou a ver que o mundo, ele é igual para todos, né. E a gente também, hoje tem a coragem e falar, ainda. Tem muita gente que já tem coragem de falar e dizer não, as coisas não são assim, as coisas devem ser como Jesus Cristo que, e que a gente faça, não é? (SOCORRO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.313)

Ela associa o adquirir de um conhecimento que vem da mobilização política, com a ruptura de uma maneira de interpretar o mundo a partir da visão dos grandes proprietários, sendo que esta última era marcada pelo medo.

Romper com as regras da morada, com a autoridade do latifundiário eram elementos demarcadores da identidade política camponesa. As características mais marcantes desta identidade são o enfrentamento ao grande proprietário e as relações ligadas a este, principalmente no que tange ao uso da violência por este e a dependência para com este. A busca de um trabalho autônomo da unidade familiar na terra é um elemento característico tanto no horizonte de expectativas destes agentes como na formação desta identidade política, sendo que nesta última ocorre a associação entre se livrar da dependência do latifúndio e se mobilizar. Novaes (1997) ressalta como o termo latifúndio era usado pelos participantes das Ligas para se referenciar a uma grande diversidade de unidades de produção, assim, latifúndio poderia ser tanto a monocultura da cana, quanto terras não exploradas ou semi-exploradas ou até terras pertencentes ao Estado. Ela indica que o latifúndio, na representação dos participantes das Ligas, era quase um emblema místico que sintetizava um conjunto de normas, atitudes e comportamentos que eram atualizados pelo conjunto dos grandes proprietários através do poder local. As afirmações da autora permitem entender que nas narrativas destes agentes ocorre a oposição entre o latifúndio, que sintetiza a dependência e a violência dos grandes proprietários, e o que não era latifúndio, ou seja, a terra em que estes agentes pretendiam constituir um trabalho autônomo, seus sítios e roçados. Portanto, a construção do termo latifúndio é feita a partir do horizonte de expectativas em relação a posse desta terra, tão almejada entre os moradores, ou seja, era latifúndio o que não era sítio, pequena propriedade e roçado, ou, a partir da identidade política formulada, o que não era terra de camponês.

A fala de Damião, morador de condição entrevistado por Rangel (2000) relaciona esta busca por terra e a mobilização:

Aí, quando eu conheci a Liga, eu entrei, por que só nós tudo unido podia libertar a terra e libertar o home, ter a esperança que os menino nunca fosse cativo, nem da cana, nem do patrão. (DAMIÃO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 312)

Esta narrativa relaciona a mobilização nas Ligas e a liberdade, tanto da terra quanto do homem, como se uma implicasse a outra, o que indica como, na cosmovisão dos moradores, as relações que envolvem sua personalidade estão atreladas a sua

relação com o trabalho na terra, de modo que o contexto em que a cana e o patrão – que também são mencionados como se um sempre implicasse a existência do outro - passam a impedir o acesso à terra aos moradores e aos seus filhos, como se a possibilidade de acesso a esta nunca mais fosse existir, é visto como um momento em que a própria existência individual destes é tida como ameaçada. Portanto, nesta narrativa, para libertar o homem é necessário libertar a terra através da mobilização das Ligas.

A narrativa acima mencionada ressalta como a identidade política camponesa envolve o horizonte de expectativa que almeja a reprodução de um trabalho autônomo na terra. A afirmação de Novaes (1997) de que diversas categorias do sistema de moradia compartilhavam dos valores e símbolos da identidade política camponesa, permite, através dos elementos trazidos nas narrativas mencionadas, interpretar que as categorias que não tinham acesso a este trabalho mais autônomo, como os moradores de condição e “pontas de rua”, também compartilhavam dos valores e símbolos referentes a luta pela terra e ao trabalho autônomo nesta. Esta relação já seria perceptível pelo fato de que as diversas categorias de trabalhadores rurais e camponeses já tinham em seu horizonte de expectativa conseguir um dia um pedaço de terra para reproduzir um trabalho familiar com mais autonomia, entretanto, ela ganha novo sentido ao observarmos que estas categorias mais próximas a um trabalho assalariado tiveram suas maiores conquistas com a mobilização ligadas a direitos trabalhistas e aumento de remuneração. Assim, mesmo as categorias que não estavam conquistando uma maior permanência em um sítio através da mobilização das Ligas, compartilhavam dos símbolos referentes a permanência na terra e a conquista desta, o que permite indicar que os ganhos em questão de remuneração e de direitos trabalhistas eram, para estes agentes, vistos como uma melhora de condição na direção da posse e autonomia do trabalho na terra.

No que tange a identidade política camponesa a questão acima indica que ser camponês também significava lutar por terra, o que permite compreender a indicação de Novaes (1997) de que, mesmo em lutas por direitos trabalhistas, os participantes das Ligas utilizavam do grito da reforma agrária, transformando esta palavra de ordem em um denominador comum entre as diferentes categorias que compunham este contexto.

Outro traço desta identidade camponesa se relaciona a experiência que estes agentes tinham em seus cotidianos antes da mobilização e que remetiam a alguma noção de pertencimento a terra. Por mais que diversos destes agentes pudessem transitar entre um engenho e outro durante sua trajetória, a narrativa sobre o pertencimento a um local

aparece em certas ocasiões – principalmente quando a relação com um local é interpretada a partir dos vínculos de parentesco - e também influenciaram certos traços da identidade política camponesa, como se percebe no relato de Marina (VAN HAM, 2006), irmã de Nego Fubá, que menciona que depois do golpe militar ele teve a chance de fugir mas decide permanecer onde morava pois ali era seu lugar. O vínculo não é apenas com o local, mas com as relações que envolviam o permanecer naquela terra, isto explica porque existe uma forte moralidade com relação a permanência na terra entre os moradores, mesmo que estes em diversos momentos se deslocassem de uma terra para outra.

Após caracterizar a identidade política camponesa, cabe agora refletir sobre a relação desta para com o enfrentamento ao grande proprietário no que tange ao medo. Como já dito, participar das Ligas implicava em dissipar o medo e criar coragem, mas este processo não se encerra aí, visto que narrativas, como a de Damião Cardoso, José Carlos e Antônio Amâncio (VAN HAM, 2006) trazem constantemente como as ações das Ligas deixavam os grandes proprietários e os pistoleiros com medo. O perder o medo não significava apenas em conseguir enfrentar o proprietário, mas também em conseguir gerar medo neste, assim, os imperativos que embasavam o sistema de moradia eram ressignificadas na mobilização, visto que, se nesta relação o patrão usava do medo para controlar o morador, na mobilização das Ligas, os participantes usavam das ações do movimento para gerar medo nos patrões e conseguir o atendimento de suas demandas, como ocorria nos mutirões em que os grandes proprietários não geravam nenhuma repressão, ficavam “calados”, ou nas negociações em que cediam as demandas colocadas pelas lideranças.

O gerar medo nos patrões remetia também a um contexto em que a violência era pano de fundo das relações, de modo que, se em diversos momentos as Ligas conseguiram gerar este medo sem a utilização da violência – e muitas vezes inclusive conteve a possibilidade da violência para conseguir maiores conquistas, como na negociação coletiva -, esta sempre aparecia como uma possibilidade e por diversas vezes se exerceu, o que permite entender os relatos (VAN HAM, 2006) em que se menciona o achocalhamento de grandes proprietários que eram “bravos”, ou seja, naqueles que eram mais violentos e menos abertos a ceder as demandas do movimento. O achocalhamento era, portanto, uma maneira de se contrapor ao medo do latifundiário através da geração de medo nestes, como se percebe na fala de Severina, que morava em Antas do Sono e cujo pai era amigo de João Pedro Teixeira:

**Tonny:** Da outra vez vocês também falaram do chocalho. O que vocês estão se lembrando do chocalho?

**Severina:** Chocalho, que a mulher fincou, né, Elisabeth fincou e a opressão ficou em cima dela. Como era que aquilo ia valer? Então, os trabalhadores se reunia e acompanhava ela, e eles se viam oprimidos, então, também oprimiam os outros; então botavam o chocalho nos outros pra mostrar que também, eles tinha valor, se valorizavam.

**Tonny:** Mas eles colocavam o chocalho em quem?

**Severina:** Nos povos do latifundiário. É, eles botavam o chocalho e...eu não entendo pra que, que finalidade era. (SEVERINA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.358)

Novaes (1997) afirma que o chocalho tinha o poder de lembrar o passado de sujeição e, ao mesmo tempo, celebrar o presente em que estes agentes se viam com o poder para decidir quem seria achocalhado. O chocalho é visto como meio de dissipar o medo dos camponeses engajados na luta.

A fala de Severina, conjuntamente a análise acima, permitem entender que o achocalhamento era uma opressão realizada devido a uma opressão passada sofrida por aqueles moradores, assim, a desvalorização devido a injustiça sofrida no passado poderia ser reparada com uma ação também baseada na violência e que permitia a valorização no presente. Esta narrativa demonstra como a identidade política camponesa remetia tanto a perder o medo quanto a gerar o medo nos grandes proprietários, entretanto, cabe ressaltar que o achocalhamento não era realizado com tanta frequência em latifundiários, visto a dificuldade de realizá-lo devido ao forte contexto repressivo, sendo que a maioria dos relatos indica o achocalhamento de outros moradores. A fala de Severina indica que esta prática era realizada nos “povos do latifundiário”, o que remete não só aos capangas, mas também aos moradores que não apoiavam as Ligas, de maneira que o se valorizar na identidade camponesa implicava não só em romper com o momento passado em que estes próprios agentes que se mobilizaram sofriam opressões e não reagiam abertamente aos latifundiários, mas em desvalorizar os moradores que, no presente, reproduziam esta imagem do morador que não reage abertamente, pois não compartilhavam dos valores da identidade política camponesa e não se dispunham a enfrentar o latifundiário com os símbolos do movimento. Esta análise permite entender porque, em diversos relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006), se indica que o achocalhamento visava fazer com que os moradores ficassem do lado das Ligas e não do lado dos latifundiários, visto que esta prática era realizada de modo a distinguir aqueles que compartilhavam uma identidade política e os que não o faziam.

A identidade política camponesa era associada a uma percepção de que o camponês tinha forças para contrapor o grande proprietário, como se percebe em um verso lembrado por Galego:

“Os usineiros do bairro de Pernambuco  
De pensar já estão malucos  
de ver as usinas parar  
O Julião que era da linha de frente  
Dando grito a nossa gente  
Deixava a poeira voar” (GALEGO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.136)

Neste verso, os usineiros ficam “malucos” por causa da mobilização das Ligas, que conseguia lhes fazer prejuízos, como se indica pelo fato das usinas pararem, enquanto a liderança de Julião é indicada junto a “deixar a poeira voar”, ou seja, a fazer uma mobilização forte, causar uma confusão no que tange a dominação dos latifundiários. Rangel (2000) menciona fala de Elizabeth Teixeira na qual esta afirma que uma das maiores conquistas das Ligas foi promover um sentimento de força devido a união dos camponeses, ela menciona que Julião sempre exemplificava essa força com a metáfora de que os dedos sozinhos são fracos, mas quando se junta os dedos fechando a mão esta se torna forte. Essa percepção sobre uma força dos camponeses e trabalhadores rurais era associada em diversos momentos as conquistas do movimento no que tange a melhorias de condição de vida, como se percebe em outro verso que Galego menciona a respeito de certa vez que conseguem que o poder público concedesse tratores para os moradores:

“No dia sete de setembro nessa terra  
Eu vi tanque de guerra, pela rua passeando  
Eu vi Zé Jofly com Assis Lemos de lado  
Seu Ivan tava encostado, falando no microfone”

Estes tanque de guerra era esses trator. Entendeu? (GALEGO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.136)

Se o sentimento de força fazia parte da construção da identidade política camponesa, isto não significava que ela prevalecia a todo momento, visto que como já indicado o sentimento de medo também era muito forte e impedia muitos trabalhadores rurais e camponeses de se mobilizarem:

**Tonny:** Ô Antônio, quando João Pedro morreu, qual foi a reação do povo?

**Antônio Pedro:** A reação do povo... acharam muito ruim, não é? Era uma reação muito grande, porque ele era um homem muito bom. Todos se revoltaram muito. Mas não podiam se revoltar, porque... reagir contra a Polícia? Foi polícia mandada pelos ricos, por que o Dr. Agnaldo Veloso Borges era o homem do poder. O que o mandou matar. Então, ninguém pôde se revoltar com aquilo, não é? (ANTÔNIO PEDRO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 154-155)

Esta fala de Antônio Pedro ressalta como, na situação da morte de João Pedro Teixeira, havia um sentimento de revolta, mas que era suprimido devido a indicação de que ninguém poderia se revoltar contra a polícia e contra os grandes proprietários – aí indicados na figura da família Veloso Borges -. Quando este tipo de supressão ocorria, a participação no movimento também era tolhida, que é o que ocorre na trajetória deste trabalhador rural. Este tipo de narrativa também é perceptível na narrativa de Hilda, que morava em terras da Usina Santa Helena em Sapé e que contou sobre como as práticas de assassinatos feitas pelos usineiros geravam medo, a ponto de as famílias sequer procurarem os corpos depois:

**Hilda:** Era, só aparecia isso no tempo das Ligas, era com essa revolta, depois que eles, que o povo descobriram como é, essa Reforma Agrária. Com medo do povo, já tava um povo se prevenindo, por que se fosse naquele tempo, que todos nós tivesse prevenido, nós tinha vencido a batalha, né? Muita gente, mas com muito medo né; a gente pensava que os patrão era mais forte, mas hoje em dia, nós perdemos o medo dele; nós não têm medo deles, somos mais fortes né, a gente agora confia. (HILDA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.219)

A narrativa de Hilda associa o medo com a figura de um proprietário que é mais forte que os moradores, sendo que esta percepção é indicada como um bloqueio a mobilização, sendo que ela indica que se todos se mobilizassem e não tivessem medo teriam vencido o grande proprietário. Ela chega a indicar que “hoje” – a entrevista foi concedida em 2002 em um assentamento onde ela mora, o que reflete que ela associa a mobilização a conquista da terra – estes mesmos agentes não têm medo e são mais fortes que o grande proprietário, o que aponta para como a percepção de que os camponeses tinham força para vencer os grandes proprietários era fundamental para que estes se mobilizassem nas Ligas.

A percepção de que o camponês era forte era realizada por comparação a força do grande proprietário, sendo que isto se expressa nas diversas relações que envolviam o cotidiano camponês, como a presença da violência dos capangas, assim como em

como estas relações envolviam a mobilização das Ligas. Um caso muito mencionado de conflito violento entre moradores e capangas é o da fazenda Miriri, um dos locais com mobilizações mais fortes das Ligas. Existem relatos (VAN HAM, 2006) conflitantes sobre este confronto, mas todos relatam que havia a intenção de matar um morador que participava das Ligas, Alfredo Nascimento – segundo um relato o confronto foi devido a este se recusar a sair da terra, outro indicam que o confronto foi em uma negociação das Ligas -, sendo que este e mais dois capangas acabam morrendo no confronto. Um traço comum nas narrativas é que um dos capangas era chamado de Capa de Aço, referência a ele não poder ser morto com tiros, como relata Galego em um verso e Antônio Domingues de Oliveira, que era morador em Sapé, conhecia uma liderança das Ligas, mas não participou destas:

“Em Miriri chegou um carro correndo  
Com quando eu olhei fui vendo um tal de Capa de Aço  
Sujeito macho querendo mostrar seu valor  
Mas do meio pro fim... deixaram ele em bagaço”

É que cortaram ele miudinho. (GALEGO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.132)

(...) um tal de “Capa de Aço”, [pois dizia-se] que bala não entrava nele. Aí, então, cortaram esse homem de foice. Os camponeses o cortaram. Eu não vi, disseram, mas foi verdade. Cortaram em pedacinhos e juntaram tudo num saco. Cortaram mesmo, por que dizia que era “Capa de Aço”, mas dessa vez era de foice. Os camponeses não tinham aço para não ser cortado. (...) (ANTÔNIO DOMINGUES DE OLIVEIRA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.132-133)

Esta narrativa remete a mais um ponto em comum em diversas narrativas (VAN HAM, 2006), que é a associação entre a força das Ligas e os confrontos violentos em que estas estavam envolvidas, o que reflete como a violência, como maneira de se relacionar e demonstrar poder dentro do sistema de moradia, era ressignificada como maneira de combater o grande proprietário. Capa de Aço era narrado como a força do grande proprietário, mas como acabou morto nesta situação, se utilizou do conflito para mostrar a força dos trabalhadores rurais e camponeses que participavam das Ligas. Antônio Domingues de Oliveira indica que não havia aço que a foice do camponês não pudesse cortar. Essa narrativa revela como se tinha uma imagem de força associada a esta identidade política camponesa, pois se conseguia romper o poder dos grandes proprietários e a violência dos capangas. Cabe lembrar que a narrativa de Damião,

entrevistado por Rangel (2000) indicava que neste contexto os proprietários faziam a terra se fechar como se fosse de aço. Esta fala quando contrastada com a acima mencionada permite observar que, se em certos momentos os bloqueios contra o acesso à terra são tidos como impossíveis de superar, a mobilização da identidade camponesa permitia uma confrontação a tal concepção: se a terra se fecha como aço, a foice do camponês rompe qualquer aço. A narrativa de Socorro também relaciona os conflitos com essa percepção de que os camponeses eram fortes e corajosos, ela menciona que o pai dela foi aos enterros de um conflito que ocorreu em Mari:

**Socorro:** Ele contou a multidão que houve, contou também os discursos que foram feito lá; que o povo sempre acreditava que o sangue que tinha sido derramado, ele não ia ficar enterrado, ele ia nascer de novo. E eu acredito que nasceu mesmo, né. Nós estamos vendo aí vitória, e eu acredito que foi essa luta, essa coragem também, que o pessoal tiveram e que hoje está brotando do povo. (SOCORRO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 311-312)

Esta narrativa demarca a passagem do medo para a coragem na formação da identidade camponesa através da ressignificação da morte, que tendencialmente é associada ao medo, em uma vitória na luta pela terra, como se a morte dos que lutaram fosse alimentar o solo e brotar em uma luta mais forte. Assim a morte é valorizada como coragem e associada a conquistas que a entrevistada vivenciou em outro momento de sua trajetória – a entrevista é feita em 2001 em um assentamento onde esta mora, o que permite entender de que vitórias posteriores ela está falando.

Uma significação próxima a esta é feita por Severino Gomes que morava na fazenda São Salvador em Sapé e participou das Ligas, concedendo entrevista em 2001, com 73 anos: “(...) Joao Pedro Teixeira morreu inocente, não por que ele não sabia que os homens iam destruir ele. Por uma parte, ele é vitorioso. Eu não tenho João Pedro Teixeira por morto. Tenho João Pedro Teixeira por vivo, dentro da luta, como a gente está vendo, hoje, aqui. ” (SEVERINO GOMES, entrevista, VAN HAM, 2006, p.374). Nesta narrativa a liderança das Ligas é tida como tendo superado a morte, como tendo superado o medo e vencido por isto, sendo que novamente se associa uma luta do tempo em que ele dá a entrevista com o passado em que João Pedro Teixeira estava vivo. Existe uma valorização no fato de terem lutado pela terra, de terem enfrentado os latifundiários e um reconhecimento de que esta mobilização do passado contribuiu para fundamentar as lutas do presente, como se percebe na fala de Severino Francisco Xavier

que foi morador de condição, participando das Ligas em Mari e em Sapé, e se casou com uma prima da mãe de João Pedro Teixeira, tendo concedido entrevista em 2006 à Irmã Tonny Van Ham (2006):

**Tonny:** Mas o senhor achou um valor, também, nessa luta?

**Severino:** Achei que os camponeses fizeram uma grande luta a favor da comunidade dos trabalhadores. Que, quem morreram, morreram na defesa para fundar a classe trabalhadora. Morreram lutando. (SEVERINO FRANCISCO XAVIER, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.367)

A identidade política camponesa traz elementos que rompem com a internalização das regras da morada, mas não deixa de ter elementos de continuidade para com a moralidade constituída pelos moradores no sistema de moradia. O que é possível perceber pela influência do horizonte de expectativa dos moradores, com relação a reprodução de um trabalho autônomo na terra, sobre a formulação desta identidade política, assim como pelas influências das relações da morada sobre as narrativas a respeito do medo, da coragem, da força e da fraqueza. A análise destas continuidades e descontinuidades permite entender como o movimento das Ligas foi possível e como ele conseguiu tensionar tão fortemente as relações entre moradores e grandes proprietários.

## CAPÍTULO 4

### **4. DA RECIPROCIDADE DAS OBRIGAÇÕES DA MORADA A “LEI DAS LIGAS”: DO FOGO DE MONTURO À CHAMA DAS LIGAS CAMPONESAS**

Este capítulo inicia com a análise dos diversos significados atribuídos aos termos “direitos” e “lei”, observando que a referência a existência destes dentro do sistema de moradia, contrasta com a existência de uma “lei das Ligas”, a qual é marcada pela contraposição aos grandes proprietários como forma de obter acesso a terra. A pesquisa constata a existência de uma resignificação da expectativa do acesso a terra nas narrativas dos moradores, sendo que essa mudança na moralidade destes agentes permite entender como as regras da moradia internalizadas, no contexto da expulsão do campo, motivaram a revolta e a mobilização de um movimento social que se contrapunha aos grandes proprietários.

#### **4.1. DOS DIREITOS DO SISTEMA DE MORADIA AOS DIREITOS DAS LIGAS**

As regras do sistema de moradia eram fundamentais nas relações de poder entre moradores e grandes proprietários, de modo que a ruptura dos grandes proprietários para com suas obrigações nestes imperativos morais, no contexto da expansão da economia canavieira e ampla expulsão de moradores, motivou diversos destes para a participação nas Ligas Camponesas. Os relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) mencionam diversos casos de moradores que mudaram de uma propriedade para outra em sua trajetória – inclusive podendo retornar para a mesma propriedade da qual tinham saído por não gostarem da maneira como o grande proprietário ou os capangas agiram -, entretanto, este momento é percebido por estes agentes como um momento em que a possibilidade de continuar como moradores e de um dia terem sítios estava desaparecendo. Antônio Domingues de Oliveira expressa esta percepção: “Nessa época, depois disso aí<sup>165</sup>, os proprietários jogaram os moradores fora; a maioria não quis mais os moradores. Aí saíram todos e foram morar na cidade” (ANTÔNIO DOMINGUES DE OLIVEIRA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 133-134). Esta narrativa remete não só a uma expulsão, mas a uma mudança profunda nas relações com os grandes

---

<sup>165</sup> Ele estava mencionando principalmente a perseguição após o golpe militar e o que ele soube sobre Miriri (Sapé), Mamanguape e Rio Tinto (VAN HAM, 2006). Mas sua fala expressa o contexto de expulsão do campo, que antecede este momento.

proprietários, sendo que a fala sobre os moradores serem jogados fora remete a não haver mais compromisso dos latifundiários para com estes.

As mudanças nas relações entre moradores e grandes proprietários modificaram a cosmovisão desses agentes assim como as suas interpretações sobre os imperativos morais que regiam estas relações. Um elemento comum em diversas narrativas é a utilização dos termos “direitos” e “lei” para se referir as regras e normas que existiam no sistema de moradia, assim como para se referir a uma moralidade que era constituída a partir da mobilização de demandas nos sindicatos e nas Ligas. Novaes (1997) afirma que a mobilização das Ligas se contrapunha a uma “lei da chibata” e propunha uma “lei da nação”, sendo a primeira associada ao poder local dos grandes proprietários – a chibata remetendo a violência com que estes exerciam este poder - e a segunda aos vínculos com autoridades do poder público que permitiram as Ligas tensionarem as relações de poder no nível estatal.

A “lei da chibata” remete aos valores e símbolos referentes a visão hegemônica sobre o sistema de moradia, a ruptura com estas significações é perceptível no momento em que os moradores passam a questionar estas relações e se contrapor aos grandes proprietários:

**Tonny:** O que mais o impressionou nesse homem?

**Galego:** Que ele era uma bandeira de frente, era um homem desassombrado. Que não levava ninguém pra “lugar fundo”, como se diz. O problema dele era libertar o trabalhador do campo, que a gente tinha direito à terra. Depois dele, tivemos direito ao décimo terceiro mês [=décimo terceiro salário]<sup>166</sup>. Depois, tivemos direito a férias, a indenização, ser a lavoura vendida [=indenizada]. Eles [os grandes proprietários rurais] não tinham mais o direito de botar o gado na lavoura, não tinham mais direito a arrancar [a lavoura]. Tudo isso foi depois das Ligas Camponesas.

**Tonny:** Lembra-se de algumas frases dele?

**Galego:** Que ele falava? Ele não queria nada de briga. O negócio dele era paz e amor. Agora, incomodava... queria deixar tudo em pratos limpos, quer dizer, nem ser contra o trabalhador, nem ser contra o latifundiário. O negócio dele era a união. Vencer na união. Até que mataram ele, na covardia. Ele não queria fazer susto em ninguém. O negócio dele era paz, era amor, era trabalho. Se comunicar bem com as pessoas. Tratar bem. Ele não era pessoa de querer assustar, de querer ser lá em cima. Falava manso. Não gostava de gritar com ninguém. (GALEGO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.141)

---

<sup>166</sup> Anotações já contidas na obra de Irmã Tonny Van Ham (2006).

Esta fala de Galego permite observar como ele contrapõe um tempo em que os grandes proprietários tinham o direito de colocar o gado nos roçados dos moradores, com um tempo em que os últimos exigem seus direitos trabalhistas e de continuar com suas plantações. O direito que ele afirma que o grande proprietário tinha, remete as arbitrariedades que este poderia realizar com relação aos plantios de seus moradores dentro das relações da morada, assim, este “direito” significa a possibilidade de imposição da vontade do grande proprietário dentro do sistema de moradia e de seus imperativos morais. Entretanto, a narrativa deste agente afirma que este direito deixa de existir com o surgimento dos direitos dos moradores através da mobilização das Ligas (que ele personifica em João Pedro Teixeira). Os direitos a que ele se refere são os imperativos morais de dois momentos distintos, o que remete a como as relações de poder entre grandes proprietários e moradores se modificaram neste período de expulsão do campo. A possibilidade de uma ruptura para com os imperativos morais anteriores aparece, mas não se realiza por completo, visto que a narrativa mantém diversas ambiguidades, como se percebe em como Galego se refere a João Pedro Teixeira como alguém que não queria ser contra nem o trabalhador e nem o latifundiário, simultaneamente associando esta liderança a busca por união e não por briga. Esta última diferenciação remete a como esta liderança realizava diversas negociações com os latifundiários sem recorrer a violência e a imposição autoritária ou ao “grito”, que remetia a figura do grande proprietário violento. Mas para além disso, quando ele afirma que esta liderança não era de briga, isso demonstra uma ruptura com a concepção dos grandes proprietários a respeito de qualquer questionamento as relações da morada serem tidas como uma afronta ou como um desafio intolerável, assim, este entrevistado não vê mais o questionamento do grande proprietário como um desrespeito a uma autoridade inquestionável, mas como uma exigência por direitos que ele e outros moradores interpretavam como justos. A ambiguidade de não demonstrar as Ligas como um movimento oposto aos grandes proprietários pode ser interpretada através das diversas menções em que Galego remete a estes como opostos e se polarizando com os trabalhadores, visto que, se a oposição de interesses existe nitidamente – como se percebe quando ele indica que as Ligas visavam libertar o trabalhador, o que implica em ser liberto de algo, no caso dos latifundiários - esta polarização não é tomada por completo nesta narrativa, pois não se indica em nenhum momento a expectativa de que o latifúndio seja extinto. Esta análise revela como um dos elementos mais fundamentais e pressupostos na moralidade do sistema de moradia,

o latifúndio, não era completamente contraposto pelas valorações de diversos participantes das Ligas, mas, esta mesma narrativa aponta para como estes agentes interpretavam a existência de direitos a que podiam recorrer e que se opunham aos imperativos morais que justificavam o avanço dos grandes proprietários sobre seus roçados.

O termo “direitos” recebeu diversos significados entre os participantes das Ligas, variando conforme sua inserção no movimento e posição social<sup>167</sup>. As lideranças do movimento associam o termo ao conjunto de legislações que atribuíram diversos direitos trabalhistas aos trabalhadores urbanos, sendo que, quando falam em “direitos”, este aparece, na maior parte das vezes, como algo externo a realidade do sistema de moradia e que só adentra nesta pela mobilização política das Ligas. A fala de Elias Pereira, que foi fundador e presidente da Liga de Alhandra, a respeito do que ele achava mais importante sobre as Ligas, traz alguns destes elementos:

**Elias:** A coisa mais importante era que nós tivéssemos a vitória, quer dizer a vitória da Luta, por que uma vitória da Luta, o camponês ia sair daquele mundo de, ...dos conhecimentos que ele não sabia de nada. Que, então, depois disso, eles saberiam seguir os seus caminhos com os próprios pés, adquirindo os seus direitos, porque, .... Até hoje, aquele Luta não morreu. Morreu não, aquela Luta está viva. Está viva. E aquilo.... Tem, ainda muita gente atrasado, que é, como se diz, ...gente preguiçoso de adquirir, de procurar, de lutar pelo que é seu. Aqui mesmo acontece tanta coisa... (ELIAS PEREIRA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.182-183)

A fala de Elias Pereira ressalta os direitos como um conhecimento que os camponeses não tinham, isto é, como uma forma de saber que tem origens exógenas e que só seria adquirida pelos que tinham contato com relações com a cidade ou mediante as lideranças das Ligas. Em outro momento ele chega a indicar, na entrevista concedida a Irmã Tonny Van Ham (2006), que a luta das Ligas era em favor dos desprotegidos, que estavam “nas trevas”, sendo que o esclarecimento das Ligas permitia sair destas. Assim o que ele enfatiza é como o conhecimento sobre certas leis – e o termo “leis”, nas diversas narrativas destes agentes, sempre adquire o sentido de um conjunto de normas,

---

<sup>167</sup> Sigaud (1980) analisa como a noção de direitos era associada, pelos moradores em Pernambuco, aos direitos trabalhistas que se estenderam ao campo na época de Miguel Arraes. Novaes (1997) enfatiza que o termo “direitos” ganhou força tanto nas Ligas e sindicatos do PCB, como nos “sindicatos de padre”, ou seja, naqueles em que a Igreja tinha mais influência. Sendo que ela indica isto como um fato significativo visto que, mesmo nestes sindicatos que tendencialmente não visavam um enfrentamento aberto aos grandes proprietários, se introduzia noções sobre um conjunto de normas que não era o da grande propriedade, permitindo que os trabalhadores mobilizados estabelecessem novas interpretações sobre sua realidade.

mesmo quando eles não remetam a legislação propriamente dita – rompe com os imperativos morais do sistema de moradia. A fala de Severina, que era filha de um morador que era amigo de João Pedro Teixeira, a respeito do último, também traz esta questão:

**Severina:** Também não. Ele era uma pessoa companheiro. Ele gostava muito de conversar e aconselhar o povo. Também orientava. O pessoal era tudo, naquele tempo, vexado. Só ia na conversa do patrão. E ele era quem abria a mente do povo; dos trabalhadores; sempre, pra eles se organizarem, trabalhar, procurar seus direitos; exigir os direitos do patrão. Foi isso que ele fazia. (...) (repetição). (SEVERINA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.358)

A narrativa de Severina aponta que os moradores saíam da conversa do patrão, ou seja, deixavam de compartilhar das justificativas e perspectivas destes a respeito das relações da morada, no momento em que tinham contato com as lideranças e com o saber externo que estas traziam, por isso a liderança “abria a mente do povo”, permitindo novas interpretações e valores.

Mas se, nestas narrativas, os direitos adquirem mais o sentido de ruptura com o passado e com a moralidade do sistema de moradia, em outras falas fica nítido que o termo não adquire apenas este significado, sendo que a percepção de que os “direitos” pelos quais as Ligas lutavam já existiam anteriormente é recorrente nas narrativas concedidas a Irmã Tonny Van Ham (2006). Sigaud (1980), quando pesquisou em Pernambuco, indicou que, na percepção destes agentes, as “leis” ou os “direitos”, que eram temas com os quais eles remetiam a direitos trabalhistas, sempre existiram e estavam a seu alcance, sendo que só não eram colocados em prática pois os trabalhadores não os conheciam. Este tipo de narrativa se repete nas narrativas que esta pesquisa lança mão e traz alguns outros elementos para a análise.

Nos relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) é comum que se afirme que no “tempo das Ligas” não havia direitos, mas simultaneamente se afirma que as Ligas permitiam conhecer e encontrar onde os direitos estavam. Assim, percebe-se uma ambiguidade a respeito da existência ou não dos direitos, como se, ao mesmo tempo, eles existissem e não existissem:

(...). Num tinha documento; o documento que eles tinham, eram essa carteira mesmo, pra, nas fazendas, apresentar os direitos aos fazendeiros, os direitos do trabalhador; os direitos trabalhistas. Que é um direito que eles tinham. Que nesta época, não existiam estes direitos, né? (...) (ISABEL, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.221)

Este relato de Isabel retrata a ambiguidade dos direitos serem colocados como existindo e não existindo, que remete a como o acesso jurídico a direitos trabalhistas, como férias remuneradas, décimo terceiro salário, descanso semanal, implicava em uma ruptura para com as normas que regiam as relações anteriores, sendo que a existência da possibilidade de se ter estes direitos contrastava com as experiências anteriores destes agentes, assim como com as dos moradores que, naquele mesmo momento, não tinham acesso a essas relações pautadas na legislação. O acesso aos direitos é relacionado a um conhecimento sobre a existência destes, como fica nítido na fala de José Carlos:

**Jose C.** – Olha Irmã Tonny, as LC<sup>168</sup>, o conhecimento dos trabalhadores, nem um trabalhador sabia aonde os direitos estavam. Então veio o Sindicato. O Sindicato, aí foi quando o pobre começou a conhecer, governo, prefeito, deputado. Mas antes, ninguém tinha visto. (...) (JOSÉ CARLOS, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.245)

Este relato ressalta como os direitos eram percebidos como algo que já existia e que era acessado por uma vinculação exógena – “governo, prefeito, deputado”, ou seja, a uma esfera política e jurídica ligada a um meio que não era o da grande propriedade – sendo que este acesso aos direitos era possível através de um conhecimento, que só foi possível com a chegada das Ligas – a narrativa deixa nítido que apenas com a “visão” oferecida pelas Ligas é que se conseguiu enxergar estes direitos. Este vínculo com um conhecimento trazido pelas Ligas também aparece na narrativa de Socorro que relaciona a repressão e os direitos defendidos pelas Ligas:

(...) E todo mundo tinha muito medo, porque ninguém queria ser contra ninguém. Aí, começaram também o pessoal que já estava organizado e já entendiam também, os direitos que eles tinham, aí eles também tinham coragem de falar a verdade, De... de dizer o que tava certo e o que estava errado. Foi daí que começou a morrer trabalhadores (...) (SOCORRO, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.311)

Esta narrativa indica que em um tempo muito repressivo – no qual o medo fazia ninguém querer “ser contra ninguém” – os participantes das Ligas que conheciam os direitos, tinham a coragem de colocar o que era certo e o que era errado, ou seja, de disputar com os grandes proprietários as interpretações sobre os imperativos morais compartilhados entre os moradores a respeito das relações de trabalho. Alcançar os

---

<sup>168</sup> Ligas Camponesas (LC), como é utilizado em alguns momentos em Van Ham (2006).

direitos implicava, portanto, o acesso a um tipo de conhecimento que não era parte das relações da moradia e que incluía o saber de que era possível confrontar os grandes proprietários.

As narrativas acima demonstram como o termo “direitos” adquiria o significado de uma vinculação com relações para fora da grande propriedade, entretanto, como se percebe em outras narrativas o termo não era tomado como uma ruptura completa com as relações anteriores, assim como não remetia apenas a uma relação exógena, sendo também associado aos imperativos morais do sistema de moradia e ao horizonte de expectativas destes agentes com relação as relações constituídas neste sistema. O relato de Isabel sobre o momento em que a fazenda São Salvador deixa de ser dirigida pelo proprietário – que segundo ela era um homem bom -, com a chegada de um administrador, explicita alguns destes traços:

**Isabel:** Os morador. Eles eram rendeiros, tinham seus sítios, pagavam os direitos deles, né? Eles plantavam cana, plantava verdura, toda semana saía dois, três carros de verdura, só dessa família Fernando, que botava lá os carros e pegavam para ir vender, lá em João Pessoa; verdura. Aí começou João Gomes o administrador, aí, foi tomando o terreno do pessoal. Tomando o terreno do pessoal, porque o pessoal estava ficando rico, mais rico do que o proprietário. E isso causou a história das Ligas Camponesas, eles tomando o terreno do povo. O povo pagava os direitos e ele deixando o povo apenas com o terreninho da casa e uma pouca coisinha para trabalhar. (ISABEL, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.223)

Na continuação desta fala ela menciona desdobramentos deste contexto:

(...) Aí, como ele fez isso com o povo, o povo disse: - Agora vamos fazer um direito. O povo agora vai ter direito nos terrenos deles. (ISABEL, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 223).

**Tonny:** Quem dizia?

**Isabel:** O pessoal de João Pedro, né. Vamos recuperar os terrenos de vocês e vocês pagam os direitos de vocês. Tem direito a moradia. Vocês pegam o direito de vocês. (...) (ISABEL, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 223-224)

Esta narrativa apresenta significados muito diversos do termo “direitos”. Ela inicia apontando como os rendeiros da fazenda São Salvador se ressentiam por estarem perdendo seus sítios, visto que passaram de um momento muito valorizado, quando os

moradores estavam “ficando mais ricos que os proprietários”, para o momento da expulsão no campo, sendo que ela indica que é neste momento que as Ligas se mobilizaram, e aponta que a motivação disto foi o avanço do administrador sobre os sítios de quem estava “pagando os direitos”. Nesta fala, os direitos remetem as regras e normas do próprio sistema de moradia, o direito pago pelos moradores – rendeiros, ou foreiros – era o foro, ou seja, era a obrigação de pagamento que, a partir dos imperativos morais do sistema de moradia, garantia acesso ao sítio. A pesquisa não tem acesso a narrativas que permitam afirmar, ou negar, se o termo direitos já era utilizado para as relações do sistema de moradia anteriormente a este contexto de expulsão do campo, mas o que é possível constatar é que neste período há uma associação do termo “direitos” tanto para relações que emergiam neste contexto, como era o caso dos direitos trabalhistas conseguidos pela mobilização política, quanto para relações já vivenciadas em períodos anteriores por estes agentes. A fala de Isabel traz o significado do direito como algo emergente ao indicar que as lideranças afirmaram que iam “fazer um direito”, isto é constituir novas regras para a relação com os grandes proprietários, assim, estas novas regras remetiam ao acesso a relações de trabalho antes não existentes (acesso a décimo terceiro, férias remuneradas, salário mínimo, entre outros), mas, simultaneamente remetem a elementos que já existiam no “direito” do sistema de moradia: acesso a terra e a morada. O “pagamento do direito” do sistema de moradia (foro) permitia acesso à terra e moradia, que eram as principais reivindicações destes agentes através do “pagamento dos direitos” das Ligas (mensalidade). O termo “direitos” demarca, portanto, uma continuidade entre a moralidade que estes agentes constituíam no sistema de moradia e os valores e símbolos mobilizados nas Ligas, entretanto, marcam também a ruptura de qual a vinculação que permite este acesso: no sistema de moradia a terra é acessada pela proximidade com o grande proprietário e demonstração de que se internalizou as regras da morada, mas na mobilização das Ligas o acesso à terra e morada é associado a contraposição aos grandes proprietários, trata-se, portanto, de uma reconfiguração destes valores e significados perceptível pelas ambiguidades e contradições no uso do termo “direitos”.

Se as narrativas dos agentes que foram lideranças são marcadas pela associação entre direitos e regras vindas de fora da grande propriedade, isto não significa que estes agentes não compartilhavam de uma noção de continuidade entre a moralidade do sistema de moradia e os valores colocados pelas Ligas. Elias Pereira, que era liderança em Alhandra, ao relatar sobre como as condições dos moradores estavam ruins, afirma:

(...). Então, começou a briga por essas indiferenças. Se não cobra desse sistema, o camarada dá toda semana 1 dia ou 2 de “condição”, quer dizer, 2 dias de serviço por semana [de graça]. (...) (ELIAS PEREIRA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.173)

Ele indica que era necessário “cobrar desse sistema”, o que remete a relação entre grandes proprietários – que ele indica estarem cada vez mais indiferentes – e moradores, ou seja, ele, que era liderança, associava a mobilização a uma cobrança ao sistema de moradia, o que revela como não necessariamente o fim desta forma de organização era colocada no horizonte de expectativa dos agentes que participavam do movimento. Se as falas de Elias Pereira indicam isto de maneira indireta, visto que, em outras falas dele, fica mais nítida uma contraposição a posição dos latifundiários, a fala de outra liderança, Bacural, que foi entrevistado junto a Elias Pereira, e que militou em Mucatu:

**Elias:** Não, ele mora aqui, na rua. ‘Bacural’. Pronto, este daqui é de Mucatu, não é?

**Bacural:** É, mas agora sou de Alhandra. Naquele tempo, a nossa Luta era de acabar com o dia do cambão. Ninguém pagar mais o dia de Cambão ao proprietário para dar o foro de acordo com a possibilidade dele. E foi isso que nós lutemos e vencemos. Conseguimos. Foi a melhor coisa que conseguimos.

**Elias:** E conseguiram, depois, a divisão de terra.

**Bacural:** A divisão da terra. Já foi pelo Sindicato<sup>169</sup>. (...) (ELIAS; BACURAL, Entrevista, VAN HAM, 2006p.184)

Bacural afirma que a luta era para acabar com o cambão para possibilitar o pagamento do foro, o que deixa nítido que, nesta perspectiva, a luta não visava a desapropriação da terra, o que não significa que esta liderança não colocasse esta demanda no campo político – como se percebe por Elias Pereira valorizar o fato de uma desapropriação posterior -, mas expressa como o horizonte de expectativa destes agentes mantinha, mesmo no momento de forte tensionamento político, diversos valores relativos a moradia. Estas narrativas explicam certas valorações usadas a respeito das ações das Ligas, como é o caso, já mencionado, em que Elias Pereira relata que nas negociações havia proprietários que eram “cidadãos” e faziam acordos enquanto outros não. O proprietário ser “cidadão” remete a este conseguir dialogar sem usar da violência, o que não está associado apenas a nova figuração da negociação coletiva, na

---

<sup>169</sup> Bacural esclarece que a desapropriação foi conseguida posteriormente a extinção das Ligas, por meio da disputa do sindicato na justiça e por intermédio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (VAN HAM, 2006).

qual o proprietário é pressionado a se posicionar em posição semelhante para com um camponês, mas também aos cotidianos do sistema de moradia, nos quais o “bom patrão” cedia a certas demandas dos moradores e era mais paciente. Entretanto, a própria entrevista de Elias Pereira, em momento que fala sobre João Pedro Teixeira, dá indicativos de como estes traços de continuidade são perpassados por elementos de ruptura, o que permite entender como o que ocorre é uma reconfiguração da moralidade do sistema de moradia:

**Wilson:** O senhor se lembra de alguma frase que ele falava nas Ligas?

**Elias:** A última vez que tive contato direto com João Pedro foi justamente no dia de sua morte. Até duas horas a tarde estávamos palestrando, e lembro-me que ele disse que se não tomar cuidado, eles saem sem nenhuma providencia segura em favor desse povo. Futuramente, até a água, o sol, as estrelas, a lua que estariam tudo nas mãos dos capitalistas e só chegaria na casa dos pobres se fosse através do dinheiro. (ELIAS PEREIRA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.170)

Nesta fala ele evidencia que havia uma preocupação, por parte de João Pedro Teixeira, de que os trabalhadores rurais e camponeses saíssem com garantias das disputas em que se envolviam, ou seja, buscavam certa estabilidade econômica. Esta demanda contrasta com a permanente instabilidade a que o morador está sujeito dentro das regras da morada: a morada, o roçado, o sítio – caso tivesse – poderiam todos ser retirados deste sem nenhuma compensação. Se a valoração de ter a morada e a terra para trabalhar, que surgem na própria moralidade constituída nas relações da morada, influenciou os valores dos participantes do movimento quanto a posse da terra, não se pode dizer que essa influência significou a permanência dos mesmos valores, visto que o que era valorizado pelos agentes que participaram das Ligas era conseguir seu trabalho autônomo na terra sem a interferência do grande proprietário, como se percebe no relato de Dona Juraci (VAN HAM, 2006), que era jovem no período de mobilização das Ligas e relata que os moradores de Massangana se voltaram contra a grande proprietária que soltava o gado em seus sítios para alimentá-los, ela relata que os moradores soltaram o gado dela sobre a própria cana, o que gerou muito desgosto a esta grande proprietária, que acabou vendendo a fazenda<sup>170</sup>. Ela também afirma que após a

---

<sup>170</sup> Este caso é o mesmo em que Assis Lemos de Souza participa das negociações falando aos moradores para evitar a venda, o que é realizado até 1964 quando, Dona Augusta, a proprietária, consegue realizar a venda. A expressão de que houve grande desgosto dos grandes proprietários é presente em outras narrativas, como a de Francisco Antônio da Silva, que foi morador próximo a fazenda Miriri, o qual afirma que o pai dos Ribeiro Coutinho, João Úrsulo (existe um filho com mesmo nome), teria morrido de

venda da grande propriedade surgiram proibições de plantio que revoltaram os moradores que afirmaram: “A gente está pagando [o foro]<sup>171</sup>; a gente planta aqui o que a gente quiser” (DONA JURACI, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 285) Este relato é interessante pois contrasta com o “direito do proprietário” de soltar gado nos roçados, a partir de um momento de mobilização em que os moradores se revoltam e realizam a mesma prática com a plantação de uma proprietária, o que indica como a emergência da percepção de diversos significados de “direitos” por estes agentes tem relação com um tensionamento das relações de poder entre grandes proprietários e moradores de modo a marcar rupturas com a moralidade presente no sistema de moradia, mas, o fato de os moradores indicarem que o pagamento do foro lhes permitia plantar o que fosse, explicita como havia uma certa continuidade entre as moralidades: se antes o pagamento do foro permitia acesso ao trabalho autônomo no sítio, isto teria de ser mantido, mas agora a partir de outra figuração, pois implicava em um enfrentamento explícito aos interesses dos grandes proprietários.

As relações entre moradores e grandes proprietários no sistema de moradia já implicavam o atendimento, ou não, de demandas desses, sendo que Afrânio Garcia Júnior (1989) afirma que o equilíbrio entre expectativas dos moradores satisfeitas e frustradas era o motor destas relações. A crise do sistema de moradia é explicada por este autor pelas relações de dom e contradom da morada terem se tornado relações contratuais, sendo que os moradores conseguiam ir à justiça e até mesmo deixarem seus patrões endividados. Ele também afirma que a migrações para o Sul e a emergência de movimentos como as Ligas, que conseguiam disputar a autoridade – no caso, a legitimidade quanto a concentração de diversos tipos de capitais - dos grandes proprietários, promoveram um alargamento do horizonte social destes agentes. As contribuições do autor permitem perceber como a emergência de valores e símbolos contrastantes com a dos grandes proprietários, assim como a mobilização política - que pressionava o Estado, inclusive mediante a via jurídica – foram fundamentais para esta reconfiguração.

As narrativas permitem entender que a mudança das relações entre grandes proprietários e moradores é também marcada por uma ressignificação dos valores do

---

aperreio – de nervoso – por causa das Ligas. Ambos os entrevistados têm visões negativas sobre as Ligas e afirmam que os patrões para quem trabalhavam eram pessoas muito boas, no caso de Dona Juraci, esta chega a dizer que as Ligas foram muito injustas com ela (VAN HAM, 2006).

<sup>171</sup> Nota já contida no documento original.

sistema de moradia, no qual os valores relativos a realização de um trabalho autônomo na terra são em parte mantidos, mas ressignificados devido ao contexto em que os grandes proprietários não mais podiam atender as suas demandas devido a uma mudança de sua posição econômica em relação aos capitalistas industriais, sendo que neste mesmo contexto existia a possibilidade da articulação de outras relações de interdependência ligadas a cidade, a políticos de partidos mais progressistas, a outras categorias de trabalhadores e recursos jurídicos e de mobilização social. A ressignificação da busca por um trabalho autônomo é marcada pela emergência do confronto com os grandes proprietários como meio de alcançar esta demanda, de modo que, a maior marca de ruptura nas narrativas destes agentes, nesta nova figuração em que as Ligas se apresentam como movimento que permite atender a estas demandas por terra, é a de tomarem os grandes proprietários como adversários políticos que tem interesses contrários aos seus.

#### **4.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CATOLICISMO POPULAR: AS LIGAS ENFRENTAM O LATIFÚNDIO SOB OS PODERES DE DEUS**

A ressignificação de valores é perceptível na religiosidade destes agentes como é analisado por Novaes (1997) que destaca duas frases como marcantes, uma, que ela indica ser comum entre diversos entrevistados e que ela atribui a um sócio da Liga de Mamanguape – que ela não identifica com nome ou com a data em que concedeu entrevista -, é a de que “O camponês enfrentava o latifúndio e os donos do poder com os poderes de Deus” (Sócio da Liga de Mamanguape, entrevista, NOVAES, 1997, p. 71), a outra, é de Elizabeth Teixeira: “O latifúndio é o diabo”. Segundo a autora, o catolicismo popular e uma cultura bíblica difusa permitiram, junto ao apoio de alguns padres ao movimento das Ligas, que os moradores católicos se aproximassem das Ligas sem se afastar da “lei católica”, isto é, dos valores e símbolos religiosos. Ela indica que houve uma reapropriação política do modelo ético vindo da religião, na qual, para fazer face ao latifúndio e recobrar dignidade perdida, os trabalhadores rurais e camponeses acionaram o próprio código moral imposto pela ideologia dominante, assim, o sentido religioso anterior a mobilização ganhou uma nova forma, sendo que os grandes proprietários e os participantes do movimento passam a disputar o sentido religioso de estar “sob os poderes de Deus”. Esta relação também implicava em ter a possibilidade de atribuir ao

outro a figura da Besta, do Cão, entre outras, associadas ao mal, como se percebe no relato que Nivaldo, que era foreiro, concedeu a Rangel:

Por isso nasceu a Liga, que muitos pais de família como eu num tinha mais condição de pagar o foro, nem aguentava os imprensão que tava vivendo. Era muita injustiça, muita humilhação, muita maldade. Por isso, nós resolvemo se unir e enfrentar o cão com a força da graça de Deus, era isso. (NIVALDO, Entrevista, RANGEL, 2000, p.289)

Este relato confronta as forças divinas com as forças malévolas o que vai na direção do indicativo de Novaes (1997) sobre como a disputa entre os grandes proprietários e moradores também envolvia o poder de atribuir o que era mal. Ela indica como um dos símbolos comuns entre estas diversas categorias era a “Besta-Fera”, que simbolizava o mal, e era atribuído por moradores ao latifúndio e pelos latifundiários aos comunistas. Este símbolo não remete apenas ao momento do confronto político, mas está presente nos símbolos que já eram anteriormente mobilizados por estes agentes, como é o caso dos cambiteiros, que eram exorcizados da Igreja pelos latifundiários e pelo clero, por evocarem constantemente a figura da “Besta” contra as coisas e contra a natureza – por exemplo contra um burro que se recusa a se mexer -, mas que recebiam cumplicidade dos demais trabalhadores que riam destas histórias. A “Besta-Fera” é tomada como uma encarnação do “diabo”, sendo mal e poderoso, mas também esperto e encantador, isto é, persuasivo, assim ao atribuir ao adversário político esta figura, estes agentes estavam denotando como seu poder de persuasão poderia ser perigoso para os moradores.

O fato do cambiteiro ser punido por evocar as forças do mal pode ser interpretado pelo fato de que atribuir a algo a figura de malévolo é algo bastante poderoso, pois ao se atribuir sentido ao que é mal, indiretamente também se atribuí a outras figuras o que é bom, por isso o feito destes agentes era tomado como uma afronta ao poder dos grandes proprietários e do clero em determinarem o que era bom e o que era mal, como também foi sentido como uma afronta a tentativa dos moradores e de participantes das Ligas e dos sindicatos em atribuírem estas figuras aos grandes proprietários, que, por vez, também utilizavam destes símbolos religiosos para atacar seus oponentes políticos. A disputa era para conseguir atribuir ao outro o papel de força maligna, enquanto que a própria posição se sobressaía como estando com as forças divinas. Esta relação remete a como os grandes proprietários, ao enfeixarem uma imensa gama de relações sobre si, incluindo as relações com a religiosidade, por anos

tiveram a concentração de diversos capitais que possibilitam certa determinação sobre o sentido atribuído a alguns símbolos. O poder de atribuir o que era mal e o que era bom a partir da religiosidade era parte desta mobilização de símbolos distintivos, sendo que este momento de mobilização das Ligas marca a ruptura com este papel do grande proprietário ao tentar realizar esta elaboração simbólica de modo a se contrapor aos grandes proprietários.

#### 4.3 A “LEI DAS LIGAS”: TERRA LIVRE E TRABALHO

O termo “direitos” recebeu diversos significados, assim como o termo “lei”, sendo que em vários momentos os camponeses e trabalhadores rurais associam o termo as regras da moradia – ao que Novaes (1997), baseada em entrevistas, indica ser a “lei da chibata” – ou se referindo a época da expulsão do campo, como nos relatos concedidos a Rangel (2000), nos quais se menciona uma “lei do cão”. Mas, este termo é em geral utilizado para falar sobre a mobilização política de sindicatos e das Ligas, se referindo a um novo conjunto de normas, regras, valores e símbolos veiculados por estas organizações, assim a “lei do sindicato” e a “lei das Ligas” - que em diversos momentos remetiam a mesma mobilização – se referem a uma moralidade que os moradores associam a estas. Essa questão é perceptível na fala de Francisco Antônio da Silva, que foi morador na fazenda Miriri, em Sapé, sendo que relata o que ouvia quando jovem – ele concede entrevista em um assentamento em Cruz do Espírito Santo em 2002, quando tinha 63 anos – a partir de uma liderança local, Alfredo Dias, que ele conheceu:

**Tonny:** O senhor, alguma vez escutou Alfredo falar sobre as Ligas?

**Francisco:** Ele conversava muito sobre as Ligas, dizia que eram boas, estavam lutando pela terra. As Ligas eram uma lei boa... era terra pra trabalhar. E dizia que, se eles ganhassem, ia ser bom. (...). Eu. Era um rapaz novo ainda, mas eu conheci Alfredo. (FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.216)

A fala de Francisco sintetiza o que muitos relatos trazem como a “lei das Ligas”: terra e trabalho. Outros relatos concedidos a irmã Tonny Van Ham (2006) também trazem conjuntamente o elemento da liberdade, como se percebe em duas falas de Severino Francisco Xavier, que foi morador – pelo que relata se pode interpretar que era morador de condição - em Mari e depois em Boa Vista, em Sapé, tendo associado-se as Ligas em ambos os locais:

**Tonny:** Sim, o povo assim..., mesmo que era tudo às escondidas, mas o povo tinha esperança das lutas das Ligas?

**Severino:** Tinha. Tinha esperança que aquilo um dia ser resolvido e a pessoa ficar livre, trabalhando liberto. A libertação do povo todo... (silêncio prolongado...) (SEVERINO FRANCISCO XAVIER, Entrevista, 2006, p.365)

**Tonny:** E o que o senhor se lembra das reuniões, que o senhor visitava com um grupinho, nos domingos, tratavam de que, nestas reuniões? O que se falava lá?

**Severino:** Tratavam sobre o trabalho, né. Como é que ia ficar; aderir para que tudo ia ficar liberto para o trabalho: que a idéia era que ia chegar um tempo de as terras dos usineiros tudinho ficar liberto pra, pra se trabalhar. Que ainda ia haver uma reviravolta que as terras de usineiros iam todas ser para outra cultura, pra o trabalho. (SEVERINO FRANCISCO XAVIER, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.366)

As falas indicam como ele associa a liberdade da pessoa e do povo – dos moradores – à libertação da terra. A segunda fala menciona uma expectativa de que um dia todas as terras dos usineiros seriam libertas, o que ele associa a uma cultura do trabalho, o que remete ao trabalho que os moradores associavam a liberdade, isto é, ao trabalho que realizavam em seus sítios e lavouras nas plantações alimentares, assim a associação entre uma cultura, o trabalho e a liberdade, remetem a valorização da autonomia do trabalho no horizonte de expectativa destes agentes dentro das regras da morada, como pode se perceber na fala de outro agente, também chamado Severino<sup>172</sup>, entrevistado por Rangel (2000):

Mas a coisa certa, que todo trabaiaador queria trabaiaar, ter seu cantinho. Se cada cá, tivesse seu sítio pra trabaiaá, ou seu roçadim pra plantar sua mandioca, seu terreiro para criar um bode, um pintinho, um bezerro, se tivesse terra, nem que fosse só um pedacinho, nós num tinha se acabado tudo na desgraça não. (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p.278)

A libertação da terra, para o morador ter “seu cantinho”, envolvia um enfrentamento moral contra aqueles que a estavam “prendendo”, isto é, os grandes proprietários, o que explica por que em narrativas concedidas a Irmã Tonny Van Ham (2006) e a Rangel (2000), se verifica um uso da religião para se contrapor ao grande

---

<sup>172</sup> Cabe lembrar que todas as entrevistas realizadas por Rangel (2000) foram feitas em 1991 e omitiram os nomes reais e localização do entrevistado.

proprietário, na qual o poder divino – afinal, apenas forças sobrenaturais pareciam fortes para se contrapor ao grande proprietário, que concentrava tantos poderes em volta da realidade a que o morador pertencia - é visto como justificador da luta por libertar a terra, a qual é interpretada como simultaneamente não sendo propriedade de ninguém – isto é, não podendo ser um negócio somente para ganho do grande proprietário -, mas devendo pertencer a todos, como fica nítido na fala de um morador de condição, Inácio, que foi entrevistado por Rangel:

Eu penso assim, que mermo o pobre tem o direito sagrado de viver. Que Deus num podia aceitar essa injustiça, não senhora, que Deus deixou a terra pra todos. Ele fez o home e a muié e mandou multiplicar e encher a terra, Deus não mandou ninguém vender a terra, antes ele libertou a terra, então só posso crê, que ele queria que o pobre tenha terra.

Baseado assim nessa crença é que eu entre pra Liga, que era pra mode ter um terreninho pra trabaiaí, que a proposta era essa, era adquirir terra pra trabaiaí, era esse o movimento. Então eu penso que era bom né? Por que sem terra, num tinha jeito não, era morrer tudo na mingua. Por isso eu acredito que a Liga queria a libertação. Era isso sim, era só isso. Era como lhe disse: o direito sagrado do home viver, criar seus menino, sustentar sua mulher, vivo na graça de Deus. Por isso eu entrei. (INÁCIO, Entrevista, RANGEL, 2000, p.325-326)

A associação entre a expectativa de “ter seu cantinho” e a elaboração de uma “lei das Ligas” também fica nítida na fala de um morador cuja entrevista, a respeito das Ligas, é mencionada por Rangel:

Diz que era uma Lei boa. Uma Lei prá o pobre viver sobre si, num sabe? Viver sobre si é assim: era tomar conta da terra. Se trabaiaador tivesse uma plantação ficava tudo com ele. Viver sobre si é assim, não dá condição a ninguém. Tudo que faz é prá pessoa mesmo. Não vive sujeito a ninguém.

(...)

Moça, será que essa Lei camponesa ainda existe? Será que um dia ela ainda vai existir? (MORADOR, Entrevista, RANGEL, 2000, p. III)<sup>173</sup>

Esta fala associa o “viver sobre si” a trabalhar na terra sem ser sujeito a ninguém, em uma idealização de uma realidade na qual todo trabalhador seria livre e a sujeição não existiria – o que implicaria em um mundo em que ninguém sujeitasse ninguém -, a qual ele denomina de “lei camponesa”. A ambiguidade quanto ao tempo de

---

<sup>173</sup> A autora não menciona nome, local, ou qualquer referência sobre quem concedeu a entrevista, apenas indica que esta foi realizada por Bernadete Ramos Bezerra em 1987 (RANGEL, 2000).

existência dessa “lei camponesa” é marcante, visto que ele pergunta se ela ainda existe e logo em sequência pergunta se um dia ela ainda vai existir, o que significa tanto que ela existe em um passado em que ela não existiu, quanto que talvez exista em um futuro na qual ela já existia no passado, ou seja, remete a um passado na qual as relações de moradia permitiam algum acesso a terra, mas, com o fechamento desta possibilidade histórica, passa a existir em um futuro projetivo, que visa a retomada da liberdade idealizada no passado. Vale ressaltar, é uma liberdade idealizada sobre o passado, porque nunca houve uma época em que de fato todo trabalhador pudesse trabalhar livre na terra, sendo que o que havia era a possibilidade de acesso a esta.

As narrativas mencionadas permitem entender que a “lei das ligas” pode ser sintetizada como: terra livre e trabalho ou liberdade do trabalho e terra. A indissociação entre a relação com a terra e a própria existência social, presente nas falas, permite que ambas as sobreposições de termos ganhem o sentido da busca pela autonomia do trabalho, que era idealizada pelos moradores em seu horizonte de expectativas, quando almejavam ser, manter, ou melhorar a condição de foreiro ou de pequeno proprietário. A “lei das Ligas” foi fundamentada a partir das diversas experiências destes agentes, sendo que, através destas, a moralidade constituída no sistema de moradia pelos moradores, que apresentava a expectativa por terra, moradia e trabalho autônomo, foi transformada em uma demanda política. Mas este processo não ocorre sem ressignificações nos valores constituídos por estes agentes, visto que a contraposição aos grandes proprietários e a expectativa de uma vitória contra estes, na qual as terras destes voltariam a ser, ou viriam um dia a se tornar, dos moradores, constituem o elemento definidor da “lei das Ligas”, que diferencia a moralidade do sistema de moradia da apresentada nesta “lei”: a “lei das Ligas” só pôde emergir em um contexto em que a terra foi “presa” pelos grandes proprietários e precisava ser liberta pelas Ligas.

A reconfiguração das expectativas dos moradores por terra e trabalho autônomo em um projeto político por reforma agrária implicou em um trabalho realizado por lideranças e agentes vinculados a partidos e outros grupos. As narrativas relacionam diversas lideranças e a “lei das Ligas”, ou os elementos a esta associada (terra, liberdade e trabalho), como se percebe na fala de Severino Guilhermino de Souza, morador da fazenda São Salvador, em Sapé, que militou nas Ligas:

**Severino G.:** Na minha memória, João Pedro Teixeira está vivo, nesta luta pela terra, pela vitória da terra, pela Reforma Agrária e da brava

Reforma Agrária, querendo Reforma Agrária, não guerra, querendo paz. (...)

**Tonny:** Qual lembrança mais forte de frases de João Pedro Teixeira?

**Severino G.:** É de quando ele ficava assim, como que a Reforma Agrária tinha que ser radical. Tinha que ser arrancado o latifúndio pela raiz, jogado pra cima e queimado. Queimar o latifúndio não o latifundiário. Enquanto que tem latifúndio, tem gente que faça mal. Era pra tirar a terra. Nunca falou em destruir ninguém. (...) E ninguém ser dono das terras! Ninguém. É pra trabalhar... (...), Mas aí, veio o Golpe Militar (...) (SEVERINO GUILHERMINO DE SOUZA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.375)

A indissociabilidade entre a liberdade do morador e a da terra é tão forte que ele indica que João Pedro Teixeira lutava pela vitória da terra, como se a própria terra estivesse lutando contra sua prisão pelo latifúndio. A fala também ressalta a associação entre esta liderança e a busca por negociações coletivas que evitassem a violência, visto que se ressalta como este visava a paz e não o “massacrar” ninguém, sendo sua oposição ao latifúndio e não a pessoa do latifundiário, o que dá contornos políticos muito precisos a respeito da reforma agrária nesta narrativa, o que não se encontra em muitas outras. Ao final, ele indica que o objetivo da mobilização era trabalhar, o que, junto a sua outra indicação de que a terra estava “lutando”, permite perceber como se associava fortemente o conflito com o grande proprietário a expectativa do trabalho autônomo na terra, de modo que a narrativa chega a colocar a resolução da disputa como vinda – depois de um confronto político - de uma própria tendência inerente a terra.

Outra entrevista, concedida a Irmã Tonny Van Ham (2006), em 2002, por Antônio Pedro, que trabalhou com João Pedro Teixeira, indica que esta liderança falava de uma “lei de Cuba”, na qual todos trabalhavam e todos comiam<sup>174</sup>, o que também ressalta este caráter de plantio “para si” referente as posições sociais mais autônomas. Outra fala de Severino Gomes, menciona que Nego Fubá distinguia o comunista escravizador<sup>175</sup> – que trabalha para o patrão - do comunista libertador, sendo que indica que o último lutava para que os bens fossem em comum, para que todos fossem libertos

---

<sup>174</sup> A sua narrativa também traz outras valorações que apontavam a “lei de Cuba” como melhor, sendo que ele indica que quem matava era morto e quem “bulisse” com a filha do outro era obrigado a casar, o que remete a a vivência deste agente na morada. Ele também chega a demonstrar ambiguidades quanto ao termo comunismo, associando este a uma questão negativa, sendo que Cuba é valorizada positivamente e em contraposição ao governo do Brasil- que ele associa ao comunismo -, na época de sua entrevista, realizada em 2002, o que demonstra uma ressignificação ambígua referente ao contexto em que estava inserido quando foi entrevistado. Mas, o elemento mais marcante da fala é a associação entre trabalho e o alimento que era possível de se atingir com a mencionada “lei” (VAN HAM, 2006).

<sup>175</sup> Nesta fala “comunista” aparece como um termo que poderia ser atribuído a qualquer liderança do movimento o que talvez tenha relação com a participação do PCB na mobilização das Ligas.

e trabalhassem. Estas narrativas permitem observar como as lideranças camponesas construíam suas falas a partir de uma moralidade que compartilhavam com os demais participantes do movimento, sendo que o horizonte de expectativa pelo trabalho autônomo fundamentava a formulação das demandas políticas.

A expectativa por terra e trabalho influenciou as demandas políticas das Ligas, assim como foi elemento fundamental para as motivações dos moradores em adentrarem ao movimento, como se percebe na fala de José Luiz, que foi foreiro e tirou a carteirinha das Ligas na feira de Sapé após já ter sido expulso, em entrevistada feita por Rangel:

Eu tirei a carteira porque eu queria ver o mundo em liberdade. Eu queria um mundo em que nós não fosse agredido pelo latifúndio. Aquilo era libertação da terra. Terra para trabaíá, para o povo ter libertação de trabaíá, prá ser liberto. (JOSÉ LUIZ, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 318)

A “lei das Ligas” remete a uma ressignificação do horizonte de expectativa dos moradores que, tanto motivou diversos agentes a se mobilizar, quanto formulou um conjunto de demandas políticas. Mas o significado de “lei” não se encerra na elaboração de demandas, visto que implica em uma moralidade, isto é, em uma percepção sobre como as coisas deveriam ser, de modo que quando aplicada na prática, a ideia de “lei das Ligas” justificava diversas ações dos moradores no conflito político, como se estivessem amparados por uma “lei”, não exatamente no sentido jurídico, mas no sentido de regras morais aceitas no cotidiano – como era o caso das regras da morada. O que é perceptível no caso relatado a Novaes (1997) por Oscar, que foi associado a Liga de Rio Tinto, na qual as terras pertenciam aos Lundgren – que tinham uma companhia de tecidos na cidade -, sendo que este município tinha a particularidade de ter pouca plantação de cana, sendo que a disputa ocorreu por conseguir plantar em terras improdutivas que pertenciam a esta família de grandes proprietários. Segundo Oscar, ele e outros se mobilizaram após um dos trabalhadores da companhia afirmar que existia uma lei que liberava a terra e permitia plantar e trabalhar: “Aí daquilo veio a ordem pra gente trabalhar, botar roçado onde quisesse. Aí todo mundo começou a tirar, eu também<sup>176</sup>.” (OSCAR, Entrevista, NOVAES, 1997, p. 49). O fato dele indicar a “lei” como ordenando o plantio nas terras da companhia indica como esta era associada a

---

<sup>176</sup> Ele depois indica que muitos não tiraram a carteirinha das Ligas por medo (NOVAES, 1997).

possibilidade de realizar certas práticas. O relato dele continua com a menção a uma discussão entre uma liderança e a polícia no momento em que realizavam um mutirão:

Tenente – Então, estão botando [cortando] esse mato aqui?

José Eliano (líder local) – Estamos.

Tenente – Com ordem de quem?

José Eliano – Estamos botando com nossa ordem, meu patrão (a gente falava assim mesmo).

Tenente – Mas o Senhor botando... e de quem é a terra?

José Eliano – Da companhia. É da Companhia. Mas fique sabendo a Companhia que ninguém quer a terra dela não. Estamos aqui porque agora tem uma lei que defende. Defende a terra para trabalhar. Ninguém quer a terra dele não. Só quer a terra pra gente trabalhar. A gente quer trabalhar pagando direito (...) Só que a gente, com aquelas capoeiras cansadas, não dá mais (OSCAR, Entrevista, NOVAES, 1997, p. 49)

A prática do mutirão é justificada por esta liderança a partir de uma “lei” que permite o plantio pelos moradores, de modo que a “lei das Ligas” tem tanta validade moral para estes agentes que permite o rompimento parcial da autoridade do grande proprietário, sendo que a liderança afirma que eles estavam realizando aquela ação sobre ordens próprias - mesmo que reconhecendo que as terras eram da companhia de tecidos e que não queriam a posse destas - o que seria algo irrealizável dentro das relações da morada.

Novaes (1997) ressalta que o uso do termo “lei” pelos moradores não indicava nenhum tipo de legalismo, mas, pelo contrário, era reflexo da exclusão destes agentes de mecanismos da política estatal e da legislação. Este indicativo permite entender que a “lei” a que remetiam tinha relação direta com os costumes e regras colocados no cotidiano entre grandes proprietários e moradores, sendo que estas regras não excluam, mas contavam diretamente com o uso de forças policiais, militares e jurídicas – ou seja, de agentes envolvidos com o Estado – que, tendencialmente, se aliavam ao grande proprietário, sendo que na maior parte do tempo reforçavam seu poder local ao invés de se contraporem a este. Esta análise permite entender com mais clareza porque Novaes ressalta como o contato com autoridades estaduais e federais foi fundamental para a emergência e força que as Ligas tiveram visto que, estes contatos permitiam um enfrentamento aberto ao poder local dos grandes proprietários e a busca de novas relações entre moradores e Estado, ao que ela chama de “lei da nação”, em contraposição a “lei da chibata”, que representava o poder local no sistema de moradia. Este indicativo permite entender que a “lei da Ligas”, para além de envolver uma série

de demandas quanto a terra, envolvia um enfrentamento a autoridade do grande proprietário e de sua posição política e social, de modo que a demanda por terra liberta e trabalho só era realizável mediante o enfrentamento ao controle local dos latifundiários sobre pontos de decisão relevantes, como os cargos políticos, o judiciário, a polícia e os militares.

A “lei” em que se apoiavam não era um elemento jurídico, mas um conjunto de regras morais a partir do qual realizavam demandas políticas, inclusive por vias jurídicas. A associação entre as Ligas e a permissão – como se as Ligas estabelecessem uma nova autoridade com poder de permitir e negar - de realizar plantios em terras dos grandes proprietários é tão forte em algumas narrativas que aparecem como se as Ligas tivessem o poder de conceder as terras, como fica claro em entrevista de morador, mencionada por Rangel: “A Liga para mim... aquilo era uma maravilha! A gente luta pelo que é da gente. A Liga era boa porque dava terra prá trabaia”<sup>177</sup> (MORADOR, Entrevista, RANGEL, 2000, p. II)

A autoridade que as Ligas estabeleciam entre os moradores refletia não somente a possibilidade de usar de uma “lei das Ligas” para justificar as ações e elaborar demandas em momentos de conflito, sendo que as lideranças das Ligas chegavam a conseguir interferir nas relações entre moradores, se colocando em um papel de decisão sobre aplicação das regras desta convivência. Damião, que morava em Mucatu, Alhandra, conta que em certa ocasião ele se desentende com a filha de um morador e lhe dá “uns empurrões” na casa de farinha, o que gerou revolta de alguns moradores, de modo que estes foram conversar com o presidente da Liga de Alhandra, Elias Pereira, que mandou trinta homens irem de encontro a Damião para que cada um lhe desse cinco “lapadas”, o que só não ocorreu porque o líder local da fazenda onde Damião morava, Antônio Amâncio, entrevistou e disse que teriam de passar por cima dele para fazer aquilo. A punição é evitada e Antônio Amâncio aconselha Damião a se reconciliar com os moradores tirando carteirinha das Ligas e passando a participar do movimento, que foi o que este fez. A história é curiosa não somente pelo motivo deste agente se filiar as Ligas – cabe ressaltar que ele foi membro ativo das Ligas e continuou a participar das lutas no campo até a data da entrevista em 2005 –, mas pelo fato de que as Ligas conseguiam em certos casos estabelecer de fato uma relação de autoridade para com os moradores, com

---

<sup>177</sup> Esta entrevista também não contém nome, lugar ou posição social referente ao entrevistado, sendo apenas indicado que ela foi realizada por Roberval Veras em 1988 (RANGEL, 2000).

suas lideranças chegando a aplicar penas a moradores que desrespeitavam as regras e costumes aceitos e defendidos pelo conjunto dos moradores.

A “lei das Ligas” estabelecia um conjunto de regras e demandas que visavam atingir ao conjunto dos moradores em relação ao conjunto dos grandes proprietários, por isto as demandas tomavam contornos amplos direcionados ao Estado, permitindo conexões com os projetos de desenvolvimento em disputa nesta esfera. Esta relação entre a mobilização das Ligas, as possibilidades históricas disponíveis aos moradores e um projeto de nação explica a síntese que Elizabeth Teixeira faz desta questão ao falar sobre a feitura de um livro com sua biografia:

(...) eu quero deixar este livro pra esta juventude que está aí, pra que ela tome conhecimento de um passado de luta, um passado que não é só meu, nem do João Pedro, nem do sofrimento de uma família, mas é o passado de um povo, é o passado de uma nação.

Este livro não é somente a história da minha vida, da vida de Elizabeth Teixeira, ele é a história do homem do campo, é a história do professor e da professora, é a história do jovem e da criança, é a história da luta de um povo. (BANDEIRA L.; MIELE, N; SILVEIRA, R. M. G., 1997, p. 165, Apud: RANGEL, 2000, p. VIII )

As Ligas são tomadas como a luta de um povo, de uma nação e não como um conjunto de trajetórias individuais, o que expressa a força que o movimento teve ao tensionar por outras possibilidades históricas do que as que se concretizaram, visto seus direcionamentos de atender a demandas que eram partilhadas no horizonte de expectativa dos trabalhadores rurais e camponeses que participaram do movimento.

A “lei das Ligas” é colocada como tendo simultaneamente uma fonte exógena, visto que vem de um conhecimento trazido por agentes que não são moradores, ou por lideranças camponesas que tiveram contato com estas, e como um desdobramento endógeno dos imperativos morais da morada no que tange ao acesso a terra e ao trabalho autônomo pelos moradores. Essa relação entre conhecimento externo e desdobramento de uma moralidade já comum entre os moradores, pode ser percebida na narrativa a seguir, de Maria da Penha de Lima e Souza e Maria da Guia, que moraram em fazendas dos Ribeiro Coutinho, a primeira em Mari e a segunda em Sapé, quando jovens – ficando sabendo sobre as Ligas pelo que lembram e pelas histórias dos mais velhos - e foram entrevistadas em 2001, em um assentamento em Cruz do Espírito Santo, por Irmã Tonny Van Ham (2006):

**Guia:** Que meu bisavô contava a meu pai, que ia ter a lei dos moradores, que moravam na terra da usina; terem o seu pedaço de terra para morar... e a gente dizia que era mentira, que não...

**Penha:** O que é que resulta disso, que a Guia falou? Por que o bisavô dizia isso para o pai de Guia? Ele deixava claro que alguém esclarecia a lei, o direito, que um dia ia ser respeitado. Como de fato, hoje nós estamos vendo que alguma coisa já temos de resultado. Quantas famílias nós já temos? Centenas de famílias já, na posse da terra de assentamentos. Pois, é graças ao conhecimento que, de fato, João Pedro Teixeira trouxe, mesmo como fogo de monturo, queimando lá por baixo, o povo [ricos]<sup>178</sup> querendo cobrir. (PENHA; GUIA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.305)

Se o conhecimento trazido por João Pedro Teixeira veio de fora, a lei era dos moradores, ou seja, havia uma confluência entre as experiências acumuladas pelos moradores - quanto as regras da morada e suas expectativas de trabalho autônomo – e os conhecimentos trazidos pelas lideranças a respeito de novas formas de se organizar e realizar demandas. Como já analisado, a reconfiguração desta demanda por trabalho autônomo na terra é caracterizada pela elaboração de um enfrentamento aberto aos grandes proprietários, mas isto não significa que anteriormente a esta nova figuração houvesse ausência de enfrentamento, visto que existiam diversas formas de resistência cotidiana, como os acordos, com o qual os moradores contavam para o atendimento de suas expectativas. Isto permite interpretar porque na fala de Penha ela indica que o conhecimento trazido por João Pedro Teixeira queimava como fogo de monturo, isto é como um fogo que vinha por baixo, não sendo visível, mas que quando sobe é incontrolável, como se percebe na narrativa de Severino Guilhermino de Souza:

(...) João Pedro tinha pressentido que ia morrer. Ele dizia: “Eu estou aqui pregando pra vocês, mas eu vou ser morto. E essa luta vai continuar, mas vai ser abafada. Mas, ainda não é o fim, é somente o começo. Vai ficar como um fogo de monturo por baixo. E quando ele levantar mais tarde, aí não tem água que apague o fogo!”. (SEVERINO GUILHERMINO DE SOUZA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 369-370)

A narrativa de um fogo que vem por baixo, de maneira quase imperceptível, mas que consegue ascender com uma força incontrolável, permite interpretar esta metáfora como a de uma passagem de um momento em que as formas de resistência dos moradores contra os grandes proprietários eram quase imperceptíveis para um momento de resistência aberta, ou seja, indica a existência de um momento em que a resistência

---

<sup>178</sup> Anotação original do documento.

tinha de recorrer a meios dissimulados e ao anonimato, mas ali estava “queimando por baixo”, isto é realizando seus enfrentamentos em meio a exploração e as imensas injustiças que os moradores percebiam estar sofrendo – e a metáfora do monturo, isto é do lixo, permite esta relação com a pobreza e a miséria -, ou seja, um momento em que a resistência cotidiana era a alternativa de enfrentamento contra o grande proprietário em meio a tentativa de alcançar a expectativa por trabalho autônomo. A passagem desta luta para a outra ocorre quando o fogo se torna perceptível, cresce e toma uma força incontornável, quando o monturo se torna uma chama, isto é, quando o conjunto dos moradores mobiliza este sentimento de injustiça em uma ira moral, vinda da quebra das obrigações mútuas dos grandes proprietários no contexto da expulsão do campo, a resistência toma forma de movimento social e adquire uma força incontornável.

Este entrevistado associa esta metáfora do fogo de monturo a João Pedro Teixeira, sendo que a pesquisa não encontrou a menção a esta em outras fontes ou falas de liderança, mas é impressionante a semelhança com as falas de Julião (1961) a respeito das Ligas começarem como uma pequena chama e se tornarem um incêndio incontornável. Entretanto, é possível que João Pedro Teixeira tenha realizado uma ressignificação desta metáfora, visto que na imagem do fogo de monturo a chama que inicia o processo pode até ter origem em um conhecimento externo as relações da moradia – como no relato de Maria da Penha de Lima e Souza -, mas o que queima e se torna um incêndio parte de algo que já estava lá, de um fogo que já queimava por baixo, assim esta metáfora permite relacionar a ascensão das Ligas as resistências já realizadas pelos moradores, de modo distinto ao que era feito em outras falas de Julião.

Como Rangel (2000) indica, a análise a partir das memórias dos participantes do movimento permite interpretar diversas formas de vivenciar o conflito sem se fechar em oposições como submissão/imobilização – resistência a dominação; conflitos localizados – resistências amplas; continuidades internas – rupturas externas. A autora, fazendo menção a como as Ligas foram interpretadas por lideranças políticas e por outras pesquisas afirma:

Assim, as experiências de fazer acordo, dos enfrentamentos e até das desistências do contrato de moradia, não podem ser menosprezados ou hierarquizados, por que cada uma delas, a seu modo, informaram a mobilização social que se institucionalizou com a criação das Ligas Camponesas. Essa possibilidade, construída a partir da memória,

indica que mesmo a dominação mais violenta, mais cruel, mais pretensamente absoluta, não excluía a construção de alternativas pelas quais os camponeses tanto lutaram. Desconsiderar isso, seria compactuar com a ideia de que os camponeses eram despreparados, desinformados, desqualificados para a ação política, sendo no máximo “palha seca”<sup>179</sup>, que acesos por outros, pusessem fogo nesse sistema de exploração. (RANGEL, 2000, p. 305).

Como indicado, a metáfora do fogo de monturo permite contrapor a interpretação de Julião, a respeito das Ligas serem a chama que se expande em palha seca, a partir da concepção de que os moradores já tinham o seu “fogo”, isto é, suas formas de lutar e resistir que influenciaram a forma e o conteúdo tomados pelo movimento. Assim, nos permitindo reelaborar a metáfora, é como se o conhecimento das Ligas fossem uma chama adicional a um fogo já existente e que permitiu a este pequeno fogo se tornar uma chama maior, que poderia ter virado um incêndio incontrolável.

#### **4. 4 QUANDO O MORADOR NÃO ROMPE COM A PERCEPÇÃO DO GRANDE PROPRIETÁRIO COMO “BOM PATRÃO” E A “SEMENTE MÁ” DAS LIGAS: FATORES DE DESMOBILIZAÇÃO E JUSTIFICATIVAS PARA A REPRESSÃO**

A “lei das Ligas” implicava em uma quebra da narrativa do “bom patrão”, de modo a permitir um enfrentamento aos grandes proprietários. Entretanto, esta mudança de percepção não só não era uma ruptura completa, como já indicado, assim como em diversos momentos não chegava a acontecer. Os camponeses, isto é, os agentes em posições mais autônomas foram os que mais se mobilizaram nas Ligas, porém, entre estes, diversos não se mobilizaram e continuaram com percepções favoráveis aos grandes proprietários. O entendimento dos motivos desta permanência nas narrativas

---

<sup>179</sup> A menção a palha seca refere-se a Julião, que em sua obra *Cambão* (2009), disse que as Ligas eram como caules secos pegando fogo, o qual se espalhou por ventos soprados de Cuba (RANGEL, 2000). Como já analisado anteriormente, Julião considerava a emergência das Ligas a partir da relação entre experiências dos trabalhadores rurais e camponeses e das novas formas de luta apresentadas pelas lideranças, em um momento propício ao desenvolvimento deste confronto aberto com os grandes proprietários. A crítica da autora se justifica, ao observarmos como, mesmo reconhecendo a relevância das experiências dos moradores para a mobilização, pouco se reconheceu, tanto nas falas de Julião, quanto em diversas pesquisas, a influência das formas de resistência cotidiana sobre as formas de luta adotadas pelo movimento.

destes agentes é relevante para explicar em que situações estes agentes se revoltaram contra os latifundiários e em quais eles não o fizeram.

Elias Pereira, que fundou a Liga de Alhandra, afirma que diversos moradores não compreendiam o que se dizia sobre as Ligas, sendo que alguns destes fingiam não compreender para agradar aos grandes proprietários. A percepção de que os patrões eram bons é muito persistente em diversas narrativas, principalmente de agentes que não compartilhavam dos valores das Ligas e que não participaram do movimento, como é o caso de Francisco Antônio da Silva, que morou próximo a Miriri e em diversas falas demonstra um certo distanciamento das posições tomadas pelas Ligas, mas, em outras ele apresenta proximidade, por exemplo quando fala que a “lei das Ligas” era boa, pois permitia ter terra para trabalhar. Sendo que o distanciamento das posições das Ligas se reforçava quando se falava das ações do movimento. A respeito da narrativa sobre os grandes proprietários, ele afirma que Pedro Ramos, que era o proprietário de Miriri, era um bom patrão, o que chama a atenção pois este latifundiário sequer era o patrão deste morador, mas ele ainda assim o valoriza. Ele afirma que o seu patrão, Abel Cunha, era um bom patrão e não abusava deles. Ele também indica que este latifundiário falava que as Ligas eram ruins e que não prestavam, sendo que Francisco Antônio da Silva afirma que ninguém daquela fazenda tinha tirado carteira das Ligas. Outro elemento interessante é que ele afirma que o patrão era bom, mas que também já tinha feito “ruindades”, isto é, ações violentas contra moradores. (VAN HAM, 2006).

A fala deste agente é interessante por indicar que nas propriedades em que o proprietário não era visto como alguém que estava abusando dos moradores, as motivações para a mobilização das Ligas eram menores e havia mais espaço para este latifundiário difundir uma percepção negativa sobre as Ligas. O fato de perceberem este grande proprietário como alguém que não estava “abusando” pode significar que nesta fazenda a expansão da cana não estava ocorrendo de mesmo modo que em outras, ou seja, que a expulsão do campo não estava tomando as mesmas proporções que em outros engenhos. O que permite gerar a hipótese de que, nos locais em que a expulsão do campo tinha menor intensidade e nas quais o grande proprietário teve mais tempo para difundir uma imagem negativa das Ligas, estas tiveram menor espaço para mobilização. Outro fator relevante é a ambiguidade deste grande proprietário ser tomado como “bom” e ao mesmo tempo fazer mal a moradores. Este caso também aparece no relato que Isabel concedeu a Irmã Tonny Van Ham (2006), na qual ela, que a todo momento mostra posicionamentos favoráveis aos valores e ações das Ligas, afirma

que o proprietário da fazenda São Salvador, João Meireles, era um “bom patrão”, mas, no decorrer de sua narrativa, menciona uma disputa por terras entre este grande proprietário e seu pai, na qual João Meireles tenta assinar o pai da entrevistada. A entrevistadora, Irmã Tonny Van Ham, demonstra surpresa e a interroga sobre o fato de ela ter dito que este mesmo homem que tentara matar seu pai era um “bom patrão”, ao que ela responde: “Não, ele foi uma pessoa boa para os morador dele.” (ISABEL, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 234). Estas narrativas revelam como havia grande ambiguidade nas percepções a respeito dos grandes proprietários, que em certos momentos poderiam ser vistos como adversários na disputa pela terra, mas que em diversos casos continuavam sendo vistos como “bons patrões”, mesmo em casos em que os atritos com estes atingiam os próprios parentes, o que permite interpretar que as experiências passadas das relações da moradia, nas quais o latifundiário era tomado como um provedor, mantiveram forte influência nas percepções destes agentes, mesmo no momento do conflito político por terra, como se percebe no fato de que a memória sobre estes ainda promove a narrativa do “bom patrão”.

A questão de que patrão era entendido como “bom” e qual era colocado como “ruim”, variava conforme certas características. Antônio Amâncio, que era liderança em Alhandra e foi entrevistado por Irmã Tonny Van Ham (2006), afirma que havia um Lundgren em Alhandra – esta família predominava na região –, chamado Herculano, que era “boa pessoa”, mas que seus irmãos eram ruins, pois se Herculano chegava a expulsar os moradores, os seus irmãos batiam e matavam estes. A distinção que ele utiliza entre estes latifundiários está na violência que empregavam contra os moradores<sup>180</sup>, o que demonstra como as vivências destes agentes para com os grandes proprietários eram interpretadas a partir das possibilidades de acordos e de perdas menores, como era o que ocorria nos casos em que os moradores eram expulsos mas ainda saíam com algumas garantias, como poder colher a última plantação e não ter a casa destruída<sup>181</sup>, por exemplo.

---

<sup>180</sup> A narrativa de Severino Guilhermino de Souza apresenta uma relação semelhante ao falar do proprietário de Miriri, Pedro Ramos, que ele aponta como filho bastardo dos Ribeiro Coutinho. Ele menciona que esta família tinha grande número de irmãos, mas que nenhum deles “prestava”, fala que é antecipada de um relato sobre uma lagoa na qual Pedro Ramos mandava despejar os corpos dos moradores assassinados por terem o desafiado.

<sup>181</sup> A constância da violência fazia estes espaços de acordos serem valorizados. Novaes (1997) a respeito da tensão destes conflitos, afirma que é comum nos relatos a menção a diversos trabalhadores rurais e camponeses que começaram a sofrer de “doenças de nervos”. De fato, estes relatos também aparecem nas entrevistas concedidas a Rangel (2000) e a Irmã Tonny Van Ham (2006).

As narrativas que mantinham a interpretação do latifundiário como um “bom patrão” poderiam, principalmente entre os agentes que demonstravam posicionamentos contrários as ações e símbolos das Ligas, apresentar uma fala que justificava as ações de repressão destes e da polícia. Como é observado na fala de Dona Juraci, que foi moradora em Cruz do Espírito Santo e foi entrevistada por Irmã Tonny Van Ham (2006), que menciona que na época em que Luís de Barros assume o comando das forças policiais, houve grande perseguição aos participantes do movimento, mas isto não teria atingido os moradores que “não faziam” nada, isto é, aqueles que não participavam ativamente do movimento. Esta fala permite perceber a forte conexão entre violência e as justificativas ideológicas da moralidade da morada enquanto elemento desmobilizador para o movimento das Ligas. Isso permite entender como em diversas narrativas concedidas a Irmã Tonny Van Ham, aparecem falas a respeito de como os moradores ficavam com medo de falar sobre as Ligas após eventos violentos, ou assassinatos de lideranças, assim como entrevistas que afirmam que a época de mobilização das Ligas era marcada por grande insegurança, ou mesmo falas que demonstram como a narrativa do medo era realizada pelos grandes proprietários e pelas forças policiais, nas quais se mencionam estes agentes comemorando a morte de líderes das Ligas<sup>182</sup>. A respeito deste medo após a morte de João Pedro Teixeira, Isabel afirma que diversas pessoas não participaram do enterro desta liderança por medo, visto que “A justiça naquela época, era os fazendeiros (...)” (ISABEL, Entrevista, VAN HAM, 2006, p. 232). O assassinato de uma liderança era um modo de gerar medo aos demais participantes, como se a participação no movimento acarretasse o mesmo desfecho que havia ocorrido para aquela liderança.

Outros relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) indicam que os grandes proprietários também afirmavam que as Ligas escondiam armas de Cuba<sup>183</sup>, sendo que há relatos de situações em que a polícia tenta implantar armas para criminalizar participantes do movimento. Outras menções a falas dos grandes proprietários afirmam que estes diziam que as Ligas saíam matando os moradores, que

---

<sup>182</sup> O relato de Manoel Henrique Dantas inclusive menciona que Dona Maria Augusta, proprietária da fazenda em que Dona Juraci morava, a qual ela considerava “boa patroa”, comemorou a morte de João Pedro Teixeira. O último havia conseguido um acordo em uma negociação coletiva, certa vez, com esta proprietária (VAN HAM, 2006).

<sup>183</sup> Como já analisado a estratégia das guerrilhas realmente foi articulada pelas Ligas, mas foi uma das vias com menor força dentro do movimento, tanto que nos relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006) nem as lideranças, nem os demais participantes, fazem menção a esta estratégia.

os levariam amarrados para Cuba e que tomariam as terras dos moradores. Novaes (1997) afirma que havia entre certos pequenos proprietários, o medo de que as Ligas tomassem suas terras, o que também aparece em relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (2006), o que explica as afirmações, nestes mesmos relatos, de porquê regiões como a de Antas do Sono, onde Elizabeth Teixeira e João Pedro Teixeira moravam, e que era uma região de muitos pequenos proprietários, tinham pouca mobilização e expressa que, mesmo algumas categorias autônomas, como os pequenos proprietários, poderiam se articular pouco as Ligas, principalmente no caso da expansão da cana os atingir em menor proporção que aos foreiros e outros moradores.

Estas diversas falas, constituídas pelos grandes proprietários contra as Ligas, adquiriam o sentido de associar o movimento ao perigo, ao medo e a incerteza que envolvia enfrentar os grandes proprietários, assim pode-se entender porque diversos relatos associam a violência, inclusive as expulsões do campo, deste período não aos grandes proprietários e as forças policiais que executavam estas ações, mas a própria mobilização das Ligas, como se estas fossem responsáveis por estes eventos. Esta ambiguidade fica nítida na fala de Margarida Maria Alves concedida em fevereiro de 1983<sup>184</sup>:

(...). Mas eu acho que o trabalhador deve muito às Ligas Camponesas. A Liga ajudou muito, mas também atrapalhou: o medo ficou. Ela deixou uma semente muito boa, mas deixou uma semente má. Mas, realmente é isso né? Ninguém faz tudo. Porque ela não foi vitoriosa e deixou a semente do medo: o trabalhador rural tem medo de passar aquelas fases que já passou. Gente que foi no couro, gente que foi morto, gente que foi preso, gente que ficou atacado da cabeça (MARGARIDA MARIA ALVES, Entrevista, NOVAES, 1997, p. 99)

Esta narrativa é muito significativa, pois ao mesmo tempo em que Margarida Maria Alves afirma que as Ligas deixaram um legado importante, uma “semente boa”, elas também deixaram uma “semente má”, que é a associação da mobilização ao medo. Novaes (1997) ressalta, apoiada em Sigaud (1979), como a “lei do sindicato”, muitas vezes é associada a um período de aumento das expulsões do campo. Novaes ressalta

---

<sup>184</sup> Cabe ressaltar que Novaes (1997) realizou as entrevistas que usa em sua tese de doutoramento no início da década de 1980. O ano desta fala é o mesmo do assassinato desta importante liderança sindical da Paraíba, sendo sua morte lembrada como uma das marcas da violência dos grandes proprietários e da luta pela terra neste estado, junto ao assassinato de João Pedro Teixeira. Como é esclarecido em outras falas de Margarida Maria Alves apresentadas por Novaes, ela participou de reuniões das Ligas, por mais que participasse mais efetivamente de um sindicato ligado a Igreja.

que diversos relatos associam certas ações das Ligas, que consideram como radicais, ao “ódio dos patrões”. Esta análise permite entender melhor que a “semente má”, de que fala Margarida Maria Alves, remete a uma associação entre a mobilização das Ligas e a violência sofrida pelos moradores, a qual se baseia nos traços ideológicos do sistema de moradia, referentes a percepção dos grandes proprietários, na qual qualquer posicionamento contrário a seus interesses poderia ser fortemente reprimido. A vivência passada deste contexto de violência das relações da morada é ressignificada na memória a respeito deste momento de mobilização, de modo que as mobilizações das Ligas são, em diversos relatos, colocadas como responsáveis por uma violência realizadas por seus antagonistas políticos.

As Ligas também são associadas a violência quando se menciona casos em que estas participaram de disputas em que houve conflitos e nos que estas realizaram ações que eram consideradas violentas. Isabel, ao ser perguntada por Irmã Tonny Van Ham (2006) sobre as Ligas em Mari, onde houve um destes conflitos afirma:

**Isabel:** Ave Maria, muita gente morreu. (...). Foi uma revolução muito grande. O povo não tinha..., era como a história do povo de antigamente, do antigo testamento; não existia a Bíblia, não existia ensinamento, aquele povo não tinha (...) instrução. A instrução deles: quer dizer: - Vão matar a família toda, então vão brigar também. Se é pra matar um, vai matando um e matando outro. (ISABEL, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.231)

Esta narrativa deixa nítida a relação entre o sentimento de injustiça para com as violências realizadas pelos grandes proprietários e as motivações dos participantes em utilizar ações violentas. As figuras em que estes agentes se inseriam sempre apresentavam a possibilidade de resoluções violentas para os conflitos, o que explica como práticas, como o achocalhamento, envolviam uma forte pressão sobre os próprios moradores, recorrendo inclusive a violências contra estes, o que explica porque esta prática é vista de maneira tão negativa em diversas narrativas, inclusive de participantes do movimento. Em diversas entrevistas concedidas a Irmã Tonny Van Ham (2006) se menciona as ações de levar moradores “na marra” – e aqui na marra quer dizer por vias violentas – para as reuniões, as associando a um sentimento de desgosto que contribuiu para desmobilizar as Ligas, como se percebe na fala de Francisco Antônio da Silva, concedida a Irmã Tonny Van Ham (2006):

**Tonny:** Apanhavam de quem?

**Francisco:** Apanhavam uns dos outros. Desunidos, por que uns queriam ir para um canto, que eram mais adiantados, e outros não queriam. E quem não queria ir, apanhava dos outros. Tinha que ir.

**Tonny:** Ah, de chocalho, era?

**Francisco:** Era, botavam o chocalho, e o cara tinha que ir. Metiam o pau, e o cara ia mesmo. Era bruto. É por isso que, naquele tempo, [a Liga]<sup>185</sup> não vingou, porque fizeram muita perversidade, fizeram muita coisa errada demais. Aí, não vingou. (FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.214)

Diversas entrevistas concedidas a irmã Tonny Van Ham (2006) mencionam que os grandes proprietários diziam que as Ligas iam achocalhar todos os moradores, visando desmobilizar estas, o que demonstra como este tensionamento violento gerava diversas ambiguidades que faziam com que as Ligas fossem colocadas, nas falas dos grandes proprietários – as quais influenciaram diversos moradores - como responsáveis por um contexto de violência. Diversas narrativas associam o achocalhamento a um período posterior a 1962, após a morte de João Pedro Teixeira, e, em alguns relatos, à liderança de Elizabeth Teixeira, de modo que alguns associam o primeiro a uma liderança calma e a favor dos trabalhadores e a segunda uma ação mais radical e violenta. Entretanto, outras entrevistas indicam Elizabeth Teixeira como uma liderança com mais força até do que João Pedro Teixeira, o que permite a interpretação de que as ações associadas a violência, posteriormente a 1962, mas principalmente de 1963<sup>186</sup> em diante, remetiam não só a emergência de práticas como a do achocalhamento, mas também a polarização política mais intensa que as disputas entre Ligas e grandes proprietários estavam gerando, de forma que as contraposições se intensificavam conjuntamente a pressão sobre os moradores para se posicionarem perante as partes em conflito. O desfecho desta disputa, que poderia ter gerado a confluência de diversos moradores em um projeto político por melhores condições de vida, foi uma forte repressão com a emergência da ditadura militar.

#### **4.5. QUANDO AS REGRAS DA MORADA INTERNALIZADAS GERARAM REVOLTA: UMA REINTERPRETAÇÃO DA EMERGÊNCIA DAS LIGAS CAMPONESAS**

---

<sup>185</sup> Anotação do documento original

<sup>186</sup> Assis Lemos de Souza (1996) indica que o achocalhamento começou a ser utilizado em 1963.

As experiências vivenciadas nas relações da morada foram fundamentais para determinar a vinculação dos trabalhadores rurais e camponeses as Ligas Camponesas. As experiências de “libertos” e “sujeitos” diferenciavam esta participação, assim como diferenciava as percepções destes sobre os grandes proprietários e sobre a busca por autonomia do trabalho. A fala de Antônio Joaquim, que foi um morador foreiro expulso que participou das Ligas, concedida a Rangel (2000) expressa a relação entre esta vivência anterior e a vinculação com as Ligas:

Por essa experiência eu posso lhe dizer, que aquele tempo do sítio foi o tempo melhor que eu vivi na vida, por que o grande benefício pra humanidade é a pobreza ter assim um sítiozinho pra morar, trabaíá e ter sossego. Uma rocinha que seja, é benefício, grande, num sabe? Num tem coisa mais melhor não.

Por isso, eu entrei na Liga né, que era pra ter terra assim pra trabaíá e viver nela. Ser liberto é lutar pelo o que é da gente e não viver assim jogado num canto pro outro, na incerteza. Sei disso, porque já tinha sido livre né, meio livre e perdi tudo, acabou-se tudo, e a Liga deu esperança em nós. Mas também acabou-se tudo. (ANTÔNIO JOAQUIM, Entrevista, RANGEL, 2000, p. 270)

A fala dele expressa uma ambiguidade sobre ser liberto ou “quase liberto”, de modo que ao associar a posição de foreiro com a liberdade e ao indicar sua condição como a de “quase liberto”, ele se coloca como tendo enfrentado limitações nesta vivência de liberdade tão valorizada por ele. A motivação de filiar-se as Ligas é associada, como em muitas outras falas, a expectativa de alcançar a liberdade do trabalho autônomo na terra, sendo marcante que ele indica que o motivo dele lutar por esta liberdade é o fato de já tê-la vivenciado, ou “quase vivenciado”. Esta fala ajuda a explicar os motivos de os foreiros serem os agentes que mais participaram das Ligas, visto que as experiências destes eram, dentro da relação de moradia na grande propriedade, as que mais se aproximavam desta liberdade idealizada por estes agentes.

Novaes (1997) ressalta que o critério que determinava a entrada nas Ligas era a vivência de crises nas quais as relações tradicionais se rompiam. Esta fala vai em concordância com os apontamentos já feitos, sobre como a quebra das obrigações mútuas das relações de morada, por parte dos grandes proprietários, significava o não atendimento de diversas demandas dos moradores, como serviços e proteção. A concessão de sítios é uma destas atividades que deixa de ser realizada no período da expansão da cana, de modo que significava uma ruptura nas experiências de acesso à terra que eram partilhadas pelos moradores. A via de acesso aos sítios passava a ser

fechada o que rompeu com as expectativas destes agentes, que visavam um dia se tornarem foreiros, ou esperavam manter uma condição de trabalhadores mais autônomos.

Rangel (2000), ao falar sobre a relevância de analisar as experiências dos participantes das Ligas, para o entendimento desta relação entre experiências vivenciadas nas relações do sistema de moradia e a reelaboração da demanda por terra na mobilização política, afirma:

A minha escolha foi insistir em escutar essas experiências desprezadas para entender porque as mudanças vivenciadas como desgaste, como dismantelo, agravaram dilemas que há muito já vinham sendo experimentados por conflitos que integravam o mundo dos engenhos e das usinas. Mas trabalhar essa tradição de conflitos não basta para explicar como aqueles camponeses construíram suas expectativas de futuro e, por isso seu modo de vida e suas expectativas de futuro e, por isso, acho que também é importante considerar como esses conflitos exigiram a reavaliação e a reinvenção das tradições. Afinal, lutar para permanecer na terra num momento de extrema concentração de propriedade, significou, muito concretamente, desafiar o velho sistema de poder, tanto quanto criar possibilidades de recriá-lo. (RANGEL, 2000, p.328)

Esta análise indica como as expectativas dos moradores foram reelaboradas no contexto da expulsão do campo, de modo a permitir diversos enfrentamentos as relações do sistema de moradia e aos grandes proprietários, mas, produzindo narrativas que oscilam na ambiguidade de enfrentar estas relações do passado, mas, visando, de certa maneira, recriá-las. Rangel (2000) ressalta que o fato da idealização do passado marcar o discurso destes agentes não significa que suas experiências de demanda por terra não tenham sido reelaboradas na mobilização das Ligas. As análises realizadas anteriormente esclarecem como o enfrentamento aos grandes proprietários marca a forma de demandar terra na mobilização das Ligas Camponesas, o que contrasta com as experiências da moradia e reconfigura a expectativa de trabalho autônomo na terra dos moradores a partir de uma outra percepção.

A percepção desta reconfiguração da expectativa por terra permite discordar de apontamentos como o de Novaes (1997), que indica que a identidade política camponesa se construiu no processo contrastivo com os latifundiários sem ter relação com valores em comum partilhados anteriormente. Por mais que o contraste vivenciado naquele período (com os latifundiários, com a vivência passada de “sujeição” e com os outros moradores ainda “encabrestados”), tenha sido fundamental para a emergência de

uma identidade política que rompia com características determinantes da morada, este não foi o único elemento constituidor desta identidade, tendo em vista que as experiências anteriores, principalmente no que tange a como a expectativa por alcançar uma posição social na qual fosse possível realizar um trabalho autônomo – sendo que esta expectativa envolve diversos valores -, motivou diversas ressignificações, no contexto de expulsão do campo, que permitiram o enfrentamento aos grandes proprietários. A própria Novaes (1997) colabora com estes indicativos ao indicar como diversos valores do catolicismo popular foram ressignificados nesta mobilização.

Rangel (2000) afirma que muitas pesquisas, como as de Celso Furtado (1964) e Manoel Correia de Andrade (1986), tendem a entender o sistema de moradia como um espaço de dominação no qual o camponês é isolado politicamente e não têm espaço para resistência. Ela afirma que estes escritos tinham a pretensão de realizar uma denúncia política sobre as condições destes camponeses e trabalhadores rurais, mas que esta análise acaba por não se atentar as diversas formas de resistência e aos enfrentamentos existentes dentro das grandes propriedades. A não observação destas resistências permitem, segundo a autora, entender porque as Ligas foram colocadas em diversas obras como experiências inusitadas e incontroláveis. A autora também afirma que pesquisas como as de Afrânio Garcia Júnior (1989) e a de Novaes (1997) também acabam por ressaltar como a morada se estabelece como dominação, não se atentando para os diversos confrontos existentes dentro desta.

No sistema de moradia, a expectativa pelo trabalho autônomo era ligada a uma maneira de interpretar a realidade, na qual diversos valores constituíam uma moralidade a respeito de que tipo relação permitia ter acesso a posse de um sítio. Esses valores eram ideológicos na medida em que justificavam a perspectiva dos grandes proprietários a respeito das relações de poder, como se percebe no fato de que os moradores tinham de internalizar as regras da morada e demonstrarem obediência para serem valorizados a ponto de conseguirem a permissão de ter um sítio. Mannheim (1982) em sua sociologia do conhecimento, resalta como as ideologias dos diversos grupos dominantes, assim como as utopias<sup>187</sup> dos grupos dominados se apoiam em elementos utópicos e

---

<sup>187</sup> A utopia é entendida aqui como uma cosmovisão que visa a mudança social no sentido da democratização, sendo contraposta às cosmovisões ideológicas, que visam a manutenção do equilíbrio de poder existente. Em ambos os casos se tratam de formas simbólicas e neste sentido são valorativas, sendo que a perspectiva da pesquisa não considera possível a existência de formas simbólicas não valorativas. A questão é que utopias e ideologias não podem ser vistas apenas como distorção da realidade, como se houvesse alguma forma de pensamento não distorcida e exata da realidade social.

ideológicos. Neste sentido, a ideologia não se resume a constituição apenas de valores ideológicos (no sentido de elementos que visam conservar o equilíbrio de poder existente), mas contém também elementos utópicos (no sentido de elementos que representam as possibilidades de mudança nos equilíbrios de poder que tornem a configuração menos desigual). O que o autor ressalta com isto é que estas visões de mundo, que podem se constituir em ideologias ou em utopias, não são tão fixas em suas tendências, mas constituem formas de valorização e significação que compartilham elementos entre as visões de mundo dos grupos dominados e dominantes, de modo que uma ideologia pode ser ressignificada pelos dominados em contraposição ao grupo dominante.

A busca por um sítio, na narrativa de um morador, compartilhava de diversos valores ideológicos da perspectiva dos grandes proprietários, mas também apresentava significações diversas que as dos latifundiários, como se percebe nas falas que se apoiam na religião para indicar como a terra deveria ser de todos, ou nas narrativas nas quais os roçados e sítios são associados ao trabalho dos moradores nestes e não a um prêmio concedido pelos grandes proprietários. Estas narrativas a respeito da busca pela realização de um trabalho autônomo produziam uma contraideologia, que poderia ou não se desdobrar em uma utopia. Neste sentido a contraideologia se apoia na cosmovisão ideológica dos dominantes, compartilhando com esta de diversos valores, mas que são ressignificados pelos dominados, de modo que reflete uma visão da realidade – uma ontologia – diferente da cosmovisão e do *ethos* dos grandes proprietários. As diversas formas de resistência cotidiana apresentadas nesta dissertação se apoiavam em valores que se contrapunham aos dos grandes proprietários, o que permite entender como estas contraideologias permitiam um enfrentamento – que, justamente por se apoiar nas regras morais da morada, sempre apresentava diversas ambiguidades – aos grandes proprietários.

Como Scott (2000) ressalta, as formas de resistência cotidiana constituem enfrentamentos as concepções hegemônicas<sup>188</sup> a partir das transcrições dos dominados,

---

Neste sentido quando se indica a existência de uma utopia isto não significa que esta seja uma visão irrealizável do mundo social, mas uma maneira de interpretar o mundo que valoriza esta realidade no sentido da mudança social.

<sup>188</sup> Como estamos nos baseando em Mannheim (1982) – mesmo que mantendo distanciamento de seu método e de certas concepções teóricas – para falar sobre ideologia, cabe ressaltar que este autor não trabalha o termo hegemonia em sua sociologia do conhecimento. A distinção entre hegemonia e ideologia se realiza pela segunda ser sempre uma perspectiva política ligada a um grupo (como os grandes proprietários ou os capitalistas industriais), enquanto a hegemonia remete a valores aceitos por diversos

de maneira a realizarem um enfrentamento político, se tomarmos este termo de maneira a abranger as relações cotidianas que envolvem posições de decisão – isto é, alguma autoridade –, e não apenas os enfrentamentos abertos que envolvem o Estado. A mobilização das Ligas, ao ressignificarem os valores das regras da morada em demandas políticas – agora no sentido de demandas abertas –, permitem a interpretação de que as contraideologias dos moradores, as quais fomentavam suas formas de resistência cotidiana, fundamentaram concepções utópicas a respeito da possibilidade da posse da terra a partir da bandeira da reforma agrária.

O entendimento de como ocorreu a passagem de uma concepção ideológica sobre o acesso aos sítios pelos moradores, para uma perspectiva de que este acesso envolvia a contraposição aos grandes proprietários exige a análise de quais eram os fatores determinantes da participação destes agentes na mobilização das Ligas. Como já indicado, os moradores que não se mobilizavam eram aqueles cuja expansão da cana não atingia diretamente sua posição, ou atingia com menor intensidade, e que receberam maior influência das falas dos grandes proprietários sobre o movimento, antes que este chegasse às propriedades em que moravam. Também já se evidenciou que as categorias que mais se mobilizaram foram as que tinham posições mais autônomas, os foreiros, que já tinham vivenciado uma experiência de “liberdade”, ou “quase liberdade”. As narrativas concedidas a Irmã Tonny Van Ham (2006) indicam que as áreas de usina – as quais tem menos foreiros que os engenhos – apresentaram menor participação de moradores nas Ligas, o que permite entender que as áreas e posições sociais mobilizadas não eram as que apresentavam piores condições de vida, ou que decaíam para uma condição de vida pior em relação às outras, mas sim as áreas com mais foreiros, que tinham uma perda de posição social que muitas vezes os igualavam a outras posições sociais mais dependentes, ou até os deixavam em posições próximas a estas, mas ainda superiores a estas. Assim, o que explica a mobilização dos foreiros não era a simplesmente a piora das condições de vida, mas a quebra do horizonte de expectativas<sup>189</sup> destes agentes envolvida nesta piora de condições. Os foreiros eram os agentes que mais vivenciaram experiências da realização de um trabalho autônomo, o

---

grupos sociais, mesmo que de modo ressignificado por cada um destes, sendo que há forte relação entre ideologia e hegemonia, mas estas não são a mesma coisa.

<sup>189</sup> Rangel (2000) também interpreta que a quebra do “sonho” de um dia ter um sítio ou de permanecer neste, marca profundamente as experiências dos agentes que participaram das Ligas.

que explica porque eram os agentes que, neste contexto de expulsão do campo, mais tiveram as expectativas quebradas.

O relato de Vicente que era morador da fazenda São Salvador, em Sapé, indica uma relação entre esta quebra de expectativa com relação a posse da terra e a mobilização das Ligas:

**Vicente:** Em São Salvador, nos tínhamos um companheiro, que tinha uma vargem, que era plantada de cana. Antes de haver agitação mesmo, aí, o proprietário, o administrador, o tal de João Gomes, administrador de Antonio Meireles, foi, tomou esta vargem do morador. Plantou de cana pra Usina. E lá vai, e depois começou a agitação das Ligas, dos trabalhadores mesmo, né, querendo tomar àquilo que era dele, porque ia pagando o direito daquilo. E então, ele [o camponês]<sup>190</sup> tinha o movimento dele e plantava a caninha caiana dele, um pé de verdura, umas coisas assim, que foi tomado pela fazenda. E queria que voltasse para a mão dele. Então, através da Liga de João Pedro Teixeira, aí foi construído um grupo de homens para na 2º feira ir arrancar cana da Fazenda. Todo mundo de enxadeco para arrancar a cepa da cana<sup>191</sup>. (...) (VICENTE, Entrevista, VAN HAM, 2006, p.386)

A fala de Vicente indica que os trabalhadores queriam o que era deles e, logo após, indica que o morador que teve o plantio arrancado queria que a terra “voltasse para a mão dele”. Esta expressão ganha muito significado para o entendimento da relação entre a mobilização das Ligas e a participação dos foreiros, visto que ela remete a possibilidade de ter acesso a terra, assim como expressa uma experiência passada em que a terra estava “nas mãos” deste morador. Essa vivência passada, de um trabalho autônomo, era permeada por diversos valores a respeito da relação com a terra e com os grandes proprietários, os quais foram mobilizados em diversos momentos para permitir o acesso ao sítio e a permanência neste. Como já indicado, os foreiros eram os que mais tinham acesso as negociações cotidianas com os grandes proprietários por terem maior proximidade destes, devido a serem valorizados por expressarem os valores ideológicos da morada.

Novaes (1997) ressalta como foram os foreiros, que eram os que mais internalizavam as regras da morada, os que foram os primeiros a se mobilizar nas Ligas, no momento em que sua posição anterior começa a ser ameaçada, utilizando de sua

---

<sup>190</sup> Nota do documento original

<sup>191</sup> Ele prossegue falando sobre como conseguiram realizar o mutirão e plantar no sítio deste outro morador (VAN HAM, 2006).

posição mais privilegiada – em relação aos outros moradores – para demandar a terra em novos moldes, sem o cambão e a partir de outra perspectiva com relação aos grandes proprietários. A explicação desta tomada de posição dos foreiros pode ser entendida a partir da comparação de suas narrativas com a dos moradores de condição.

As entrevistas concedidas a Irmã Tonny Van Ham (2006), a Novaes (1997) e a Rangel (2000) indicam que os moradores de condição também apresentavam fortemente uma expectativa por ter acesso a posições mais autônomas, sendo que a distinção desta expectativa para com as dos foreiros remete as associações que realizavam a respeito do acesso a terra e das relações com os grandes proprietários. Duas narrativas apresentadas por Rangel (2000), e já bastante trabalhadas nesta dissertação, foram as de Antônio Joaquim e a de Severino, ambos foreiros. O primeiro expressa como respeitava as regras da morada e tinha um sítio que sentia como se fosse seu, sendo que em determinado momento o proprietário indica que precisava da terra e o envia para um sítio em que as condições de plantio eram piores. Ele segue relatando como houve um aumento das suas obrigações com o proprietário e como ele sentia isto como uma injustiça. Ao final, ele acaba perdendo as condições de pagar o foro e decide desistir deste outro sítio. Durante sua narrativa ele expressa contraposições ao grande proprietário, associando a injustiça a ações deste e afirma que sua participação nas Ligas Camponesas era relacionada com a expectativa de viver “liberto” novamente (visto que ele já tinha sido “quase liberto” antes). Severino expressa como considerava o proprietário um “bom homem” e indica que tinha proximidade com este, mas indica que, a entrada de um administrador e a saída do patrão para a cidade, coincidem com o período em que a cana começa a tomar conta dos sítios, sendo que ele perde parte de seu sítio por não conseguir trabalhar em todo este, visto que seu sítio era bem grande – o que tem relação com a proximidade que este mantinha com o grande proprietário -, e ele não podia contar com a ajuda de seus filhos, que estavam sendo obrigados a trabalhar na cana. Ele tenta negociar para seus filhos poderem trabalhar no sítio, o que é negado pelo administrador, o que é interpretado como uma grande injustiça por ele. O aumento do cambão e a dificuldade de trabalhar no sítio sozinho o fazem ficar em situação pior, o que gera a ordem do administrador para que ele cedesse o resto do seu sítio, o que ele nega, de modo a ser reprimido pelo administrador, que sequer o deixa colher a plantação, que é destruída na frente de Severino. Este foreiro também associa essa expansão da cana a falta de liberdade e a ambição do administrador e do patrão.

Rangel (2000), ao comparar estas duas narrativas, explicita como Antônio Joaquim demonstra maior distanciamento para com o grande proprietário e toma escolhas de ir negociando pequenos acordos para ir mantendo certa condição, enquanto Severino, que era mais próximo ao grande proprietário, após ter a tentativa de fazer acordo negada, decide agir em oposição explícita ao administrador, o que resultou em uma repressão direta. Por mais que as trajetórias destes dois foreiros apresentem estas diferenças, cabe observar que ambas relacionam um “tempo bom”, em que obedeciam às regras da morada e as valorizavam positivamente, compartilhando assim de diversos valores com os grandes proprietários, e um “tempo ruim”, em que ressignificam a figura do grande proprietário, como uma figura ambiciosa da qual se contrapõem. Por fim, ambas interpretam a proibição de ter o sítio como uma injustiça e associam esta situação a falta de liberdade, sendo que Antônio Joaquim chega a associar explicitamente sua participação nas Ligas a essa procura pela liberdade do trabalho autônomo.

Outras três narrativas apresentadas por Rangel (2000)<sup>192</sup>, mas agora de moradores de condição, permitem um contraste relevante para a pesquisa. Ao narrar sua trajetória, Nilo indica contraposição a seu patrão no momento que demonstra sentir uma sensação de injustiça por não poder plantar e expressa que almejava uma posição mais “liberta”. A trajetória de Raimundo é marcada pela constante troca de fazendas em que morou, de modo que ele expressa um desencanto quanto a possibilidade de ter um roçado, sendo que ele interpreta a impossibilidade de conseguir um sítio como uma injustiça, mas não a associa a um grande proprietário em específico, mas, em certo momento, demonstra grande revolta contra um administrador em suas falas. Damião, segundo Rangel, não diferencia em seu discurso, um “tempo bom” e um “tempo ruim”, ele afirma que via o acordo da condição como justo, mas expressa que não era uma relação que o agradava. Ele expressa uma sensação de injustiça no momento em que os sítios vão sendo tomados pela cana e que a condição vai aumentando, sendo que afirma que a terra se “fechou como aço”, expressa revolta contra o patrão e associa a sua entrada nas Ligas a busca por liberdade.

As semelhanças com as narrativas dos foreiros são evidentes, visto que todas elas expressam uma sensação de injustiça por não poderem mais plantar e pela perda da

---

<sup>192</sup> As entrevistas de Rangel (2000) procuraram estabelecer uma trajetória desde antes da expansão da cana até o momento em que estes agentes se filiam as Ligas. As entrevistas realizadas por Irmã Tonny Van Ham (2006) se concentraram mais na participação no movimento, o que acabou não permitindo fazer a mesma relação aqui trabalhada com todas as entrevistas.

possibilidade de ter um sítio, sendo que algumas delas compartilham a busca por “liberdade”, isto é, a menção a expectativa de terem um trabalho autônomo sobre a terra. Outra semelhança está em que alguns expressam certa revolta contra o grande proprietário. A diferença aparece neste ponto, sendo que quando os moradores de condição expressam certa revolta contra o grande proprietário, eles não expressão a existência de um “tempo bom”, que fosse por eles valorizado como tendo regras e relações justas para com o latifundiário, enquanto que as narrativas dos foreiros são marcadas por este contraste de um momento em que o patrão é visto como “bom”, para um momento de revolta, na qual este retira os sítios e afeta a liberdade destes agentes.

As narrativas de ambas as posições sociais expressavam traços em comum quanto a perda da expectativa de ter um sítio, mas o faziam com intensidades distintas, visto que se os moradores de condição expressam este período, como faz Damião, como um momento em que a terra se “fecha como aço”, em que o mundo parece “de cabeça para baixo”, os outros agentes expressam um sentimento de revolta e de muito sofrimento por terem perdido seus sítios, assim os moradores de condição viviam esta quebra no horizonte de expectativa como uma perda de um “sonho” de ter terra um dia, enquanto os foreiros a viviam como a perda da terra por eles valorizadas. Esta perda expressa como estes agentes tinham mais disposição para, no momento em que os proprietários quebram as regras da morada, demonstrarem uma ira moral mais intensa. Entretanto, se esta diferença entre as posições sociais é relevante, cabe indicar que narrativas como a de Damião, também expressam uma forte associação entre perda de expectativa por ter terra e busca de liberdade, o que é uma característica marcante das motivações dos agentes que participaram das Ligas, o que indica que diversos moradores de condição também expressavam grande revolta contra os grandes proprietários e valorizavam a busca por uma posição mais autônoma.

Entre as narrativas apresentadas por Rangel (2000), está a de José Luiz, que já havia sido foreiro, mas acaba virando morador de condição e sendo expulso, quando ele entra nas Ligas. Ele indica que sua filiação as Ligas era ligada a busca por liberdade e por um mundo em que os moradores não fossem “agredidos” pelos latifundiários. Esta relação nítida entre contraposição aos grandes proprietários e busca por uma posição mais autônoma também é apresentada por outro morador de condição, Inácio, sendo que este indica já ter morado alguns anos em São Paulo e retornado a uma fazenda por intermédio de um primo seu, que era foreiro. A revolta de Inácio ocorre após a morte de um filho, que ele associa a falta de auxílio do grande proprietário. A filiação as Ligas é

associada, por este morador, a busca por terra e a justificativa religiosa de que Deus havia feito a terra liberta. Estes dois casos, que, como a narrativa de Damião, expressam grande intensidade quanto a expectativa por autonomia do trabalho e quanto a revolta contra o grande proprietário, trazem a especificidade de apresentarem vivências distintas que a dos demais moradores de condição, sendo que José Luiz já havia vivenciado a situação de ser foreiro anteriormente ao período das Ligas, enquanto Inácio teve a vivência de trabalhar em São Paulo. Estas vivências faziam com que estes agentes pudessem ter mais expectativas de conseguir um sítio, seja por já ter vivenciado esta experiência, seja por ter observado vivências distintas que a da dos moradores de condição. Assim pode-se levantar a hipótese de que a intensidade da ira moral contrária aos grandes proprietários e a valorização positiva com relação a expectativa por trabalho autônomo, variam conforme estes agentes se viam mais próximos desta posição social mais autônoma, o que explica porque entre os moradores de condição existia significativa variação quanto a revolta contra os grandes proprietários e a narrativa da busca por ser “liberto”, sendo esta diferenciação significativa para as motivações destes agentes em participarem, ou não, das Ligas. A variável comum entre as motivações de participação nas Ligas, a partir de uma forte ira moral, estava na contraposição da expectativa por uma vivência “liberta” e a percepção de que esta possibilidade social se fechava historicamente devido a ação dos grandes proprietários:

O certo é que o home precisa da terra como a terra precisa da chuva, do sol, do ar, que é pra mode frutificar. O certo é que a terra tem o poder de distribuir, e, prender a terra é inflamável para a humanidade (SEVERINO, Entrevista, RANGEL, 2000, p.280)

A narrativa de Severino expressa como a “prisão” da terra é percebida como uma afronta ao que seria uma tendência “natural” desta, como se a terra carregasse em sua “essência” a característica de ser distribuída aos moradores, a qual foi negada pelos grandes proprietários. A naturalização da concessão de sítios aos moradores como uma tendência que pertencia a “essência” da terra revela uma forte interiorização da moralidade que envolvia o sistema de moradia, visto que a concessão de terras era vista como um dever a ser realizado pelos latifundiários. O momento em que estes resolvem romper com esta obrigação é tomado como a ruptura de uma “lei natural”, de modo a gerar uma grande revolta, uma experiência que tem o poder inflamar a humanidade.

Esta narrativa deixa nítido como as posições que nutriam mais expectativa com relação a possibilidade de terem ou manterem seus sítios, e que eram as mesmas que mais tendiam a internalizar as regras da morada, foram as que mais se revoltaram contra os grandes proprietários neste contexto histórico.

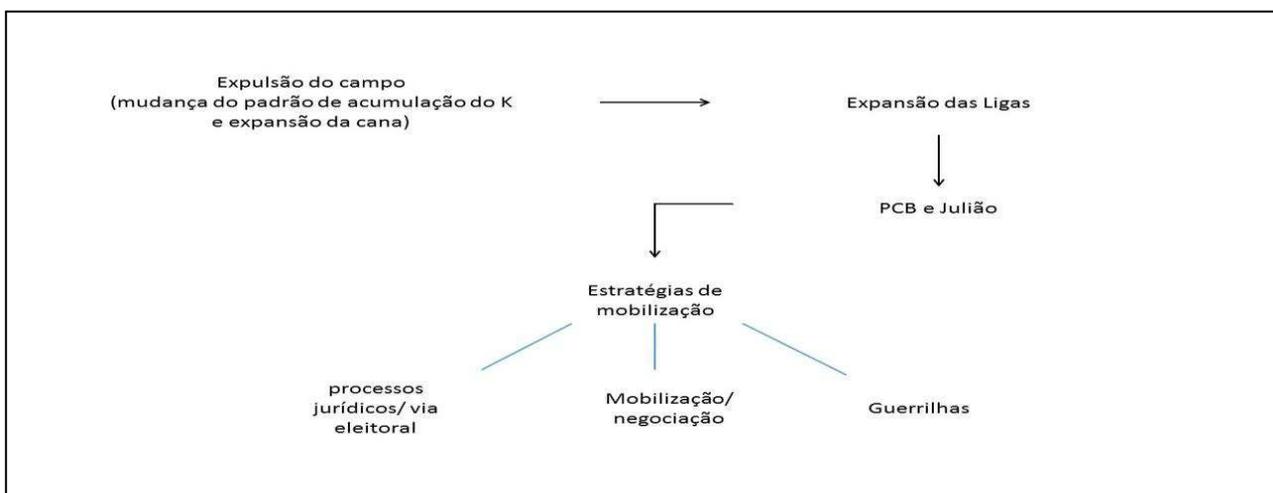
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que serviu de base para a construção desta dissertação percorreu um vastíssimo material bibliográfico: dissertações, teses, pesquisas, textos escritos por lideranças e entrevistas concedidas pelos participantes do movimento a outros pesquisadores - Rangel (2000) e Novaes (1997) - e a Irmã Tonny Van Ham (2006). A análise deste acervo nos instigou a refletir sobre a moralidade constitutiva da relação entre moradores e grandes proprietários.

Os dois primeiros capítulos buscaram demonstrar como a organização das Ligas Camponesas resultou de uma confluência das experiências dos trabalhadores rurais e camponeses, por um lado, e de projetos políticos ligados a outros grupos, principalmente ao PCB – no qual se destacou a liderança de Assis Lemos de Souza na Paraíba - e outros agentes ligados a esfera política, como Julião e Clodomir Moraes, de outro lado. As tensões e confrontos políticos, em nível regional e nacional, ganharam sentido nas mudanças de posicionamento das lideranças do movimento, sendo que a constante polarização entre grupos ligados a Julião e ao PCB, significaram mudanças nas narrativas das lideranças tanto sobre os rumos que o movimento deveria tomar, quanto as bandeiras políticas e as formas de organização.

O tensionamento entre a possibilidade de mudança nas desigualdades sociais através de negociações e as vias de conflito violento, produziu estratégias que poderiam se complementar, como, recursos jurídicos, eleitorais e de ação coletiva (passeatas, greves e negociações), ou se contraporem, a exemplo da guerrilha frente a essas outras vias. O quadro 1 apresenta estas estratégias:

**QADRO 1: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS**



Fonte: produção do próprio autor.

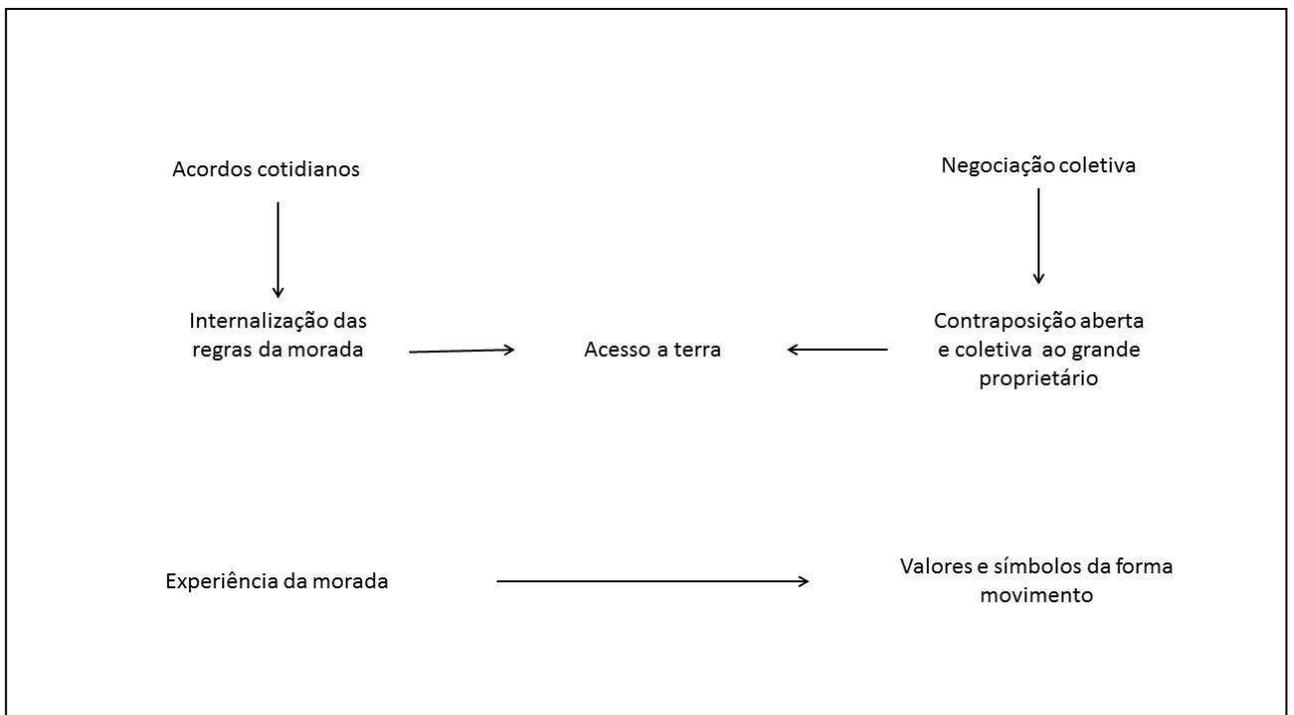
Por mais que a organização do movimento fosse bastante centralizada, ficou evidente a tentativa de lideranças, a exemplo de Julião, de mobilizar símbolos utilizados pelos moradores e que guardavam relação com os grandes proprietários, incluindo símbolos religiosos, na formulação de demandas políticas e formas de ação coletiva. As ações praticadas pelo movimento, analisadas no terceiro capítulo, a partir das narrativas dos participantes permitiu observar uma série de continuidades e descontinuidades entre as formas de resistência cotidiana e a forma de movimento social das Ligas Camponesas, sendo que foi possível perceber que, entre uma forma e outra, houve a ressignificação de valores com relação a expectativa pela realização de um trabalho autônomo na terra. Esta percepção tornou possível entender como a experiência das relações da morada influenciaram o conteúdo e a forma de ações coletivas e demandas do movimento, assim como conformaram características da identidade política camponesa mobilizada por este, como se percebe na passagem dos acordos cotidianos para a negociação coletiva, em que o direcionamento da demanda continua sendo ao grande proprietário, mas de maneira a se contrapor parcialmente a autoridade deste.

O acordo cotidiano consistia na prática dos moradores conversarem com os grandes proprietários ou administradores com o fito de manterem, melhorarem ou evitarem perdas maiores em suas condições de vida. Ao longo do terceiro capítulo foram elencadas narrativas dos moradores nas quais são identificadas maneiras dissimuladas de elaborar demandas, de modo a tentar evitar a contraposição direta com os grandes proprietários e administradores, a qual poderia levar a graves punições. A negociação coletiva consistia na ação de diversos moradores participantes das Ligas cercarem a casa grande e exigirem uma negociação entre grande proprietário e as lideranças do movimento. Essa forma de ação reformula a experiência do acordo cotidiano, sendo que a demanda de ambas se relacionava ao acesso à terra e a expectativa de desfrutar de uma posição mais autônoma. A continuidade também é perceptível na forma que a ação adota, sendo que, assim como no acordo cotidiano, os moradores se dirigiam aos grandes proprietários na expectativa de terem suas demandas atendidas. Estas continuidades são de grande relevância para entender a emergência do movimento e para contrastar com as descontinuidades entre as duas formas de resistência. Se a motivação das demandas continua em torno da possibilidade de usufruir de uma posição mais autônoma, a demanda não é mais individual, mas coletiva, tanto em sua forma – os moradores vão conjuntamente realizar a demanda e são

intermediados por lideranças -, quanto em seu conteúdo, visto que o movimento elabora a demanda por terra a partir da bandeira da reforma agrária.

A comparação entre continuidades e discontinuidades dos acordos cotidianos e da negociação coletiva permite entender como as mudanças nas relações sociais, entre grandes proprietários e moradores se entrelaçam a uma mudança das narrativas, sendo que a emergência das Ligas Camponesas se relaciona a uma mudança na perspectiva destes agentes a respeito da possibilidade de ter acesso à terra e a uma posição mais autônoma, visto que, se no período anterior o acesso a esta posição social era associado a demonstração de obediência mediante a internalização das regras da morada, no momento de mobilização das Ligas se passa a observar o acesso a esta posição social como sendo possível através da contraposição aos grandes proprietários. Ocorreu uma ressignificação dos valores e símbolos referentes as possibilidades de ascender à uma posição social mais autônoma. O quadro 2 sintetiza a mudança de perspectiva sobre o acesso à terra na passagem da realização de acordos cotidianos para negociações coletivas.

**QUADRO 2: ACESSO À TERRA PELOS ACORDOS COTIDIANOS E PELA NEGOCIAÇÃO COLETIVA**



Fonte: produção do próprio autor.

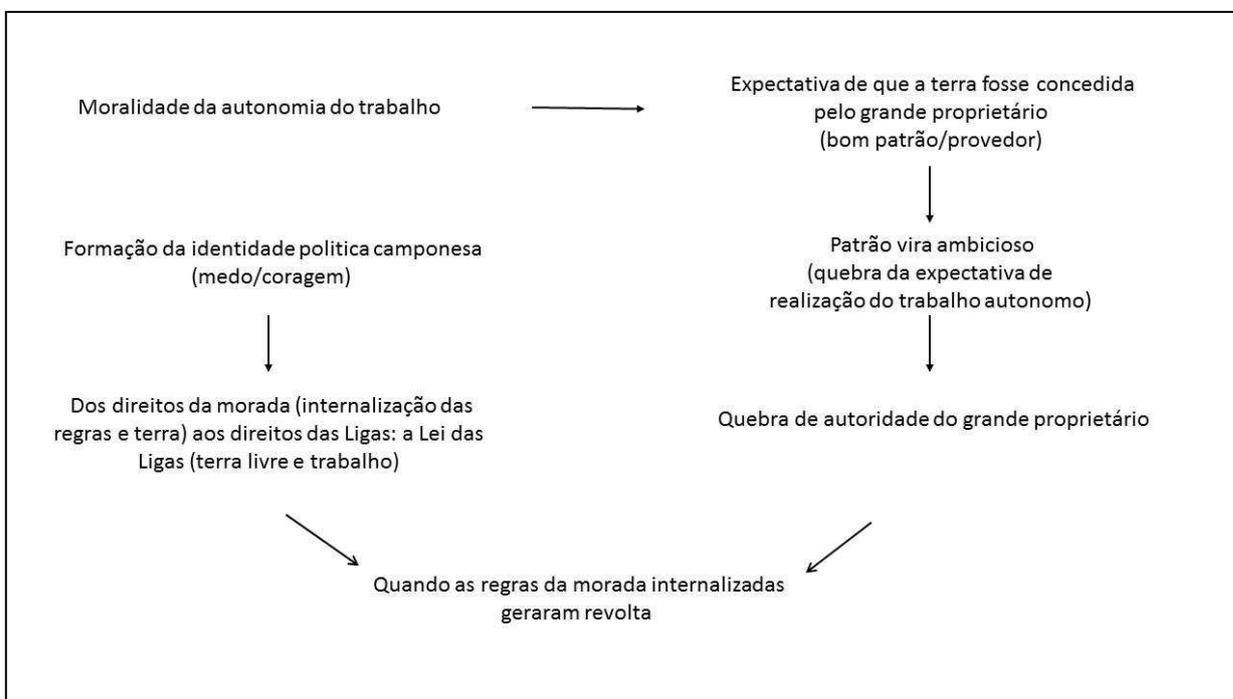
A pesquisa desenvolveu em seu último capítulo, a análise a respeito de como as experiências de acesso à terra no sistema de moradia envolveram a reciprocidade de obrigações, entre grande proprietário e morador, de modo que a ruptura na concessão de terras – devido a mudança do padrão de acumulação do capital em nível nacional - pelo primeiro significou uma mudança na percepção sobre estas regras pelo morador. Assim, as narrativas dos agentes que estavam mais envolvidos com esta moralidade, os foreiros – que foram os agentes que mais participaram das Ligas, como demonstrado na análise sobre a expansão geográfica do movimento -, apresentaram a percepção de que o “bom padrão” se tornava um padrão “ambicioso”. Estes agentes, junto aos demais moradores, que tinham a expectativa de vivenciarem a autonomia no trabalho na terra, expressam o fim desta possibilidade como uma grande injustiça, uma “prisão” da terra, sendo que passam a articular demandas contrárias ao grande proprietário, exigindo que a terra fosse “liberta”, isto é que a possibilidade de a acessar retornasse. A forma de acesso à terra é ressignificada pelo fato de que a experiência do sistema de moradia conformava o acesso à terra, através do reforço da autoridade de “provedor” do grande proprietário, sendo que, com a quebra desta autoridade, nas narrativas dos trabalhadores rurais e camponeses, este acesso foi associado a contraposição aos grandes proprietários a partir de uma noção de “direitos” e de uma “lei das Ligas”, que tensionavam novas regras, normas, valores e símbolos contra os valores e símbolos ideológicos veiculados pelos grandes proprietários.

A contraposição aos grandes proprietários marca as narrativas dos participantes do movimento, de modo que o enfrentamento ao “medo” e a “coragem” em relação aos latifundiários eram características marcantes da identidade política que estes agentes formulavam através do termo camponês. A noção de “direitos” e de “lei” remetem a costumes e regras em comum que regiam o cotidiano destes agentes – não necessariamente tendo qualquer relação com a legislação -, sendo que estes termos remetem as relações estabelecidas no sistema de moradia. Se constatou que as narrativas faziam referência a existência de certos “direitos” quanto à possibilidade de acesso a terra dentro do sistema de moradia, os quais teriam sido retirados pela “ambição” dos grandes proprietários no contexto da expulsão da terra. A ressignificação desta experiência passada explica a emergência do termo “lei da Ligas” utilizada por alguns destes agentes, a qual remetia a busca da antiga possibilidade de ter acesso à terra, mas mediante a mobilização das Ligas, que libertariam a terra que foi “presa” pelos grandes proprietários. Assim, propõe-se que a “lei das Ligas” pode ser sintetizada como “terra

livre e trabalho”, e remete a ressignificação da moralidade do sistema de moradia no contexto da mobilização das Ligas.

As narrativas dos moradores permitiram observar que as regras morais implicadas no sistema de moradia não podem ser entendidas apenas como uma imposição unilateral de símbolos que conformavam uma dominação, mas que havia uma série de formas de resistência cotidiana mobilizadas a partir de embates em torno desta moralidade. A constatação de que os agentes que mais se mobilizaram foram os mesmos que mais internalizavam as regras da morada – os foreiros -, assim como as relações entre a moralidade do sistema de moradia e os valores e símbolos mobilizados pelo movimento, permitem entender que a emergência das Ligas Camponesas ocorreu quando as regras da morada internalizadas se converteram em revolta. O quadro 3 sintetiza a relação entre a moralidade da moradia, quebra de autoridade do grande proprietário, formação da identidade política camponesa, assim como de uma concepção de “direitos”, de uma “lei das Ligas” e a revolta contra os grandes proprietários.

**QUADRO 3: DA MORALIDADE DO SISTEMA DE MORADIA À REVOLTA CONTRA OS GRANDES PROPRIETÁRIOS**



Fonte: produção do próprio autor.

O final do último capítulo se atentou para a relevância das posições mais autônomas – no caso nos referimos aos foreiros -, que classificamos como camponeses,

para a mobilização das Ligas, sendo que se observou que estes agentes tenderam a mobilizar uma ira moral mais intensa contra os grandes proprietários, em comparação com os demais moradores. Esta constatação permite contestar não apenas obras que apresentavam o sistema de moradia como um espaço em que a resistência era quase que ausente, mas também, a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), a respeito da questão das camadas intermediárias. Ela classifica esta posição como sendo intermediária entre os grandes proprietários e os trabalhadores que não tinham terra nem autonomia, sendo a camada intermediária composta por sítiantes independentes<sup>193</sup>. A autora visava com esta abordagem abranger a toda a estratificação do meio rural brasileiro, sendo que para ela esta camada intermediária não possibilitava a constituição de questionamentos a estrutura social:

Nossa hipótese é de que esta camada intermediária de sítiantes autônomos teria agido sempre como um tampão amortecendo as arestas demasiado vivas de dois níveis sociais opostos, caracterizados por um equilíbrio socioeconômico brutal; a esperança de ascender a ela agiria como uma motivação contrária à formulação de reclamações e de contestações. Assim, esta camada concorreria de maneira fundamental para a manutenção da estrutura e organização sociais existentes – porta que se julgava aberta para os indivíduos se evadirem do trabalho subordinado. Sua existência explicaria por que uma organização social de grandes desníveis se perpetuou e continuou existindo durante séculos, sem dar lugar a rebeliões, e sim sustentada por um consenso social quase unânime. (QUEIROZ, 1973, p. 40)

As camadas intermediárias seriam responsáveis pela manutenção da estabilidade social, visto que as expectativas por ascensão individual das camadas inferiores agiriam como desmotivadoras para a contestação social. Entretanto, a mobilização das Ligas Camponesas demonstra justamente o caso contrário, quando as camadas intermediárias, principalmente a posição social dos foreiros, se mobilizou primeiro e com mais

---

<sup>193</sup> Queiroz (1973) indica que a preservação do estilo de vida destes sítiantes necessita do constante contato com a vizinhança e com as cidades, sendo que o isolamento na área rural e a diminuição destes contatos representam a queda de posição para a camada inferior do meio rural e a degradação do estilo de vida. Cabe indicar que o contexto analisado por esta pesquisa não permitiria usar o termo independente para remeter aos moradores, visto que mesmo os foreiros e os pequenos proprietários mantinham forte dependência para com os grandes proprietários.

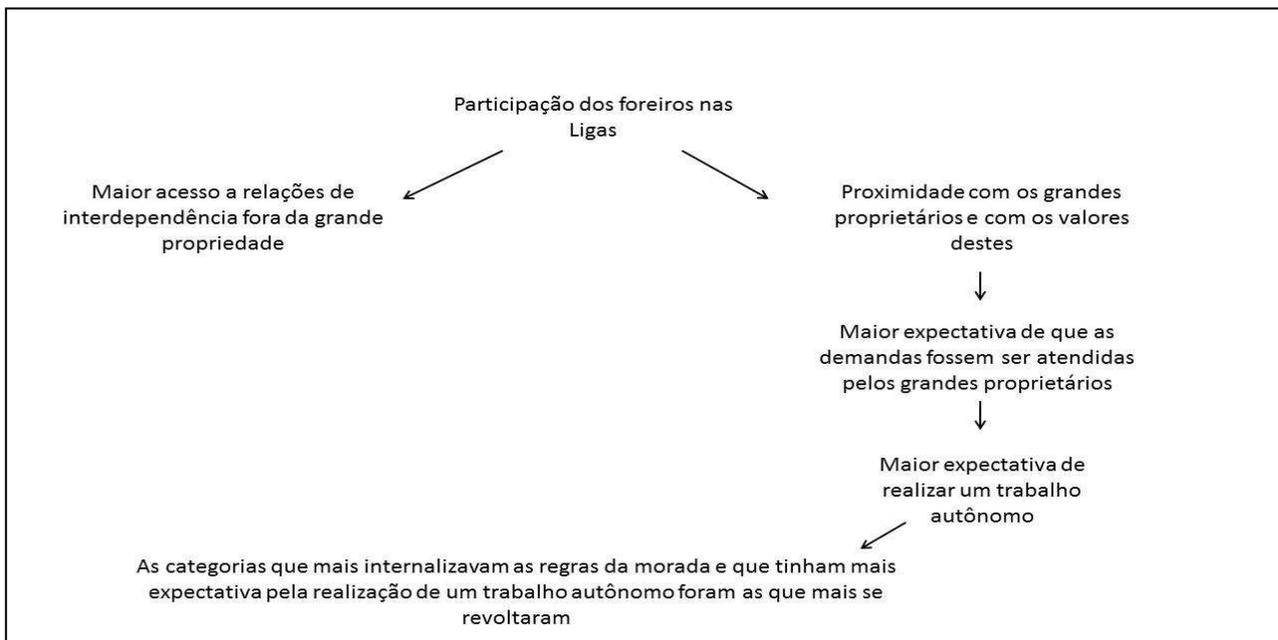
intensidade que as outras posições, tendo inclusive gerado, através da mobilização, canais para que as outras posições sociais também se mobilizassem. O caso das Ligas Camponesas não permite indicar que a teoria da autora esteja equivocada, visto que ela indica tendências históricas a respeito destas posições intermediárias, mas permite indicar que nem sempre estas tendências se concretizaram e que, para além disto, no caso das Ligas, no momento em que houve uma ruptura nas obrigações mútuas entre grandes proprietários e moradores, ocorreu uma forte ira moral destes agentes que, neste contexto, se valeram de diversas relações de interdependência para formularem demandas abertas e públicas por terra na forma de um movimento social.

O motivo das Ligas contrastarem com uma tendência histórica pode ser explicado por dois fatores: o acesso a relações de interdependência e a reciprocidade da internalização das regras da morada. A respeito do primeiro ponto, cabe ressaltar que estes camponeses conseguiram se mobilizar mediante o acesso a diversas relações com agentes em posições sociais distintas daqueles que moravam nas mesmas fazendas que eles, de modo que estas relações permitiam alargar seu horizonte de perspectivas e ofereciam meios de se contrapor a dependência que os grandes proprietários impunham com o barracão, com os vigias, com o controle sobre a produção e sobre o trabalho. Isto explica porque estas posições sociais mais autônomas dispunham de mais meios de resistência cotidiana, os quais foram fundamentais para, ao longo de suas trajetórias, permitirem a manutenção de suas posições sociais. Estas diversas formas de resistência cotidiana e o acesso a relações com diversas posições sociais nas feiras e na cidade, permitiram que, no contexto de expulsão do campo, estes agentes tivessem mais meios de se mobilizar e utilizar estas mesmas relações nas quais se apoiavam para a resistência cotidiana para a formulação de ações coletivas. Portanto, a ampliação de interdependências sociais que ocorreu como um processo de longo prazo com o desenvolvimento urbano – que não pode ser pensado como algo desconectado dos trabalhadores rurais e camponeses, visto que foi a produção realizada por gerações destes agentes, e antes deles por outras posições sociais dominadas, que permitiu esse desenvolvimento urbano - fomentou relações que permitiam a estes agentes se contraporem aos grandes proprietários.

O segundo fator que permitiu a estes camponeses se mobilizarem nas Ligas foi a relação que tinham com a moralidade na morada. Os foreiros eram os agentes que mais internalizavam as regras da morada, e isto - indo ao encontro do que Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), Afrânio Garcia Júnior (1989) e Moacir Palmeira (2009)

afirmam – tendia a gerar uma desmotivação a qualquer contraposição aos grandes proprietários. Entretanto, como estes imperativos morais envolviam relações de obrigação mútua, eles necessariamente envolviam uma reciprocidade de expectativas entre estes agentes com relação as ações da outra parte. De modo que, mesmo sendo os agentes que mais tenderiam a compartilhar os valores dos grandes proprietários, os foreiros eram os que mais tinham condições de negociar sua condição com estes - inclusive por partilharem destes valores -. A possibilidade de realizarem demandas quanto a sua posição social – possibilidades que eram sempre muito limitadas – estava relacionada a este maior envolvimento com as regras da morada e com as expectativas que estas envolviam. Esta relação tendia a favorecer os grandes proprietários de modo a evitar confrontos com estes agentes – que, em relação as outras posições do sistema de moradia, eram os que mais tinham expectativas com relação aos grandes proprietários cumprirem suas obrigações - pela concessão de sítios e auxílios. Entretanto, esta situação se modifica com o contexto da competição com o padrão de acumulação do Centro-Sul, no qual a posição social dos grandes proprietários estava ameaçada, de modo a necessitar aumentar seus ganhos, o que motivou a expulsão do campo e o fechamento da possibilidade dos moradores terem sítios. Neste contexto, os foreiros, que eram os que mais internalizavam as regras da morada e as expectativas com relação as obrigações mútuas para com os grandes proprietários, são os que mais sentem esta mudança social, de modo a serem os que despertam maior ira moral contra os latifundiários e os que mais utilizam das relações de interdependência que sua posição assegurava para enfrentar os grandes proprietários a partir da forma de movimento social. A relação entre a posição dos foreiros e a mobilização nas Ligas é apresentada no quadro 4:

#### QUADRO 4: FOREIROS E MOBILIZAÇÃO DAS LIGAS



Fonte: produção do próprio autor

A maior inserção na moralidade do sistema de moradia foi um elemento fundamental para que os foreiros se revoltassem no contexto em que as regras destas relações são quebradas, o que mostra como estas obrigações mútuas sempre tiveram aspectos de “mão dupla”, nas quais as exigências dos moradores pressionavam, mesmo que pouco, as decisões dos grandes proprietários. O que demonstra como, no longo prazo, a demanda por terra foi realizada por estes agentes e constituiu um acúmulo de experiências sobre as formas de realizar esta demanda.

O período anterior a valorização internacional do açúcar no pós-Segunda Guerra Mundial<sup>194</sup> foi marcado pelo aumento da concessão de sítios aos moradores, sendo que esta ampliação não significou a melhoria do conjunto dos moradores, visto que as crises econômicas eram repassadas a estes agentes por meio da socialização das perdas, como indica Furtado (1964), de modo que a redução do trabalho afetava os moradores de condição e demais categorias, mas, permitia a alguns agentes ascender a posição de foreiros, e a outros melhorarem sua condição como foreiros. Este período é também

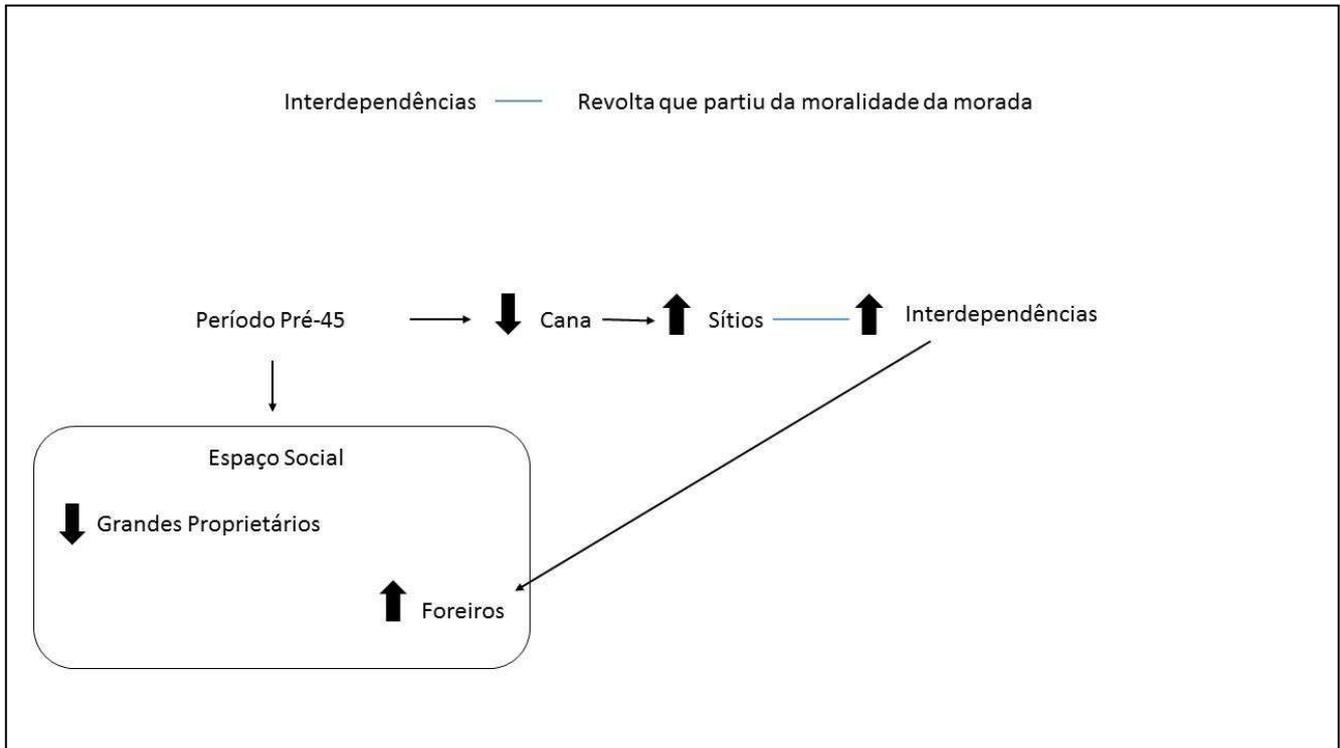
<sup>194</sup> Andrade (1986) indica que este período vai de 1923 até o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo que as usinas teriam voltado a se expandir, mas em ritmo pouco acelerado, desde 1939.

marcado pela constante queda de posição dos grandes proprietários em relação aos capitalistas industriais do Centro-Sul, de modo que a distância entre os camponeses e os grandes proprietários no espaço social sofria um tensionamento favorável aos primeiros – cabe lembrar que a Liga da Galileia, a primeira Liga deste período analisado, surge em um engenho que estava de “fogo morto” -. Assim cabe constatar que o momento de piora da posição dos grandes proprietários foi propício para que os trabalhadores rurais e camponeses ressignificassem suas experiências e se mobilizassem. Estes agentes, com o acesso aos sítios e a melhores condições econômicas – os foreiros -, também conseguiam ter mais acesso a outras relações de interdependência com agentes sociais da cidade e mais acesso a meios de resistência cotidiana. Foi em meio a este processo que ocorre o início da expulsão do campo – no pós-1945, com a valorização da cana - e do fechamento da possibilidade de ter sítios, o que fez com que estes diversos agentes mobilizassem as relações interdependentes de que tinham acesso para realizar pressões sobre os grandes proprietários, o que em um primeiro momento poderia ocorrer por meio da resistência cotidiana, mas também começou a ser possível de ser realizado por meio da via do movimento social, que começava a surgir.

O período da expulsão do campo foi, portanto, marcado pela intensificação da resistência cotidiana, como se percebe nos relatos concedidos à Rangel (2000) a respeito dos recursos a acordos que foram utilizados neste período pelos moradores. Entretanto, a via da resistência cotidiana passava a ser fechada pelos grandes proprietários, que intensificaram a violência no campo contra os trabalhadores rurais e camponeses. As experiências anteriores de demanda por terra sofriam rupturas a partir desta negação de realizar acordos por parte dos grandes proprietários, de modo que as narrativas destes agentes a respeito do “bom patrão” como um provedor começam a se alterar para a percepção de um grande proprietário ambicioso. O acesso a relações de interdependência mais amplas, a partir do desenvolvimento urbano, foi realizado pelas diversas categorias do sistema de moradia ao longo do tempo, mas foi muito mais concreto para as posições mais autônomas. A partir destas relações foi possível utilizar do acúmulo de experiências anteriores de resistência para formular formas de ação coletiva em forma de movimento social, a partir da confluência com projetos políticos de partidos políticos e grupos urbanos, tendo destaque a participação do PCB e de Julião. A relação entre ampliação das interdependências, mudança das posições sociais, resistência cotidiana e ressignificação da moralidade da autonomia do trabalho nos

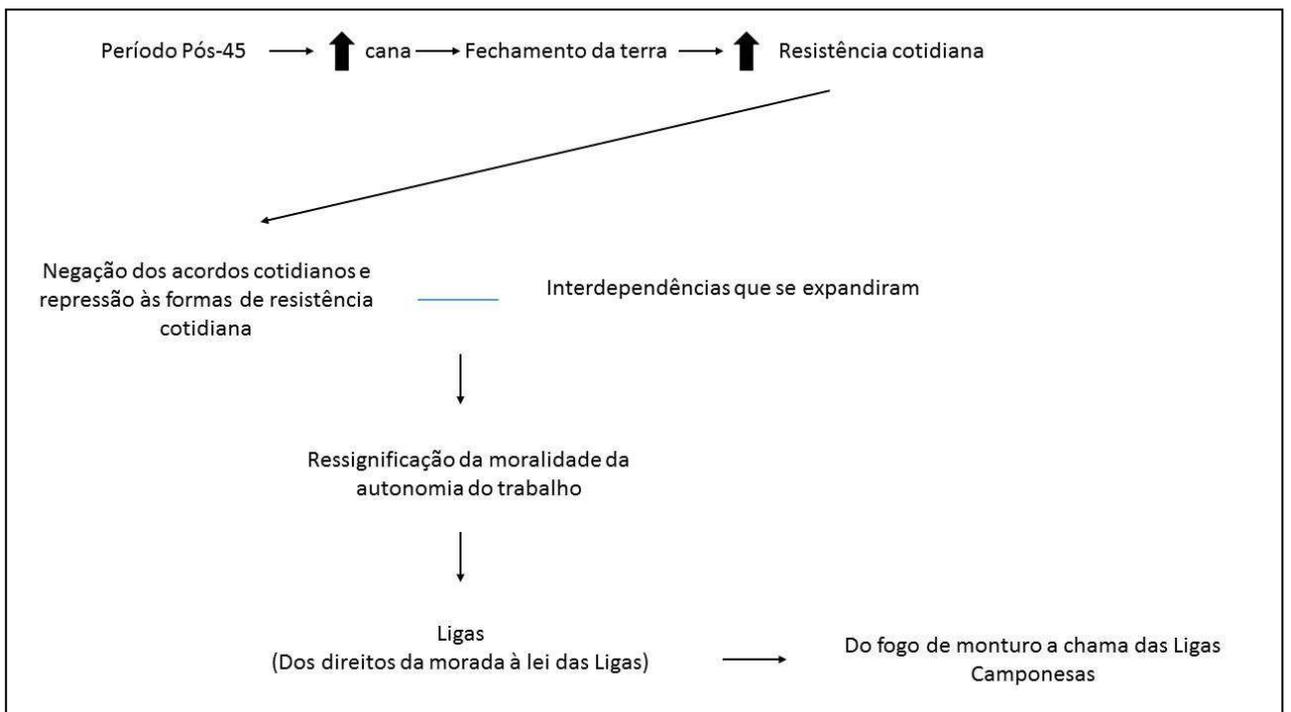
períodos pré-45 e pós-45 (antes e depois do início do processo de expulsão do campo) é sintetizada respectivamente no quadro 5 e 6:

**QUADRO 5: INTERDEPENDÊNCIAS E MUDANÇA DE POSIÇÕES NO PRÉ-45**



Fonte: produção do próprio autor

**QUADRO 6: INTERDEPENDÊNCIAS E RESSIGNIFICAÇÃO DA MORALIDADE NO PÓS-45**



Fonte: produção do próprio autor.

A época de uma queda da monocultura da cana, na qual se expandem os sítios e alguns engenhos ficam de “fogo morto”, é sucedida por um período de expulsão no campo, no qual as experiências de resistência cotidiana dos moradores, que durante muitas gerações “queimavam” como um “fogo de monturo” dentro do sistema de moradia, “queimando por baixo”, quase que de modo imperceptível, encontram maneiras de se reelaborar e ressignificar, de maneira a permitir uma confluência destes agentes com outros grupos e posições sociais, resultando na “chama das Ligas Camponesas”.

Os tensionamentos destas relações de interdependência permitiram que as Ligas, em diversos momentos, pressionassem por uma democratização funcional e institucional<sup>195</sup> neste contexto. Como foi o caso das ações coletivas que conseguiram melhorar as condições de vida dos moradores com a eliminação do cambão, melhorias salariais, plantio de roçados, entre outras ações, que tensionavam por uma diminuição das desigualdades econômicas, sociais e políticas, de modo a pressionarem por uma democratização funcional tanto na prática das ações quanto na elaboração de projetos políticos que visavam a reforma agrária. A participação em espaços institucionais do Estado e o tensionamento destes também marcam as possibilidades de democratização institucional.

A constatação de que os agentes que mais internalizavam as regras da morada foram os que mais se revoltaram, permite inferir que a relação entre grandes proprietários e moradores envolvia uma reciprocidade que, ao ser rompida pelos latifundiários, em um contexto no qual as categorias mais autônomas do sistema de moradia dispunham de mais relações de interdependência em que se apoiar contra os decadentes senhores de terra, permitiu que o acúmulo de experiências passadas se tornasse uma ira moral e tomasse a forma de uma mobilização ampla, coletiva e aberta, no formato de movimento social, demandando mudanças profundas na estrutura agrária do Brasil

---

<sup>195</sup> Retomando, a democratização funcional é relativa as oportunidades e recursos de poder entre os estratos sociais, e a democratização institucional é relativa à relação entre governantes e governados (REZENDE, 2012).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, BERNARD JOSE PEREIRA. **Na lei e na marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964**. 2015. 305 f. Doutorado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: BC e IFCH
- ALVES, J. F.. Luta e resistência na Paraíba: a Liga Camponesa de Sapé. In: **XI Encontro Regional Nordeste de História Oral**; Ficção e poder: oralidade, imagem e escrita, 2017, Fortaleza - CE. 2017.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986a.
- \_\_\_\_\_. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986b.
- AUED, Bernadete Wrubleski. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e ligas camponesas (1955-64)**. Florianópolis: Editora UFSC, 1986.
- AZEVEDO, F. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, L.; MIELE N. ;GODOY SILVEIRA, R.. **Eu marcharei na tua luta**: a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Universitária, 1997.
- BARRETO, Leda. **Julhão, Nordeste, Revolução**. RJ, Civilização Brasileira, 1963.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.
- CALLADO, Antonio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- CAMARGO, Aspásia. **Brésil nord-est: mouvements paysants et crise populiste**. Paris: Tese de doutorado do terceiro ciclo. Universidade de Paris, 1973.
- \_\_\_\_\_. Verbetes Temático: **Ligas Camponesas. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>
- CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964)**. Mestrado (Dissertação) em História. Instituição: UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- CARNEIRO, Mario Afonso. **Relatório sobre a Área de Sapé**. Rio de Janeiro, Centro Latino-Americano de Ciências Sociais, 1963.
- I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, 1961. **Declaração de Belo Horizonte**. In: JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- DABAT, Christine Rufino. “Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez!” Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana. **CLIO-Revista de Pesquisa Histórica**, 2015, Recife, n 22, 2004. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/722>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

- ENTREVISTA, Francisco Julião, **Pasquim**, n 979, 11/10/1979.
- ELIAS, Norbert. **Introdução a sociologia**. Lisboa: 70, 1999.
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo, Global, 2013.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GARCIA JR. Afrânio R. **O Sul Caminho do Roçado**: Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social. Marco Zero: São Paulo, 1989.
- JOSÉ DA SILVA, Reginaldo. **A cartilha do camponês, o documento “Bença, Mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia**. Mestrado em Educação. Instituição: UFPE, Recife, 2015.
- JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- \_\_\_\_\_. **A Cartilha do Camponês**, 1960. In: JOSÉ DA SILVA, Reginaldo. **A cartilha do camponês, o documento “Bença, Mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia**. Mestrado em Educação. Instituição: UFPE, Recife, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Carta de Alforria do Camponês**, 1961. In: JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Bença Mãe!**, 1963a. In: JOSÉ DA SILVA, Reginaldo. **A cartilha do camponês, o documento “Bença, Mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia**. Mestrado em Educação. Instituição: UFPE, Recife, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Teses para um debate**, 1963b. In: BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MANNHEIM, Karl. **O Homem e a Sociedade**: estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e Utopia**. 4.ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MENEZES, Maria Aparecida; MOREIRA, Emilia R; TARGINO, Ivan; **As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas**. **Ruris** (Campinas), v. 05, p. 83-120, 2011.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964**. **Proj. História**, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.
- MOORE, B. Jr. **Injustiça**: As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **Historia das ligas Camponesas do Brasil**. 1965. Disponível em: <[http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese\\_cmorais.htm](http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm)>. Acessado em: 10 de julho de 2018.
- NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução; Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

**Organização Política das Ligas Camponesas no Brasil**, 1964. In: BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis: Vozes, 1984.

**Organização Política das Ligas Camponesas no Brasil. Estatuto da Organização Política**, 1964. In: MORAIS, Clodomir Santos de. Historia das ligas Camponesas do Brasil. 1965. Disponível em: <[http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese\\_cmorais.htm](http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm)>. Acessado em: 10 de julho de 2018.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PALMEIRA, Moacir G. S.. Modernização, Estado e Questão Agraria. **ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 3, n.7, p. 87-108, 1989.

\_\_\_\_\_. Casa e Trabalho: Nota Sobre As Relações Sociais Na Plantation Tradicional. In: Welch, C.A. ; Malagodi, E. ; CAVALCANTI, J. S. B. ; WANDERLEY, M. N. B. . **Camponeses brasileiros. 1: Leituras e interpretações clássicas**. São Paulo - Brasília: UNESP - NEAD/MDA, v. 1. p. 203-215, 2009.

PEREIRA, Anthony Wynne. Profeta no exílio: O Retorno no Mito de Francisco Julião. In: **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 7, n.1, janeiro/junho 1991.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. O tal de Natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, n.59, p. 745-766, setembro-dezembro, 2016.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. **Ligas Camponesas como questão historiográfica**. 2013. 81p. Monografia (Graduação em História) – UFRRJ.

PRADO Jr., Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRIORI, Angelo Aparecido. Conflitos sociais e jurídicos entre trabalhadores e proprietários rurais no Estado do Paraná (décadas de 1950 e 1960). **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 05, n.10, p. 233-249, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

\_\_\_\_\_. Singularidades Sócio-culturais do Desenvolvimento Brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 16, 1975.

\_\_\_\_\_. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas cidades, 1977.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1965.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas**. 2000. 387 f. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

REZENDE, M. J.. A democratização como um processo de distribuição, deslocamento e equilíbrio de poder em Norbert Elias. **Reflexión Política**, vol. 14, n. 27, p.38-53, 2012.

ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira: Mulher da Terra**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

PACHECO, José. **A chegada de Lampeão no inferno**. Juazeiro do Norte (CE, BR): José Bernardo da Silva, 1973.

ROLLEMBERG, D. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Manual, 2001.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. “Homens do tempo de Arraes”: narrativas de resistência à ditadura civil-militar no pós-1964. In: **VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais**, Florianópolis, 2018. (Encontro).

SCOTT, James. **Los Dominados y el Arte de la Resistencia**: discursos ocultos. México: Era, 2000

SIGAUD, L. M.. A percepção do salário entre trabalhadores rurais. In: SINGER, Paul. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

\_\_\_\_\_. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Nação dos Homens**. ANUARIO ANTROPOLOGICO/78, p. 13-116, 1980.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. **Dados** (Rio de Janeiro), v. 51, p. 107-142, 2008.

SILVA, Edson. Os índios Xukuru e as Ligas Camponesas (Pesqueira-PE, 1961). **Revista Crítica Histórica**, n. 2, p. 101-114, 2010.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A FOICE E A CRUZ**: Comunistas e Católicos na História do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve**: ligas camponesas e o golpe de 64. Londrina: Editora UEL/Editora da UFPB, 1996.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.3, Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

VAN HAM, Antonia M. et al. (Org.). **Memórias do povo**: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba – Deixemos o povo falar. João Pessoa: Ideia, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B., O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.** Brasília: 2(1). Jan/Abr. 1985, p13-78.

WELCH, Clifford A. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.